V | Portugal d'agora

Coleção Brasil

Portugal d'agora

João do Rio

Introdução, edição e notas
Silvia Maria Azevedo
Tania Regina De Luca

João do Rio

Portugal d'agora

João do Rio

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RIO, J. *Portugal d'agora* [online]. São Paulo: Editora UNESP; CLEPUL, 2020. Brasil collection, vol. V, 285 p. ISBN: 978-85-9546-370-7. https://doi.org/10.7476/9786557146095.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International license.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribição 4.0.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimento 4.0.

Portugal d'agora

João do Rio

Introdução, edição e notas
Silvia Maria Azevedo
Tania Regina De Luca

Coleção Brasil

Direção
Vania Pinheiro Chaves
Tânia Regina De Luca

Editora Executiva
Joana Balsa de Pinho

Design Gráfico
Jorge Vieira

Conselho Científico
Beatriz Weigert
Cláudia Poncioni
Enrique Rodrigues-Moura
Francisco das Neves Alves
Francisco Topa
Gilda Santos
José Eduardo Franco
Maria Aparecida Ribeiro
Maria Eunice Moreira
Virgínia Camilotti

Revisão da transcrição textual
Sara Abreu

Depósito Legal
465679/19

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador
Mário Sérgio Vasconcelos

Diretor-Presidente
Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Superintendente Administrativo e Financeiro
William de Souza Agostinho

Conselho Editorial Acadêmico
Danilo Rothberg
Luis Fernando Ayerbe
Marcelo Takeshi Yamashita
Maria Cristina Pereira Lima
Milton Terumitsu Sogabe
Newton La Scala Júnior
Pedro Angelo Pagni
Renata Junqueira de Souza
Sandra Aparecida Ferreira
Valéria dos Santos Guimarães

Editores-Adjuntos
Anderson Nobara
Leandro Rodrigues

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

R585j Rio, João do
João do Rio [recurso eletrônico]: Portugal d'agora / João do Rio; introdução, edição e notas por Silvia Maria Azevedo, Tania Regina de Luca. – São Paulo: Editora Unesp Digital / CLEPUL, 2020.

Inclui bibliografia.
ISBN Editora Unesp Digital: 978-85-9546-370-7 (Ebook)
ISBN CLEPUL: 978-989-9012-06-6 (Ebook) 978-989-9012-05-9 (Impresso)

1. Literatura brasileira. 2. Crônicas. 3. Portugal. 4. João do Rio. I. Azevedo, Silvia Maria. II. Luca, Tania Regina de. III. Título.

CDD 869.89928
2019-2374 CDU 821.134.3(81)-94

Esta publicação foi financiada por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Projeto «UID/ELT/00077/2019»

Portugal d'agora

João do Rio

Introdução, edição e notas
Silvia Maria Azevedo
Tania Regina De Luca

Lisboa
2020

Índice

INTRODUÇÃO

Portugal, ontem, agora e sempre **5**
Silvia Maria Azevedo e Tania Regina De Luca

PORTUGAL D'AGORA **36**
Este livro **38**
No Mar **45**
O Homem que viaja 46
A intimidade de bordo 52
Entertainment a bordo 57
Em Lisboa **63**
Ao entrar em Lisboa 64
Primeiras impressões 72
Lisboa à noite 81
Miséria em Lisboa 89
Lisboa mundana 97
Notas e sensações 105
Meio literário 113
Impressões dos jornais 124
O jornalismo por dentro 134
O teatro I 143
O teatro II 154
Notas e sensações 167
A mulher portuguesa 177
Notas e sensações 186
O momento político 194
Ainda o momento político 203
No Porto **215**
No Porto 216
A obra dos editores 223
Notas e sensações 232
Guerra Junqueiro 238
Guerra Junqueiro sonhando o Brasil 247
Relações luso-brasileiras 252
De volta, no Oceano **265**
Pomba do mar 266
Índice Onomástico **271**

INTRODUÇÃO

PORTUGAL, ONTEM, AGORA E SEMPRE

No início de fevereiro de 1912, *Portugal d'agora*, um novo livro do festejado escritor João do Rio[1], impresso em Paris em fins do ano anterior, foi exposto no estabelecimento do livreiro e editor Garnier, localizado na Rua do Ouvidor. A *Gazeta de Notícias* (RJ, 1875), matutino no qual o cronista colaborava assiduamente, não se furtou a destacar, em mais de uma oportunidade, os méritos da obra, inclusive reproduzindo comentários favoráveis de outros órgãos da imprensa. Segundo o jornal carioca, tratava-se de

> livro de um cronista cintilante, moderno, perfeito, que viaja não para dizer de volta: "Oh! Paris! Oh! Londres!", mas para observar e estudar, para ter impressões que são logo afixadas no papel, com uma fina intuição de arte, constituindo um patrimônio da nossa literatura. *Portugal d'agora*, que o livreiro Garnier expôs ontem nas suas vitrines, de fato, é um livro encantador. É necessário lê-lo atenciosamente, para ter a segurança de como é curioso, de como é sempre novo e sempre faiscante este artista. João do Rio, com um "humour" que é só seu e com um estilo lantejoulado pelas fulgurações do seu talento, transporta para estas páginas bizarras as diversas impressões da vida de bordo; com os seus encantos e com os seus ridículos. Depois, salta em Lisboa. E é uma Lisboa toda inédita que nos dá, numa série de crônicas do mais rebrilhante lavor artístico. É a Lisboa do Chiado, dos monumentos, das instituições, dos restaurantes, dos cafés, dos teatros. Mas uma Lisboa toda inédita – porque é vista através do temperamento de um artista que não repete, que abomina o lugar comum e que, por isso, cria pontos de vista originais e seus[2].

---

1 Pseudônimo de João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto (1881-1921), que também se valeu das assinaturas Joe, Paulo José, José Antônio José, entre outras.

2 B. Fatos e boatos. *Gazeta de Notícias*, ano XXXVIII, n.º 39, p. 2, 08/02/1912.

Os elogios ao livro – "série de crônicas admiráveis", "estudo de jornalista moderno e intelectual" – e ao seu autor – "o nosso mais brilhante cronista, o nosso escritor mais original e imprevisto"[3], "o nosso mais operoso homem de letras"[4] – sucediam-se. Em abril informava-se que "não há mais um só exemplar na livraria, tendo a casa de pedir, por telegrama, a remessa de quatro milheiros"[5].

A despeito da entusiástica recepção, o livro *Portugal d'agora* não foi reeditado, bem ao contrário do que se observa em relação a outras obras de João do Rio, que já há décadas vêm sendo relançadas com o devido aparato crítico, indicativo do renovado interesse do mundo acadêmico pelo escritor e sua produção. Assim, o volume em apreço tornou-se raro, encontrável apenas em bibliotecas de universidades e instituições culturais, o que não impediu que despertasse a atenção de diferentes pesquisadores, que se detiveram em analisar alguns dos temas tratados na obra[6].

A atenção que o livro recebeu quando do seu lançamento pode ser remetida ao título (*Portugal d'agora*) e subtítulo (Lisboa, Porto, Notas de viagem e Impressões), que sugeriam aos possíveis compradores indícios sobre a natureza do conteúdo, indicando que se tratava de relatos contemporâneos sobre as duas cidades mais importantes de Portugal.

---

3 Elogios publicados no jornal *A Noite*, reproduzidos na *Gazeta de Notícias*, ano XXXVIII, n.º 46, p. 2, 15/02/1912.

4 Elogio do jornal *A Tribuna* e reproduzido em B. Fatos e boatos. *Gazeta de Notícias*, ano XXXVIII, n.º 39, p. 2, 08/02/1912.

5 Ver *A Notícia*, ano XIX, n.º 80, p. 1, 02-03/04/1912. No livro, possivelmente por erro tipográfico, consta 40 milheiros. Outro indício do sucesso de *Portugal de agora* foi a reprodução de excertos em jornais cariocas, caso de *A Notícia*, n.º 43, p. 3, 17-18/02/1912, que estampou o capítulo A mulher portuguesa, e de *A Noite*, n.º 187, p. 4, 17/02/1912, que trouxe o jornalismo por dentro.

6 Ver, por exemplo, Cristiane d'Avila. *João do Rio a caminho da Atlântica. Por uma aproximação luso-brasileira*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2015; Edmundo Bouças. João do Rio: descobrir Portugal/redescobrir o Brasil. *Convergência Lusíada*, n.º 17, 2000, Edição especial: Brasil e Portugal: 500 anos de enlaces e desenlaces; Virginia Célia Camilotti. Único livro de um brasileiro sobre Portugal: crônicas de viagem de João do Rio. In: *Literatura, viagens e turismo cultural no Brasil, em França e em Portugal* (ed. Maria Alexandre Lousada e Vitor Ambrósio). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, 2017, p. 117-125.

João do Rio e as viagens à Europa

A jornada de João do Rio iniciou-se a 2 de dezembro de 1908, quando ele partiu, pela primeira vez, em direção à Europa a bordo do navio Araguaia, no qual também estavam Olavo Bilac, o jornalista Batista Coelho (João Foca) e o empresário teatral Celestino da Silva, dono do teatro Apolo. Os jornalistas que fizeram a cobertura da partida de João do Rio escreveram reportagens em que lamentavam a ausência de dois meses do colega da *Gazeta de Notícias*, embora contassem com as "interessantíssimas crônicas"[7] que do Velho Mundo ele enviaria para o jornal carioca, de modo a manter "as relações assíduas do brilhante escritor com o público fluminense"[8] e davam a entender que o destino da viagem era "o cérebro do mundo – Paris"[9].

Cerca de duas semanas depois, no dia 16, desembarcou em Lisboa, onde foi saudado por uma comissão de colegas da imprensa[10]. Pretendia ficar alguns poucos dias, mas acabou por permanecer mais do que o previsto, segundo relatou numa crônica em que não escondia a atração exercida pela cidade, cujas velhas ruas lembravam-lhe o tão amado Rio de Janeiro:

> – Então, meu caro, que tal Lisboa!
>
> Era no dia seguinte ao da minha chegada. Disse com desprendimento:
>
> – Não há dúvida, interessante. Parto amanhã para Paris.
>
> E o interlocutor amigo ficou pasmo quando, quase um mês depois encontrando um homem de Lisboa, que era eu, esse homem com delícia murmurou:
>
> Já nem sei filho, se vou a Paris...
>
> Esse homem era outro e era eu.
>
> É que não se tem nunca, de repente de uma cidade a impressão definitiva [...]

---

7 Binóculo. *Gazeta de Notícias*, ano XXXIII, n.º 336, p. 3, 01/12/1908.

8 *Gazeta de Notícias,* ano XXXIII, n.º 337, p. 2, 2/12/1908.

9 Ver Na semana... *Gazeta de Notícias*, ano XXXIII, n.º 341, p. 1, 06/12/1908.

10 É possível acompanhar parte de sua trajetória graças às informações presentes na imprensa, que davam conta da partida e da chegada de viajantes ilustres. Ver notas na *Gazeta de Notícias*, ano XXIV, n.º 336, p. 2, 02/12/1908 e n.º 352, p. 2, 17/12/1908, sobre partida do Rio e a chegada a Lisboa.

> Para o brasileiro, esta cidade que o indígena esnobe classifica mal, é a Sedução, é a Sedução por mil modos vagos e indefiníveis, é a sedução pelo carinho dos homens, pela graça suave das mulheres, pelos aspectos nossos, pela tradição, pelo sorriso grave do passado, por essa imensa e álacre sensualidade[11].

Sabe-se que acabou por seguir para Paris e a Riviera francesa, que passou por Londres e que retornou a Lisboa, via Espanha. Pelo menos desde 13 de março de 1909 é certo que se encontrava novamente na capital portuguesa, de onde embarcou no Danube, três dias depois, retornando ao Rio de Janeiro, em 30 de março, o que perfaz pouco mais de três meses de viagem[12], durante os quais ele enviou algumas poucas crônicas para a *Gazeta de Notícias*, *A Notícia* (RJ, 1894) e, pelo menos uma, para a *Ilustração Brasileira* (RJ, 1908).

Um primeiro aspecto a sublinhar diz respeito à escolha da temática, pois, apesar de ter conhecido outros países, João do Rio decidiu restringir seu livro a Portugal. É difícil precisar as razões deste recorte, já que ele também escreveu impressões sobre Paris, sem dúvida a cidade que mais fascinava a elite letrada de então[13]. Talvez a escolha se justificasse pelo interesse despertado em relação à instável situação política em que se encontrava o país após o assassinato, ocorrido em fevereiro de 1908, do rei D. Carlos e do herdeiro do trono, seu filho D. Luís Filipe. O regicídio levou ao poder o jovem D. Manuel II, que contava então dezenove anos e era fortemente influenciado pela mãe, D. Amélia, muito próxima do clero católico, conjuntura que abriu um período de graves incertezas políticas.

---

11 João do Rio. A sedução de Lisboa. Palavras confidenciais aos cariocas. *A Notícia,* ano XVI, n.º 26, p. 3, 30-31/01/1909, crônica que não foi incluída no volume *Portugal d'agora.*

12 Para o seu retorno, ver *Gazeta de Notícias*, ano XXIV, n.º 89, p. 1, 30/03/1909. Outros detalhes sobre a viagem em si, encontros e atividades, ver: João Carlos Rodrigues. *João do Rio. Uma biografia*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1996, p. 89-97. De acordo com esse autor, o cronista permaneceu duas semanas em Portugal.

13 Sobre o tema, ver Sandra Nitrini. Viagens reais e viagens literárias. Escritores brasileiros na França. *Literatura e Sociedade*, n.º 3, 1998, p. 51-61.

Parece pouco provável que a atenção dedicada a Portugal possa ser explicada por ingerência da *Gazeta de Notícias,* matutino que mantinha, desde sua fundação, sólidas relações com o mundo intelectual português, tanto que franqueava suas páginas para diversos escritores daquele país[14]. Isso porque ainda que o periódico tivesse interesse em contar com a opinião de um brasileiro, como sugere Magalhães Júnior[15], cabe lembrar que a situação política portuguesa sempre mereceu destaque no jornal, sendo acompanhada de perto por telegramas, diferentes seções e contribuições especiais de correspondentes que, ao longo do tempo, enviaram material exclusivo para o matutino.

Tampouco se deve esquecer que o ano de 1908 marcou o centenário da chegada de D. João ao Rio de Janeiro, efeméride carregada de simbolismo e para a qual, inclusive, previa-se a presença de D. Carlos. A visita seria uma reafirmação dos laços que uniam os dois países, aspecto, aliás, bastante enfatizado nas celebrações, que incluíram a organização de uma grande Exposição Nacional na capital[16]. O clima reinante, se não foi capaz de extirpar a lusofobia que campeava especialmente no Rio de Janeiro e que aflorou com força no governo de Floriano Peixoto (1891-1894), fez recuar a vaga e crescer o interesse em torno da

---

14 A respeito da importância da *Gazeta* nas relações luso-brasileiras, ver Elza Minè. Ferreira de Araújo, ponte entre o Brasil e Portugal. *Via Atlântica*, n.º 8, p. 221-229, dez. 2005 e Rita de Cássia Lamino Araújo Rodrigues. *Portugal finissecular nas crônicas de D. João da Câmara publicadas na revista portuguesa* O Ocidente *e no jornal brasileiro* Gazeta de Notícias *(1901-1905)*. Doutorado (Letras). Assis, SP: Faculdade de Ciências e Letras/Unesp, 2015, p. 146-166.

15 Raimundo Magalhães Júnior. *A vida vertiginosa de João do Rio.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 93-94, afirma que a viagem teria sido uma missão que lhe dera a *Gazeta*, não sem a própria interveniência do interessado, que "ardia de desejos de atravessar o Atlântico".

16 A respeito ver: Regina Maria Seixas dos Santos. *Portugal na Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908*. *Significados e intenções*. Mestrado (Relações Históricas. Portugal, Brasil, África e Oriente). Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 1999.

antiga metrópole, situação que novamente se alteraria diante do revigorado antilusitanismo do final da década de 1910[17].

Cabe destacar que foram poucos os textos remetidos durante a sua estadia no velho mundo, o que sugere que a viagem não estava atrelada aos rígidos compromissos que cercavam a atividade de correspondente. Observe-se que ele não descuidou de seus interesses de escritor, tanto que visitou os irmãos Lello, com os quais acertou a edição de *Cinematógrafo*, e em Paris peregrinou até a Rue des Saints Pères, tendo recebido de Hippolyte Garnier o convite para organizar a coletânea *Fados, canções e danças de Portugal.*

Ainda que as razões da escolha do recorte do livro *Portugal d'agora* não possam ser completamente esclarecidas, é certo que ele levava adiante vários projetos simultâneos, entre os quais dois dedicados a Portugal: a recolha e organização das impressões que publicara sobre o país, quase todas divulgadas no decorrer de 1909, após seu retorno, e o volume dedicado aos fados e canções. No momento em que João do Rio fazia a revisão das primeiras provas do primeiro projeto, previsto para ser lançado no decorrer de 1910, a República foi proclamada em Portugal (05/10), circunstância que, de imediato, colocou em risco o volume, pois o *d'agora* do título tornara-se obsoleto, uma vez que as observações referiam-se, pelo menos sob a perspectiva do regime político, a um Portugal de *antes*.

O lançamento foi postergado e, em dezembro de 1910, já na condição de membro da Academia Brasileira de Letras, para a qual fora eleito em maio, novamente fez as malas e embarcou para Lisboa, aonde chegou em 12 de janeiro de 1911[18]. Pouco antes, os jornais anunciavam que se encontrava à venda, sob o selo da

---

17 A respeito da questão, ver: Arnaldo Saraiva. *Modernismo brasileiro e modernismo português. Subsídios para o seu estudo e para a história de suas relações*. Campinas, SP: Unicamp, 2004, p. 69-87.

18 Sobre a chegada a Lisboa, ver: *Gazeta de Notícia*, ano XXXVI, n.º 13, p. 2, 13/01/1911. É certo que ele partiu no final de dezembro, uma vez que os jornais deram destaque à conferência por ele proferida, no salão do *Jornal do Comércio*, no dia 18/12, *Gazeta de Notícia*, ano XXXV, n.º 348, p. 8, 18/12/1910.

Garnier, um volume de seiscentas páginas, com circunstanciado prefácio do organizador, João do Rio, que reunia trezentos fados, canções e danças de Portugal, acompanhados de sua parte musical[19].

A segunda viagem, mais longa, estendeu-se por quase seis meses, tanto que o escritor retornou ao Rio somente em 5 de junho de 1911[20]. Contudo, desta vez a permanência em Portugal foi bem mais breve – pouco mais de uma semana entre Lisboa e o Porto. Do norte seguiu em direção à Espanha, com passagem por Madri e Barcelona, e visitas a Londres, Paris e Nice, sem que se possa precisar exatamente o roteiro e o tempo que permaneceu em cada cidade[21].

É quase certo que levou na bagagem as provas da projetada obra sobre Portugal, uma vez que o prefácio, intitulado "Este livro", traz a indicação "Nice, 1911". O desconhecimento da versão preliminar não permite estabelecer se, frente à nova conjuntura, João do Rio alterou o conteúdo original. Além do mais, o volume publicado não se limitou a reproduzir o que fora divulgado na imprensa, houve intervenções significativas em alguns textos – acréscimos, fusões, cortes – além da exclusão de material já publicado e inclusão de outros conteúdos.

Do jornal ao livro

O índice de *Portugal d'agora* está organizado em quatro partes: "No mar" (3 textos), que dá conta da viagem de ida, "Em Lisboa" (16 textos) e "No Porto" (6 textos), que trazem suas impressões sobre as duas cidades, e, fechando o volume,

---

19 Propaganda na *Gazeta de Notícias*, ano XXXV, n.º 344, p. 8, 10/12/1910. Para críticas, aliás bastante favoráveis, a respeito da obra, ver: A. Um novo livro de João do Rio. *Gazeta de Notícias*, ano XXXV, n.º 348, p. 3, 14/12/1910.

20 O retorno foi registrado em *Gazeta de Notícias*, ano XXXVI, n.º 156, p. 1, 13/01/1911.

21 Informações em João Carlos Rodrigues. *Op. cit.*, p. 123-129.

"De volta" (1 texto). O conjunto de vinte e seis textos é antecedido por um prefácio que justifica a empreitada. Vê-se, portanto, que o autor tratou de dotar o conjunto de um percurso cronológico e espacial coerente: a partida, as observações e o retorno. Afinal, desde fins do século XIX, a viagem para a Europa era uma experiência compartilhada por um contingente bem maior de indivíduos e isso graças às linhas regulares de vapores cada vez mais velozes, que realizavam a travessia do Atlântico Sul em pouco mais de quinze dias.

Essa ordenação, essencial para dar sentido ao relato apresentado na forma livro, não condiz com a ordem de difusão dos textos na imprensa periódica. Conforme já se ressaltou, grande parte do que foi reunido em *Portugal d'agora* veio a público após João do Rio ter retornado de sua primeira viagem, tendo sido localizados apenas cinco textos publicados quando ele ainda se encontrava no velho continente. Desta forma, suas colaborações foram escritas no Rio de Janeiro, ou seja, *a posteriori*, com base na experiência vivida e, possivelmente, em anotações. Tampouco todo o material relativo à viagem foi publicado sob a rubrica "Portugal d'agora", série da *Gazeta de Notícias* que acabou por nomear a obra. Assinale-se, ainda, que alguns textos foram assinados por Joe, outro pseudônimo de Paulo Barreto. Na tabela n.º 1 estão listadas, em ordem cronológica, as produções relativas à sua passagem por Portugal.

Tabela n.º 1:
Listagem cronológica de textos de imprensa relativos a sua viagem a Portugal

Periódico/Seção	**Título do texto**	**Data**
GN	A intimidade de bordo	Ano XXXIV, n.º 1, p. 1, 01/01/1909
A Notícia	**A civilização inglesa**	Ano XVI, n.º 6, p. 2, 7-8/01/1909
GN/ Cinematógrafo	*Diário de um bárbaro*	Ano XXXIV, n.º 10, p. 2, 10/01/1909
A Notícia	**A impressão dominante**	Ano XVI, n.º 13, p. 3, 15-16/01/1909
A Notícia	A vida cara em Lisboa	Ano XVI, n.º 19, p. 3, 22-23/01/1909
GN	Duas horas com Guerra Junqueiro. Quando o poeta irá ao Brasil	Ano XXXIV, n.º 23, p.1, 23/01/1909
A Notícia	**A sedução de Lisboa. Palavras confidenciais aos cariocas**	Ano XVI, n.º 26, p. 3, 30-31/01/1909
A Notícia	Garçons e criados de hotel	Ano XVI, n.º 31, p. 3, 5-6/02/1909
A Notícia	Pomba do mar	Ano XVI, n.º 78, p. 5, 2-3/04/1909
GN	Guerra Junqueiro e o Brasil	Ano XXXIV, n.º 97, p. 1, 07/04/1909
GN: Portugal d'agora	Ao entrar em Lisboa	Ano XXXIV, n.º 123, p. 1-2, 03/05/1909
	Em Lisboa	Ano XXXIV n.º 125, p. 1, 05/05/1909
	Lisboa à noite	Ano XXXIV, n.º 127, p. 1, 07/05/1909
	Impressão dos jornais	Ano XXXIV, n.º 129, p.6, 09/05/1909
	O jornalismo por dentro	Ano XXXIV, n.º 132, p. 1, 12/05/1909

Periódico/Seção	Título do texto	Data
GN: Portugal d'agora	O teatro	Ano XXXIV, n.º 134, p. 1, 14/05/1909
	O teatro	Ano XXXIV, n.º 137, p. 1-2, 17/05/1909
	Lisboa mundana	Ano XXXIV, n.º 140, p. 1-2, 20/05/1909
	A miséria em Lisboa	Ano XXXIV, n.º 142, p. 1-2, 22/05/1909
	O momento político	Ano XXXIV n.º 146, p. 2, 26/05/1909
	Notas e sensações	Ano XXXIV, n.º 148, p. 2, 28/05/1909
	A mulher portuguesa	Ano XXXIV, n.º 155, p. 2, 04/06/1909
	Notas e sensações	Ano XXXIV, n.º 165, p. 2, 14/06/1909
	A obra dos editores	Ano XXXIV, n.º 191, p. 3, 10/07/1909
	A impressão do Porto	Ano XXXIV, n.º 195, p. 3, 14/07/1909
	O meio literário	Ano XXXIV, n.º 209, p. 7, 28/07/1909
GN: Cinematógrafo	Sem título	Ano XXXIV, n.º 227, p. 1, 15/08/1909
A Ilustração Brasileira	**A Lisboa que eu amo (notas de viagem)**	Ano 1, n.º 11, p. 199-201, 01/11/1909
GN: Portugal d'agora	**Em S. Vicente de Fora**	Ano XXXIV, n.º 356, p. 1-2, 22/12/1909

Nem sempre é possível estabelecer correspondência precisa entre o que saiu na imprensa e o conteúdo do livro, o que evidencia que o autor fundiu diferentes conteúdos, por vezes publicados com meses de diferença, levou a cabo acréscimos e supressões, em vista da coerência do volume. Na tabela n.º 2, apresenta-se a relação entre o conteúdo do livro e o material publicado na *Gazeta* e na *Notícia*.

Tabela n.º 2
Correspondência entre o conteúdo do livro e o que foi publicado na Gazeta de Notícias

Título do texto	**Data da publicação na *GN* e em *A Notícia***
O homem que viaja	*GN*, Ano XXXIV, n.º 227, p. 1, 15/08/1909
A intimidade de bordo	*GN*, Ano XXXIV, n.º 1, p. 1, 01/01/1909
Entertainment a bordo	Inspirado em: GN, Ano XXXIV, n.º 10, p. 2, 10/01/1909
Ao entrar em Lisboa	*GN*, Ano XXXIV, n.º 123, p.1-2, 03/05/1909
Primeiras impressões	*GN*, Ano XXXIV n.º 125, p. 1, 05/05/1909
Lisboa à noite	*GN*, Ano XXXIV, n.º 127, p. 1, 07/05/1909
Miséria em Lisboa [A miséria em Lisboa no índice do livro]	*GN*, Ano XXXIV, n.º 142, p. 1-2, 22/05/1909
Lisboa mundana	*GN*, Ano XXXIV, n.º 140, p. 1-2, 20/05/1909
Notas e sensações	*GN*, Ano XXXIV, n.º 148, p. 2, 28/05/1909
Meio literário [O meio literário no índice do livro]	*GN*, Ano XXXIV, n.º 209, p. 7, 28/07/1909
Impressões dos jornais	*GN*, Ano XXXIV, n.º 129, p.6, 09/05/1909
O jornalismo por dentro	*GN*, Ano XXXIV, n.º 132, p. 1, 12/05/1909
O teatro I [Os teatros no índice do livro]	*GN*, Ano XXXIV, n.º 134, p. 1, 14/05/1909
O teatro II [O teatro no índice do livro]	*GN*, Ano XXXIV, n.º 137, p. 1-2, 17/05/1909
Notas e sensações	*A Notícia*, Ano XVI, n.º 19, p. 3, 22-23/01/1909 e Ano XVI, n.º 31, p. 3, 5-6/02/1909
A mulher portuguesa	*GN*, Ano XXXIV, n.º 155, p. 2, 04/06/1909
Notas e sensações [Notas e impressões no índice do livro]	*GN*, Ano XXXIV, n.º 165, p. 2, 14/06/1909
O momento político	*GN*, Ano XXXIV n.º 146, p. 2, 26/05/1909
Ainda o momento político	**Não localizado**

Título do texto	**Data da publicação na *GN* e em *A Notícia***
No Porto [A progenitora do Rio no índice do livro]	*GN*, Ano XXXIV, n.º 195, p. 3, 14/07/1909
A obra dos editores	*GN*, Ano XXXIV, n.º 191, p. 3, 10/07/1909
Notas e sensações	**Não localizado**
Guerra Junqueiro [Guerra Junqueiro o gênio português no índice do livro]	*GN*, Ano XXXIV, n.º 23, p. 1, 23/01/1909
Guerra Junqueiro sonhando o Brasil	*GN*, Ano XXXIV, n.º 97, p. 1, 07/04/1909
Relações luso-brasileiras	Grande parte extraído de José Barbosa. *As relações luso-brasileiras: a imigração e a "desnacionalização" do Brasil* (1909)
Pomba do mar	*A Notícia*, Ano XVI, n.º 78, p. 5, 2-3/04/1909

Esses dados de ordem geral indicam que o volume *Portugal d'agora* não resultou da simples reunião de crônicas já publicadas. De fato, o projeto enfrentou mais de uma dificuldade e seu sentido mudou no decorrer do processo de produção do livro, não apenas frente à mudança do regime político português, mas também em função dos projetos pessoais de João do Rio. Para esclarecer os percalços, as soluções e o lugar estratégico do livro nas relações entre o cronista e o meio intelectual português, é necessário reconstituir a conjuntura na qual a obra foi produzida.

Um título para dois projetos

As primeiras crônicas de João do Rio, ainda a bordo do navio Araguaia, publicadas na *Gazeta de Notícias* – "A intimidade de bordo" e "Diário de um bárbaro" –, respectivamente nos dias 1.º de janeiro de 1909 e 10 de janeiro de 1909, não esclareciam quanto ao destino da viagem. Somente em "A sedução de Lisboa (palavras confidenciais aos cariocas)", texto publicado em *A Notícia*, o jornalista informava que, se num primeiro momento a intenção era ir direto a Paris, o fascínio da capital lisboeta obrigou-o a mudar de planos, conforme já se destacou.

O fato de a "confissão" de João do Rio não ter sido divulgada, com exclusividade, na *Gazeta*, mas em *A Notícia* mostra que, naquela altura, a intenção do jornalista era tão somente enviar, de forma esparsa, para as folhas cariocas nas quais ele colaborava, "interessantíssimas crônicas" acerca de sua viagem à Europa. Mesmo sem ter o compromisso de escrever com regularidade, isso não significava que João do Rio estivesse em viagem de férias, posto que, desde que embarcara, tinha "um plano de trabalho preestabelecido", o que implicava em "não conversar senão na terceira classe, em interrogatórios documentativos"[22]. É bem verdade que nem sempre o cronista conseguiu se subtrair à atração da "intimidade de bordo", motivo por que irá se queixar da "impossibilidade de tentar a grande ação de salvar o meu 'Eu' daquele grande vatapá internacional"[23].

Se a "sedução de Lisboa" foi responsável pela mudança no roteiro de João do Rio, a viagem a Paris foi apenas adiada, a capital francesa tendo sido visitada no final de janeiro de 1909, dias depois do banquete oferecido ao cronista carioca por um grupo de homens de letras de Lisboa[24]. Por outro lado, graças à crônica – "Duas horas com Guerra Junqueiro (quando o poeta irá ao Brasil)", os leitores da *Gazeta de Notícias* ficaram sabendo que, além de Lisboa, o jornalista também estivera no Porto, onde entrevistara Guerra Junqueiro, com a intermediação do editor José Lello. Ao enviar o texto, que saiu na *Gazeta* em 23 de janeiro daquele ano, portanto, quando ainda estava em Portugal, João do Rio não apenas garantia um furo de reportagem, ao vencer as resistências do escritor português às entrevistas, como também criava expectativa quanto à vinda ao Brasil do autor de *Finis Patriae*[25].

---

22 João do Rio. Intimidade a bordo. *Gazeta de Notícias,* ano XXXIV, n.º 1, p. 1, 01/01/1909.

23 João do Rio. Intimidade a bordo. *Gazeta de Notícias,* ano XXXIV, n.º 1, p. 1, 01/01/1909.

24 Paulo Barreto em Lisboa. *Gazeta de Notícias*, ano XXXIV, n.º 25, p. 3, 25/01/1909.

25 João do Rio. Duas horas com Guerra Junqueiro (quando o poeta irá ao Brasil). *Gazeta de Notícias*, ano XXXIV, n.º 23, p. 1, 23/01/1909.

Meses mais tarde, quando João do Rio já estava no Brasil, as observações sobre Portugal foram retomadas justamente com um novo texto a respeito de Guerra Junqueiro. A promessa do poeta de visitar o Brasil ainda estava de pé:

> Dois dias antes de embarcar para o Brasil, Guerra Junqueiro, com a sua solenidade de gênio redentor, dizia-me:
> – E até 1910, no Rio...
> – Definitivamente?
> – Em maio[26].

Note-se que a crônica na qual o escritor retomou a publicação, na *Gazeta de Notícias*, de textos relativos à sua primeira viagem à Europa, era marcada pelo clima de expectativa, mais uma vez insistindo na tecla da notícia em primeira mão. Era nela também que João do Rio restabelecia o diálogo com o leitor exatamente com a mesma temática de meses atrás. Desta feita, o texto vinha precedido de um resumo, novidade que não se fez presente na crônica anterior sobre Guerra Junqueiro. Esse cuidado de guiar o leitor, fornecendo-lhe um mapa dos temas que seriam abordados, evidencia a preocupação de João do Rio com a organização da matéria, procedimento que também foi empregado em parte nos textos subsequentes sobre Portugal.

Se a tática de antecipar a matéria a ser tratada na crônica pode ser tomada como um dos primeiros sinais da série "Portugal d'agora", de fato a seção somente teve início na *Gazeta de Notícias*, em 3 de maio de 1909, com o texto "Ao entrar em Lisboa". No entanto, dias antes, em 23 de abril, sob a legenda "Impressões de Portugal", o jornal carioca anunciava para os primeiros dias de maio, não o início da referida seção, mas a publicação "de uma série de capítulos do livro *Portugal d'agora*, impressões de viagem

---

26 João do Rio. Guerra Junqueiro e o Brasil. *Gazeta de Notícias*, ano XXXIV, n.º 97, p. 1, 07/04/1909.

de João do Rio"[27]. Ou seja, antes mesmo de escrever os artigos na *Gazeta*, o jornalista carioca planejava convertê-los em capítulos de um livro – ou os escreveria com esse propósito. O conjunto, inclusive, já tinha título, reaproveitado depois para nomear a seção do jornal.

Durante o mês de maio, as crônicas de "Portugal d'agora" foram publicadas com regularidade, segundo um esquema mais ou menos fixo: eram antecedidas, de um ou dois dias, por anúncios na *Gazeta*, de modo que o leitor podia acompanhar, sem interrupções, a viagem de João do Rio a Lisboa. O "a seguir", colocado ao fim da seção depois do nome do cronista, era acompanhado de título e resumo da próxima reportagem, outra estratégia a garantir a sequencialidade da seção. A localização da série na *Gazeta de Notícias* – quer à esquerda, quer à direita da primeira página, por vezes, com continuação na segunda –, também deve ter sido pensada de modo a facilitar a localização do texto pelo leitor. Por sua vez, o compromisso do jornal com a regularidade de publicação das crônicas contou, ao longo do mês de maio, com o envio da matéria dentro do prazo estipulado, o que significa dizer que João do Rio desenvolveu com rapidez as notas trazidas de Portugal que, muito provavelmente, foram convertidas nos resumos que acompanhavam as reportagens.

A partir do final de maio de 1909, quando passa a tratar do Porto, a seção "Portugal d'agora" começa a apresentar uma série de irregularidades: as crônicas são publicadas sem a notícia sobre o próximo texto, a matéria anunciada não corresponde àquela publicada, a continuidade da série ficando comprometida em função do grande intervalo entre as reportagens, deslocadas para as páginas internas do jornal, a sugerir a leitura autônoma dos textos, ainda que sob o título da série jornalística. Se esses são indícios de que João do Rio vinha atrasando o envio das crônicas, há que se lembrar que, ao voltar da Europa, o jornalista retomou a seção

27 Impressões de Portugal. *Gazeta de Notícias*, ano XXXIV, n.º 113, p. 1, 23/04/1909.

"Cinematógrafo" na *Gazeta* (sem falar na colaboração em outros jornais do Rio) e a organização do livro *Fados, canções e danças de Portugal*, prometido em Paris ao editor Hippolyte Garnier, e publicado em 1909, conforme já foi comentado.

Ainda que as anotações tomadas por João do Rio durante a viagem a Portugal tenham sido recurso de que se valeu o experiente repórter, a redação das crônicas implicou não apenas desenvolver os tópicos das notas, mas imprimir perspectiva ao relato da viagem. É quando, de volta ao Rio de Janeiro, a experiência de estar em Lisboa é atravessada pela passagem por Paris. Se Paris permite a João do Rio registrar as "impressões" sobre Portugal, é no Rio que a experiência vivida, sob o enfoque parisiense, transforma-se em experiência-escritura. Por sua vez, ver Lisboa a partir de Paris conferia dimensão particular e cosmopolita à viagem do cronista carioca à Europa, na possível intenção de se apresentar aos leitores da *Gazeta de Notícias*, ainda que a crônica de abertura da seção "Portugal d'agora" – "Ao entrar em Lisboa" – mostre um viajante sob o influxo da "sedução de Lisboa":

> Seria mesmo o tipo americano forte, se saltasse do transatlântico para o *sleeping-car* e tocasse para Paris, com o sorriso superior no lábio[28].

Mas é essa mesma crônica que inaugura o viés comparativo, a permear as reportagens subsequentes, a partir do qual as ressonâncias da viagem a Paris se fazem presentes na estada em Lisboa. Ao aproximar Lisboa de Paris, João do Rio se revelava como alguém que, ao contrário do simples turista, soube ver e avaliar Lisboa, no destaque aos aspectos mais peculiares da vida lisboeta.

Uns poucos exemplos, extraídos das crônicas, permitem ilustrar a visada contrastiva com vistas a apontar diferenças e semelhanças entre as duas cidades, a começar pelo registro de

---

28 João do Rio. Ao entrar em Lisboa. *Gazeta de Notícias,* ano XXXIV, n.º 123, p. 1, 3/5/1909.

João do Rio, logo na chegada a Lisboa, sobre a agilidade dos funcionários da alfândega, em despachar as malas:

> Mais depressa, só em Paris, na *gare d'Orsay*. Tão carinhosamente em parte alguma[29].

Na visita aos principais jornais de Lisboa, como *O Século* e o *Diário de Notícias*, as comparações atravessam as "impressões" do jornalista brasileiro, o perfil informativo do primeiro a remeter ao jornal francês *Le Matin*, as acomodações do segundo, no terceiro andar de um edifício, a lembrar de *L'Echo de Paris*[30]*.* Na peregrinação pelos teatros lisboetas, a começar pelo D. Amélia, João do Rio achou a aparência externa do prédio muito parecida com o Scala, no *boulevard* de Estrasburgo[31], enquanto a atuação de Augusto Rosa foi comparada à do ator francês Lucien Guitry[32]. As ruas e avenidas de Lisboa, frequentadas pelo cronista carioca, são igualmente um convite ao olhar contaminado pela passagem por Paris:

> A Avenida não tinha o aspecto contracenado divinamente que toda tarde pode ser gozado em Paris na praça da Concórdia[33].

Por fim, as queixas quanto ao mau atendimento dos empregados nas lojas de Lisboa, é outro quesito que, do ponto de vista comparativo, era desfavorável à capital de Portugal:

> Num armazém ou numa casa elegante de Paris, no Doucet, camiseiro, ou no *Bon Marché*, o freguês é preso no encanto da amabilidade e está, sem comparação, muitíssimo mais adiantado que o lisboeta[34].

---

29 João do Rio. Ao entrar em Lisboa. *Gazeta de Notícias,* ano XXXIV, n.º 123, p. 1, 3/5/1909.

30 João do Rio. Impressão dos jornais. *Gazeta de Notícias*, ano XXXIV, n.º 129, p. 6, 09/05/1909.

31 João do Rio. O teatro. *Gazeta de Notícias*, ano XXXIV, n.º 134, p. 1, 14/05/1909.

32 João do Rio. O teatro. *Gazeta de Notícias,* ano XXXIV, n.º 137, p. 1, 17/05/1909.

33 João do Rio. Lisboa mundana. *Gazeta de Notícias*, ano XXXIV, n.º 140, p. 1. 20/05/1909.

34 João do Rio. Notas e sensações. *Gazeta de Notícias*, ano XXXIV, n.º 165, p. 2, 14/05/1909.

A marca distintiva do projeto "Portugal d'agora" na *Gazeta de Notícias* implicou não apenas decifrar Lisboa a partir de Paris, mas também ver o Rio de Janeiro a partir de Lisboa e Paris, na comparação sobre os transportes na capital lisboeta –

> O serviço de trens é tão mau, tão sem linha e talvez mesmo tão insolente quanto no Rio[35]

– ou sobre os restaurantes da cidade portuguesa:

> O Tavares, *restaurant* real, com os criados e casaca, que é, como instalação, um *restaurant* de terceira ordem em Paris, seria sem rival no Rio[36].

Da mesma forma, só depois de ter estado no Porto, o cronista da *Gazeta* se deu conta da forte presença portuense em sua cidade natal, quer no traçado das ruas –

> Há momentos que parecem ruas do Rio, quer no centro comercial, quer nas ruas de morada[37]

– quer no hábito de os "homens pingentes" viajarem, do lado de fora dos ônibus, trepados nos estribos[38].

Uma vez encerrada a seção "Portugal d'agora" na *Gazeta de Notícias*, João do Rio voltou-se para a concretização de outro projeto, aliás já previsto desde o seu retorno ao Rio de Janeiro em 1909: a organização do livro, para o qual já tinha título – o mesmo da série jornalística –, conforme anunciado pela *Gazeta* em

---

35 João do Rio. Lisboa à noite. *Gazeta de Notícias*, ano XXXIV, n.º 127, p. 1, 07/05/1909.

36 João do Rio. Lisboa à noite. *Gazeta de Notícias*, ano XXXIV, n.º 127, p. 1, 07/05/1909.

37 João do Rio. Lisboa à noite. *Gazeta de Notícias*, ano XXXIV, n.º 195, p. 3, 14/07/1909.

38 Tantas eram as semelhanças entre o Porto e o Rio de Janeiro que, transportada para o livro, a reportagem "A impressão do Porto" passou a se chamar "A progenitora do Rio".

23 de abril de 1909. Nesse momento, o "agora" do título, a despeito de remeter a uma experiência do passado recente, uma vez que os textos não tinham sido enviados de Portugal "no calor da hora", como era de praxe entre os correspondentes do jornal, o "agora", não colocava dificuldades, uma vez que se tratava de experiência relativamente próxima no tempo.

Subtítulo e prefácio: salvando o projeto

Entretanto, a Proclamação da República em 5 de outubro de 1910 tornou, de súbito, o livro anacrônico, pois enquanto o conteúdo da obra remetia ao momento em que Portugal era ainda monarquista, a organização e a publicação do livro deveriam acontecer quando o país já era republicano. Para salvar a coletânea, João do Rio "lembrou-se de usar um subtítulo – *Lisboa antes da República*", como consta no contrato firmado, com a Garnier, em 19 de dezembro de 1910[39].

Não bastava, porém, acrescentar aquele subtítulo, aliás, inadequado, pois que circunscrevia o período pré-republicano à cidade de Lisboa, quando o fenômeno varreu todo o país, e também porque, além da capital de Portugal, o Porto e outras cidades do Norte do país foram igualmente visitadas por João do Rio. A solução foi encontrar outro subtítulo – "Lisboa – Porto – Notas de viagem – Impressões" – no qual o viés descritivo procurava driblar o descompasso entre duas temporalidades: o tempo da viagem e o tempo da edição do livro. Para preservar a obra foi preciso, ainda, escrever o prefácio – "Este livro" – em que João do Rio tentava, no presente, justificar a pertinência de uma obra que remetia ao passado, ou seja, estava ultrapassada. A ocasião para atualizar o projeto Portugal de agora em livro surgiu quando, em 1911, na segunda viagem de João do Rio à Europa, o jornalista voltou a

39 Raimundo Magalhães Júnior. *Op. cit.*, p. 144.

Nice, onde já estivera, em março de 1909, para escrever a introdução de *Fados, canções e danças de Portugal*.

"Este livro", como todo o prefácio, conferia perspectiva interpretativa à obra, a partir de duas situações – Portugal republicano e o retorno a Nice –, que permitiam ao cronista avaliar a viagem de 1909. Depois de muito tergiversar, inclusive com observações que não condiziam com a verdade, como dizer que as crônicas de Portugal d'agora foram enviadas de Lisboa para os jornais do Brasil, quando foram poucas as que o cronista remeteu da capital lisboeta, ou então que o assassinato do rei D. Carlos e do príncipe Luís Filipe pegaram os cariocas de surpresa, quando a *Gazeta de Notícias*, entre outros jornais cariocas, noticiaram fartamente o acontecimento, João do Rio vai direto ao ponto:

> Mas, no momento atual poderia com pretensão denominar um livro de impressões anteriores à República de *Portugal d'agora*?[40]

A resposta não vem logo em seguida, João do Rio começa por retomar o momento em que, pela segunda vez em Lisboa, deparou-se com a greve geral dos operários portugueses. Sem fazer referência aos graves incidentes que ocorreram no Terreiro do Paço, entre os grevistas e as forças da cavalaria, a recuperação da greve, pelo cronista brasileiro, recebe uma versão edulcorada dos fatos:

> O mundo pensaria que Portugal fazia greves como os outros países! Não! Cem vezes não! Portugal fez greves liricamente, para entrar na corrente contemporânea, como quem dá um amplexo de cordialidade mundial, para mostrar a sua capacidade nesse terreno de protesto socialista[41].

---

40 João do Rio. Este livro. In: *Portugal d'agora*. Rio de Janeiro/Paris. H. Garnier, 1911, p. VIII.

41 João do Rio. Este livro. In: *Portugal d'agora*. Rio de Janeiro/Paris. H. Garnier, 1911, p. IX.

Movido pela intenção de enaltecer o povo português, que mesmo diante de uma situação de extrema gravidade, não "perdia as suas qualidades fundamentais de bom senso e de amor ao país"[42], João do Rio não hesita em amenizar a realidade:

> A República dava ocasião a que outras admiráveis qualidades desse povo se expandissem. Oito dias depois, o Povo, precisamente o Povo, verificou o prejuízo monetário geral das greves, que, além do mais, eram um descrédito para as instituições novas. E o Povo saiu a gritar:
>
> – Abaixo as greves![43]

Por sua vez, o elogio ao patriotismo do cidadão português, em tempos de República, tem por objetivo responder à pergunta lançada pelo próprio João do Rio quanto à pertinência do livro *Portugal d'agora*. Para tanto, a estratégia não podia ser mais capciosa:

> Esse ambiente agitado em que tornara a ver Portugal era o quadro em que melhor poderia verificar a exatidão do que antes escrevera. E, de fato, em plena agitação encontrei o mesmo povo extraordinariamente bom e jovem, o mesmo povo sentimental e lírico[44].

Se o português que João do Rio encontrou, em 1911, em plena agitação do regime recém-instalado, era o mesmo com o qual ele entrara em contato em 1909, a obra permanecia de pé, e o comprometedor "agora" do título acabava por assumir sentido de marcação intemporal, pois independentemente do sistema de governo, a alma do povo não se alterara.

Contudo, as intenções de João do Rio com o prefácio "Este livro" não se limitavam a contornar o desajuste entre presente e pas-

---

42 João do Rio. Este livro. In: *Portugal d'agora*. Rio de Janeiro/Paris. H. Garnier, 1911, p. IX.

43 João do Rio. Este livro. In: *Portugal d'agora*. Rio de Janeiro/Paris. H. Garnier, 1911, p. IX.

44 João do Rio. Este livro. In: *Portugal d'agora*. Rio de Janeiro/Paris. H. Garnier, 1911, p. XII.

sado pela saída da perenidade, antes também apontavam para um projeto de futuro, ou seja, as "relações luso-brasileiras", título do último capítulo do *Portugal d'agora*, ideia igualmente disseminada ao longo da obra. Se a aproximação entre os dois países foi tematizada aqui e acolá, o encerramento do livro com excertos da obra de José Barbosa[45] pode ser interpretado como uma aposta para o futuro.

Nesse sentido, o cronista intuiu que, proclamada a República, era o momento de reaproximação entre Portugal e Brasil[46], propósito que, retrospectivamente, ele atribuiu às reportagens de *Portugal d'agora*, obra convertida em marco das relações transatlânticas entre os dois países (a culminar com o lançamento da revista *Atlântida*, em 1915), motivo que sobremodo justifica a publicação do livro:

> Assim achei que ao público devia dar este livro, feito de impressões ligeiras. É o único livro de um brasileiro sobre Portugal, e de um brasileiro que, certo do futuro da sua pátria, ama fervorosamente Portugal[47].

E, de fato, foi no retorno da primeira viagem, quando João do Rio conheceu João de Barros, com quem manteve sólida amizade e longa correspondência, que o jornalista brasileiro resolveu escrever o "único livro de um brasileiro sobre Portugal". Enquanto as cartas enviadas por ele a João de Barros[48] indicam que já e março

---

45 Trata-se do livro de José Barbosa, autor de *As relações luso-brasileiras: a imigração e a "desnacionalização".* Lisboa: Tipografia do Comércio em Lisboa, 1909. A respeito da obra, consultar: Viviana Sousa. Tentativas de criação de uma comunidade lusófona. In: *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Questão social no novo milênio*. Coimbra: Centro de Estudos Socais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2014, p. 1-15. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4629983. Acesso em nov. 2018.

46 De volta da segunda viagem à Europa, João do Rio explora a ideia no artigo Notícias de Portugal. Simples impressões de uma visita a Portugal República. *Gazeta de Notícias*, n.º 158, p. 1-2, 07/06/1911.

47 João do Rio. Este livro. In: *Portugal d'agora*. Rio de Janeiro/Paris. H. Garnier, 1911, p. XV.

48 *Muito d'alma*: *cartas de Paulo Barreto (João do Rio) a João de Barros (1909-1921)* (org. e anot. Claudia Poncioni e Virginia Camilotti). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/Garamond, 2015. As autoras justificam o título do livro, uma vez que era Paulo Barreto, pessoa física, quem assinava, em sua maioria, a correspondência endereçada a João de Barros.

de 1909 estava em curso o projeto da *Atlântida*[49], o que somente se concretizaria em novembro de 1915, tão logo João do Rio chegou ao Brasil, de posse das anotações sobre Portugal, ele tomou a decisão de dar o primeiro passo no sentido de estreitar os laços entre Brasil e Portugal. Daí o anúncio, na *Gazeta de Notícias,* de *Portugal d'agora* – livro fundador a integrar projeto mais amplo de aproximação dos dois países –, cujos capítulos começam a ser publicados em maio de 1909.

Como toda aposta no futuro, inúmeros são os riscos que aguardam os que partem em busca de um ideal, no sentido simbólico de "Pomba do mar", primeiro texto publicado em *A Notícia*, quando João do Rio retorna ao Brasil, depois deslocado para encerrar o *Portugal d'agora*. O tédio de uma viagem longa e desinteressante é quebrado quando uma pombinha foi encontrada no cesto do navio inglês, no qual viajava o narrador do conto na companhia de três amigos. A ave abandonara o rochedo da praia onde vivia em segurança, com o seu bando, para vir morrer, quase resignada, "incapaz de poder resistir e viver nesse país que era o seu sonho mas onde nem o alimento era o seu, nem a vida possível"[50].

Assim, ao voltar da Europa, João do Rio, além do título do livro sobre Portugal, que ainda não estava escrito, dava início à obra, começando pelo fim, o significado da narrativa "Pomba do mar" a servir de *leitmotiv* tanto de *Portugal d'agora*, quanto das futuras relações luso-brasileiras, a serem encabeçadas pelo escritor brasileiro e por intelectuais portugueses.

A edição da Garnier

O empenho do cronista carioca na defesa do *Portugal d'agora*, no entanto, não encontrou correspondência no trabalho de edição do livro. Eivada de erros tipográficos – palavras incompreensíveis, pontuação que não confere com o original no jornal, frases sem

---

49 Lucia Maria P. Guimarães. "O percurso da *Atlântida*". In: Lucia Maria P. Guimarães; Luís Andrade; Zília Osório Castro. *Atlântida. A invenção da comunidade luso-brasileira*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013, p. 11-31.

50 João do Rio. Pomba do mar. *A Notícia*, ano XVI, n.º 78, p. 5, 2-3/04/1909.

sentido, divergência entre os títulos do índice e os dos capítulos –, a baixa qualidade editorial da obra de João do Rio, publicada pela Garnier, não apenas veio comprometer o padrão da editora parisiense, como também levanta a suspeita de que o volume saiu a toque de caixa, sem que João do Rio tenha revisto com cuidado as provas do livro. O caso mais gritante de desleixo editorial é o capítulo "Impressões dos jornais", completamente desconexo, de leitura incompreensível, a menos que o leitor, munido de paciência, vá costurando os parágrafos para dar sentido ao texto. Mesmo assim, como se disse, *Portugal d'agora* obteve grande sucesso junto ao público, as várias matérias que saíram na imprensa sobre o livro sendo omissas em relação às gralhas de edição, muito possivelmente porque os jornalistas não leram a obra ou, então, apenas o índice.

Mas não parou por aí a falta de profissionalismo da Casa Garnier na edição de obras de João do Rio. O mesmo aconteceu com o romance *A profissão de Jacques Pedreira*, publicado parcialmente como folhetim na *Gazeta de Notícias* em 1910[51] e impresso, também de forma incompleta, pela Garnier em 1911.[52] Desta vez, porém, o escritor moveu um processo contra a editora francesa, tantos eram os problemas de edição apresentados pela obra, posta à venda em Paris, seguindo depois para o Rio de Janeiro, aonde chegou em 1912:

> Depois do quê, chegou cá... Abriram-se as caixas. O autor folheou o volume. Cheio de pastéis, de erros gráficos. Isso era o menos, saben-

51 Além dos oito capítulos que saíram na *Gazeta de Notícias*, mais cinco foram incluídos ao romance quando publicado em livro.

52 Dado como desaparecido, dois exemplares da primeira edição de *A profissão de Jacques Pedreira* [Rio de Janeiro/Paris, H. Garnier, 1911] foram localizados, em 1981, por João Carlos Rodrigues, em meio ao acervo de João do Rio, doado por sua mãe, D. Florência, ao Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro. Em 1992 saiu a segunda edição do romance, pela editora Scipione, de São Paulo, em coedição com a Fundação Casa de Rui Barbosa e o Instituto Moreira Salles, organizada por Rachel Teixeira Valença e Flora Süssekind, com posfácio de Raúl Antelo.

do-se que o Garnier timbra em ter péssima revisão. O espantoso era que faltavam os dois capítulos finais do romance!

Uma livraria de fama perdera parte dos originais de um escritor e publicara e vendera o livro truncado, sem lembrar o mal, os prejuízos que ao escritor acarretaria tal desplante!

João do Rio sustou a venda e pediu os originais.

Como eles não viessem, é que processa o Sr. Garnier por perdas e danos[53].

Este processo tramitará por quase um ano, ao final do qual o juiz Edmundo Rego deu ganho de causa ao autor, determinando a destruição de toda a edição de *A profissão de Jacques Pedreira*[54], episódio que marcou o rompimento definitivo de João do Rio com a Garnier[55].

Há que se registrar que, nos últimos tempos, os livros editados pela Garnier, como os clássicos Camões e Bocage, crivados de erros de métrica e de língua, vinham recebendo críticas na imprensa carioca[56], assim também as péssimas traduções de obras primas da literatura universal (Walter Scott, Conan Doyle, Dickens, Tolstói), com as quais a editora francesa abarrotava as livrarias cariocas[57].

O descuido da Garnier com os livros editados é reflexo dos novos rumos tomados pela empresa, desde que, com a morte de Baptiste-Louis Garnier, em 1893, ela passara para seu irmão Hippolyte, que, por residir em Paris, delegou a Julien Lansac (que pouco falava português) a direção dos negócios. Este, com a morte de Hippolyte, em 1911, retorna a Paris em 1913, quando então

---

53 *A Notícia*, ano XIX, n.º 202, p. 1, 22-23/08/1912.

54 Dentre as notas que saíram na imprensa carioca a respeito do processo movido por João do Rio contra a Garnier, cabe mencionar: Um escritor processa um editor. É a primeira vez... *A Noite*, n.º 324, p. 1, 29/07/1912; Antônio. Demanda literária. *A Notícia*, n.º 205, p. 1, 26/27/08/1912; O escritor João do Rio e a casa Garnier. *A Noite*, n.º 621, p. 3, 10/07/1913.

55 Maiores detalhes acerca do processo de João do Rio contra a Garnier, consultar o capítulo "O romance guilhotinado", de *A vida vertiginosa de João do Rio*, p. 197-205.

56 *A Notícia*, ano XIX, n.º 42, p. 1, 17-18/02/1912.

57 *Gazeta de Notícias*, n.º 112, p. 2, 13/04/1914.

Auguste P. Garnier envia para o Brasil o gerente Émile Izard, sob cujo comando a Garnier entrou paulatinamente em decadência. Há que se observar, ainda, que "as transformações no campo editorial e no mercado de livros, com a entrada de novas lideranças empresariais, a exemplo de Francisco Alves"[58], fizeram com que a Garnier perdesse a posição consolidada, ao longo de cinquenta anos, no mercado brasileiro, contribuindo para a queda definitiva nos idos de 1934, quando é vendida para Ferdinand Briguiet.

No ano em que processava a Garnier, João do Rio aproveitou também para tecer duras críticas à casa editora, ao saber que Auguste Garnier cogitava fechar a filial brasileira, plano descartado, pois que o novo proprietário da empresa acabou enviando Émile Izard para o Rio[59]. Até ser desmentida, a notícia da venda não deixou de alarmar os escritores brasileiros que, embora mal pagos, tinham obras publicadas pela editora francesa ou pensavam em submeter-lhe os seus originais[60]. Além da fama de exploradores, João do Rio revelava ainda que, uma vez comprados os direitos de uma obra, os Garnier não se preocupavam em fixar a data de publicação do livro, não cuidavam da revisão, nem se responsabilizavam pelo lançamento das novidades, limitando-se a expô-las nas vitrines das livrarias. Outra denúncia referia-se às traduções da Garnier, realizadas por quase analfabetos, que ganhavam ainda menos que um escritor, conforme João do Rio pôde constatar em uma de suas viagens à Europa:

---

58 Eliana de Freitas Dutra. *Rebeldes literários da República*: história e identidade nacional no *Almanaque Garnier* (1903-1914). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 70.

59 Auguste tinha planos para visitar o Rio de Janeiro em 1914, mas foi impedido pela eclosão da guerra na Europa. Laurence Hallewell. *O livro no Brasil*. Sua história. 2.ª ed. ver. e ampl. São Paulo: EDUSP, 2005, p. 267.

60 Segundo Hallewell, a partir de 1911, "a Garnier publicou pouquíssimas primeiras edições brasileiras, contentando-se em explorar os direitos autorais que ela já adquirira, republicando os livros em sua 'Coleção dos autores célebres da literatura brasileira". *Op. cit.*, p. 267.

Uma vez, em Paris, vi nas prateleiras de provas do Garnier uma tradução da *Rôtisserie de la Reine Pédauque*, de Anatole France[61]. O tradutor arranjara-lhe este título: *A casa de vender carne assada da Rainha Margot*. O horror da tradução é fácil de imaginar...

– Mas isso é impossível! bradei.

– Ele traduz baratinho, respondeu-nos o chefe.

– Quanto?

– 150 francos o volume.

Era natural. Melhor seria impossível. Mas só em Paris e com fome...[62]

Se as acusações de João do Rio contra a Garnier eram sobejamente conhecidas, sobretudo no meio letrado brasileiro, familiarizado com as condições impostas pela Casa na edição de um livro, agora que todas as decisões eram tomadas em Paris, e em vista da grande relutância de a nova direção investir em títulos novos, o escritor brasileiro se valia de seu prestígio internacional e da condição de membro da Academia Brasileira de Letras, para desferir suas setas contra uma Garnier decadente.

De volta ao *Portugal d'agora*, é possível dizer que, por ter sido o último trabalho de João do Rio a sair pela editora francesa, o livro-projeto de 1911, que inaugura as relações luso-brasileiras, funciona também como marco a sinalizar os novos desafios a serem enfrentados pelo escritor na publicação de suas obras futuras.

Critérios da edição

O confronto entre os textos publicados por João do Rio na *Gazeta de Notícias* e em *A Notícia* com os que foram editados pela Garnier em 1911 indicou que a passagem do jornal ao livro implicou em várias modificações, que não se limitaram a uma nova

61 Romance histórico, publicado pela editora Calmann Lévy em 1893, e que narra as atribulações do jovem Jacques Ménétrier no início do século XVIII.

62 João do Rio. O crack da literatura diante das necessidades da vida. *Gazeta de Notícias*, n.º B00021, p. 1, 02/08/1912.

ordenação sequencial. O autor refundiu textos, suprimiu alguns trechos e introduziu novos, alterações devidamente assinaladas em notas. Os erros tipográficos, por seu turno, são abundantes nos dois suportes, ainda que mais graves no livro.

Pode-se supor que talvez o autor tenha organizado o volume para remeter ao editor enfeixando e emendando o que fora publicado na *Gazeta*, isso porque há erros tipográficos idênticos. Assim, por exemplo, no primeiro texto dedicado a Guerra Junqueiro, há o termo "paúes" que, a partir do contexto, pode-se inferir que se trate de pães. No livro, o leitor se depara com o mesmo engano, agora apresentado com ligeira variação na grafia: "pau'es"[63].

O caso mais gritante de falta de revisão de texto é o capítulo "Impressões dos jornais", já mencionado, e que no livro se inicia assim: "Rio. O artigo tem mesmo o título geral: 'Assuntos do dia', e o molde é sempre o deste começo"[64]. Em seguida, vem a transcrição do início de um artigo de fundo, extraído do *Diário de Notícias*, de Lisboa, que, na *Gazeta de Notícias*, era antecedido pela observação – "escrito quase como uma leve crônica o que lembra muito a *Gazeta*, do Rio"[65] –, que na obra aparece à página 122, no final do primeiro parágrafo, suprimidos a vírgula e "do Rio", sendo a palavra "Rio" deslocada para a abertura do capítulo. Por sua vez, o início do texto, na *Gazeta* – "Quando senti o verdadeiro domínio do artigo de fundo"[66] – só vai ser encontrado à página 117 do livro, que segue a versão original até à 122, quando se dá o corte que remete ao começo (p. 112).

A reconstituição parcial de "Impressões dos jornais" dá uma medida da edição precária de *Portugal d'agora* como um todo, no caso do texto em pauta, totalmente incompreensível, o leitor ficando desorientado quanto ao início, desenvolvimento e término do

---

63 João do Rio. *Portugal d'agora.* Paris: Garnier, 1911, p. 273.

64 João do Rio. *Portugal d'agora.* Paris: Garnier, 1911, p. 112.

65 João do Rio. Impressão dos jornais. *Gazeta de Notícias*, ano XXXIV, n.º 129, p. 6, 09/05/1909.

66 João do Rio. Impressão dos jornais. *Gazeta de Notícias*, ano XXXIV, n.º 129, p. 6, 09/05/1909.

capítulo, mesmo se valendo do resumo como orientador de leitura.

Diante desse quadro, foi necessário cotejar os textos nos dois suportes e decidir, em função de cada caso, qual versão utilizar, escolha essa sempre explicitada em nota. Além desses aspectos que dizem respeito ao texto em si, foram adotados os seguintes procedimentos:

- atualização ortográfica, no conjunto da obra, em consonância com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa vigente no Brasil (1990); exceção feita ao título da obra em que se manteve a apóstrofe;
- correção de erros tipográficos;
- manutenção da pontuação original, com pequenas correções quando necessárias;
- correção da ortografia de nomes de autores e obras;
- adoção do itálico para vocábulos e expressões em língua estrangeira, títulos de livros e periódicos;
- uniformização no uso das aspas;
- citação de poemas e excertos de produções literárias em itálico, com recuo e sem as aspas;
- notas em pé de página com informações sobre autores, obras e referências históricas que puderam ser localizados;
- no índice onomástico optou-se por citar o nome completo das obras e autores referidos.

Silvia Maria Azevedo (UNESP)
Tania Regina de Luca (UNESP/CNPq)

Portugal d'agora

João do Rio

JOÃO DO RIO

(DA ACADEMIA BRASILEIRA)

PORTUGAL D'AGORA

LISBÔA. — PORTO

NOTAS DE VIAGEM. — IMPRESSÕES

H. GARNIER, LIVREIRO-EDITOR

109, RUA DO OUVIDOR, 109 | 6, RUE DES SAINTS-PÈRES, 6

RIO DE JANEIRO | PARIS

1911

A MANOEL DE SOUZA PINTO [1]

A JOÃO DE BARROS [2]

1 Manuel de Sousa Pinto (1880-1934), escritor, professor, jornalista português. Nascido no Rio de Janeiro, com três anos de idade foi com os pais para Coimbra, onde se bacharelou em Direito e Letras. Dirigiu com João de Barros as revistas *A Máscara: Arte – Vida – Teatro* (Lisboa, 1912) e *Arte e Vida* – Revista d'arte, crítica e ciência (Coimbra, 1904-1906). Colaborou na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro.

2 João de Barros (1881-1960), poeta, jornalista, político português, dirigiu com João do Rio a revista *Atlântida* (1915-1920). Autor de *A escola e o futuro: notas sobre educação* (1908), *A nacionalização do ensino* (1911) e *Educação republicana* (1916).

ESTE LIVRO

Há menos de quinze meses, tendo que fazer uma curta viagem por alguns países da Europa, cheguei a Portugal e fiquei metade do tempo que contava empregar em toda a minha peregrinação. Ainda assim deixei-o com saudade tanta, que, à volta, mais duas semanas prendi-me ao encanto da terra e da gente. Durante a minha estadia, no desencontro da emoção sempre vária e da sensação infinita, numa estreita mesa de café, um quarto de hotel, em comboio, ocorria-me escrever algumas impressões dos homens e das coisas, para os jornais do Brasil. Tinha a pretensão de que estava a ver bem porque escrevia apenas o que sinceramente sentia. A vida é cada vez mais jornalismo e a ilusão de ver bem é a mais generalizada das ilusões nestes tempos ásperos de juízos instantâneos.

Para o interesse da observação muita vez falha o grande momento. Quando cheguei, porém, a Lisboa, não era isso o que me falhava. Portugal atravessa talvez a sua maior crise histórica, crise que tinha e tem de ser definitiva para o seu futuro. De modo que esses escritos sem peso, enviados para o Brasil, onde, numa atmosfera criada por muitos anos de enganos, ninguém imaginava a gravidade dos fatos, tinham de ser um pouco a revelação documentada. Brasileiros e portugueses domiciliados entre nós, sabiam vagamente da oposição a um chefe de gabinete, tinham ficado atônitos diante do atentado contra o Rei e não imaginavam uma crise nacional no país irmão, mas apenas uma crise de gabinete que exacerbara a loucura de vários degenerados.

Alguns meses depois da publicação desses artigos que não eram políticos, não eram opiniões partidárias, mas apenas, com imenso afeto, desejavam mostrar Portugal d'agora aos brasileiros numa obra de aproximação que deve ser urgente fez-se a República portuguesa. Já por essa ocasião revia eu as primeiras provas do livro do jornalista e foi então que senti ter bem reproduzido o estado de alma geral, porque até anunciara como Portugal faria a República.

Entretanto, talvez por isso, senti um grande escrúpulo. Deixara Portugal em plena crise. Mas, no momento atual poderia com pretensão

denominar um livro de impressões anteriores a República de Portugal d'agora? Guardei as provas, e voltei a esse delicioso país de ternura e encanto, não só com o desejo de retificar erros ou transformações, como por ser impossível deixar de lá voltar.

Quando cheguei, numa noite de chuva do mês de janeiro, as autoridades da terra de luva e o ar de quem têm de explicar graves acontecimentos deram aos passageiros, em francês, uma notícia horrível. Havia greve[3]*. Greve de quê? Greve de tudo. Como a República nova permitisse a greve, os operários portugueses tomavam um fartão de greves. Havia a greve dos caixeiros, a greve dos gasomistas, a greve dos matadores de porcos, a greve dos ferroviários... Desci só, resistindo ao receio, e assim vaguei para terra, sobre o Tejo, rio glorioso. No cais, em que os governos monárquicos gastaram muitos mil contos para os navios não atracarem, magnatamente verifiquei que a República ainda não modifica a esquisita ideia de considerar o Rio de Janeiro porto sujo. Mas, com alegria, dando o meu cartão, verifiquei, pelos sorrisos e bondades gerais, que, se Lisboa continua a pensar na febre amarela no Rio, continua a tratar com carinho os brasileiros. E, de novo só, caí no Aterro, onde não havia conduções, na lama e no vento do local.*

A agitação das greves, a agitação natural do começo das repúblicas deu-me o prazer de verificar que quanto eu escrevera era e continuava a ser do curioso momento de transformação do velho e sempre jovem país. Os telegramas dos jornais estrangeiros anunciavam as greves como um feroz sinal da República. O mundo pensaria que Portugal fazia greves como os outros países. Não! Cem vezes não! Portugal fez greves liricamente, para entrar na corrente contemporânea, como quem dá um amplexo de cordialidade mundial, para mostrar a sua capacidade nesse terreno de protesto socialista. Lisboa ardia de democracia, assim como algumas outras cidades que visitei. A República congraçava a maioria e parecia desafogar os corações. Andavam todos do povo com o passo forte de quem diz:

– Isto agora é meu!

---

3 Greves em Portugal, depois de deflagrada a República.

Enquanto os delicados e os monarquistas recolhiam a um silêncio discreto. Qual a transformação de regime que não traz esse estado de alma?

Em Portugal, que há muito era democraticamente monárquico, a igualdade e a liberdade sopravam com tal violência que a fraternidade talvez sofresse. O Povo surgia. O presidente da República, um bom velho e um notável filósofo[4] *aparecia a falar ao Povo pelo menos duas vezes ao dia; os ministros misturavam-se ao Povo e faziam discursos. Um trabalho febril, um entusiasmo febril, um calor democrático tremendo. O ministro do exterior Bernardino Machado*[5]*, que considero o homem que mais tem falado pela República no mundo, às 2½ da manhã, no seu gabinete, pondo o chapéu e tomando um copo de leite ao mesmo tempo, indagava;*

– Já são onze horas?

A noção do tempo desaparece. É preciso fazer em dias o que se censurou a Monarquia não ter feito em anos.

A série de leis necessárias era grande. Foi-se até a regulamentação das greves logo. A greve resultou da lei.

Várias corporações pensaram, aliás muito bem, que seria cômico um regulamento para coisas que não existem; e fizeram greve. Fizeram greve os caixeiros. Queriam trabalhar menos e ganhar mais. O ministro José de Almeida[6]*, irredutivelmente romântico, servo da terrível familiaridade de que falava Mirabeau*[7]*, acalmou-os. Fizeram greve os ferrovi-*

---

4 Joaquim Teófilo Fernandes Braga (1843-1924) foi o primeiro presidente do governo provisório republicano, entre 1910-1911. Em 24 de agosto de 1911, Manuel José de Arriaga Brum da Silveira e Peyrelongue (1840-1917) foi eleito o primeiro presidente constitucionalmente eleito no novo regime, permanecendo no cargo até 26 de maio de 1915, data em que foi obrigado a demitir-se, sendo substituído por Teófilo Braga.

5 Bernardino Luís Machado Guimarães (1851-1944) foi ministro dos Negócios Estrangeiros no Governo Provisório da República Portuguesa, entre 1910-1911. Presidente da República portuguesa (1915-1917).

6 Antônio José de Almeida (1866-1929) foi ministro do Interior de Portugal, durante o Governo Provisório Republicano, entre 1910-1911. Presidente da República portuguesa (1919-1923).

7 Honoré Gabriel Riqueti, conde de Mirabeau (1749-1791), jornalista, político, orador parlamentar francês.

ários. Ao ministro do fomento, Brito Camacho[8], isso irritou. Os ferroviários estavam firmes porém e por conta própria fecharam a estação do Rossio. E antes da greve geral, já anunciada, os gasomistas resolveram engrossar as fileiras dos que reclamam pelo sagrado direito do operário. Assim, sem mortes, sem crimes, sem grandes estragos, Portugal, dias depois da República dava a amostra do seu adiantamento socialista. Mas nem por isso, o português, mesmo com a violenta transformação, perdia as suas qualidades fundamentais de bom senso e de amor ao país.

A República tinha mostrado esse fato único no mundo, no passado, no presente e talvez no futuro: um bando de famintos, de pés-no-chão, de miseráveis, guardando bancos e palácios, sem deles tirar um ceitil. A República dava ocasião a que outras admiráveis qualidades desse povo se expandissem. Oito dias depois, o Povo, precisamente o Povo, verificou o prejuízo monetário geral das greves, que, além do mais, eram um descrédito para as instituições novas. E o Povo saiu a gritar:

– Abaixo as greves!

E as reservas de coesão e de integridade de raça são aí tão fortes que todos os grevistas entraram em acordo, que as autoridades puderam deitar energia; e tudo acabou numa passeata de batalhões patrióticos, que, com o Povo, aclamou na celebrada Arcada o governo, em pleno domingo, exigindo vários discursos.

Esse ambiente agitado em que tornava a ver Portugal era o quadro em que melhor poderia verificar a exatidão do que antes escrevera. E, de fato, em plena agitação encontrei o mesmo povo extraordinariamente bom e jovem, o mesmo povo sentimental e lírico. Faziam explosões mais fortemente o ódio ao padre, as ingenuidades ou as ambições. Mas todos os problemas indicados por mim, e o estado das coisas e dos costumes cresciam para os meus olhos como se os visse aumentados por uma lente e de muito perto. A questão religiosa, a questão do ensino eram enormes.

---

8 Manuel de Brito Camacho (1862-1934), médico, militar, jornalista, escritor, político, exerceu a função de Ministro do Fomento do Governo Provisório da República Portuguesa, entre 1910-1911.

– Em grande parte, a República deve-se ao fervor de D. Amélia[9] *pelos padres, diziam-me.*

– Só a religião poderá prejudicar a República, concluíam outros, e para obstar isso, é preciso abrir escolas, muitas escolas...

A República que se fizera com uma ação romântica de carbonários à italiana, carbonários que mantinham no povo um grande prestígio de terror de romance quase igual ao do Homem da máscara negra[10] *era de intelectuais, de sonhadores, com cerebrações notáveis. O que nela representara o bom senso gaulês seguia para Paris como ministro, e o que nela era o político organizava o seu futuro de domínio. O povo, sentindo a influência indireta que a República brasileira tivera no ato triunfante, aclamava o Brasil, mas os republicanos ainda não pensavam na aproximação urgente e racional que um republicano prognostica como só possível na República. Portugal não era todo com a mesma exaltação, mesmo porque a rivalidade das regiões escurecia um pouco o entusiasmo pela ação de Lisboa, mas o que era definitivo, claro, era ser a República um fato definitivo.*

Sim, um fato. Portugal não é como a Espanha; Portugal é tão diferente da Espanha como o Brasil da Argentina. Portugal há muito se democratizava. Na Espanha, a República foi uma crise que passou. Em Portugal a República é a grande explosão de um renascimento de todas as coisas. Aquela inquietação por mim sentida em todas as classes, e até nas crianças, aquele vago desejo de um povo fatigado de estar preso, não tendo como saída à sua atividade, senão a emigração – tiveram na República o primeiro grande lampejo. Não haverá mais reis. Primeiro porque não os há. D. Manuel[11]*, graças à influência dos jesuítas e devido à crença fervorosa da Sra. D. Amélia, tornou-se, apesar da sua beleza e eu ia dizer da sua candura, um pequeno soberano antipático.*

---

9 Maria Amélia Luísa Helena de Orleans (1865-1951), última rainha de Portugal (1889-1908), casada com D. Carlos I (1863-1908), rei de Portugal e Algarves de 1889 até seu assassinato, em 1.º de fevereiro de 1908.

10 *O Homem da máscara negra*, drama em cinco atos, de José da Silva Mendes Leal Júnior (1818-1886), publicado em Lisboa, pela Imprensa Nacional, em 1843.

11 D. Manuel II (1889-1932), último rei de Portugal e dos Algarves, entre 1908 e 1910, quando foi deposto com a implantação da República Portuguesa.

D. Miguel[12]*, ao ser entrevistado, concedeu algumas opiniões de verdadeiro rei de mágica. Só D. Afonso*[13] *poderia ser rei, se não se tivesse afastado da política e se Portugal não tivesse sentido a República. Segundo, porque o povo, pelo menos o das cidades, era republicano...*

Certo eu via aquela gente confiante demais. Certo não iria a dizer com o publicista Bruno[14] *que Portugal tem de escolher entre a Espanha e a República. À alegria dos primeiros tempos devem suceder fatalmente mais conflitos, mais greves, lutas, ambições, quem sabe se guerras civis, se pretensões de restauração, o período natural do início das democracias, quando cessam as aclamações seguidas e os discursos contínuos. Mas desses mesmos homens surgirá o Consolidador do novo Portugal, já agora novo qualquer que seja o seu futuro governo, porque deu o decisivo passo para o renascimento, acabando com um estado de coisas que os corações e os espíritos da grande maioria achavam impossível suportar por mais tempo.*

Portugal é uma pequena nação que só na Europa pode ser riquíssima. A maioria das coisas está por fazer. A questão é de dirigentes. Portugal pode ser além disso de fato, um império colonial opulento. Para a grande ação da reforma e da atividade nada lhe falta porque, sendo uma nação quase milenar, com três séculos de estagnação das forças vivas, o seu povo é absolutamente jovem, é um grande condensador de saúde do corpo e da alma, é um dos raros povos fortes e puros do mundo. O renascimento não se fará amanhã, logo, mas far-se-á. E com Portugal ligado ao Brasil porque o nosso destino deve ser reproduzir no presente século a ação de mútuas influências e de valor que representam os Estados Unidos e a Inglaterra agora.

Com estas crônicas de observação sincera eu dissera afinal o momento inquieto, querendo apenas aproximar de fato pelo íntimo conhecimento, as duas nações que não se interessavam assaz uma por outra,

---

12 Miguel Januário de Bragança (1853-1927), duque de Bragança, pretendente ao trono português do ramo Miguelista.

13 Afonso Henriques de Bragança, duque do Porto (1865-1920), exilou-se com a mãe, a rainha Maria Pia, na Itália, após a implantação da República em Portugal.

14 José Pereira de Sampaio, pseudônimo Bruno e Sampaio Bruno (1857-1915), escritor, jornalista e filósofo português, integrante do Partido Republicano Português.

devido à indiferença perigosa dos governos lusitanos. Nem toda gente é obrigada a ver além da sua rua e dos seus interesses particulares. O acaso fizera-me ver um pouco mais.

Assim achei que ao público devia dar este livro, feito de impressões ligeiras. É o único livro de um brasileiro sobre Portugal, e de um brasileiro que, certo do futuro da sua pátria, ama fervorosamente Portugal.

Os poucos que o lerem no momento, não lhe devem dar mais valor que a uma reunião de crônicas ligeiras de observação breve escritas com uma grande ternura pelo país que lhes foi assunto e com um grande desejo de mais ligar dois povos que devem seguir juntos para o progresso. Os historiadores do futuro, como não lhe pus partidarismo político e apenas a observação do jornalista quase estrangeiro, se por acaso o descobrirem, falta de melhor, encontrarão nele o pequeno documento de observação dos costumes e ideias do momento com que se faz a Grande História.

Nice, 1911.

João do Rio

No Mar[1]

1 Certamente por lapso, a primeira parte do livro intitulada "No mar" é antecedida por uma folha com a designação "Lisboa", que não considerámos na edição por estar conforme ao índice do livro que estamos a reeditar.

O HOMEM QUE VIAJA[2]

O homem que viaja é o ser dominante do momento universal. A época descobriu na nevrose dos *sports* a ideia esportiva de obrigar cada homem a conhecer todo o mundo, enquanto o universo não se transforma na fantasia burlesca do diálogo de Musset[3]. O homem que não viaja é um desprezado, um desclassificado, e eu, que não viajara, vendo todo dia amigos partirem e amigos voltarem, tendo que informar aos cavalheiros interessados, que realmente ainda não me fora possível ir dar uma volta, enervava-me de modo esquisito. E a razão desse enervamento vinha da insistência com que todo o sujeito que me cumprimentava, achava de tocar no doloroso assunto.

– Que me diz? Pois ainda não foi à Europa? Ainda não visitou o Cairo? Parece incrível! Você precisa muito!

– Mas conheço uma porção de gente que não gosta de viajar. Veja o Machado de Assis[4]. Nunca saiu do Rio e colecionou a Academia de Letras. Veja o dr. Murtinho[5], o notável Joaquim[6]...

– Você porém precisa. Nota-se que precisa...

Eu tinha entretanto um amigo que me consolava da enervante insistência. Chamava-se Tancredo, tinha uma grande vontade de

---

2 Inicialmente publicada, com modificações, na *Gazeta de Notícias*, n.º 227, 15/08/1909, p. 1, na seção "Cinematógrafo" e assinada por Joe. Na crônica, o texto é identificado como transcrição de uma carta de Pradal de Azambuja, proveniente da Ilha da Madeira.

3 Alfred Louis Charles de Musset (1810-1857), poeta, dramaturgo, romancista, um dos expoentes do Romantismo francês.

4 Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908), romancista, contista, dramaturgo, crítico literário e teatral, um dos maiores escritores da literatura brasileira.

5 Joaquim Duarte Murtinho (1848-1911), engenheiro civil, médico homeopata, professor e político. Senador da República em três mandatos, Ministro da Viação, Indústria e Comércio e da Fazenda, conseguiu restaurar as finanças republicanas no governo Campos Sales.

6 Pessoa não identificada.

viajar e levara o seu excesso a perguntar-me sempre que chegava o vapor:

– Tens amigos a bordo?

Quando eu tinha, Tancredo aparecia no cais com a roupa cheia de rugas para mostrar que estivera emalada, carregando uma valise. Iamos na lancha da polícia até ao vapor, e lá, feliz e contente, Tancredo arvorava um gorro de viagem e passeava pelos *decks*, com o ar de quem tinha chegado também. Na volta, de mala na mão, falando francês e interjetivando em inglês, Tancredo passava pela rua do Ouvidor, indagando de vez em quando:

– Que tal? Pareço mesmo chegado?

Era uma doença estranha que me divertia a morrer, dando-me a certeza de que também havia um homem que não viajava.

Um dia, porém, Tancredo apareceu-me radioso, de valise em punho.

– Que é isso, homem? Hoje não chegou vapor nenhum da Europa.

– Mas parte um no qual vou eu.

Foi como se um raio me rachasse o coração. Cheio de torva inveja acompanhei o malandro infame ao transatlântico, fiquei até o último instante, verifiquei-lhe a passagem, e quando o abraçava, vendo que era inútil estrangulá-lo, Tancredo disse:

– Meu caro, realizo o meu sonho. Não deixes de fazer o mesmo. Compreende que hoje já não se viaja por prazer, mas por obrigação. É preciso viajar. Tu ainda não viajaste, porque não pensaste. Para que um homem conserve a sua posição, seja qual for, é preciso ser o Homem Que Viaja. Pensa. Adeus!

O navio ia partir. Furiosamente beijei-o e vim para casa pensar. Viajar! Sim. Toda a gente me dizia ser preciso viajar. Se Tancredo ia, que fazia eu? Evidentemente é fácil viajar. Depois que se começa a viajar e que se encontra uma porção de gente que nunca fez outra coisa durante a vida – o passado chega a envergonhar. Ora esta! Um homem feito que nunca passou a linha, não conhece as costas da África e nunca desembarcou na Europa! Realmente. É possível que este homem ainda exista? Viajar é uma função natural do

homem cosmopolita, civilizado e superior. Não há burlantim sórdido, dama equívoca em decadência ou caixeiro de importação que não o faça; mas por isso mesmo, o homem superior não é mais superior e talvez não seja mais homem ao certo, quando depois dos trinta anos fala de Paris por informação e conhece os transatlânticos apenas de vista. Toda a gente viaja. As viagens repousam e educam. Não há viagem que não seja propriamente de instrução, e muito em breve as cidades, antes dos *flyers* atravessarem os espaços se cotizarão para exportar em peregrinações externas, caravanas de adolescentes para complemento educativo. Agora mesmo para viajar – basta querer. Dinheiro é inútil. Pode-se ir do Rio a Paris gastando milhões, como se pode fazer a volta ao mundo com uma moeda de cobre no bolso. É questão de temperamento. Além disso, não é preciso gastar muito tempo, o único dinheiro que conta na vida, porque uma vez perdido nunca mais é possível readquiri-lo. O falecido Júlio Verne[7], um dos autores favoritos da fantasia em elunelas, imaginou o extraordinário feito de uma volta ao mundo em oitenta dias. Hoje essa coisa faz-se em menos de metade do tempo. Um sujeito, dizia ainda outro dia um escritor informado, toma no dia 1 o paquete da Cunard em Nova York, salta em Plymouth a 6, quatro horas depois está em Londres, vai de Londres a Berlim onde chega a 7, salta no expresso de Varsóvia onde chega a 8. No dia seguinte está em Moscou, onde pode descansar cinco horas, e daí, em carro da Companhia dos Vagões Leitos, caminho de Vladivostok, caminho esse que se faz através da Sibéria em doze dias. A 18 chega à celebre cidade, embarca para Irugura no Japão, parte daí para Yokohama. De Yokohama a Vancouver, três dias. Chega no dia 3 do mês seguinte, e daí a Nova York mais cinco dias, dão como o novo Fogg[8], tendo feito a volta ao mundo.

---

7 Jules Gabriel Verne (1828-1905), escritor francês, pioneiro na literatura de ficção científica.

8 Phileas Fogg, personagem de *Le tour du monde en quatre-vingt jours*, 1873 (*A volta do mundo em 80 dias*) de Jules Verne.

Claro está que essa viagem rapidíssima não ensina senão coisas tristes para o contemplativo: – a necessidade de correr em tudo, a certeza de que este mundo é, na verdade, cada vez menor. Mas o principal é viajar. Viajar é, de resto, sempre a mesma coisa: salta-se de um navio para o caminho de ferro, do caminho de ferro para um hotel, do hotel para o navio e veem-se homens com diversas caras e diversas vestimentas, já conhecidas de cartões postais, esses grandes aproximadores sociais que difundiram na Europa definitivamente as pretas minas da Bahia, os nossos coqueiros e a pedra de Itapuca.[9] No mais: – estações de caminho de ferro, catedrais, museus, cafés, pequenas ladroeiras dos servidores, e uma temperatura que se compara sempre com a da terra natal, achando-a ou muito mais fria ou muito mais quente. Às vezes chega-se à sorte de julgá-la inteiramente igual à nossa.

Essa viagem pode ser feita sem levar moeda de cobre no bolso e sem pedir nada a ninguém, por quatro mil francos, ou seja, em moeda que os ingleses asseguram não prestar e os portugueses chamam de fraca: dois contos quinhentos e vinte mil reis. Quem não tem tão fraca soma na algibeira? É trocá-la e partir. Mesmo tendo menos, porque é possível recorrer à terceira classe, onde viajam muitos forretas apatacados, imigrantes, futuros Carnegies[10] na nossa terra, e nos mares mediterrâneos, os *felás*, gente que ama a natureza e a vida espontânea. Dentro de muito pouco tempo mesmo, a viagem será obrigatória, como o serviço militar, para a vida social. É uma obrigação mundial, em virtude do estreitamento internacional. Um pai, antes de dar a filha em casamento, perguntará severo:

– E quantas viagens já fez o moço?

Ao contratar os serviços da geração nova, as velhas indagarão:

– Tem viajado?

---

9 Na versão em livro, lê-se "pedras minas da Bahia" e "a preta de Itapuca".

10 Andrew Carnegie (1835-1919), industrial e filantropo estadunidense, nascido na Escócia, fundador da Universidade Carnegie Mellon.

E, decerto, as mulheres e os homens desprezarão o selvagem que tiver a coragem de confessar:

– De céus não conheço senão os da minha terra; de mulheres as do meu país, e talvez algumas que lá foram conhecer o trópico; de homens, estou inteirado com os da minha cidade.

Porque já hoje, neste momento solene do século, os homens verdadeiramente cotados no seu país, são os que, a propósito de cada coisa, citam com patriotismo exemplos estrangeiros que devemos seguir.

Estou mesmo convencido de que antes dos meados do século, antes de acabar a mania da descompostura e da poesia no Brasil, os cursos de geografia serão práticos e os meninos precoces nascerão preparando as fraldas e a mamadeira para fazer uma *croisserie* complicadíssima.

Como resistir à corrente colossal? Como não ser do século e não desejar viajar, ver novo, sentir novamente, lavar a alma, lavar o cérebro, lavar os sentimentos, colaborar na grande obra de síntese universal, iniciada pelos Aryas[11] nossos avós, ao descer do planalto para o mar, continuada nos périplos sucessivos, elevada em construções de civilização pelos portugueses, pelos espanhóis, pelos ingleses – todos esses povos de outrora e hoje cavadores e civilizadores? Um homem que toma o paquete de Mala Real e resignadamente deixa o paquete partir com ele dentro, é um símbolo, continua e aviva a tradição formidável dos galeões e das caravelas, e ao mesmo tempo adquire várias e definitivas regalias: a de ser notável, pelo menos na intimidade, a de causar invejas e dar a impressão de que as suas finanças vão muito bem (o que é sempre engraçado), a de poder ser amável ou desagradável com maior número de pessoas, o que é uma extensão de poder e, principalmente, a glória de mentir sem receio, com o campo da fantasia e da credulidade ilimitado...

Quando verifiquei que para não cair no próprio descrédito era necessário ser esse homem, o Homem Que Viaja, saltei da cama –

---

11 Arya, palavra que, em sânscrito, remete a diversos significados positivos no âmbito religioso.

porque eu sempre que penso deito-me para digerir com cuidado as ideias – corri com um ar estrangeiro à agência de paquetes, comprei uma passagem, toquei para uma fábrica de malas, sorti-me de tudo quanto o fabricante julgava necessário, e quando o homem dizia:

– Vejo que V. Ex.ª parte para uma viagem! Longa decerto?

– Dois ou três anos, fiz com altivez, para ocultar a mentira. Dois ou três anos, porque pretendo ir ao Oriente e talvez demorar em Pequim, onde me chamam interesses.

E saí triunfante, acompanhado das curvaturas do negociante, assombrado com as minhas relações orientais, para arranjar as malas e tocar loucamente para o vapor.

Foi assim que, sendo quase exceção, de um salto, mergulhei na classe social do Homem Que Viaja...

A INTIMIDADE DE BORDO[1]

A intimidade é uma inferioridade histórica. Certo filósofo profundo dizia: "Contempla o rebanho que passa. Esse rebanho não sabe o que era ontem nem o que é hoje: corre, corre, repousa, torna a correr e assim, de manhã à noite, dia a dia, seja qual for o seu prazer ou o seu desprazer. Escravo do momento, não demonstra nem melancolia, nem aborrecimento." E como o homem não poderia ficar vendo apenas passar o rebanho, o filósofo fá-lo indagar de um animal:

– Por que apenas me olhas em vez de falar da tua felicidade?

O animal quis dizer:

– Porque esqueço sempre o que tenho tenção de responder.

Mas esqueceu a resposta antes de dá-la, e ficou no momento "não histórico", enquanto o homem continua arrastando a cadeia do passado e murmurando: lembro-me!

A intimidade é uma recordação acovardada do tempo em que era necessária a estreita ligação para a defesa da vida, e o sentimento forte e brilhantemente egoístico relaxou hoje, sob o peso histórico, num escandaloso escancaramento de almas e de gostos quase incompreensível. Nas cidades nós vemos as intimidades das classes, o direito impertinente que uns indivíduos tomam sobre a vida dos outros, sendo que nas cidades meridionais esse direito vira em escândalo. Um cavalheiro é apresentado a outro e cinco dias depois pergunta-lhe coisas de família, trata-o por tu, convida-o para visitas a senhoras íntimas de toda a gente. Há cidade mesmo, como o Rio de Janeiro e Lisboa, em que um homem não é propriamente íntimo de sua classe mas íntimo da cidade –porque às vezes a cidade sabe mais da sua vida que ele próprio, e dá-lhe casamentos, "cavações", ganhos hipotéticos, falcatruas imaginárias, rasgos fantásticos,

1 Inicialmente publicado a 1 de janeiro de 1909, na *Gazeta de Notícias*, n.º 1, p. 1.

tecendo-lhe essa espécie de corpo astral da verdadeira vida que é a legenda ou boa ou caluniosa.

– Sicrano? Mas Sicrano arranjou cinquenta contos e os tem em conta corrente no banco. É um malandro!

Essa intimidade, seja qual for a raça, torna-se verdadeiramente pitoresca num grande transatlântico, espécie de hotel oceânico, onde, ao cabo de dois ou três dias, o animal homem começa a sentir a atroz necessidade de matar o tempo. Como matá-lo, porém? Há, nas mãos do Destino e do comandante do paquete um batalhão de gente de todas as raças, de todas as latitudes, com as profissões mais antagônicas, as condições sociais menos parecidas. O homem chega e encontra burlantins marroquinos, ginasiarcas russos, *cocottes* cosmopolitas, espanhóis "cavadores", franceses agudos, argentinos "rastaqueros", japoneses, holandeses, ingleses, brasileiros, húngaros, judeus e irlandeses. No primeiro dia a civilização obriga a um sorriso de etiqueta e um cumprimento seco de cabeça. No segundo dia, porém, o homem anda de um extremo a outro da *promenade-deck*, percorre os salões, lê, boceja, dorme, e sente, com todo o seu peso histórico, a falta de intimidade. Por quê? É lamentável, mas ninguém resiste. A princípio, como tentativa de defesa, imaginamos antipatias por alguns passageiros, frases perversas contra algumas caras, alguns sorrisos. Isto porém dá como resultado notar que há outros simpáticos – umas moças inglesas agradáveis, umas crianças lindas. E então o homem cumprimenta:

– Bom dia.

– Bom dia. Passou bem a noite?

A primeira coisa a notar é que as línguas se misturam babelicamente; que cada alma procura ter pelo menos dois meios de se comunicar com o próximo, o que é uma inferioridade. A segunda é o evidente exagero do cuidado: não saber o nome da gente e logo perguntar se passou bem a noite. Longe, porém, de não responder, o homem sente a necessidade fatal de informar:

– Qual! Tive um pesadelo. Sonhei que me estavam estrangulando.

– E na cidade, dorme bem?

– Nem sempre. O senhor passou bem?

– Acordei às duas da manhã.

Tudo isso é inteiramente inútil à harmonia das esferas, mas irresistível. E se não é a noite, é o livro a servir de pretexto, seja ele qual for, o grave *Vigário de Wakefield*[2], aconselhado por Augusto Comte,[3] ou a mais canalha brochura de três francos e cinquenta.

– Bom livro esse.

– É. Conhece-o?

– Li-o há já algum tempo.

Ai do homem se o interlocutor conhece alguém do seu meio. Começam a falar mal desse alguém e em pouco tempo toda a cidade passa no cadinho das frases ferozes.

– E Fulano?

– Um canalha!

– E Sicrano?

– Que zebra!

Nada para cimentar intimidades como descompor o próximo ausente. O oceano corta as responsabilidades urbanas.

Insensivelmente ao terminar duas horas dessa palestra, os interlocutores dão-se de você como amigos velhos, e é uma calamidade. Eu vim para bordo com um plano de trabalho preestabelecido, resolvido a não conversar senão na terceira classe, em interrogatórios documentativos. Logo que o transatlântico zarpou, encontrei na minha cadeira, lendo um jornal meu, certo jovem. Era preciso fazê-lo levantar.

– Gosta deste jornal?

– Gosto principalmente de Veber. Dou-me com ele em Paris. O Sr. mora no Rio?

– Moro.

– Então por que os seus jornais trazem na cinta *chez Melier*?

– É o meu correspondente.

---

2 O romance *O vigário de Wakefield* (1766) é de autoria do médico e escritor irlandês Oliver Goldsmith (1728-1774).

3 Isidore Auguste Marie François Xavier Comte (1798-1857), filósofo francês, fundador do Positivismo.

Já o informara de duas coisas, contra a vontade, antes de sentar-me. Antes de chegar a Cabo Frio tratávamo-nos por tu sem que eu lhe soubesse o nome, e na manhã seguinte a minha cabine era invadida por um jovem de pijama que me obrigava a saltar da cama para fazer um *footing* matinal. Ao chegar a hora do *luncheon*, conhecia intimamente uma jovem inglesa do condado de York, casada de fresco, uma doce japonesa, mãe de três filhos infamemente feios e arteiros, dois argentinos, uma *cocotte* mundial, duas senhoras brasileiras que enjoavam, dois capitalistas portugueses, uma porção de gente.

No fim da noite o transatlântico inteiro contava-me coisas da sua vida secreta e exigia confidências. O lamentável é que, com as senhoras, essa intimidade se torna tão brusca e tão sem peias que descamba em *flirt*, e que com os homens – principalmente os latinos – de índole confidencial e pilhérias de fundo sexual, acabam num desabotoar de confissões verdadeiramente excessivo. Por que diabo um dos jovens argentinos veio dizer-me que em Buenos Aires os rapazes o consideravam inofensivo e que o seu médico o intimara apenas a essa função decorativa? Por que o negociante forte, que vai casar à Europa, contou-me que com injeções de mercúrio vira desaparecer qualquer coisa de desagradável na perna? Por que o velho Gomide informou que não come pepino sem apanhar uma indigestão? E por que uma senhora de bom parecer deixou-me clara a sua vida desde as paixões de moça até o casamento com um cavalheiro de quem não gosta e que também me narrou uma vida lateral de vício e esbórnia? Mistério! Antes de chegarmos à Madeira, essa intimidade covarde, que não pode ser um resultado de amizade, estabelecera como que uma cumplicidade geral, uma inexplicável cumplicidade inútil, ligando todos na Aparência, em torno das partidas de jogo e de *sport*, impossibilitando o isolamento, cavando esse bocejo coletivo da sociedade que se tem nos fins dos bailes e em que tudo é permitido, desde o *flirt* até as confissões de necessidades secretas.

Foi então que eu reagi e fechei-me no camarim. Mas sem lembrar que, saldune da caravana, estava na impossibilidade de tentar a grande ação de salvar o meu "Eu" daquele grande vatapá internacional, onde, tudo conversava e onde sem saber bem como se

chamavam, sabia dos homens tanto a sua história social como a sua história íntima. E ao terceiro que apareceu (um sujeito amável que já estivera na cadeia, segundo informação sua), perguntando se eu queria "purgen"[4], para prisão de ventre, e completando a biografia com a nota de que tinha o intestino delicado, saltei da cama e corri com a caravana a ver o Funchal, - todos da mesma família e todos íntimos!

Foi então que notei a falta da *cocotte* mundial. É que a *cocotte*, cuja profissão é a da intimidade, reagira simplesmente e fora capaz de conservar a sua linha geral até o fim. Ela falhava à regra histórica, e isso porque era a única capaz de não se lembrar do passado – lindo animal que corre, pasta, descansa e torna a correr, não sabendo o que era ontem e o que é hoje.

E, francamente, como no alto do hotel um sujeito companheiro de bordo indagava que idade eu tinha – invejei a *cocotte* com toda a força do meu ódio à intimidade, – essa covardia do homem no relaxamento da Civilização...

4 O termo em inglês é *purge*.

ENTERTAINMENT A BORDO[1]

– *Oh! Mon Dieu! Ce sera très bon!*

E Kanitat, com o seu sorriso mais criança, estendeu um cartão impresso ao filho do estadista sul-americano, cuja cabeleira era mais negra que a asa da graúna. O jovem preguiçosamente passou os olhos, ao mesmo tempo que com a mão esquerda se assegurava da permanência de uma linda pérola negra no peitilho reluzente. E voltando-se para mim:

– *Yes. Have you seen a entertainment given by the stewards on board?*

Eu ainda não vira, mas esperava com certa ansiedade. Era de resto o grande acontecimento de bordo. Dois dias antes os criados de mesa e de quarto haviam adiado o espetáculo por motivo de uma brusca pancada de água, e como a noite se anunciava de límpido luar, sob o céu luminoso da África, o espetáculo teria lugar, às 9 horas, e já corriam as mesas, ao lado dos cardápios, os programas. Era certa a enchente, pois, salvo uma família brasileira teimosamente enjoada desde o cais do Rio, em todos os semblantes se estampava o alegre desejo de assistir às habilidades dos criados, desde as crianças, com vontade de rir, até os velhos, dispostos a matar a noite.

Enquanto era servido o *coup du milieu*, um ponche magnífico de amoras bravas, nós entusiasmávamos Kanitat, a encantadora tentação de bordo. A linda oriental, com a sua pele vesperal e o olhar cor das vagas verdes, multiplicava-se em perguntazinhas propositalmente ingênuas.

---

1 A crônica "Diário de um bárbaro", publicada a 10 de janeiro de 1909, na *Gazeta de Notícias*, n.º 10, p. 2, assinada com o pseudónimo Joe, bastante ampliada e modificada, está na origem do presente texto. Outras crônicas da seção "Cinematógrafo", que também tratam de "impressões de bordo", podem igualmente ter inspirado o autor.

– Vão falar só inglês?

– Só. Mas, em compensação, representam *L'anglais tel qu'on le parle*[2].

– *C'est idiot*. E paga-se?

– Dez libras cada cadeira.

– *Mon Dieu*!

O fato é que Kanitat aparecera com um vestido dourado, cor dos seus cabelos, mostrando o colo num decote só ultrapassado pelas senhoras honestas de Inglaterra, e que com certeza, desde cedo, se prometera aquela partida de prazer, ao lado de ingleses atentos e de jovens latinos apaixonados. Ao terminar o jantar, com a evidente despreocupação até do *sommelier* do salão, subimos ao *bar*. E aí francamente toda a gente falava no espetáculo, detalhando o programa.

Bastava sair do *bar*, para dar com os olhos no teatro, que se armara do lado esquerdo do *main deck*. E só a engenhosa armação do teatro demonstrava inteligência e compreensão do caso. Os *stewards* mandaram fazer apenas uma fachada de palco, com um pano de boca, um velário verde e rubro. Mas, para separar o teatro do chão de bordo, passaram uma rampa de luz elétrica, de modo que a ilusão era completa, e, por mais patriota teatral que um homem fosse, acharia aquela brincadeira de criados de bordo muito mais *chic* que a da maioria dos nossos amadores.

Entretanto, como se aproximasse a hora, já os passageiros da segunda classe enchiam literalmente o *main deck*, e o bando numeroso das crianças, algumas das quais parecem fugidas das telas dos quatrocentistas, sentavam-se em fila, nos tampos de ferro do porão. No *deck* fronteiro ao *bar*, não havia um lugar. Inglesas, em vestido de gala, sentavam-se como se estivessem num teatro de Londres, e cavalheiros de escarpins de verniz, calças largas e largos peitilhos reluzentes, sorriam satisfeitos. Kanitat, que juntara à sua corte um velho esteta inglês, extremamente beijoqueiro, um ousado atravessador

2 *L'anglais tel qu'on le parle* (1899), vaudeville do dramaturgo francês Tristan Bernard, pseudônimo de Paul Bernard (1866-1947).

dos Andes, gaúcho da montanha, o fino Eduardo Pradal, e mais algumas figuras apagadas, disse:

– *Ici, ce sont les loges; allons au parterre. Avez-vous soixante centimes?*

Essa ideia de que nós íamos para a torrinha ver o teatro dos *stewards* pareceu extremamente pândega. Subimos ainda ao salão de jogo, onde apenas o comandante lia as ironias de uma revista inglesa, e demos no tombadilho, que estava também concorrido pelos *flirts* mais fortes e mais apegados. Fazia, de resto, um luar maravilhoso, e o mar era todo de uma calma infinita. Daí, a impressão era a de um verdadeiro teatro, com a plateia, a ordem de camarotes, a galeria e aquele palco, que parecia encaixado numa imensa casa de espetáculo, com armações de ferro, que eram as cábreas, e um *plafond* esplêndido de luz azul, crivado de estrelas, muitas das quais, alguns olhos de equador ainda não tinham visto. Kanitat instalou-se. A seu lado, o próprio estadista sul-americano com a bigodeira de general orador e a imponência da cabeleira grisalha, apta aos entusiasmos dos *meetings* e às cóleras dos *pronunciamentos*, sentou-se. E o velho esteta sonhador foi, em pessoa, buscar uma almofada rosa, para que o corpo da *houri* ocidentalizada se acomodasse bem na cadeira de palha.

– *Eh bien! On va commencer?*

Eram nove e cinco, e já a plateia batia palmas, exigindo o começo da representação.

Houve um momento ainda, e a orquestra atacou a *ouverture*. Depois o velário abriu para o *Pierrot's Holiday*[3]. Havia em cena uns vinte *pierrots* dançando e cantando valsas inglesas que arrastam um homem às piores extravagâncias. Entre os criados de bordo notavam-se cantores, solistas, cômicos, tocadores de banjo, e o que eu admirei foi a afinação do conjunto, a certeza das marcas. Esses rapazes, alguns dos quais, quando se fatigarem de bordo, têm contrato certo em qualquer *music hall* da América, fariam a fortu-

3 *Pierrot's Holiday*, referência a um espetáculo popular, no qual os participantes, caracterizados de pierrôs, apresentavam números de dança, canto, quadros cômicos e monólogos.

na dos revisteiros e dos empresários dos nossos teatros, se, falando português, se encarregassem de animar algumas das mastodônticas revistas e burletas que infestam os teatros da rua do Espírito Santo e adjacências. Enquanto Hade e Whecler, criados da cabine, faziam graças, eu verificava que eles eram infinitamente menos fatigantes que alguns cidadãos quinquagenários que os jornais louvam no Rio, sem convicção; a cada canção de Hastie ou Told, de Carponter ou de Sunderland, desejava o telégrafo sem fio para pedir a alguns atores menos conhecidos o obséquio de vir aprender um pouco, e quando uma *stewardess* fez de grande dama, estive a escrever uma carta a uma grande atriz das minhas relações para confessar-lhe como não a julgava tão grande...

O público, esse, divertia-se à farta. As crianças riam a perder; cada número era vastamente aplaudido, e quando apareceram os tocadores de banjo, com aqueles sons ásperos e arrastantes, o grande palácio flutuante no ambiente de luar se transformou no navio do encanto. Oh! a sugestão da música no mar alto! Ninguém lembrava a terra, as lutas, as invejas covardes das cidades. Para que chegar, para que aportar um dia? Certo, na terceira classe, a vermina humana, sem teatro, sem banjos e mesmo sem camas, desejaria chegar. Mas o *honorable* que consertava o seu monóculo, o filho do lorde vice-rei do Egito, a *cocotte* parisiense, os ricos, os protegidos da sorte, os tipos representativos da primeira classe social? Esses sorriam satisfeitos. Os bordões dos banjos faziam zunidos de vespas, o luar era envolvente como uma carícia, e o Amor, que por ser passageiro se chama *flirt*, tecia a rede rósea do encanto nesse luar, entre os sons ardentes dos instrumentos selvagens. Quando o *Pierrot's Holiday* terminou, Kanitat, que levara todo o tempo a rir e a bater palmas, posto que não compreendesse uma palavra, desejou refrescar-se. Era no *bar* um formigamento como nos botequins dos teatros urbanos ao findar de algum ato.

– *C'est drôle* ça*!*

– *Very nice!*

– Muito bom! muito bom!

Não havia duas opiniões em contrário, tanto mais quanto a maioria dessas opiniões era dada do alto, como convém em se tratando de habilidades de criados de quarto para a cena; e ingerindo limonadas ou águas minerais, a sociedade inteira concordava, disposta a aplaudir mais.

Eu fui outra vez para o *deck*. A segunda parte era uma série de números de *music-hall* com humoristas estilo americano. Os ingleses redobraram de riso. Havia uma inglesa de dentes longos, que aplaudia com delírio. Mas os latinos sentiam-se fatigados. Os latinos e os amorosos. Uma senhora mesmo confessou-me que achava aquilo secante e Kanitat, apesar de seu esforço, ergue-se como se ergueria uma imperatriz de legenda, seguida da tropa decorativa dos áulicos de sua beleza.

Eu fiquei vendo a lua, - a lua, que segundo os quiromantes rege os ímpetos da minha vida aluada; e já o *Good save the King* dizia-me a terminação do espetáculo, quando Eduardo Pradal apareceu.

– Esplêndido, meu caro. Acabo de descobrir que representar é um jogo atlético.

– Palavra?

– Lê o programa do *entertainment.* O espetáculo foi dado pelo *Stewards Athletic Club*.

– Oh! deixa lá...

– Mas eles têm razão. No fundo, tudo é atletismo. Jogar uma partida de *bridge*, por exemplo, é de fato um exercício de atletismo da paciência.

– Ora se não!

E fomos dormir, com o cuidado dos *stewards* atletas atores que, de novo fardados e solícitos, nem por sombras pareciam os alegres *pierrots* de horas antes.

Em Lisboa

AO ENTRAR EM LISBOA[1]

A BELEZA DA PAISAGEM — DESEJO DE UMA OPINIÃO — O ENTERNECIMENTO — A INFLUÊNCIA DA HISTÓRIA — DIFERENÇAS DE PRONÚNCIA — A HOSPITALIDADE — A BELEZA DA GENTE — A HORA.

E de súbito irrompemos no tombadilho, as senhoras ainda pálidas da tormenta da noite, os cavalheiros de olhos bistrados por terem passado no susto do naufrágio tanta hora. Era o acordar da manhã. No céu de escumilha azul e escumilha rosa desabrochava o dia como um grande lírio de ouro. A brisa fina avivara as faces, e na agitação de bordo – louca alegria da terceira apavorada ainda à noite, anseio da segunda, onde se rezara de joelhos pedindo a salvação, prazer da primeira imaginando o desembarque e a terra firme – o transatlântico vagaroso cortava as águas verdes do rio.

– Já estamos no Tejo? indaguei respirando forte o ar puro.

– Já. Veja que já deixamos Cascais, os Estoris, Carcavelos, e mesmo passamos o Cachopo Pequeno.

– É então Lisboa enfim?

– É.

A resposta era de um português, um português culto, vagamente homem de letras, viajado bastante, e era patente no seu olhar o desejo de adivinhar a minha impressão. Boa ou má? Deliciosa a terra ou talvez sem novidade? Outros lusitanos encostados à amurada, negociantes ricos, homens de meia idade, evidentemente comovidos, pareciam também desejosos de uma frase boa. Só um rapazola, que a sorte rápida bafejara, belo e falador, esticava o braço vitorioso, como se apontasse propriedades suas, de cuja excelência seria impossível duvidar.

– Lá está a Torre de São Julião da Barra. Veja Paço de Arcos. Olhe, aquilo lá não é o Dafundo? Olhe, é. Lá está depois a Torre de Belém.

---

1 Inicialmente publicado a 3 de maio de 1909, na *Gazeta de Notícias*, n.º 123, p. 1-2.

Eu olhava, embevecidamente. Voltei-me.

– Aquela. Tão pequena...

O primeiro que falara continuou:

– É, realmente. Nem parece que ocupa tanto lugar na história. Tudo aqui é pequenino. Quem vem de uma terra tão grande como o Brasil... Mas também tudo com muita raiz, muito antigo. Quem chega a Lisboa lembra logo Camões[2]:

Esta é a ditosa pátria minha amada[3]

– Não só este patriotismo, mas também as origens:

Esta foi Lusitania, derivada
De Luso, ou Lisa, que de Baco antigo
Filhos foram, parece, ou companheiros
E nela então os íncolas primeiros[4].

E talvez Camões tivesse errado, que esta cidade foi por fenícios achada antes dos gregos viajarem... De país tão novo como o seu, há de achar o orgulho infantil.

Não respondi. Para que responder? Todo o meu ser se embebia de uma natureza muito sonhada mas jamais sentida. Não era o céu violentamente azul, não era a montanha numa congestão de verde sob a apoplexia solar do Rio que eu deixara em pleno verão. Era um suavíssimo céu tão puro e transparente e infinito que lembrava carícias divinas sobre a terra doce; era a paisagem de tão gaias nuanças e tão suaves declives e tão florido aspecto que mais parecia um jardim de encanto surgido após a tormenta como a ilha da bonança; eram principalmente aquelas recordações de séculos antes, de séculos remotos, de séculos longínquos, vindos da lenda, dos semideuses, dos cantos dos celtas e das narrativas de Homero[5], a marcar périplos

---

2 Luís Vaz de Camões (1524?-1580), poeta português, uma das figuras maiores da literatura lusófona.

3 Canto III, estância 21 de *Os Lusíadas* (1572), de Luís Vaz de Camões (1524-1580).

4 Canto III, estância 21 de *Os Lusíadas* (1572), de Luís Vaz de Camões (1524-1580).

5 Homero (séculos IX-VIII a.C.), poeta épico grego, ao qual se atribui a autoria da *Ilíada* e da *Odisseia*.

ousados, para irradiar um grande mundo novo, ali, naquela terra, naquele vasto e nobre rio de nome formoso.

Certo eu partira como os filhos dos países sem tradição, com os olhos no futuro, não vendo mais do que ascensores, conforto, estradas de ferro, não tendo que respeitar antepassados, incluído naturalmente entre os que formam a nacionalidade de um formidável país futuro. Certo, além desses sentimentos de interpretação larga, chegara como chegam muitos, cheio de vaidade e de orgulho das árvores colossais, das praias formidáveis, das cidades transformadas numa vertigem, bem americano com o sorriso complacente para a velhice da origem europeia. Aquela cena devia ser uma repetição de outras muitas. Seria mesmo o tipo de americano forte, se saltasse do transatlântico para o *sleeping-car* e tocasse para Paris, com o sorriso superior no lábio. Assim pensava agir na anterior noite da tormenta. E, de repente, como nas mágicas, sentia um sentimento até então insentido: o enternecimento diante da paisagem. Como era belo o que viam os olhos meus! Que beleza! E entretanto, nada de extraordinário: a casaria como a da minha terra, preguiçando da lombada dos montes até junto à água do rio, as torres das igrejas sem nada de espantoso, água, céu, paisagem. Mas nisso um amplexo terno e longo, nisso um brando abraço íntimo, nisso tanta bondade esparsa, tanta suavidade que o coração se sentia a bater mais forte, sem saber por quê.

Diante da cidade a acordar, no Tejo largo e profundo, não era o pasmo que me acometia, era o reconhecimento de me sentir ligado a uma raça valorosa e antiga, era a ideia de que eu mais não era senão o desdobramento de um ramo forte da humanidade, era o sonho talvez vago e fantasioso de que daquele mesmo rio, defronte da torre pequena de Belém, um ascendente distante se arrojara ao mundo novo, deixando Lisboa, – a que fora ocupada já no ano do mundo 3.009 pelos galos-celtas, e chamada pelos romanos *Felicitas Julia* por espaço de seiscentos e sete anos. Quantas coisas vira o Tejo, quantas ousadias e bizarrias contariam as Tágides formosas no friso argênteo das ondas, dos longos anos em que se constituíra aquele povo? E eu não via só o desdobrar das épocas, as raças em combate, os celtas primeiros, e os fenícios e os cartagineses, e os gregos e os

romanos, e as hordas bárbaras dos alanos e as conquistas estrepitosas dos califas árabes; a formação da nacionalidade lenta e sangrenta, o apogeu de Ulissipona, porta da Europa sobre o desconhecido, descobrindo mundos novos no tempo em que D. Manuel[6] mandava de presente ao Papa elefantes brancos ajaeazados de ouro. Sentia bem forte um imenso aconchego amoroso, como se carregada de glórias, e de penas, coberta de troféus, maternalmente Lisboa abrisse a beleza deliciosa do seu anfiteatro numa acolhença cheia de penetrante ternura. E, por isso, tudo parecia tão suave céu e terra, árvores do monte e águas do rio, como se os trechos a descobrir na paisagem fossem novas acolhidas de meiguice na corrente crescente de encanto e de infinito bem-estar.

– Que tal lhe parece aquele trecho?

– A praia do Caju na ilha de Ogígia.

Mas o transatlântico parava. Era em todo o navio a roda viva, a precipitação inútil, a ânsia de desembarque. Lanchas enormes e negras, com sujeitos de farda, estavam a encostar. Senhores diziam adeuses e falavam alto de bordo para as lanchas, concatenando futilidades e informações. Ao passo que a gente de bordo estava muito bem sem sobretudo, os cavalheiros das lanchas tinham paletós de grosso pano, luvas fortes e um ar friorento. O movimento do porto àquela hora e naquele sítio parecia insignificante. Um ou outro navio fundeado, as velas dos barcos de pesca ao longe, vagos vaporezinhos a singrar em direções diversas. Mas por sobre as águas grossas do rio, bandos e bandos de gaivotas brancas a adejar, ora em palpitações no ar, ora por sobre a onda ao de leve, tecendo um contínuo, persistente, ininterrupto desenho de arabescos alvos na luz líquida da manhã radiante... Devia ser bom descansar num daqueles barcos, bem no fundo, abrir os olhos para ver o doce espetáculo e a fantasia delicada da natureza, e a pouco e pouco desaparecer como um sonho diluído naquela luz feita em certos cantos de opala, mas fluida e diamantina no alto. Devia ser bom gozar aquela música de linhas

6 D. Manuel I (1469-1521), rei de Portugal e Algarves, deu continuidade às explorações portuguesas, iniciadas pelos seus antecessores, o que levou à descoberta do caminho marítimo para as Índias, do Brasil e das Ilhas Molucas.

sugestionadoras, a divina sinfonia, a perpétua marcha de amor do ambiente com os acordes dos montes escorrendo luz, os pianíssimos das águas mansas e das verduras tenras, os arpejos aéreos das aves marinhas no seu eterno anseio. Devia ser bom deixar que a Sorte se fartasse de nós e desaparecer no *pathos* criador reintegrado e perfeito.

– Como é bonito!

Por trás de mim, porém, um guarda da Alfândega, de grande bigodeira, dizia-me:

– Dê-me licença, vossência, um instantito...

Vossência... Uma voz quente, cerrada, cantada, a mesma língua minha com um abismo de diferenças na pronúncia e talvez mesmo na significação das palavras. Qual delas mais bela – a brasileira ou a portuguesa? Falei propositalmente para sentir a dessemelhança.

– A minha excelência está ao dispor.

E senti, ouvindo-me, sensação idêntica a de quando ouvia em rodas de brasileiros um marçano chegado da terra dar o seu recado: – senti-me mais ou menos inferior. Para a Espanha os argentinos falam mal; para a Inglaterra, os americanos pronunciam o inglês detestavelmente; para Portugal a nossa maneira de pronunciar é cômica. Em compensação os argentinos preferem a sua pronúncia à dos madrilenos, os americanos difundem o seu inglês arrogantemente, e os brasileiros acham muita graça no cerrado falar lusitano. A língua é a inicial na individualização dos povos. Resolvi resistir à corrente e conservar a mesma maneira de pronunciar. Era tempo. Subiam vários amigos as escadas de bordo e preciso fora ter feito um voto anterior para guardar fidelidade. De resto, mesmo tentando imitá-los, de vez em quando há as descaídas e eles percebem logo – o que no fundo é bom, porque se faz uma espécie de "passe".

– Vossência é brasileiro, pois não? indagou logo o guarda.

– Sim.

– É nascido lá no Brasil?

– Por quê?

– Ah! Conhece-se logo.

Não tenho tempo de dizer mais nada. Sãos os amigos, os camaradas do Rio contentíssimos com a vinda de um conhecido, desejosos de mostrar sua hospitalidade. Essa hospitalidade vai até no excesso da gentileza. Para irmos até no cais há duas lanchas, para velar por nós

protetoramente uma porção de olhos atentos e fraternos. É como se voltasse a gente ao lar, depois de longa ausência. A sensação, em seguida a uma viagem em paquete inglês, na agressiva indiferença britânica, é realmente agradável. Já estamos na lancha, já a lancha vai partir, quando desce de bordo, onde fora buscar um dos seus amigos, Oscar de Tefé[7], encarregado dos negócios do Brasil. Discreto e elegante, as lentes de cristal cintilantes, o jovem e simpático diplomata parece contentíssimo com a nossa chegada e contentíssimo também por lá estar em Lisboa há dois meses.

– Tenho o meu automóvel no cais. Vamos logo dar uma vista pela cidade.

– Está, então, contente?

– Oh! muito. Esta Lisboa é linda, realmente linda. Cada dia descubro encantos novos. E que sociedade, que sentimento de hospitalidade!

– Que entusiasmo!

– É a opinião de todo o corpo diplomático. Não encontrará um representante de país estrangeiro que não sinta a sedução desta terra. Verá. Dentro em pouco terá a mesma opinião.

– Já tenho a opinião de que não há frio, posto que andem todos de paletó.

– O frio de Lisboa! Mas é um *chic*, meu amigo. Quando neva, a neve toma proporções de acontecimento. Quase sempre este sol, este céu, este lindo ambiente.

A lancha atraca no cais da Alfândega. Dos funcionários a gentileza é cativante. O trecho da cidade tem o aspecto de algumas ruas desaparecidas do velho Rio. Os brasileiros saltam sem admiração. O casarão da Alfândega é bem parecido com o nosso, velho e com todo o desconforto possível. Os empregados é que são gentis e rápidos. O Sr. Santos, chefe do serviço, diz-nos:

– As malas de vossências? É vir à tarde e em dez minutos estão livres – o que realmente se dá. Mais depressa, só em Paris, na *gare d'Orsay*. Tão carinhosamente, em parte alguma.

---

7 Oscar de Tefé Von Hoonholtz (1870-?), diplomata brasileiro que serviu em diferentes países e trabalhou em Lisboa entre 1908 e 1911.

Para conduzir-nos a um hotel, havia uns quatro trens, mais o automóvel da legação. Continuava aí a se afirmar a hospitalidade lisboeta, esse sentimento de afeto, que é geral, constante, e cerca sempre todos os brasileiros, sem distinção de personalidades. Oscar de Tefé, porém, o distinto diplomata, insistia pela sua *limousine*. Metemo-nos dentro. O auto demarrou do cais num arranque brusco. E em breve estávamos na grande rua que beira o Tejo, a rua do Arsenal[8], suja, esburacada, enlameada, com as velhas fachadas besuntadas, e fábricas e casas de comércio grosso e um movimento enervante de vendedores ambulantes, carros elétricos, tipoias[9], carvoeiras, varinas, sujeitos apressados, campônios, galuchos de ar palerma – uma torrente humana em represa.

– Devagar!

– Sim, devagar! Se fôssemos a pé?

– Mas aqui? Não, depois.

É que eu reparava nas caras de tanta gente, olhara os olhos de tanta gente, via o movimento rítmico dos corpos em movimento. E, salvo os sujeitos importantes, a maioria daquele torvelinho de criaturas pobres, era de uma beleza impressionante. Sim. As varinas, com os pés nus, sujos de lama, e os cestos de peixe à cabeça, as recoveiras montadas nos jumentos, a caminho de longas distâncias, os adolescentes, morenos, com o sangue nas faces – toda aquela gente era bela, de uma beleza quente e sensual, que desabrochava nos lábios polpudos, no meneio amplo dos quadris, naqueles olhos de êxtase, tão molhados, tão ingenuamente passionais, que nos cantos das órbitas ainda se espraiava o brilho da pupila ardente. E essa beleza sensual e natural, recordando quermesses delirantes, tinha em cada face uma infinita expressão de poesia e de bondade.

– É que esta gente é bonita!

– A beleza é uma questão de ponto de vista.

– Não é a beleza da parisiense, não é a beleza das multidões

---

8 Na edição em livro, falta a palavra Arsenal.

9 O seguinte trecho, publicado na *Gazeta de Notícias*, foi suprimido no livro: recoveiras de Aviltes e Valongo, montadas em jericos.

de nenhum país. É a beleza especial, de um grande gozo resignado. Sente-se que esta gente treme do Destino, ama Deus, ama aos seus, e que parece feita de sonho, de saudade e de amor dos sentidos. Que olhos! Nunca vi olhos assim!

– Mas, no Brasil, há portugueses, parece.

– Apenas o brilho dos olhos cá fica.

– Também como queria você que não fosse lindo o povo com esta terra e este céu!

Então, atentamos para o desmaio argênteo e glauco do Tejo formoso e para o céu de um azul macio, feito de açucenas em flor, e para o ar, que se vê nesse painel de brilho diamantino, e para a paisagem lá ao longe, sempre lembrando éclogas e vetustos feitos. E sentimos que a rua feia, a rua comercial e enlameada, desaparecia para deixar em meio da cariciosa beleza do cenário aquelas criaturas feitas da sua essência, tão boazinhas, tão sadias, tão lindas, tão resignadas...

Mas já o automóvel seguia a caminho do centro. E um companheiro de viagem concluiu, rindo:

– Excesso de poesia! Vês o Ancestral[10] com demasiada religião. E para conhecê-lo bem, nesse grave momento de crise, é preciso não imaginar e antes anotar. Com tudo quanto dizes Lisboa vai ao São Carlos, tem intrigas, gente feia, o Rossio, a política, e apesar de resignada é republicana. O presente é um misto do passado e do futuro. O passado ei-lo aí nos monumentos, admirável. O futuro emana do passado. O momento é grave. Como nos versos do vate:

> *A hora grande, a hora imensa*
> *Só por um fio está suspensa...*[11]

E eu saltei, meio enfiado, à porta do Hotel da Europa, bem defronte do Chiado – naquela manhã que se fazia um radioso dia.

---

10 No livro: Ancrestal.

11 Fragmento do poema "Pátria" (1896), do poeta português Abílio Manuel Guerra Junqueiro (1850-1923).

PRIMEIRAS IMPRESSÕES[1]

ASPECTOS — GENTE PARADA E CAUTELAS — O QUE SE CONVERSA — UMA TEORIA DA DECADÊNCIA — PORQUE LISBOA ACOLHE OS ESTRANGEIROS — COMO NO BRASIL — NOS JERÔNIMOS — AS CRIANÇAS DA CASA PIA — IMAGEM POÉTICA NUM CLAUSTRO.

Neste mesmo dia, saindo a passear, encontrei-me como se estivesse em cidade já vista. O dia continuava lindo, e depois de um almoço formidável, devagar e tranquilo, resolvera andar sem direção apenas com o vago desejo de reencontrar sítios celebrados em leituras. Lisboa não muda com rapidez e os seus dois guias literários são ainda agora Eça de Queirós[2] e Fialho de Almeida[3], para o primeiro momento e o reconhecimento.

– Onde fica o Martinho?[4]

– Este está a reconstruir.

É também de todos os lugares notados na ironia de Eça ou na vergasta rútila de Fialho, o único em que não se pode entrar e ver tal qual foi descrito. E curioso é, que ao ver tais lugares, nada anormais em beleza e muita vez parecidos com sítios idênticos do Rio – uma grande simpatia nos invade a alma. Os dois escritores não conseguiram diminuir a terra pátria, tão genuinamente são no fundo portu-

---

1 Inicialmente publicado, a 5 de maio de 1909, na *Gazeta de Notícias*, n.º 125, p. 1; "Primeira Impressões" era um dos itens a ser desenvolvido no artigo intitulado "Em Lisboa".

2 José Maria de Eça de Queirós (1845-1900), escritor e jornalista português, figura de destaque da escola realista, autor dos romances *O crime do Padre Amaro* (1875), *O primo Basílio* (1878) e *Os Maias* (1888). "Sobre a nudez crua da verdade o manto diáfano da fantasia" é epígrafe do romance *A relíquia*, saído em 1887 em folhetins da *Gazeta de Notícias*, do Porto.

3 José Valentim Fialho de Almeida (1857-1911), jornalista e escritor português, ligado ao Decadentismo e ao Simbolismo, autor de *Os gatos* (1889-1894) e *O país das uvas* (1893).

4 O Café-Restaurante Martinho da Arcada, na Praça do Comércio, n.º 3, em Lisboa, é o mais antigo da cidade.

gueses e amantes de Lisboa. E Lisboa pela sua franqueza, pela sua intimidade, talvez pela beleza meridional dos seus habitantes, não sei porquê – logo atrai e logo prende. Eu passeava como um habitante antigo, subindo o clássico Chiado, parando à porta das tabacarias, descansando nos terraços dos cafés, olhando com impertinência as damas que passavam.

No primeiro momento do passeio pela Baixa, foco comercial, a inventariar recordações no movimento do Rossio, da rua Augusta e da rua Áurea, logo me pareceu impossível – e isso não lera eu – que tanta gente houvesse desocupada em Lisboa. Era a primeira impressão, destinada a persistir e acentuar-se. Do lado esquerdo do teatro D. Maria havia uma porção de gente, em pé, de mãos nos bolsos ou sentados, sujeitos de gorro e jaleco, fadistas de sombrero vasto, mulheres de lenço na cabeça. Era tão grande o ajuntamento que por ser perto a praça da Figueira, pensei em alguma coisa de anormal.

– Que há?

– Nada.

No Rossio, sob a altíssima complacência da estátua de D. Pedro IV[5] e em redor das fontes cascateantes não havia banco desocupado. Era a vermina humana a descansar. Alguns dormiam, ou davam uma volta e voltavam ao banco como à casa. A multidão era enorme mesmo em torno de três ou quatro vendedores ambulantes, esforçados pantomimeiros gratuitos e como esse Rossio é estação de carros e automóveis de praça, é o ponto central de uma porção de linhas de carros elétricos, incostestavelmente magníficos. Com os cocheiros em ócio e os motoristas descansados palestram os que não têm que fazer[6].

Olhei um relógio. Duas horas da tarde. Seria crível, tanta gente sem ocupação! Deixei o Rossio pela rua Áurea, e quer nessa, quer

5 D. Pedro IV de Portugal e I do Brasil (1798-1834), 16.º duque de Bragança, Rei de Portugal (1826), Imperador do Brasil (1822-1831).

6 No livro, a frase está incompleta e truncada: linhas de carros elétricos, com os cocheiros motoristas os ociosos palestram os que não têm que fazer (p. 43). Em função da clareza, optou-se por seguir a versão do jornal.

na rua Augusta, quer no Chiado, depois, notava à beira das livrarias, das tabacarias, dos botequins, cavalheiros em geral bem postos, que monoculizavam as damas, palestravam, e pareciam nada ter que fazer. Talvez fosse uma impressão falsa, mas de prever seria que aqueles senhores estivessem habituais nesse emprego ameno, tal qual, há alguns anos atrás e ainda um pouco hoje, na rua do Ouvidor. Com isso, pelos olhos dos que nada faziam, um movimento interessante, menos alegre do que convinha, a agitação dos centros urbanos, e vendedores de cautelas, uma praga de vendedores de cautelas, em todos os pontos, impingindo o bilhete de loteria com oito dias de antecedência, da manhã até à madrugada seguinte, uns a lamuriar:

– Compre vossência, que auxilia um infeliz.

Outros com piada e graça:

– Veja o 1010. Dois pauzinhos e dois zeros. A vidinha, meu rico senhor, aqui está toda: dois pauzinhos e dois zeros. Até dá gosto ver.

No canto da rua Augusta encontro a acompanhar dois amigos de viagem um patriota exaltado.

– De que conversam?

– Ora! De que se pode conversar agora aqui? De política. Falamos de política. Estou a contar de como o Luciano[7] está por uma tirinha. Não. Lá capacidade ele tem. Na sua casa estão todos amestrados. Até as meninas falam ao telefone, de política.

– A situação, então?

– É desesperadora. Pois ainda o pergunta? Compreenda que o ministério cai, o rei vai ter um trabalhão para organizar outro. A influência da Sra. D. Amélia e dos jesuítas é um estorvo. José Luciano acaba a governar por dentro da cortina. Mas chegou hoje. Que tal as suas impressões?

– Lisboa fascina. É deliciosa.

---

7 José Luciano de Castro Pereira Corte-Real (1834-1914), advogado, jornalista, político português; presidente do Conselho de Ministro por três vezes, foi governador da Companhia Geral do Crédito Predial Português, até 1910, quando se demitiu em função de um grande escândalo financeiro, o último da Monarquia, que quase arruinou aquela empresa.

– Não penso que exagere. Acontece isso com todos os estrangeiros. Lisboa é historicamente a causa da decadência e do espírito desnacionalizador de Portugal. Leu o Basílio Teles[8]? Foi Lisboa que deu ao nosso país o vírus do nomadismo, foi Lisboa que estabeleceu a nossa eterna crise agrícola com a precocidade da burguesia, a inversão dos papeis entre o comércio e a agricultura, foi Lisboa que criou a decadência de Portugal, decadência que parte da descoberta das Índias. Com a sua pelintrice habitual, queria ser a Veneza nova e ter no porto o movimento do mundo. Daí o internacionalismo dos habitantes, o agrado ao estrangeiro...

– De onde é o meu amigo?

– Do Porto, do norte...

Rimos os três. Ele próprio sorriu.

– Talvez pensem vocês que é a velha rivalidade...

– Oh! não! Nós pensamos que são quatro horas e que seria interessante ir aos Jerônimos.

– Sim, aos Jerônimos para admirar Portugal do passado. O de agora está mal. Precisamos quanto antes da República.

– Mais sangue?...

– Não! Os verdadeiros republicanos pensam em fazer a República como no Brasil. O Buíça[9] não foi um agente republicano. Converse com o João Chagas[10] a respeito. Ou com o Bernardino. Conhece o Bernardino Machado? Também brasileiro.

Tínhamos ido a andar e estávamos no ponto dos *tramways.* Seguia um para Belém. O patriota no-lo indicou, e enquanto o carro não seguia, ainda recapitulou o seu ideal republicano: o povo convencido, pondo a andar a dinastia e exigindo os seus direitos,

---

8 Basílio Teles (1856-1923), professor, jornalista, político republicano português. Autor de *Figuras portuguesas* (1961, edição póstuma).

9 Manuel dos Reis da Silva Buíça (1876-1908), ex-militar republicano, assassinou D. Carlos I e o príncipe D. Luís Filipe, na Praça do Comércio, em Lisboa, mais conhecida por Terreiro do Paço, em 1 de fevereiro de 1908.

10 João Pinheiro Chagas (1863-1925), jornalista, escritor, diplomata, primeiro presidente do Ministério da I República Portuguesa. Colaborou e fundou diversos periódicos como *Panfletos* (1893-1894) e o jornal *A Marselhesa* (1897-1898).

sem sangue, sem crimes – como no Brasil. Depois num gesto épico, ao partirmos:

– Isto está a cair!

Quando saltamos do carro elétrico de Belém, em frente aos Jerônimos, já o sol descambava. Íamos três, um grande poeta, um mundano endurecido por dez anos de Paris e eu – todos brasileiros. À entrada, havia apenas uma pobre mulher com frio, a pedir esmolas.

Conduzidos pelo poeta, que lá muita vez estivera, tomamos a porta lateral, onde um empregado se fez logo atenções e delicadezas.

– Vossências querem visitar o claustro?

– É possível fazer uma rápida visita geral?

– Sim, meu senhor.

Tomou de um molho de chaves e precedeu-nos, cheio de amáveis cumprimentos.

– Por aqui, por aqui...

E, já preparados por desenhos e leituras, já fartos de conhecer no seu risco e nos seus primores, a joia colossal e magnífica aquele interior na semissombra luminosa avivada pelos grandes olhos pálidos das rosáceas, deu-nos de repente uma impressão de esmagamento. Três naves se sucedem na extensão de quase cem metros sobre vinte e cinco de largo. A vista ascende ao teto da abóboda lavrada, em floreios e laçarias, treme, arrima-se a uma das oito colunas que o sustentam, sente na inferioridade do próprio eu, a beleza solene e formidável do lugar. Andávamos devagar. Vagamente, de vez em quando, uma indicação:

– Os confessionários, as capelas tumulares...

E eram os confessionários, cinco negros buracos, encravados, com as portas de madeira, encimadas de nichos de um lavor de rendilhado perfeito, eram no segundo corpo de cruciforme, as capelas de Vasco da Gama[11], de Luís de Camões, de D. Manuel, assentes sobre leões de mármore, sobre elefantes de mármore, era o altar de São Jerônimo e o de Santa Maria, em talha dourada. E quanto mais

11 Vasco da Gama (1469-1524) navegador português, destacou-se pela descoberta do caminho marítimo para as Índias, durante o reinado do rei D. Manuel I, em 1497-1498.

os olhos viam, mais se embeveciam da pompa, da espiritualidade daquela glória de pedra. Sim, nos Jerônimos, estava a história da segunda fase de Portugal; nos Jerônimos se sintetizavam a arte e a vida de uma nação, num largo período de quatro séculos. Ali, numa pequena ermida velara o Gama, na noite anterior à da partida para a passagem das Índias; ali, D. Manuel começara um templo e um convento, num estilo arquitetural, que não só historia as fusões étnicas do sangue português, como o seu espírito magnífico, de crença e poesia, de forte êxtase e ardentia árabe; ali, há quatro séculos, com interrupções, trabalham portugueses; ali, dormem reis e rainhas do período esplêndido e guerreiros e vates, panteão sugestivo de glórias mortas, que vai de Luís de Camões, no seu túmulo triunfal, até a modéstia quase mísera do féretro de João de Deus[12]. Onde no mundo, monumento que tantas coisas conte e tantas glorias e tristezas resuma? São Pedro de Roma? A Notre-Dame? Mas não era apenas a beleza, nem a riqueza, nem um certo trecho de história que eu via, como ver e sentir se pode em qualquer outro momento. Era desde a descoberta da Índia, o próprio Portugal, refulgente de pedrarias e heróico, o próprio Portugal sangrando de Alcácer-Quibir, o Portugal de Alcântara, o Portugal de agora – era a inteira história de uma nação inteira. E a minha emoção era tão funda...

Demos assim na sacristia que toda ela parece desabrochar da haste formosa de uma coluna de mármore, ao centro, em espirais que se ligam a outras do teto. É aí que estão o túmulo de Garrett[13] e o sarcófago do cardeal D. Henrique[14], a sepultura de D. Afonso[15]

---

12 João de Deus de Nogueira Ramos (1830-1896), poeta e pedagogo português.

13 João Batista da Silva Leitão de Almeida Garrett (1799-1854), poeta e dramaturgo, um dos mais importantes escritores do romantismo português.

14 Henrique I (1512-1580), apelidado "o Cardeal-Rei", foi rei de Portugal e Algarves, de 1578 até sua morte, além de cardeal da Igreja católica desde 1545.

15 Afonso de Portugal (1509-1540), sexto filho de D. Manuel I de Portugal e de Maria de Aragão. Foi bispo da Guarda, cardeal-infante, bispo de Viseu e de Évora e arcebispo de Lisboa.

e os restos de D. Luís[16], filho de D. João III[17], entre altares, e os quadros que representam a vida de São Jerônimo[18]. O mundano sentia-se dominado pela beleza; o poeta tinha no olhar a flama do entusiasmo religioso; só o guia parecia sem emoção.

– Agora, querem ir ao claustro ou ver as dependências da Casa Pia?

– O claustro para o fim.

– Vamos, então, ao coro, descemos à Casa Pia e por fim mostrar-lhes-ei o claustro.

Fomos ao coro, guarnecido de carvalho entalhado, com dezoito estábulos, com as imagens dos santos e dos apóstolos, percorremos salas e salas, por onde deviam ter passado gerações e gerações, demos na Casa Pia, o asilo de menores fundado sob os auspícios de D. Manuel I, e que desde 1834 ocupa aquela parte dos Jerônimos. Era um alívio à emoção. Voltávamos por momentos à realidade de todo o dia – a visitar a instalação modelar, as salas de banho, o refeitório iluminado à luz elétrica, com azulejos do XVIII século, os vastos dormitórios, as cozinhas do antigo convento onde se preparava a farta ceia dos meninos.

– Quantos têm agora?

– 700.

– Onde estão?

– No claustro a brincar.

Ouvia-se realmente um formidável rumor alegre bem próximo. Precedidos do guia, descemos uma pequena escada, e logo demos no jocundo turbilhão, um batalhão de crianças, desde os petizes de sete anos até os rapazolas de buço que em Roma poderiam vestir a toga viril. Estavam todos de farda azul. O azul claro das fardetas, ondulando na sombra vesperal da galeria, como que prendia um pouco o dia ali. E eram faces coradas, lábios de sangue, olhos de

16 D. Luís (1506-1555), Infante de Portugal, duque de Beja, era filho de D. Manuel I, e não de D. Luís III, seu irmão.

17 D. João III (1502-1557), sucessor de D. Manuel I no trono de Portugal, entre 1521 até sua morte.

18 São Jerônimo (347-420), escritor, filólogo, teólogo, gramático, historiador, doutor da Igreja Católica.

infinito êxtase, e eram atitudes de anjos peraltas e de silvanos militarizados, gestos garotos e expressões ingênuas, e pulos e saltos, e cabriolices e no vozear enorme um desnastrar perpétuo de risos sem fim, desses risos sem preocupações em que as almas riem como se cantassem.

Quando viram três estrangeiros, o alarido foi maior.

– *Are you english*?

– *Buenos dias, señores. A la disposición de ustedes!*

– *Man sprecht deutsch?*

– *Les français, ce sont les français!*

– *Italianos, piacere, italianos, buongiorno, signorini...*

– *Good bye? good bye?*

Dirigiam-se a nós macarronando todas as línguas menos o português, e alguns de longe, por mímica, exprimiam o que os outros pediam perto mas baixo: uma moedinha, moedinhas. Uma repousante alegria apossava-se de nós. Nestas setecentas crianças não havia uma feia. Eram todas belas, de dentes alvos, de face velutínea, de olhar expressivo, eram todas fortes, cheirando a saúde.

– Por que não falam em português aos visitantes?

– A razão é simples, meu senhor: aqui os visitantes são sempre estrangeiros.

– E brasileiros?

– Poucos.

Voltando-me para um dos meninos, disse então:

– Fale em português, peça em português. Eu sou brasileiro.

– Ah! fez o garotito, rápido, se és brasileiro, dá-me uma coroa!

Era, de resto, terminantemente proibido distribuir moedas. Eles pediam por brincadeira. O guarda obstaria semelhante forma de demonstrar simpatia. Mas foi a custo que deixamos a galeria para subir à superior e ver enfim o claustro. A pirralhada fazia em torno de nós um motim jocundo.

E ainda um pouco do seu riso de refletia nos nossos lábios docemente quando demos na galeria ao alto a ver o claustro dominadoramente. Em cada boca aflorou um ah! quieto e sereno; macios fizeram-se os passos. Era uma tarde de inverno límpida e fria.

Já o sol deixara o céu. Palpitava no firmamento uma estrela diamantina. O vasto quadrilátero enchia-se de sombra azul, não tão espessa que se não vissem os mínimos detalhes, não tão diluída, que nos tirasse a sensação do sonho. As arcarias em rendilhos do mais puro gótico-manuelino suspendiam-se em colunas que se faziam misto de força e de espiritualidade. As abóbodas de pedra esfumavam-se de sombra, o pátio de pedra abria como que suspenso dando ao mesmo tempo a farta e nobre impressão de que nele assentava a criação magnífica, e de cada janela de pedra, entre colunas de pedra entre colunas de pedra trabalhada, espreitavam em pedra as gárgulas estranhas, animais de uma fauna de pesadelo, bocas hiantes, deformações crispantes. Como era possível lembrar ali ao mesmo tempo Nossa Senhora de Paris e o pátio dos leões no Alhambra? E entretanto a lembrança dupla surgia para se fundir numa impressão de arroubo, de admiração feita de admirações sucessivas e cada novo detalhe gozado pelos olhos da carne e logo transmitidos aos olhos da alma; e entretanto o requinte faustoso do Alhambra e a austera feição medieva de Notre-Dame persistiam, embora vagas, naquela imensa sensação de espiritualidade sensual do céu de fina seda azul, do astro vesperal que luzia, daquela eternidade sublimada de pedra em relevo a contar a arte, o espírito, o esforço, o gênio, o gozo, o trabalho, esplêndidos de gerações eternas.

Embaixo na sombra mais fuliginosa agitava-se e torvelinhava, como um *maelstrom* safirino, como um sorvedouro reflexo do firmamento, o bando dos órfãos da Casa Pia. E frio e doce corria o bafejo da hora nas galerias solenemente desdobradas, solenemente repousadas, como se do céu se fizessem para ganhar o infinito aos mortais humanos, solenemente.

– E aqui tens um pouco de Portugal, disse o poeta. Toda a história[19] moderna a guardar lá embaixo a geração nova que surge a rir...

Era apenas uma frase do poeta, mas os três docemente acreditamos nesse instante na suave ilusão.

---

19 No livro, a frase é: Toda a história de a guardar lá embaixo.

LISBOA À NOITE[1]

OS TRENS E OS CARROS ELÉTRICOS. — A ANIMAÇÃO DE LISBOA À NOITE. — O VERBO GOZAR. — CAFÉS, *RESTAURANTS*, TEATROS. — O CETICISMO LISBOETA. — A PREOCUPAÇÃO POLÍTICA. — EXCESSO DE PALAVRAS. — O ARTIGO DE FUNDO. — ESPERA-SE...

Na estação dos carros da praça dos Restauradores, vem-me de súbito à memória o largo do Rossio. Estamos em dezembro, inverno por consequência. Para os habitantes de Lisboa o frio é intenso. Andam todos encapotados. Mas na estação de carros, há trens abertos e só um velho *coupé*. O serviço é tão mau, tão sem linha e talvez mesmo tão insolente quanto no Rio. Ao ver aproximar-se um freguês, os cocheiros começam a gritar, oferecendo condução; e quando estão na boleia, largam as tipoias na direção da hipotética hora de serviço com tal violência que é preciso subir logo a calçada. A pessoa que entretanto precisa de ocupá-los, se pergunta o preço e quer ajustar contas antes de partir, fica enleado. Não há taxímetro, e a tabela, aliás forte, pois cada corrida na parte central é de seiscentos reis, – a tabela nunca figura para o estrangeiro.

– Quanto?

– O patrãozinho dá o que quiser.

A mesma falta do Rio, o mesmo vago sistema. Quando o patrãozinho teima em saber a quantas vai andar, o batedor, quase sempre de bonezinho-pala caído sobre o olho, lança um preço exagerado. Os colegas, ouvindo-o, sustentam o preço por coleguismo. Uma vez dentro da tipoia, vê-se o patrãozinho mal como nas nossas estranhas vitórias de praça, e quando vai pagar, o batedor, se estipulou pagamento, espera a gorjeta, e se não estipulou não há dinheiro que lhe chegue. Apenas, estamos na Europa, e apesar de estarmos na mais democrática das cortes europeias, há o respeito da polícia e o respeito dos cidadãos importantes. De modo que o estrangeiro vê o

1 Inicialmente publicado, a 7 de maio de 1909, em *Gazeta de Notícias*, n.º 127, p. 1.

batedor mudar e não dizer pio, quando um cavalheiro se aproxima ou quando se aproxima o guarda, dizendo:

– Dê vossência uma coroa; está bem pago.

Na capital de Portugal, como na capital do Brasil, vale mais e mais em conta sai[2] ocupar por um dia os carros de cocheira que usar dos trens de aluguer ou dos automóveis. De resto, essa avidez dos batedores e o mau serviço, tão idêntico ao do Rio, resultam da relativa falta de procura. Em Lisboa toma-se muito tipoias e trens, mas o serviço de carros elétricos é de tal modo ótimo que a população só deles se serve, na sua maioria. Os *tramways* são esplêndidos, limpos, confortáveis, quase luxuosos, e abundantes para todas as linhas. Os preços, apesar dos jornais acentuarem a exploração da companhia e de um mesmo demonstrar os seus lucros formidáveis apenas com a supressão de carros de segunda classe a uma certa hora – são relativamente iguais aos nossos. O povo prefere pois o *bond*, que já se chamou americano e agora é apenas carro elétrico. Não vou nem de trem, nem de carro elétrico, vou a pé. Lisboa, à noite, arde, cintila, fulgura.

– É a hora em que se começa a viver, dizem-nos.

De fato. O movimento da cidade cresce extraordinariamente à noite. A multidão rumorejante vai a aumentar no trânsito das ruas, das quatro da tarde em diante. À hora de começarem os teatros, é pela Baixa e por certas ruas da Alta, no Chiado e no Rossio, no Rossio e na Avenida, na rua da Palma e na praça dos Restauradores, a torrente humana: – não uma certa classe social, mas misturadas, fundidas todas as classes que possam existir numa cidade, inclusive a infinita classe dos desclassificados. Apesar das semelhanças de aparência com as nossas capitais, apesar de não se ver na cidade pequena o desdobramento de palácios e de grandes artérias como no Rio, é a essa hora que se tem a sensação de estar na Europa.

Para o americano não há hora de descanso, de prazer, de passeio. Os pobres guardam os domingos; os remediados nem o domingo. A vida é uma corrida. Vai-se ao teatro e ao *restaurant* por obrigação.

---

2 No livro: vale mais e mais em conta ocupar.

Do teatro sai-se a correr. No *restaurant*, o que se exige é a pressa, muita pressa. Para o europeu a hora de descanso é mais necessária do que qualquer outra hora, e para o supérfluo o homem de além-mar sacrifica o necessário, preferindo jantar pouco mas andar de colarinhos irrepreensíveis, ir ao teatro, palestrar com vagar fumando um charuto.

Comecei em Lisboa a ouvir um verbo que só pouco ouvi no Porto, mas que por todas as cidades por onde passei era permanente nos lábios de toda gente: o verbo gozar. Não se pode dizer que o Rio seja uma cidade de puritanos e que os *quakers* sejam abundantes nas Avenidas.

Mas esse verbo, pela falta absoluta de uso, chegou a não ser compreendido e a ter uma significação depravadíssima. Gozar! Pronunciar tal palavra numa roda é lavrar quase um atentado de má conduta. Falta-nos para compreender o verbo gozar, mais duzentos anos de existência; a Lisboa, a sempre nova e ardente Lisboa de pele de fruto sazonado e olhos estranhos, encravada numa terra certo tão linda como o paraíso, sabe de há muito gozar, gozar o ar, a vida, os perfumes, a luz, a comida, o amor, os prazeres da carne e do espírito sem ver nisso crimes, perdições, horrores, e sem a hipocrisia estúpida dos merceeiros viciados e enriquecidos. De gozar depende a alegria, que é a alma das cidades. E Lisboa é alegre à noite. Nas ruas, molhadas do sereno hibernal, um rumor jocundo feito de mil rumores sobe para o céu crivado de estrelas. Passam carros, passam *tramways* cheios de gente. De vez em quando lâmpadas elétricas besuntam de luz branca fachadas e trechos de calçada. A turba move-se sem pressa: soldados, muitos soldados, senhores respeitáveis, rapazes janotas, damas. Todos conversam, falam alto, riem. Os pregões dos jornais riscam o vozear de notas mais agudas, como um incentivo ao entusiasmo. Em alguns cafés, com os terraços cheios, é difícil entrar. No Suíço, à esquina do Suíço, custoso sempre o movimento. Na rua de São Roque, no café Gelo, ao Rossio, no Royal, lá embaixo no cais, a mesma vibração. Se entramos nos *restaurants* a concorrência faz encontrar a alegria. Os *restaurants* elegantes como o Tavares nada têm de luxo espantoso. O Tavares[3], *restaurant* real, com os criados de casaca,

3 Restaurante Tavares, um dos mais antigos de Portugal, em funcionamento desde 1784.

que é, como instalação, um *restaurant* de terceira ordem em Paris, seria sem rival no Rio. Mas mesmo sem luxo, são agradáveis, são alegres, são concorridos por uma sociedade que vai gozar a comida, gozar a hora de jantar descansadamente, sem vinco na face, antes com ela radiante, sem olheiras, sem dispepsia, e principalmente sem pressa – porque lá comer é prazer e não obrigação.

Preso a esse aspecto de Lisboa à noite percorri todos os *restaurants*, indo desde o Tavares até as casas de iscas da travessa da Palha. E no Tavares, à francesa, com um ar viajado de quem já esteve em Paris e copia o Weber da rua Royale, no Imperial de alma idêntica ao nosso Munchen, no Leão de Ouro, com pinturas de artistas célebres a decorar-lhe as paredes, mas de segunda ordem; no Vigia, no Marinho sempre com artistas de teatro, nos inomináveis em que entram fúfias e rufiões, a mesma exuberância alegre era para mim um conforto e retemperava-me da angústia ciprestal dos comedouros cariocas.

Se entrarmos nos teatros, em qualquer deles, no São Carlos, a suma elegância lisboeta, no D. Amélia, no decadentíssimo D. Maria, no Príncipe Real ou no Avenida, no ultrapopular teatro da rua dos Condes, onde se dão espetáculos por seções, no Trindade, onde um empresário pretensioso pretende cantar óperas, no Ginásio, está tudo cheio. Um maldizente informador dizia-me:

– Para o São Carlos fazem-se sacrifícios; para o Trindade vem-se de borla.

De borla ou não, o fato é que o público vai, interessa-se, discute, está alegre, anima a cidade à noite, pois, ao acabar dos espetáculos, o movimento recresce, e são as ceias, a alegria das calçadas, o mesmo rumor, com pregões de cautelas de loterias e de jornais, até 3 horas da manhã, até 4 horas, em que as tabacarias ainda estão abertas e ainda se discute e conversa.

Entretanto, nessa alegria civilizada, para os que pretendem ver mais do que a aparência, Lisboa é uma cidade corroída de ceticismo, à procura de uma solução para os arranques de certas cóleras que lhe enfeiam a graça sibarita. As cóleras não podem ser reprimidas nas almas mais céticas, principalmente porque o ceticismo, vindo da

descrença geral, é forçado a acreditar na violência dos impostos, na brutalidade da polícia, no pau de sebo angustioso de uma política de partidos, estafada e gasta. O alfacinha começa por não acreditar nos primores da sua terra. Tudo é motivo para piada e para a boa da chuchadeira. Só o lado mundano das coisas, o lado *high life*, que é restrito, ainda lhe merece alguma consideração: a sala do São Carlos, as impressões da escritora francesa Mme. de Qualquer Coisa, os títulos, o postiço. Tudo de fora é melhor. A mim, brasileiro e patriota por uma questão de princípios, se lhes gabava a paisagem, logo vinham:

– Qual! vocês é que têm paisagens!

E assim com a literatura, a arte, o teatro, as avenidas, as construções, a beleza das mulheres. Pensei apenas num requinte de gentileza. Não. Era sincero – porque os mais gentis, a mostrar-me a famosa sala do São Carlos ou o passeio da tarde em Campo Pequeno, nunca pensaram em dizer que tínhamos melhor.

Esse vibrião cético estraga a crença mais necessária: a fé na pátria. A elegância é a última etapa do ceticismo. O alfacinha, gozador, trocista, irônico, querendo farta mesa, muito amor e prazeres, desequilibrado pela desorganização política, volta-se então para a política, discute política, e, essencialmente fetiche de títulos e aristocracias, elege, como protesto, uma câmara municipal republicana.

Eu chegava quase um ano depois do acontecimento do Terreiro do Paço. As coisas tinham ido a um ponto tal de pressão do governo que o gesto dos alucinados foi como um poderoso calmante. Vinha, pois, encontrar o lisboeta preso à roda dos partidos políticos, mas livre e desembaraçado para falar e discutir. E falar, discutir, viver num permanente excesso de palavras, em que o temperamento meridional e citadino exterioriza a hora de crise, é a característica principal. Toda noite, os garotos levam a gritar jornais, gazetas e mais gazetas. O público compra-os, os transeuntes desdobram a folha, logo depois de a receberem e atiram-se ao artigo de fundo.

Artigos de fundo! Nesse primeiro dia de Lisboa, no burburinho da rua de São Roque, indo a entrar no Tavares, ouvi um garoto a gritar:

– A República! A República!

Foi um choque. Pensei que a República já estava proclamada nessa cidade republicana. Não estava, porém. Era apenas um jornal republicano que se apregoava abertamente. Comprei então todos, uma porção, uma quantidade, só da noite, e encontrei em todos o venerável artigo de fundo, retórico, arredondado, pletórico, atacando ou resolvendo tudo num fluxo de palavras gordas. Que digo? Os jornais não tinham um só artigo de fundo – tinham vários: eram artigos de fundo político da primeira página à última. E o público estava exatamente como os jornais. Há uma vibração permanente. Espera-se a cada instante qualquer coisa. Enquanto se espera, espera-se gozando e não crendo muito no efeito salutar da coisa. Mas espera-se. Esperam os *dandys* do São Carlos e do Tavares. Entre as conversas sobre a prima-dona, Paris, o colo da duquesa de X, as bailarinas "e um salsifré burguesote na casa dos Lima", indaga-se:

– E o Campos Henriques?[4]

– Parece que não arranja.

– Que diz a rainha?

– O Amaral[5] nada consegue.

– Vai ser o diabo...

Esperam os burgueses, funcionários públicos com pouco dinheiro para as aparências da família, esperam os comerciantes nas lojas a ler o artigo de fundo, esperam os rapazolas que param pelas imediações dos cafés e fumam no Suíço e discutem no Gelo e ceiam no Royal, esperam assustadas as matronas, esperam os ociosos, esperam até as líricas meninas da Baixa, de todas as meninas as mais líricas. É a hora, a tal hora grave de que me tinham falado.

---

4 Artur Alberto de Campos Henriques (1853-1922), Ministro da Justiça (1900-1904, 1906, 1908), presidente do Conselho de Ministros de Portugal (1908-1909.

5 Francisco Joaquim Ferreira do Amaral (1844-1923), militar português, presidente do Conselho de Ministros (1908).

Converso com alguns jornalistas que são unânimes em dizer-me:

– Está você admirado disso? Mas a colônia portuguesa no Brasil não conhece, na sua maioria, o momento que atravessa Portugal. É uma crise que passará? É um formidável desastre? Ninguém o sabe.

– Mas pensei encontrar aqui menos partidos políticos.

– Há muitos, parece-lhe? Pois têm todos partidários no povo. Se lhe dissermos que ainda há muitos franquistas?[6] Lá no Brasil os portugueses são franquistas. Aqui não. Esse homem era uma fera sem jaula. Mas há quem ainda o queira.

– E republicanos?

– São todos.

– Mas por que não agem?

– Ah! a ação é de boca, língua, muita língua. E a tropa?

Lembro-me do artigo de fundo, lembro-me de uma brochura vista pela manhã num quiosque do Rossio, em que se dizia serem precisos um oceano de sangue e tempestades de enxofre para limpar Portugal dos politiqueiros. A retórica! Sempre a retórica! E, prudentemente, sendo de um país que, - graças aos céus! – passa da politiquice, deixei com o rolo dos jornais, a mesa do Tavares.

– Onde vais?

– Ao D. Amélia.

– É a primeira do *Rei da Gafanha*[7].

– *Rei da Gafanha* por quê?

– Sim, a peça chama-se apenas *Le roi*, em francês. Mas o

---

6 Partidários de João Ferreira Franco Pinto Castelo Branco (1855-1929), mais conhecido como João Franco, bacharel em direito, político português, fundador do Partido Regenerador Liberal, em 1901, na sequência do rompimento com Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (1849-1907), líder do Partido Regenerador.

7 *O rei da Gafanha*, tradução da peça *Le roi* (1908), comédia em quatro atos de Gaston Armand de Caillavet (1869-1915), Robert de Flers (1872-1927) e Emmanuel Arène (1856-1908), foi representado no teatro D. Amélia, em 20 de dezembro de 1908.

Machado Correia[8] e o Cunha e Costa[9] (esse não aparece no cartaz por ser da Câmara Municipal) de acordo com a empresa deram-lhe o título de *Rei da Gafanha*, para que não se pensasse num propósito...

Um propósito de crítica a quem? A D. Manuel? Ao falecido D. Carlos? Mistério! Mas como *Le roi* é principalmente uma sátira a todos os partidos políticos, encontro no riso da sala a mesma Lisboa alegre, irônica, ávida de prazer e gozo, retomo-a na ceia, cheia de vivacidade e encanto, recolho tarde, pela madrugada, nervoso, as fontes a latejar. No céu sereno luzia um fervilhar de estrelas. Ainda havia movimento, ainda saía gente dos cafés e ainda pobres, mulheres pobres, crianças pobres, queriam vender pelas esquinas cautelas de loteria. E mesmo essas, coradinhas e lindas, sorriam, riam, talvez sem pão. Sedutora cidade em que a noite abre a flor da alegria, em que os astros parecem destilar por sobre a casaria a essência do gozo e do amor!

Nisto vejo uma tabacaria iluminada, com a montra cheia de cartões postais. Se escrevesse já para os amigos distantes? Entro. O caixeiro cabeceia, com sono, mas logo sorri ao ver-me, logo reacende no olhar o brilho alegre da cidade. E estou a encher cartas postais quando um grave sujeito entra de súbito:

– Tens ainda as *Novidades*?[10]

– Ainda.

– Dá-mas. Diabo! Ia perder o artigo das *Novidades*. Era o que me faltava. E dizem que está esplêndido, está de escacha!

Pagou, desdobrou a folha, pôs a luneta com pressa. E, ali mesmo, mergulhou no artigo – o único da noite que lhe faltava...

E eram 3 horas da manhã. O artigo de fundo, fundo negro da deliciosa Lisboa noturna!...

---

8 José Sebastião Machado Correia (1861 – 1935), jornalista e dramaturgo português, tradutor, ensaiador e ponto na Companhia de Teatro D. Amélia.

9 José Soares da Cunha e Costa (1867-1928), advogado, jornalista, tradutor, político português.

10 *Novidades* (1885-1975), jornal diário católico, fundado pelo jornalista e político português Emídio Júlio Navarro (1844-1905) e dirigido, entre 1907 e 1921, por João Carlos de Melo Barreto (1873-1935).

MISÉRIA EM LISBOA[1]

ALGUNS ASPECTOS — AO SAIR DE UMA RÉCITA DE CARIDADE — LOGO ALI — AS POBRES MULHERES E OS GUITAS — OS GAROTOS — O AMOR DOS MISERÁVEIS A LISBOA — A EXPLORAÇÃO DAS MENINAS — A MISÉRIA HONESTA POR UMA NOITE DE INVERNIA.

Ao sair uma vez do D. Maria, de uma récita de caridade mundana, ao lado de Luís Trigueiros[2], o mundaníssimo secretário do *Diário Ilustrado*[3], jornal da elegância, do bom-tom e do livro azul das recepções e dos passeios fidalgos, Luís Trigueiros, fino, gentil e cativantemente amigo do Brasil, ia a dar-me algumas indicações.

– Lá vai a Sra. condessa de Molina. Estas festas são uma das feições da Lisboa da alta roda.

– São as festas em que a fidalguia se mostra.

– Como em toda a parte.

– Sim, pelo menos aqui, quem tem dinheiro, entra. Nos seus salões é que essa mesma fidalguia sabe defender-se. Só entram os seus iguais.

– Ou os estrangeiros de nome. Veja você o Sr. Jorge Mendonça e o Sr. Jaime Tampon, dois exemplares da elegância. Mas tem toda a razão.

– Estou mesmo a crer que é mais fácil penetrar na fidalguia francesa que na portuguesa.

– Está talvez menos misturada. Aqui não há judeus ricos, que são apenas semitas, enquanto os judeus pobres são *des sales juifs*... Mas há casas de grandes fidalgos onde se recebe muito bem os

---

1 Inicialmente publicado, a 22 de maio de 1909, em *Gazeta de Notícias*, n.º 142, p. 1-2.

2 Luís Dantas Ricaldes da Silva Rodrigues Trigueiros (1861-1934), escritor e um dos mais destacados jornalistas do seu tempo, que assinava Luís Trigueiros.

3 *Diário Ilustrado* (1872-1911), impresso na tipografia de Joaquim Germano de Sousa Neves (1872-1910) e no qual Luís Trigueiros atuou como secretário.

artistas: a da Sra. Duquesa de Palmela[4], a da Sra. marquesa de Rio Maior[5]...

À porta do D. Maria, era o movimento febril, na semipenumbra. Grandes *toilettes*, faiscações de joias, perfis lindos com pressa, buzinar de automóveis, bater de patas de animais nas calçadas, e carros que partiam e *limousines* que se abeiravam com os faróis a projetar no redemoinho das sedas, dos veludos e das peles a sua luz vermelha de sangue.

A cada instante éramos forçados a mudar de lugar. E mudávamos de assunto. Luís Trigueiros falava agora de um cronista italiano que só descobrira em Lisboa mulheres de bigode. Isso causara uma grande indignação a toda Lisboa.

– É que esse homem viu mal.

– Não lhe parece?

– A mim parece que a beleza da lisboeta é inconfundível. Prouvera a Deus o tê-la sempre diante dos olhos, para regalo e carícia da alma.

Nesse momento, definitivamente fomos grudados a uma das colunas. A confusão, a falta de ordem, a precipitação da saída eram exatamente iguais às dos teatros cariocas. Um instante calados, atentei para uma senhora grave, cheia de joias que esperava o seu automóvel. Junto à coluna estava outro, com o trintanário importante. O trintanário curvou-se a sorrir. Já decerto o fora da solene dama. A dama esboçou um sorriso altivo.

– Como tem passado a Sra. baronesa?

– Bem; e você?

– Vai-se indo, com licença da Sra. baronesa.

Não podia haver maior democracia. A doçura para os inferiores era bem uma característica da raça portuguesa. Ao lado, porém, da exibição de luxo, daquele esplendor de elegância, misturado à saída, galopando às portinholas dos trens, sussurrando súplicas dentro da galeria, entre os vestidos roçagantes, havia garotos mendigos,

---

4 Maria Luísa de Sousa Holstein, 3.ª duquesa de Palmela (1841-1909), pintora e escultora portuguesa.

5 Maria de Saint-Léger, marquesa de Rio Maior (1841-1920).

havia vendedores de cautelas e a dois passos, por trás desse mesmo D. Maria, abundavam os exemplos de uma abundante miséria, da miséria de Lisboa, negro contraste daquele claro bem-estar.

A miséria de Lisboa! Eu sempre tive como princípio de que só são realmente interessantes os ricos e os miseráveis. Um sujeito da mediana burguesia não é um assunto em tempo algum, senão para o aborrecimento de quem o analisa e ainda mais de quem lê tais análises. Com os ricos está a Sorte, contra os infelizes a mesma Sorte. No normal, o Destino, o Fado não aparece. E precisamente se em Lisboa encontrava a Sorte favorável, encontrava em Lisboa também a miséria com uma infinidade de aspectos.

Nada mesmo que mais queira se meter pelos olhos a dentro do forasteiro do que essa miséria.

Há, em primeiro lugar, a de colarinhos e botas cambadas, que trata os outros de *vossência*, pedindo um tostão, e essa se confunde com a simples nos estabelecimentos de caridade onde se toma um caldo e um pão por cinco réis; há uma outra meio pelintra, escovada e coçada, que aparenta desenvoltura e come à noite no Bairro Alto uma ceia de carapaus com um decilitro ou meio *beef*, – o que fica tudo por cem réis; há a tremenda miséria envergonhada, que pela vergonha se submete talvez a coisas mais vergonhosas do que pedir para usar um capote gasto no inverno e sorrir no verão com três flores no chapéu; há a vasta e polimorfa miséria pública...

Esta tem por base quase sempre a exploração das crianças, e a conduzi-la uma dolorosa cavalgata de barregãs, espicaçadas pelos amantes e sob a chicotada da hidra hórrida e horrífica, que envenena o sangue dos mais calmos, tem por nome polícia e por ameaças permanentes de um lado o tribunal da Boa Hora e de outro o Limoeiro. À noite essas mulheres, que tem caderneta, saem de lenço e xale, na ronda do amor. É uma ronda um pouco lúgubre. Nada daquela aparência álacre que faz a *trotteuse*, a *pierreuse* uma figura de animação pública. Elas marcham, com medo às brutalidades dos "guitas"[6] e pensando no "seu homem", um tunante reles, de olheiras e passo

6 Gíria lisboeta, soldado da polícia ou da guarda municipal.

bamboleante. Os "guitas" refocilam, arranjam dinheiros, exercem com a estupidez cruel de escravos a autoridade do alto. Num inquérito, que aliás não deu resultado prático, certo jornalista demonstrou que os tais guardas-civis e os municipais defloram muitas raparigas e como prêmio, para se livrarem de responsabilidades, metem-lhes a caderneta na mão o que significa a diária ameaça pelo mais insignificante motivo da esquadra. E elas entram na vida, a arranjar o dinheiro para o amigo e para comer, tentando principalmente os campônios chegados, os barqueiros da Outra Banda, e correndo logo que algum cobre apanham, a entregá-lo aos rufistas, nas tascas, em becos estreitos, que a certa hora da noite, pelas imediações do Rossio, do largo de São Domingos, da rua da Palma, vibram de uma animação variegada de festa de oriente com os candeeiros de projetores, o perpassar da gentalha ruidosa, e as tavernas engorduradas, onde as garrafas têm o apelido de "viúvas" e tudo é um calão feito de pouco caso e ódio.

Nem sempre, porém, fazem dinheiro. Algumas mascaram-se – é o termo – com os trajes de Viana de Castelo e os das tricanas de Coimbra para tentar um pouco mais. A maioria, porém, pede aos senhores que passam. É na Avenida, às dez horas, nos bancos ou o derriço ultra-excessivo, ou essa lamúria:

– Dá-me um vintém, meu senhor?

Se o carro da miséria é assim puxado por essas bacantes de lenço à cabeça, na lama escorregadia das sarjetas, míseras e vítimas, mas contentes e preferindo morrer a deixar Lisboa, a "Lisboa amada", no enxurro desabrocham outras flores da miséria: os garotos, as meninas púberes em exercício pecaminoso, as meninas mesmo muito antes de púberes. Os garotos enchem a rua de alegria e de riso. Não há decerto tipo mais alegre em todo o mundo. Nem o *gavroche*[7] de Paris, nem o *pickpocket*[8] dos subsolos londrinos, nem o achinca-

7 *Gavroche*, palavra francesa, significando garoto esperto e travesso, derivada do nome de uma personagem do *Os miseráveis* (1862), de Victor Hugo.

8 *Pickpocket*, palavra inglesa, para designar o batedor de carteira, alusiva à personagem Oliver Twist, do romance de mesmo nome (1837-1839), de Charles Dickens (1812-1870).

lhado moleque nosso, tem o imprevisto, a graça, a viveza, a malícia, a inteligência do pequeno alfacinha. Vendem vagamente jornais? Fazem disso uma gloriola de pândega, e à noite, como em nenhuma outra parte, os pregões dos jornais são o barulho mais acentuado da cidade a vibrar. Vendem cautelas? Então, é das seis da manhã, ao outro dia pela mesma hora. Com os pés nus no frio glacial, a face rosada desabrochando em risos, riem e troçam.

– É o 53, número da casa do Zé Luciano, que está com os reumatismos...

E as alusões fesceninas a certos números, uma atitude de irreverência, de insolência, dão-lhe o ar feliz. Onde dormem? Pelos cantos, de vez em quando, de dia, porque são escorraçados pela sociedade. Onde comem? Oh! quando têm, em qualquer parte. Estão a criar-se para virar em fadistas, e desde que os esforços do governo não chegam para guardar a todos como na Casa Pia, vão a florescer os instintos bandidos e perversos, passam em pouco a apaches, e ao contrário do coleóptero viram de borboletas em vermes nojentos. E são então os larápios, os rufistas, os gatunos, os assassinos. Esses não emigram. Portugal é um país forte a que fenômenos econômicos de há longos anos e mesmo séculos vêm trazendo a depauperante emigração, individualmente rendosa, mas para a pátria desastrosa. O número de habitantes por quilômetro é insignificante apesar da estatística de nascimentos evidenciar um acréscimo contínuo de natalidade. Mas os simples, os do campo, os verdadeiramente fortes é que partem. Os da cidade ficam. Não há milhões de africanistas, nem a clássica árvore das patacas brasileiras, que os tentem. Na Boa Hora, na cova de Cacus de Lisboa, um dia em que assistia a certo interrogatório desopilante, interroguei uma porção de concorrentes vagamente possuidores de um assustador cadastro. E nenhum deles queria deixar Lisboa. Assim os garotos, assim as fúfias, assim todos os miseráveis que aumentam esse aspecto curioso da sedutora Lisboa, apenas por amor dela.

– Prefiro morrer a deixar isso! era a frase fatal.

E ainda há – oh! sim, como em todas as cidades, como em Paris e também já agora como no Rio, a exploração dos vícios gastos

com as crianças. Se na Cidade Sol, dá-se quase sempre o caso de encontrar uma velha e uma menina que sorriem, e a velha explica a sua boa vontade para os estudos das meninas – também em Lisboa é possível encontrar a pobre menina, sem a velha que naturalmente ficou em casa à espera, ou então, proxeneteando, a ofertar a sujeitos graúdos hipóteses de gozo sem responsabilidade.

– Mas é horroroso!

Nada é horroroso na vida. Nem mesmo a morte. A vida vai a consertar-se aos poucos. Ninguém sabe o que foi bem ontem, porque hoje já é o mal. A miséria tem desses excessos para dela fugir, e como, tal a miséria, a riqueza é um peso por ser uma facilidade, nesses extremos a miséria e a riqueza se conjugam quase sempre na total concepção...

E por isso, ao passo que eu tomava notas de elegâncias e numa vitória em Campo Grande fartava os olhos de aristocratas e fidalgas para gozar em São Carlos num *fauteuil*, à noite – ia ao mesmo tempo a guardar nos olhos esses aspectos do inverno do mundanismo...

Afinal, certa madrugada, após uma ceia com homens de letras no Tavares, saindo para a rua, após a quentura do gabinete, senti pela primeira vez a sensação do inverno. Chovia uma chuva rala e leve, o bastante para molhar os passeios e rorejar os paletós. O céu era negro, negras as ruas, aquelas ruas largas da reforma pombalina e as ruas estreitas e negras de casas veneráveis, feias para os que não têm alma, intensas para os que amam a sugestão das épocas. Pelas calçadas raros os transeuntes, cozidos às paredes, um ou dois grupos de gente a divertir-se. Nem uma tipoia, nem um carro elétrico. Os meus companheiros despediram-se a recolher. Fiquei só numa esquina, também com esse fim. Mas o frio que os tolhia e entristecera, a mim fazia o efeito de uma ducha tonificante, dando-me energia, alegria. Sentia desejos de perambular a noite inteira, de ir ver com aquela álgida escuridão as obras de Santa Engrácia na Alfama, de rir e de dizer tolices. Duas ou três vezes na vida um homem que se contenta com pouco, julga ter a suprema felicidade. E ali, à esquina da rua Garrett, de volta do Tavares, fumando um charuto, por certa noite de frio, eu me julgava integralmente feliz, imagi-

nando todos os outros também felizes, a dormir com o estômago cheio, em boas camas.

– Com efeito, disse filosoficamente para o candeeiro impassível, a vida é boa!

E desci o Chiado, devagar, convencido de que a vida era um sonho cor-de-rosa.

Mas ao entrar no Rossio aumentou a chuva, virando a aguaceiro; o charuto apagou, e o vento iracundo deu de lançar-me a chuvarada contra o rosto. Levantei a gola ao casaco e apressava o passo, quando senti por trás de mim uma voz:

– Meu senhor, meu senhor...

A voz saía de um portal. Voltei a cabeça vagamente. Era um vulto negro. Ora! Continuei. Ai, não! Lamúrias nesse momento, nunca! A voz porém insistiu.

– Tenha piedade, meu senhor, dê-me cinco réis para um pão.

Parei nervoso. Era uma mulher esquálida, pálida, em andrajos negros, com um petiz de três meses nos braços. O petiz dormia. Talvez fosse um boneco, talvez estivesse morto, ou quem sabe? decerto já acostumado estivesse nos noventa dias de existência a se sentir bem no desconforto. De qualquer forma o caso era grave.

– É seu filho?

– Sim, meu senhor é, fez a mulher. E a mulher chorava. Que tragédia tremenda!

– E você a esta hora aqui...

– Que se há de fazer? Há dois dias que não como. Dê-me cinco réis, meu senhor...

Nervosamente abri o sobretudo, tirei do bolso uma moeda.

— Tome.

E fui andando, com pena, com raiva, com ódio ao Destino e ao mesmo tempo com o sentimento harpagônico de que dera demais justaposto à reflexão de que a criatura ia fazer uma alta ideia da minha generosidade. Um gesto de caridade obedece quase sempre a toda essa complicada psicose. Mas já ia distante quando ouço a mulher outra vez, após mim:

– Meu senhor, meu senhor...

Caramba! Ai que já aborrecia! Então queria mais? Voltei-me colérico:

– Que temos?

A mulher encolheu-se:

– É que o meu senhor deu demais. Eu pedi-lhe cinco réis, e o meu senhor deu-me um tostão. Foi engano, foi engano...

E estendia o níquel a mísera, estendia o níquel honesta e a morrer de fome...

Que dizer, Deus misericordioso dessa alma infeliz na invernia da madrugada, capaz de tamanha pureza e tamanha honestidade? Fiz então um gesto largo, e segui. Mas a alegria morrera no meu coração com a imagem dessa miséria inaudita, que restituía, a desmaiar de fome, aquilo que não julgava seu...

Era por uma sinistra madrugada. A chuva caía forte. Não havia ninguém no Rossio. E nunca mais esquecerei aquela figura maltrapilha com o braço estendido, restituindo em lágrimas o que talvez representasse para ela um resto de noite a coberto com o pobre recém-nascido.

LISBOA MUNDANA[1]

A APARÊNCIA — VIDA ELEGANTE — O ESFORÇO MUNDANO E PRÓPRIO — COMO SE VESTE BEM — ASPECTOS DA SOCIEDADE ALTA — SÃO CARLOS — EPISÓDIO DE CAMAROTE — NEVROSE LÍRICA — O PASSEIO DO CAMPO GRANDE.

Era um dia de suave beleza. Desde que chegara a Lisboa, de nuvens o céu se alimpara, e permanente fixara a doçura de um sol loiro e fino, a suavidade do firmamento docemente azul e aquele ar, aquela atmosfera feitos de rebrilhos de diamantes, de cheiros vagos, de beijos e de amor. Dava gosto andar, dava gosto parar, e mais leve na doçura ambiente, bendizer a natureza tão macia e esse filtro mágico do gozo da vida, que dos olhos de cada habitante para os nossos olhos, do canto de cada pássaro para os nossos ouvidos, da carícia do sol e do aveludar das paisagens para o nosso corpo, eram como correntes misteriosas a desabrochar desejos e ímpetos de pecado. Já no domingo, pois, vira, de pé, num refúgio da Avenida da Liberdade, a volta do passeio ao Campo Grande, volta de multidão, muitos carros, muitos automóveis, fáetons, cavaleiros em caracoleios, um gordo ator arriando a tipoia com a sua florida gordura, atrizes, duas ou três *cocottes*, o duque do Porto a governar o seu auto. Era um fim de corso, no fim da tarde. A Avenida não tinha o aspecto contracenado divinamente que toda tarde pode ser gozado em Paris na praça da Concórdia: o da volta do *Bois*, ou aquele desfilar cesarino e papal do corso romano. Mas na poeira azul da tarde que morria com a perspectiva do arvoredo sem folha, pulverizando tons sanguíneos de ferrugem entre as fachadas e a aleia principal, a graça langue das mulheres, e o evidente esforço em teimar, em mostrar-se até ao fim, davam uma impressão agradabilíssima.

– Que tal? interrogara um senhor mundano, que fazia questão de mostrar a supremacia elegante de Lisboa.

---

1 Inicialmente publicado, a 20 de maio dee 1909, em *Gazeta de Notícias*, n.º 140, p. 1-2.

– Um evidente esforço...

– Exato. Mas não podemos comparar a nossa vida externa nem com a de Paris, nem com a de Londres.

– Nem com a de Roma.

– Nem com a de Buenos Aires, mesmo pela simples razão de que Lisboa apesar de ser sedutora, de ter um clima admirável, de possuir uma associação de propaganda, de estar em vistas de desenvolver o gosto do estrangeiro pelo Tejo, ainda assim não tem população em trânsito grande e não pode sustentar como essas capitais e mesmo o Rio...

– Ai! não me fale da elegância do Rio...

– Perdão, uma grande exposição, um *trottoir roulant* da vaidade humana diário, com estupendo brilho. O que se faz, faz-se com a prata da casa.

E, sorrindo, o cavalheiro abriu um pouco a sua rica peliça, que era bem de uns dez mil francos, para tirar um charuto, acendê-lo e de novo, quedar os olhos conhecidos nos conhecidos trens e equipagens, em desfile.

Evidentemente dissera a verdade. Lisboa, com muito preconceito antigo de sacristia, com algumas arremetidas de fidalguia toureira, e súbitas crises de apego à tradição, é civilizada e demonstra a sua civilização pelo perpétuo esforço de aparentar. Aparentar é tudo na vida. A aparência é a legenda, a aparência é necessária à existência como o sol às plantas. Se um viajante sair de Lisboa para qualquer outro sítio de Portugal perde imendiatament a nota da elegância como necessidade fundamental. Em Lisboa, entretanto, não. O fato é para o homem uma questão capital. A carruagem um grave problema para as damas. Sendo pequena a cidade, conhecem-se todos e reparam uns nos outros, de modo que é preciso, custe o que custar, conservar a linha. A linha geral é a de vestir bem. A linha mundana é a corrente habitual um pouco cópia do salão francês, com uma série de coisas do antigo Portugal. A vestir bem são de notar os homens. Só as cidades de cortes complicadas como Londres e Viena, têm alfaiates tão bons como os de Lisboa. As damas, que não se vestem em Paris são um pouco por demais, ornamentadas. Mas a linha é geral.

O cavalheiro, que talvez não jantasse, limpa as botas, enverga um paletó cintado, acende um charuto e passeia devagar, com um ar *blasé*, olhando o mulherio. As senhoras, nos seus passeios, vão sempre de trem. Mas as que não se vestem em Paris, estão com o ar de quem deixou a equipagem própria, e ondulam para o chá das cinco, no Chiado, convencidas de que é preciso lá ir para mostrar elegância.

De resto, nessa Lisboa mundana, tão original por ser como a aplicação de coisas estrangeiras aos velhos hábitos lusitanos, assim uma espécie de vaso de cristal assinado por Tiffany[2] que resguardasse uma imagem de marfim quinhentista – há vários aspectos de mundanismo, todos aliás, familiares. Lisboa está a trinta e seis horas de Paris, pelo *sud express.* Momentos há que ao estrangeiro parece estar na própria Paris e momentos há que lhe parece bem Lisboa, no começo da dinastia dos Braganças ou talvez antes. Todas as grandes cidades sustentam grandes *cocottes*. A *cocotte* é um notável ornamento urbano. Lisboa não tem uma dessas senhoras catedralescas e não suportaria Cléo de Mérode[3], a Otero[4], ou qualquer outra soberana do vício esplendoroso. Os homens, os mais atirados, têm um fundo da ingenuidade que é impossível arrancar. Quando uma dessas damas aparece, olham com desejo, mas como as crianças diante de um grande bolo – para tomar um fartão às escondidas, e voltar ao normal com medo que faça mal. O Don Juan português seria o mais solidamente amado pelas mulheres, mas muito diverso do francês, do inglês, do espanhol. As mulheres, estas têm uma evidente irritação contra o vício espetaculoso. De modo que nos passeios, nos teatros, nos chás, é possível mostrarem-nos mulheres belas, bem vestidas, e mesmo a murmurar uniões irregulares, mas nunca uma grande *cocotte* tipicamente representativa.

---

2 Charles Lewis Tiffany (1812-1902), líder do comércio de joias do século XIX, fundador da famosa loja que leva o seu sobrenome, em Nova Iorque, na década de 1850.

3 Cléopatra/Cléo Diane de Mérode (1875-1966), célebre dançarina francesa dos teatros de variedades de Paris.

4 Caroline Otero, nome artístico de Agustina del Carmen Otero Iglesias (1868-1965), cantora e dançarina de cabaré, famosa por seus amantes entre a realeza europeia do século XIX.

Essa é a tradição e só falha excepcionalmente. Em Paris, o Vício polimorfo aborda a cada passo o transeunte e diz:

– Eu sou o Vício. Só há Vício. Eu sou o claro Vício. Amemo-nos um segundo.

E os beijos estalam com palavras ternas ditas sem significação.

Em Lisboa, vê-se um lindo sorriso, um lindo corpo, uns lindos olhos e tudo modesto. Será o Vício? É acompanhar.

– Eu sou o instinto, diz então o Vício. Aqui não, vamos para mais longe, que ninguém veja. Subamos aquela escada. E muita vez nem é vício, é simplesmente o amor profundo e doce.

Como possível é criar aí raízes uma grande *cocotte*, quando as grandes *cocottes* não têm alma?

Outro aspecto da tradição é a solenidade dos cumprimentos na rua, das senhoras de elevada posição. Por mais intimidades que haja, um cumprimento profundo. E elas passam sérias em geral, como se fossem para a missa. Logo ao chegar, vi uma ilustre senhora portuguesa que muito conhecia do Rio.

– Vou cumprimentá-la.

O meu professor de *chic* lisboeta, segurou-me o braço.

– Apenas um cumprimento.

Curvei-me, vi que a preclara senhora tinha imensa saudade de saber coisas do Rio, mas nem ela parou, nem eu me movi, tolhidos ambos pela pragmática quase palaciana.

– Mas por que, homem de Deus?

– Falariam...

E ainda há o aspecto conservador, das classes com as distâncias portuguesas meio *faubourg*. Tomar um salão, quando não se é do meio, conquistado palmo a palmo ou quando não se tem raça, é difícil, é imenso dificílimo. Um titular de brincadeira, sem origem, tenha muito dinheiro, mande construir palácio na Avenida – fica sempre do lado da mediana em que estão incluídos artistas, escritores, precisam de proteção forte, para brilhar nos salões, e brilham um pouco como os artistas franceses convidados para alegrar uma noite, sem *cachet* é verdade, mas com uma nota de quem está ali para agradar os convivas verdadeiramente curiosa.

A outra é a da opulência, do fausto. É preciso convir que a vida mundana, a grande vida cristalizou em meia dúzia de diversões, capitais em todo o mundo. É mundano o cavalheiro que tem assinatura de ópera, carruagem, vai aos lugares onde previamente se convencionou ser *chic* estar, dá recepções, *raouts*. A ópera é fundamental. Mesmo abominando óperas, o elegante, o homem do mundo tem de comparecer. Daí em Lisboa o êxito dos empresários do São Carlos.

São Carlos é o acontecimento capital do inverno. As assinaturas aterrariam pela sua extensão os mais entusiásticos melômanos cariocas. Há ópera francesa, ópera italiana, ópera alemã. Não é possível escolher. Fica-se com todas, vai-se a todas, mesmo quando as companhias são más. Os camarotes são propriedade dos assinantes, anos e anos. As assinaturas de cadeiras, também. E arrenda-se, transpassa-se a posse de um camarote. Nessa última estação, certo cavalheiro rico agradou-se do camarote de um importante personagem da empresa de águas, e mandou propor-lhe o traspasse.

– Diga que não.

– Dou quinze contos.

– Não.

– Dou vinte contos...

– Nem que dê cem.

Este fato absolutamente autêntico mostra bem a importância que se dá a São Carlos, às récitas do São Carlos. A demonstração mesmo de que o sujeito é alguma coisa vem de ter a sua cadeira em São Carlos, de ir a São Carlos, de estar em São Carlos.

– Ontem, em São Carlos, vi a Sra. viscondessa...

– Mando-te o meu *fauteuil* de São Carlos.

– Oh! diabo. Tenho que ir a São Carlos...

Essas frases dão bem a ideia de que um homem evolui, e o empresário do São Carlos, um turco bonito, de gestos lentos, quando tira entre amigos cúpidos de bailarinas e contraltos, a sua peliça no Tavares, parece de chofre um príncipe egípcio, em *tournée* de gastos. De resto, a sala é linda. Os homens vestem com uma correção apurada: Londres com um pouco mais de joias. As senhoras

são encantadoras – porque naquele ambiente há o escol vitorioso e bem se pode gozar com o olhar os gestos langues das lisboetas, as bocas em flor, o andar senhoril, a aristocracia dessas criaturas de alma, doçura que Deus pôs no mundo e chamou portuguesas, com uma especialidade muito particular da beleza que é a bondade, e da bondade que é a beleza.

Ao demais se há melômanos, também palestra-se alegremente, enquanto os tenores cantam. A conversa é mesmo alta. Mesmo demais, para os artistas, porque já um gênio pianístico, não há muito tempo, parou, indignado, esperando que acabassem – para não interromper...

Depois de São Carlos, a grande exibição é o Campo Grande às quintas. Eu ia precisamente numa lenta vitória ver aquela gente que lá não estava senão para ser vista. E principalmente, alegrava-me a paisagem da Avenida.

A começar pelos rotundos coqueiros africanos da entrada da praca dos Restauradores, há a cobrir os largos passeios, primeiro as olaias. Às olaias sucedem-se os nefrilhos[5], após os nefrilhos, os plátanos. Em seguida aos plátanos, renques de paulônias, e depois das paulônias, os ailantos[6], e na rotunda renques de freixos. No inverno não há folha. As árvores sobem dos gramados e das plantas rasteiras, nuazinhas. Mas como folhas que se abatem e tornam a guarnecer os ramos, numa chilreada ininterrupta, nuvens de pardais cantam a beleza do céu que se encurva como uma opala maravilhosa.

Há, quer de um lado, quer de outro, prédios magníficos. Caminha-se para os bairros elegantes, a Étoile de Lisboa, o Botafogo da capital lusitana, casas com porteiros de libré à porta, solenes palácios ou alegres vivendas. Mas que importa a civilização, quando é tão linda a paisagem? Quando se deixa a rotunda pela avenida Melo, é um trecho do Rio a ver, e depois Campo Pequeno, com a praça de touros, e depois o Campo Grande.

– É o *Bois*? É a Avenida Beira-Mar?

---

5 Possível referência à árvore denominada negrilho.

6 No livro: ailantes. Ailanto ou árvore-do-céu, planta natural do norte da China.

Não. É especial. Quem fez aquilo viu Paris. Apenas para Avenida das Acácias falta muita coisa. O Campo Grande passeio é na deliciosa paisagem, uma larga estrada, tendo de um lado entre árvores um lugar para peões, e de outro, passagem para cavaleiros. Os trens andam lentamente, levando senhoras, cavalheiros, famílias inteiras, às vezes. Trocam-se cumprimentos. Às vezes deixa-se o trem para fazer um pouco de *footing*. Há um único estabelecimento para chá. Parecem todos a representar. O meu amigo mundano, que cumprimenta toda gente e já tirou quatro vezes o chapéu ao príncipe D. Afonso, de chapéu alto, guiando a quatro, mostra-me alguns brummells lisboetas, e alguns d'Orsay já vistos em São Carlos.

– Ali vai o O'Nelly. Estás a ver aqueles três? São o Eduardo Romero, o Bregaros e o marquês de Castelo Melhor. Aquele lá adiante é o Sr. Alfredo Guimarães[7], um colecionador admirável. Há leões da moda aqui. Os condes de Asseca, os viscondes de Alverca... E com um gesto para uma *limousine*: Sra. baronesa... Outra vez D. Afonso. É democrata o nosso príncipe. Alteza!

Democracia?[8] Sim. A monarquia portuguesa é essencialmente democrática. D. Afonso, o conhecido "arreda", corre Lisboa de automóvel mostrando uma fadiga, um aborrecimento totais. A corte sai assim, sem pompa. Mas isso é indiferença de gente real. Os mundanos são monárquicos. Não há mundanos democratas. O novo não entra em tais exibições[9] de civilização!... Naquele instante D. Afonso estava a cumprimentar quem o cumprimentava, como um simples mortal. Mas a republicaníssima Lisboa, nas suas camadas superiores, fruía o maior prazer naquela parada permanente, em a saudar D. Afonso, a mostrar *toilettes*, mundana, frívola e deliciosa...

---

7 Possível referência a Alfredo Guimarães (1882-1958), escritor, crítico de arte, diretor do Museu Regional de Alberto Sampaio e conservador do Castelo de Guimarães, assíduo colaborador da imprensa portuguesa, publicou diversas obras de diferentes gêneros literários.

8 Na *Gazeta de Notícias* utiliza-se a palavra democrata, enquanto no livro fez-se a substituição pelo termo democracia.

9 No livro: ibicaes.

– Temos amanhã uma recepção.

– Vai?

– Vou. Vem tu também. É preciso admirar o esforço de uma sociedade que sabe ser brilhante, sabe ser *chic* num meio tão pequeno e tão pobre.

– E esta é a característica principal de Lisboa mundana: a força de conservar um brilho exterior por conta própria, o brilho que a faz ainda mais encantadora – pois que nada mais importante do que o supérfluo.

NOTAS E SENSAÇÕES[1]

A CIDADE DOS TERREMOTOS — A CARIDADE LISBOETA — COMO SE IGNORAM OS MONUMENTOS — OS COCHEIROS PARTICULARES — A MOEDA FALSA — UM CASO — A FRASE DE LOPES VIEIRA — O ROMANCE-FOLHETIM DA VIDA

À notícia dos tremores de terra na Itália, Lisboa agitou-se. Por mais irônico que seja o lisboeta, por mais dado à filosofia do fatalismo, sempre que em outro país treme a terra, o lisboeta sente um vago receio. E como a caridade é na sua essência, como sentimento regular e sem excesso, o medo que nos aconteça o que aos outros já aconteceu, Lisboa emocionada faz bandos precatórios.

– É um caso sério, dizia-me um historiador. Sabe quantos terremotos tem tido Lisboa? Um sem número deles. Os primeiros de que reza a história deram-se no decurso dos anos 370 e 377 antes de Cristo, já arrasando a cidade. Em 1009, 1117, 1147 novos terremotos destruíram Lisboa, isso antes da entrada de D. Afonso I de Portugal[2]. De 1290 a 1344, todos os anos tivemos terremotos. Em 1356 deu-se outro que durou 15 minutos e levou o ano inteiro. Em 1531[3], logo em janeiro, começa um espantoso terremoto que dura cinquenta dias. Caíram 1500 casas e o Garcia de Resende[4] escreveu:

Dois meses assim estiveram
Na mor força do inverno
Águas, ventos sustiveram,
Tormentas, trovões sofreram,
Bradando por Deus eterno.

---

1 Inicialmente publicado, a 28 de maio de 1909, em *Gazeta de Notícias*, n.º 148, p. 2.
2 D. Afonso I (1109-1185), denominado de Conquistador, 1.º Rei de Portugal.
3 Na edição em livro consta 1532; manteve-se a data da *Gazeta de Notícias*, que é a correta.
4 Garcia de Resende (1470-1536), poeta e cronista português, foi testemunha ocular do terremoto que ocorreu em Lisboa, em 26 de janeiro de 1531**,** conforme relata na sua obra *Miscelânea* (1530-1533), cujos versos foram parcialmente transcritos na crônica de João do Rio.

Em 1551 outro terremoto. Em 1557 outro, em 1597 outro terrível. Em 1755...

– O de Pombal[5].

– Sim, quarenta mil vítimas, Em 1796 outro.

– Oh! senhor, basta...

– É para demonstrar que Lisboa deve ter receio.

Com efeito, a quem encontrava, raro não era ouvir:

– E a catástrofe de Messina[6], hein? Estamos agora nós. É a vez.

Entretanto eu analisava nos bandos precatórios o sentimento da caridade. Em Lisboa não há quase italianos. Salvo os cantores, encontrara em um mês apenas dois filhos da península. Entretanto, as moedas caíam nas colchas e nas sacolas. Nesta terra, onde se compreende a noção do dinheiro, os ricos davam sem ostentação, os remediados davam com humildade, e até os pobres, gente simples, tão conhecedores de Messina como qualquer provinciano do meu país, dos progressos de Milão, remexiam a bolsa e tiravam a sua moeda. A piedade portuguesa, muito especial e muito sã – a nossa sem o exagero, que o bem herdado por nós do venerável ancestral é sempre exagerado.

Uma velhinha eu vi que devia ter setenta anos.

– Diga-me. A que vem isso?

– É um bando precatório.

– Por quê?

– Para uma cidade da Itália que um terremoto destruiu.

– Há muitas vítimas, meu senhor?

– Muitas.

A velha desamarrou o lenço, tirou cem réis, pensou, pediu troco. Dava vinte réis.

– É que não tenho nem mais ceitil, para o dia. Quem dá o que pode a mais não é obrigado.

---

5 Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal e Conde de Oeiras (1699-1782), diplomata e estadista português.

6 O terremoto, ocorrido em 28 de dezembro de 1908, arrasou as cidades de Messina e Reggio, na Itália.

E foi-se feliz, como antes dela e depois dela muitos, por ter agido bem e docemente...

Lisboa tem o interesse de contar a cada passo uma história de dor, de sofrimento, de energia, ou de triunfo. Diante do arco da rua Augusta tem-se bem a sensação do terrível terremoto, da energia de Pombal, e no trabalho dos escultores e arquitetos como que a apoteose da arte do momento ao vigor de um povo que graças ao estadista menos de um mês após o terremoto iniciava o nivelamento da Lisboa nova. Mas como interessante é auscultar o sentimento no povo diante dos monumentos! A maioria do povo não sabe ao que veio aquele arco. Em compensação fazem troça.

– Aquele arco tem uma utilidade em Lisboa: o relógio que anda sempre ou adiantado ou atrasado, mas nunca certo. Por isso, quando se quer definir em pilhéria qualquer sujeito diz-se: é pontual como o relógio do arco da rua Augusta.

– De resto já vira nos Jerônimos os meninos da Casa da Pia julgando-nos estrangeiros só por visitarmos aquela maravilha. E eu que fora a São Vicente de Fora ver os reis mortos, tinha a alma triste pelo estado de semi-abandono em que achei o lugar respeitável.

– É uma pena?

– Não. É de fato um bem. Nas cidades a tradição histórica é uma base de segurança, o alicerce. Lisboa não progrediria se vivesse a relembrar o seu passado e as ações antigas.

Por isso Lisboa aumenta cada ano, vai criando da Avenida para diante uma cidade moderna e encantadora.

Em Campo Grande, uma vez, depois do desdobramento da cidade de agora, era de recordar como há muito menos de século inauguravam-se os *tramways* a vapor até Torres Vedras, chamados o caminho de ferro Larmanjat. A primeira estação era Campo Pequeno, a 2 quilômetros de Lisboa, hoje com a praça de Touros, ponto Central da nova *urbs*...

***

Às cinco horas da tarde, parado um instante à beira do Suíço, onde tudo é falsificado, segundo a opinião dos frequentadores, vejo desfilar, na tarde cor de pérola, a alegre Lisboa, com o movimento febril dos trens, dos *tramways*, dos automóveis. É interessante. Esse desfilar ensina-nos uma porção de coisas. Em primeiro lugar fico certo de que a má língua é habitual à beira dos cafés. Corta-se na pele da gente que passa. Em segundo, que Lisboa tem da civilização das grandes cidades a correção de fato e a correção do cumprimento. Nada de excesso, nada de gritos. Essa gente parece que toda ela frequenta o paço das Necessidades. Um brasileiro, com a perniciosa intimidade de toda gente, ficaria pouco à vontade nesta cidade em que se reconhecem as distâncias sociais. Eu que detesto tais intimidades, estou deliciosamente bem. Também isso acontece a muitos brasileiros natos, que têm casa em Lisboa e vivem definitivamente na ardente cidade.

Há, entretanto, uma coisa ainda mais importante, que se observa no desfilar das cinco, e ratifica bem a civilização um pouco pomposa, um pouco do alto – é a solenidade dos cocheiros particulares.

Oh! esses cocheiros! Não há em parte alguma cocheiros com tanta pompa. Nem em Londres, nem em Paris. Com as pernas envoltas no manto de inverno, a face escanhoada, o torso ereto, o gesto elegante e sóbrio, esses homens parecem trazer escritos na bochecha o brasão da casa, a importância de quem vai dentro, e guiam as parelhas como conscientes das graves responsabilidades políticas e mundanas dos lacaios. Há uma frase popular que assegura conhecer a gente pelo rodar da carruagem, quem dentro dela vem. Em Lisboa, conhece-se pelos cocheiros. Assim, o cocheiro do ministro tem um ar diverso do cocheiro de banqueiro, o cocheiro de banqueiro é evidentemente inferior a um cocheiro de fidalgo com dinheiro. E os trintanários e os cavalos acompanham os cocheiros. Só não achei uma verdadeira linha principesca no cocheiro do Sr. duque do Porto.

– É que o príncipe é muito democrata, disseram-me.

– Um dos raros em Lisboa.

– O que não impede que, se o desrespeitassem, reagisse com vigor e pulso.

Há democracia e democracia. Os príncipes podem descer até a plebe. A plebe é que não deve até eles subir.

***

Vou à *gare* do Rossio comprar um bilhete de passagem para o norte. Tenho uma nota de dez libras, mas como a uns amigos de passagem para Paris, o empregado achou que libra em papel não era dinheiro, dou uma nota de vinte mil réis. As passagens custam caríssimo nas vias férreas portuguesas, quase tão caras ou mais do que no Brasil. Um bilhete de ida e volta para o Porto vale dez mil e tantos réis fortes. E é curioso saber que é mais barato vir de Paris a Lisboa do que ir de Lisboa a Paris. O homem dá-me o troco – uma porção de coroas. As coroas são moedas, grossas moedas de prata do valor de quinhentos réis. Enchem os bolsos, pesam nos bolsos. Mas, em papel, a nota de menos valor é de cinco mil réis. Daí para baixo, coroas, níqueis e cobre.

Não verifico, e saio com os bolsos cheios. Na primeira tabacaria tiro uma das coroas. Escandalosamente falsa, mas de uma indecente falsidade. Parece um pedaço de chocolate em papel de prata. Estão no rudimento das falsificações, e sempre isso vem do estrangeiro.

Mas por que passá-las?

Ora, o deixa andar da vida!

Conto o caso a alguns literatos, numa livraria da rua Áurea, e Manuel de Sousa Pinto indaga se já reparei nas moedas de vinte réis, moedas com uma estrela no bordo.

– Já.

– Pois são falsas.

– Quê?

– É simples. Um cidadão resolveu falsificar, com certo engenho, vinténs. Era tão perfeita a obra que pareceriam verdadeiros,

se não tivessem um sinal de assinatura. Pôs a estrela, inundou Portugal desse cobre, ganhou um dinheiro absurdo e, farto de ser tratante, retirou-se definitivamente para o estrangeiro, mas com um rasgo de honestidade. Escreveu ao rei, contando o ocorrido.

E, como eram muitos, os vinténs ficaram na circulação.

***

Fisionomia impressionadora a de Afonso Lopes Vieira[7], grande poeta da geração nova. Tipo quente de português, com o cabelo caído sobre a testa e a cor morena dos pescadores, corrigido, ou antes, acentuado por uma sóbria elegância londrina. Vejo-o a conversar. Uma correção de *dandy*, uma finura ducal, o ar fatigado de um mundano.

– Adoro Lisboa!

– Francamente?

– Francamente. É uma cidade de amor.

– Talvez, mas não de amor, conforme manda a civilização. Paris ou Londres organizaram, montaram o seu vício. O vício de Lisboa é um vício de escadas...

Guardo a frase. Rara é a casa em Lisboa que tem porteiro. As escadas de um prédio servem para muitos moradores e estão quase sempre às escuras...

***

Manhã linda. Os dias de inverno assim luminosos dão tão imprevistas ideias à gente! É de manhã que se podem encontrar criaturas verdadeiramente bonitas em todas as cidades do mundo. A manhã é a revirginação do dia, a primavera das horas, e as mulheres que sabem rir de manhã são doces, boas e frescas – porque só o riso da manhã não é o riso feito a figurino, como o riso *teagown* dos

7 Afonso Lopes Vieira (1878-1946), poeta, ficcionista, jornalista português, participou do grupo Renascença Portuguesa (1912), no Porto, autor de *O romance de Amadis* (1923).

chás das cinco e os risos teatrais do São Carlos ou do D. Amélia. Saio pela manhã. Bem cedo. Há gente a tostar no brando sol hibernal, dormitando nos bancos da Avenida. Até essa gente é bonita! Onde diabo Portugal faz tão formosa gente? É de enlouquecer, positivamente. Uma casa aberta, um relógio. Quantas horas? 10 da manhã.

A essa hora ninguém que se preze sai em Lisboa. Nem os empregados públicos. Lá para as 11 é que eles passam, quase sempre de sobrecasaca e chapéu alto. Podemos ir descansadamente até o elevador da Glória. E é aí no *tramway* que vejo uma criaturinha de um moreno suavíssimo, feito de rosas-chá e rosas-rosas. Oh! criatura! Mas por que Deus pôs no mundo mulheres lindas, como a portuguesa? Ai, se fosse possível amar sem responsabilidades! Em Paris é possível dizer:

On reencontre un beau matin
Une femme à l'oeil mutin
Qui passe;
Elle a des yeux langoureux
Et l'on suit, très amoureux,
Sa trace.
Amour? Non plutôt désir,
Qui dès qu'on peut l'assouvir
S'efface.

Aqui, recatadamente ela baixa os olhos, percebendo, com a aguda percepção feminina que a alguém agrada. Já uma cantiga diz, neste luminoso e terníssimo país da poesia:

Menina se quer saber
Como agora se namora,
Meta o lencinho no bolso,
Deixe a pontinha de fora.

Estou que nem isso é preciso. A mulher é um ser receptivo essencialmente. Mais baixa os olhos, e só meia hora depois, talvez, sorria. Essa criatura tão linda vai só. Olho-a com insolência. O elevador para. Salta ela. Salto eu.

– Bom dia, menina.

– Ó senhor, não vá desgostar a avó que aí vem atrás. Deixe-me em paz.

E então vejo a seguir aquela flor uma pobre velhinha de andar reumático, a que devia ter custado um enorme sacrifício trazer a neta ao trabalho. Um drama inteiro! Como a vida é cada vez mais um folhetim-romance!...

MEIO LITERÁRIO[1]

EM LISBOA — ALGUMAS FIGURAS: FIALHO, MONSARAZ, JÚLIO DANTAS E ABEL BOTELHO — A DESUNIÃO — O RELATIVO AFASTAMENTO — A ARTE REPRESENTATIVA DE PORTUGAL — A GERAÇÃO NOVA — A PREOCUPAÇÃO DO BRASIL — A VONTADE GERAL — ASPECTOS.

Ao livreiro Teixeira[2], dois dias depois de chegar a Lisboa, indaguei:

– E Fialho, o grande Fialho?

– É verdade, conheces poucos homens de letras, refletiu Manuel de Sousa Pinto.

– Poucos? Aqui, de trato íntimo, só ao Carlos Malheiro Dias[3] e ao Manuel.

– É pouco.

– Infinitamente. Quero conhecer os consagrados, os imortais da Academia Real e quero conhecer os novos.

O livreiro Teixeira, com o seu ar mais grave, assegurou:

– O Sr. Dr. Fialho de Almeida está em Cuba, nas suas terras do Alentejo. Talvez não o veja. Acho melhor escrever-lhe.

– Escrevo ou vou a Cuba, a Cuba do Alentejo!

No dia seguinte, pela manhã, na mesma livraria, a conversa animada de alguns homens de letras que, com carinho o livreiro cultiva, tinha um homem grosso, de estatura meã, *cavaignac* quadrado, boca espessa de sensual e dois olhos miúdos, apertados, mas de uma

---

1 Inicialmente publicado, a 28 de julho dee 1909, em *Gazeta de Notícias*, n.º 209, p. 7. No índice do livro: O meio literário.

2 Antônio Maria Teixeira (1857-?) e o irmão, José Joaquim Teixeira (?-1929), livreiros-editores portugueses, foram proprietários da Grande Livraria Paulista, aberta em 1878, na capital paulista. Depois da falência dos irmãos Teixeira, em 1893, Antônio Maria voltou para Lisboa, onde abriu a Livraria Clássica Editora, que publicaria muitos autores brasileiros, com o selo A. M. Teixeira e Companhia.

3 Carlos Malheiro Dias (1875-1941), jornalista, cronista, romancista, político e historiador português, viveu longos períodos no Brasil, antes e depois da República. É autor do polêmico romance *A mulata* (1896).

viveza excepcional. Esses dois olhos, na cabeça de um filósofo antigo que se fizesse lavrador, eram a própria ironia e a própria mocidade. Deles bem ficaria dizer serem mais moços que o corpo vinte anos, só da contemplação impiedosa da vida – porque mesmo quando gravemente o homem falava, os olhos riam, troçavam, alanhavam. No mais, o homem tinha uma sobrecasaca, um chapéu alto, na gravata manta[4] um broche enorme e, para resumir, parecia irritado, dessa irritação neurastênica que exagera as culpas dos outros contra nós e nos coloca numa vaga atitude de fim de Napoleão[5]. A voz desse homem grave era um pouco rouca e ele reclinava-se no balcão com um ar de cansaço da humanidade, para ser de uma grande gentileza quando chegava alguém a apertar-lhe a mão.

– Ainda hoje agridem-me. Não; lá matar é que não. Nunca poderia concordar com o assassinato do rei. Eles que continuem.

– Ah! É verdade, você ainda não conhece. O Sr. Dr. Fialho de Almeida.

Era ele. Era Fialho de Almeida, o grande ironista e o grande sentimental, o criador do *Sérgio* e da *Madona do Campo Santo*, o imprevisto esvurmador da alma de uma cidade, o maioral dos instrumentalistas da prosa, o artífice capaz de transformar o peso catedralesco de uma língua exclusivamente arquitetônica, e plasmá-lo, e transformá-lo, e fazê-lo mimo cinzelado de ouro, fino desdobramento de aquarelas suaves e de carvões de Goya[6], reflexo de imensos horrores e de vagos suspiros, heptacórdio sutil, impressionável ao mais leve sopro, placa onde todos os sentimentos deixam marca. Era o Fialho da *Vida irônica*, e dos *Gatos*, o Fialho analista e *frondeur*, o Fialho, mestre sempre tão moço, o Fialho, estilista, o Fialho, figura única em todas as literaturas – porque a ninguém pode ser comparado, o Fialho cuja obra daria ao filósofo o documento mais exato e completo do atual período da alma portuguesa. E era aquele homem, talvez amargo, com aquele broche, uma gravata manta, aquela face, aquela sobrecasaca soleníssima...

---

4 Tira de seda ou lã que os homens enrolavam ao pescoço, servindo-lhes de gravata.
5 Napoleão Bonaparte (1769-1821), militar, líder político e imperador da França.
6 Francisco de Goya y Lucientes (1746-1828), pintor e gravador espanhol. Famoso pela série de pinturas *Los desastres de la guerra* (1810-1814).

Com alguns artistas há uma certa correlação entre a obra, o físico e o trato pessoal. Quem conversa com o elegante Malheiro Dias, imagina a sua obra, quem lhe lê os livros, imagina o homem fino. Assim com Bilac[7], assim com d'Annunzio[8], assim com Marcelino de Mesquita[9], assim com Coelho Neto[10]. O Fialho da minha imaginação era um homem magro e nervoso, de chapéu ao lado, monóculo, o gesto cortante. O imprevisto da minha impressão foi tão grande como diante de um retrato de Flaubert[11]. E foi também de uma súbita simpatia pelo homem. De resto, em três ou quatro frases amáveis de Fialho a propósito do Brasil e da sua mentalidade, senti, não o lisonjeador vulgar e mundano, mas o espírito refletido, ciente da sua responsabilidade literária.

– Sabe que tem uma grande admiração da minha terra?

– É uma bondade mal empregada. Escrevi para aí umas páginas. Hoje sou lavrador. Agora mesmo venho de Cuba, trazer uma reclamação dos agricultores ao governo. Passo a mor parte do tempo no Alentejo. Para que escrever? A glória é curta aqui e, quanto a lucros pecuniários, já contei que com duas mil páginas escritas não vim a lucrar seiscentos mil réis. Os editores vendem pouco e o pouco que vendem é no Brasil. Portugal não lê[12]. O futuro da nossa literatura está com os senhores.

Mas nesse momento, entrava, elegantíssimo, o bigode branco, o cabelo anelado e branco na face juvenil um homem que parecia escapado de uma reunião do *Épatant* ou do *cercle* da rua *Royale*.

---

7 Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac (1865-1918), jornalista, contista, cronista, poeta brasileiro parnasiano, membro da Academia Brasileira de Letras.

8 Gabriele d'Annunzio (1863-1938), poeta, romancista, contista e dramaturgo italiano, herói nacional da I Guerra Mundial, entusiasta do fascismo.

9 Marcelino Antônio da Silva Mesquita (1856-1919), médico, poeta, jornalista, escritor, político e dramaturgo português, autor de *Peraltas e sécias* (1899) e *Envelhecer* (1909).

10 Henrique Maximiano Coelho Neto (1864-1934), escritor, político, professor brasileiro, membro da Academia Brasileira de Letras. Autor de extensa obra, com destaque para os romances *Sertão* (1896), *A conquista* (1899) e *Fogo fátuo* (1929).

11 Gustave Flaubert (1821-1880), escritor francês, um dos principais representantes do Realismo literário.

12 No livro: Portugal que lê.

Era o conde de Monsaraz[13], cujo último livro *Musa alentejana*, acabava de vir a lume. Quem conhece os versos de Monsaraz reconhece o conde. É aquela mesma linha de bondade fidalga, de agradável superioridade, de bonomia de homem habituado à alta vida. Esteve cinco minutos, agitou quatro ou cinco problemas graves alacremente, conseguiu dizer sem esforço a cada um dos presentes uma frase amável, riu, foi o mais jovem dos presentes, chorando a sua velhice numa nota discreta. Perguntou-me logo por uma porção de amigos do Brasil, tomando notas das respectivas *adresses*.

– E esse caro Bilac?

– Esse caro Bilac, em Paris, na neve.

Saímos de braço dado. Dez minutos antes não o conhecia. E pela Avenida, naquela maravilhosa manhã, tecida de cetim azul e gaze dourada, partimos, eu com a sensação de que reencontrava um ser muito elegante e muito estimado, de volta de um grande centro...

Via assim o literato mundano, e o formidável artista que tanta impressão me causara, ao mesmo tempo, no mesmo lugar, e ambos amabilíssimos. Nessa mesma noite, com João de Barros, seu genro, fomos a ver Teixeira de Queirós[14], o Bento Moreno, dos *Noivos*, do *D. Agostinho*. Teixeira de Queirós é diretor da Empresa das Águas, tem vários e muitos afazeres, além da sua arte. Fialho mostrara-se desgostoso de escrever, o conde de Monsaraz contente, Bento Moreno com o desprazer de não ter tempo para escrever mais. E nas suas salas forradas de estantes, os olhos fincados interrogativamente em nós, através dos vidros dos óculos de ouro, severo, um ar meio cultor de edições raras, meio pedagogo, o escritor do *Salustio Nogueira*, a conversar cheio de amabilidade, parecia-me muito mais severo do que é possível julgar dos seus romances. Ao vê-lo falar do movimento

---

13 Antônio de Macedo Papança, conde de Monsaraz (1852-1913), advogado, político e poeta português.

14 Francisco Teixeira de Queirós, pseudônimo Bento Moreno (1848-1919), médico, político e romancista português, adepto do realismo-naturalismo de base científica. Sob a influência de Balzac, a partir de 1870, dividiu sua obra em dois grupos, *Comédia de campo e Comédia burguesa.*

positivista, a apanhar aquelas maneiras de frase adotadas por todos os comteanos, com alguns dos quais, tanto tenho privado, a apanhar os comentários sobre arte e a violência rude da sua atitude política, eu admirava precisamente o esforço excepcional que esse homem deve fazer, para dar às suas novelas da dissolução moral do ocidente o ar de tranquila ironia complacente. Eça de Queirós, escrevendo *Os Maias*, compreende-se.Teixeira de Queirós compondo o *Grande Galrão*, é que parece espantoso meia hora depois de conversar com o espírito superior e culto do criador da *Comédia burguesa*.

Desse dia em diante facilmente conheci outros artistas e homens de letras. Metido num capote negro, extremamente pálido, dois grandes olhos e um riso de criança, apareceu-me um dos novos brilhantes Albino Forjaz de Sampaio,[15] o autor das *Crônicas imorais*. Albino disse-me logo:

– É preciso que você veja o Júlio Dantas![16]

Obedeci. Fui ver Júlio Dantas no D. Maria, Júlio Dantas, de negro, com uma pulseira de ouro no punho direito, dois olhos lindos e inquietos, o ar vagamente nervoso, e que me paralisou de elogios pela primeira vez na minha vida. Certo, Júlio Dantas é o primeiro temperamento dramático da língua portuguesa. Há peças suas, que são obras-primas. Além do talento e do artista, há nessa figura uma delicadeza, uma sensibilidade de nervos especialíssimas. Júlio Dantas é o aristocrata, captado a uma época de galanteria e de insinceridade. Tem muitos empregos, dá de todos conta, desde médico do exército, a fiscal do governo, no teatro D. Maria, vive num sonho de perfeição mundana, que o faz conversar por momentos com um brilho de narrativa estranho e o faz calar de repente, quebrando o fio da conversa, como arrependido ou esquecido. Na vida social, o seu fim único é agradar. Assim, o admirável autor do *Paço de Veiros*, é deliciosa e ingenuamente insincero, esquivando-se inquietamente

15 Albino Maria Pereira Forjaz de Sampaio (1884-1949), escritor e bibliógrafo português, autor de *Palavras cínicas* (1905) e *Crônicas imorais* (1909), dentre outros títulos.
16 Júlio Dantas (1876-1962), médico, escritor, jornalista, político e diplomata português, intelectual de grande prestígio social e literário, dentro e fora de Portugal.

a intimidades, e estabelecendo, por onde passa, um ar de protocolo. Na noite em que tive o prazer de lhe apertar a mão ilustre e bela, Júlio Dantas prostrou-me de elogios – a mim, aos primaciais da literatura brasileira, ao Brasil. Eu sentia e até nisso o louvava, que Júlio Dantas não me tinha lido, mas o seu elogio, elogio de cérebro pouco vulgar, adestrado nesse gênero de *sport* do bom-tom, era uma espécie de ataque tão complexo, que não me deu tempo de respirar, de pedir graça. Algumas vezes depois conversei com ele. Só lhe conheci dois íntimos literários, o cativante talento de Augusto de Castro[17] e a sedução irresistível de Malheiro Dias. Nos cafés, os literatos *en herbe* chamam-nos mesmo: a trempe. Mas em todos os lugares encontrei sempre Júlio Dantas, a apresentar um Júlio Dantas de salão de embaixada: nas caixas de teatros, nos pontos dos carros elétricos, na casa dos amigos, nas salas de banquete, nas livrarias. A última vez em que o vi, estava com José Antônio de Freitas,[18] o ilustre brasileiro de tão grande cultura e tão fino estilo. Freitas vive em Portugal desde rapaz, Freitas viu Júlio Dantas menino. O meio literário português é como todos os meios literários por mim conhecidos: o tratamento de você vem três dias depois do conhecimento, naturalmente. Pois Júlio Dantas tratava Freitas de vossência. E numa confidência extrema, a mim o dramaturgo disse:

– O meio é pequeno. Tenho receio de magoar. É preciso estar com muito sentido.

O meio é pequeno! Todos diziam-me isso, menos talvez Malheiro Dias. E, entretanto, longe de haver união, camaradagem, muitos homens de letras não se conhecem pessoalmente. Há artistas integralmente notáveis, como Abel Botelho[19], o romancista do

---

17 Augusto de Castro Sampaio Corte-Real, mais conhecido por Augusto de Castro (1883-1971), advogado, jornalista, cronista, político, diplomata e dramaturgo português.

18 José Antônio de Freitas (1849-1931), escritor, crítico e tradutor maranhense domiciliado em Portugal, membro correspondente da Academia Maranhense de Letras, autor de *Estudos críticos sobre a literatura do Brasil*. O lirismo brasileiro (Lisboa: Tipografia das Horas Românticas, 1877).

19 Abel Acácio de Almeida Botelho (1855-1917), escritor, político e diplomata português, representante do Naturalismo literário, autor de *O barão de Lavos* (1898) e *O livro de Alda* (1898).

Barão de Lavos e do *Livro de Alda*, que vivem à parte, sendo entretanto de bondade e amabilidade à *outrance*. No banquete que me ofertaram, apenas como preito às letras irmãs do meu país, pois de menos era o valor do enviado, deu-se com duas ou três repetições, um fato memorável.

– É aquele Fulano? indagou de mim ilustre confrade.

– É.

– Apresenta-mo.

E eu, com vinte dias de Lisboa, fiz três apresentações a confrades de letras, escritores de nomeada na língua portuguesa, moradores na mesma cidade. Ao cabo da festa e como a festa correra muito cordialmente, a ideia dominante era o pesar de não haver sempre reuniões idênticas.

– É o único meio de nos reunirmos!

– Três horas por mês para não falar senão dos que não forem...

– Da nossa desunião vem talvez a indiferença pelas letras no nosso país.

E estavam todos como infinito *humour*, e o mestre Fialho de Almeida foi até o meu hotel, eletrizando em frases de espírito a sua amarga desilusão.

Desilusão! Se há forma pela qual Portugal possa mostrar atualmente o seu vigor de país vivo é a da arte de escrever. Um gênio de que qualquer país do mundo se orgulharia, Guerra Junqueiro[20], irradia ao norte. Dezenas e dezenas de poetas novos esplendem à luz da poesia. Romancistas notáveis, dramaturgos brilhantes, cronistas cintilantes publicam sem interrupção. A geração dos novos de que é possível citar Henrique de Vasconcelos[21], esse *dandy* do espírito; Paulo Osório[22], de quem é possível tudo esperar pelas amostras fortes na crônica, na novela, na crítica; Manuel de Sousa Pinto,

---

20 Abílio Manuel Guerra Junqueiro (1850-1923), jornalista e escritor português, autor, entre outros, de *A morte de D. João* (1874) e *A velhice do padre eterno* (1885).

21 Henrique Vieira de Vasconcelos (1876-1924), diplomata, político, escritor e jornalista português.

22 Paulo Osório (1882-1965), escritor e jornalista português, fundador do periódico *Alvorada* (1886-1897), autor de *Camilo. A sua vida, o seu gênio, a sua obra* (1908).

o admirável João de Barros, Albino Forjaz de Sampaio, Lopes Vieira e tantos outros – é magnífica. E entretanto, apenas intimamente convencidos do próprio mérito, os homens de letras formam bem o cortejo dos desiludidos, dos desencantados, dos desesperançados. Um perverso, que ouvia as minhas impressões, respondeu-me:

– É o meio pequeno. Cada um acha que lhe dão menos valor do que realmente tem. E cada um quer ser chefe, o chefe supremo. O Abel Botelho quer ser o primeiro. O Fialho quer ser o primeiro. O Malheiro Dias também. Um discurso elogiando o Fialho adoece o Abel Botelho. As críticas contra o Fialho, culpando-o de não ter feito um romance – como se para ser um grande artista fosse preciso escrever quinhentas páginas sobre o mesmo assunto – deixam-no ferido e a sangrar. Assim suscetíveis, o meio não é de amigos. Viste o banquete ao Júlio Dantas? O meio não é de amigos, mas de diplomacia. Estavam lá alguns para representar, e caso a notar, o Júlio Dantas fez um discurso a cada um dos presentes para agradecer o respectivo comparecimento. Dize a alguns deles, que o Junqueiro é gênio, e que o Fialho é um grande artista...

Eu sorri da ingenuidade desse perverso. Em toda a parte do mundo, o mundo literário é assim. Para admirar um grande escritor é preciso não passar das obras. Eles têm o mesmo egoísmo dos outros homens, acrescido de uma sensibilidade maior, e falam como os outros homens. Entretanto, essa literatura portuguesa, tal qual é hoje, atrai e prende principalmente pela sua feição nacional. A maioria dos homens de letras não se deixam influenciar por outras literaturas e creio mesmo que muitos não conhecem senão a do seu país. Raros foram os que me falaram do movimento contemporâneo na França, na Itália e na Inglaterra. É possível mesmo apontar: Junqueiro, Fialho, Malheiro Dias, Henrique de Vasconcelos, Manuel Penteado[23], espírito interessantíssimo e de uma causticidade pouco comum. Junqueiro discute; Fialho fala como se estivesse no

23 Manuel Penteado (1874-1911), médico, escritor, jornalista português, colaborador nos periódicos *Brasil-Portugal*: revista quinzenal ilustrada (1899-1914) e *Serões*: revista semanal ilustrada (1901-1911).

meio posto que nunca tivesse passado de Espanha; Malheiro Dias toma um pouco da elegância de Paris; Penteado serve-se das outras literaturas para comparações perversas, e Henrique de Vasconcelos exagera, criando na Lisboa tão pessoal, um mundo de *trains de luxe*, com criaturas vestidas nos costureiros da rue de la Paix, *flirts*, palavras inglesas, brilhos de joias e perversões sexuais a Lorrain[24]. Também Henrique é o estrangeiro, o terrível estrangeiro! No progressivo intercâmbio mental em que as artes de todos os países se ressentem de dois valores iguais: a influência do meio e a influência da França mental, a literatura portuguesa defende-se. É a mais nacional das literaturas. Basta ler três ou quatro poetas modernos: Patrício[25], Antônio Correia de Oliveira[26], Júlio Brandão[27], Lopes Vieira: basta ler a prosa dos rapazes de Coimbra, aos consagrados, para se ter a certeza profunda dessa defesa.

Daí o movimento instintivo que neste momento os faz voltarem-se para o Brasil, depois de por tanto tempo dele terem dito mal por sentimentalismo piegas e também por ignorância. O grande Fialho em algumas palestras fazia-me ver a necessidade da aproximação, com frases em que demonstrava ter lido os nossos livros e ter compreendido e julgado a evolução mental do Brasil. Os outros dos mais simples aos mais mundanos têm o apetite do Brasil.

– Que pensam de nós?

Henrique de Vasconcelos com a sua peliça e o seu refinamento, almoçando à *champagne* e indo de vez em quanto a Paris, dizia-me:

– Qual! Não resisto. Vou ao Brasil. É uma atração.

---

24 Jean Lorrain, pseudônimo de Paul Alexandre Martin Duval (1855-1906), escritor francês da *Belle Époque*, autor de obra numerosa na qual registra os bastidores do vício de sua época.

25 Antônio Patrício (1878-1930), escritor, jornalista e diplomata português, colaborador nas revistas *Águia* (1915-1920), *Revista nova* (1901-1902), *Arte & Vida* (1904-1906), autor do livro *Oceano* (1905).

26 Antônio Correia de Oliveira (1879-1960), jornalista, dramaturgo, poeta português, colaborador nos periódicos *A Águia*, *Atlântida* (1915-1920), *Ave Azul* (1899-1900) e *Seara Nova* (1921-).

27 Júlio de Sousa Brandão (1869-1947), arqueólogo, professor, poeta, jornalista, colaborador nos periódicos *Brasil-Portugal*, *Atlântida*, entre outros.

Paulo Osório tinha o mesmo desejo. Como Paulo Osório, Marcelino de Mesquita, como Marcelino outros muitos. Para ver, para fazer conferências, para mentalmente estreitar os nossos laços, que, como as coisas vão – e só a colônia portuguesa do Brasil não vê isso! – serão cada vez menores com a influência de outras colônias. Abel Botelho dizia-me textualmente:

– Meu querido amigo. Assim como as diferentes religiões mandam por toda a parte, num santo apostolado os seus missionários, também a arte precisa ter os seus missionários especiais, evangelizando com fervor o domínio da Beleza e do Amor sobre a terra. De outros países para o Brasil faz-se esse movimento. Ora, pergunto eu, por que não há de Portugal entrar no movimento? Por que também não ir daqui um emissário nosso tomar parte no grande abraço espiritual através do Oceano, para falar de nós e de vocês, falando da nossa radiosa comunhão de esperanças no futuro?

Sim, por quê? Há coisas graves que parecem imensamente fúteis. Esta é uma delas. Da fusão literária viria lentamente no povo brasileiro a obrigação de conservar a herança de Portugal. O momento é mais para que o movimento de apelo venha do Ancestral. Mas o ambiente de Lisboa é delicioso. Passadas essas crises, volta-se ao teatro, à porta das livrarias, às capelas literárias e às igrejinhas estéticas, aos grupinhos iconoclastas e más línguas dos cafés, cada qual convencido do seu imenso valor mal compreendido e da irreparável decadência que é o resto da pátria; camaradas hoje, zangados amanhã, solitários agora, amanhã nas reuniões preciosas da Sra. Maria Amália Vaz de Carvalho[28], ou na amizade de algum titular, parte das Necessidades e parte das letras...

É esta a impressão: uma literatura pessoal, muito talento, produção contínua, com o vago receio de perder o melhor mercado e aquela intimidade de todos os meios literários que o filósofo dizia só serem bons para o estrangeiro, porque não ficam e passam.

---

28 Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921), poeta, contista, educadora, jornalista, colaboradora em diversos jornais e revistas, autora de *Crônicas de Valentina* (1890), *As nossas filhas* (1905), dentre outras obras.

E eu com os grandes, os consagrados, os que começam, os pequenos, tive bem estas sensações, gozando as razões da última, pois decerto não há em parte alguma gente mais hospitaleira e cérebros de exceção tão carinhosamente amigos dos que chegam, como eu cheguei, a Lisboa, com um grande amor, ora acrescido pelas coisas de Portugal.

IMPRESSÕES DOS JORNAIS[1]

A RETÓRICA. RAZÕES. *O SÉCULO, O DIÁRIO, O MUNDO*. OS OUTROS JORNAIS. A FEITURA DAS FOLHAS. A VENDA. ALGUNS EXEMPLOS. *A VANGUARDA* E *AS NOVIDADES*. UM JORNALISMO ROMÂNTICO. BOAS QUALIDADES. OS VERSOS DE GARÇÃO.

Quando senti o verdadeiro domínio do artigo de fundo sobre a encantadora Lisboa, menos havia de vinte e quatro horas que desembarcara, mas esse domínio era tão poderoso, tão infiltrante, que insensivelmente já também comprava as folhas, já também avidamente corria à primeira coluna, já, quando a retórica era bem refogada, dizia, segurando delicadamente o lóbulo da orelha esquerda:

– Sim, senhor, está daqui!

De resto, os jornalistas eram desvanecedores. Risos, amabilidades, um acolhimento por todos os motivos cativante e, mais ainda, pelo carinho que pela representação da hospitalidade. O repórter que me entrevistava era menos um profissional à cata de assunto que um irmão a indagar das excelências de uma pátria comum, no redator que me visitava muita vez recebia um velho amigo, nos colegas que me apresentavam, tal era a nota de simpatia que eu sentia no *vossência* de praxe despontar o tu fraternal. Mas, diariamente, pondo de parte a camaradagem, recolhia a examinar as gazetas, como quem pretende observar um país. E nunca mais acertado andei. Quem quiser conhecer o Portugal contemporâneo, sentir a desconexão dos elementos, palpar o embate das ideias, das gerações, ver a alma complexa de um país a atravessar de fato uma crise, é ver, ler, examinar esse jornalismo, verdadeiramente único, já agora, na Europa e na América.

Portugal é de costumes resistentes, como todo país de fundo rural. Um infinito sentimento poético de resignação e de doçura,

1 Em vista do caráter incompreensível do capítulo "Impressões dos jornais" no livro (p.112-123), optou-se por seguir a versão publicada a 9 de maio de 1909, em *Gazeta de Notícias*, n.º 129, p. 6.

de um lado, de lirismo retórico e de penacho romântico do outro, enche a alma desse lavrador, que, embora resistente, realizou, antes da América descoberta, o americanismo da vida intensa, descobrindo portos, desbravando florestas, implantando no gentio a civilização. Hoje, no simples como no culto, há a religião do gesto e da atitude bonita. D. João de Castro[2], empenhando as barbas, é bem um precursor de D. Carlos, na sua vida pública dos últimos meses. A religião do gesto faz o português escravo da palavra, mas escravo absoluto da palavra empolada, da palavra sentida ou da palavra dura. A sugestão, a força persuasiva da palavra é tal, que sem ela nada se faz e, precisamente por sua causa, nada se executa. É curioso mesmo o fenômeno dado. O homem deu a sua palavra, que achou de bom efeito. Morre para conservá-la, fiel e escravo, como o rei. O homem embevece-se com palavras e passa a vida como uma criança que ouvisse histórias maravilhosas, para raramente tentar uma arteirice: a maioria dos republicanos. Isso, sob o ponto de vista moral é excelente. Depois de algum tempo em Portugal, começa a gente a ter a certeza de que, se não há povo mais lindo fisicamente, não o há também tão bom, tão inocente, tão sincero, em todo o mundo. Daí a ilusão, a névoa de ilusão da generalidade, névoa criada pela sugestão da palavra, pela fantasia das palavras, criadoras de imagens. Ninguém acredita que haja socialismo em Portugal, e as exasperações do socialismo, como o anarquismo, não porque no éden que é o país, não haja angústias, falta de dinheiro e fome, como em todas as terras, mas porque Deus lhes deu uma doce resignação especial. Entretanto, há anarquistas tremendos pelas ruas, há homens de letras que pedem a bomba, a metralha, um incêndio geral, e os poetas vivem numa hipérbole hugoana pela liberdade. Muita gente há a pensar impossível a República em terra de tantas tradições monárquicas. Entretanto os jornais republicanos se vendem imenso,

2 D. João de Castro (1500-1548), nobre, cartógrafo e administrador colonial português, 4.º vice-rei do Estado Português na Índia.

e *O Mundo*[3] e *A Luta*[4] andam em mãos de empregados de caminho de ferro, de condutores de carros elétricos, de operários, e essa gente, que é bem o povo, quando se fala no caso, vira logo a verso de Hugo[5], com grandes frases e palavras cheias de infinito.

É todo o país, porém? Não. A qualidade fundamental é essa, mas com algumas camadas em que é atenuada, aqui de um modo, lá de outro, acolá mais moderna, adiante muitíssimo adiantada. De modo que temos o jornalismo reflexo de tudo isso.

Há três jornais de grande venda: *O Século*[6], o *Diário de Notícias*[7] e *O Mundo*. *O Século* deve tirar cem mil exemplares diários para todo o reino e colônias. É um grande diário de informação, como o *Matin*[8]. Creio mesmo que se inspirou no jornal francês, como aliás o *Matin* se inspirou nos diários americanos. A informação, esse jornal sustenta-a com brilhantismo, sabendo aquecer as vaidades, sabendo conservar o mesmo nervo, a mesma cintilação. É a instantânea dos fatos notáveis da terra e do estrangeiro, é o complemento noticioso do telegrama, é a notícia de tudo quanto é possível interessar, é a maior gentileza para com os homens de letras, cujos trabalhos são sempre de primeira ordem em locais de cinquenta linhas, e o afastamento desses mesmos homens e das suas produções, no fluxo do noticiário. O artigo de fundo aparece, de vez em quando, mas, como ao chegar àquele ponto o jornal é uma potência dentro de país com obrigações para cada leitor, como um eleito para com os seus

---

3 *O Mundo* (1907-1913), jornal republicano português, liderado por Afonso Augusto da Costa (1871-1937).

4 *A Luta* (1906-1923), jornal do Partido da União Republicana, dirigido por Manuel de Brito Camacho (1862-1934).

5 Victor-Marie Hugo (1802-1885), poeta, romancista, ativista político, dramaturgo, figura de renome do Romantismo francês, autor de obras clássicas como *Notre-Dame* de Paris (1831) e *Les misérables* (1862).

6 *O Século* (Lisboa, 1880-1977), fundado pelo jornalista Sebastião de Magalhães Lima (1850-1928). Tinha uma revista semanal, intitulada *Ilustração Portuguesa* (1903-1924), dirigida por José Joaquim da Silva Graça (1858-1931).

7 *Diário de Notícias* (Lisboa, 1864-), fundado e dirigido por José Eduardo Coelho (1835-1889).

8 *Le Matin* (1884-1944), diário parisiense, dirigido pelo jornalista Alfred Edwards (1856-1914).

eleitores, e como a venda é eleição diária, nem sempre a política se apropria do fundo e os problemas são gerais, procurando muita vez o progresso e a civilização incitando a reformas úteis para defender em outras o *status quo*.

Como o *Matin*, tem um prédio inteiramente seu, com oficinas admiráveis de instalação, salas de redação confortáveis, salões de recepção da *Ilustração Portuguesa*, que é uma das suas edições semanais, sob a direção do fulgurante Malheiro Dias, um corpo de redatores e repórteres organizado num regime de trabalho intenso e realiza com isso lucros superiores a cem contos fortes por ano – o que é muito agradável. O diretor é Silva Graça, com uma influência de chefe de gabinete, sem ameaça de queda, que passa a existência na febre do trabalho, sempre de automóvel, a dispor decerto de muito pouco tempo para gozar do seu palácio da Avenida Fontes Pereira de Melo. A única vez que vi esse *yankee* lusitano, foi à tarde, no Rossio, a guiar o seu auto. Parecia cansado, aborrecido e cheio de preocupações – que os homens assim vivem menos para satisfação própria que para a realização de uma obra colossal e interminável, como é o jornalismo.

O outro jornal com o predomínio da informação, grave, sensato, ponderado, a que na terra chamam o *Daily News*[9] de Portugal é o *Diário de Notícias*. Esse não tem um edifício inteiro, está num terceiro andar, como o *Écho de Paris*[10], mas a sua venda é enorme, e vê-se bem o conservador, não o conservador carrança, mas o moderno e pouco fantasista. O artigo de fundo é nele escrito quase como uma leve crônica o que lembra muito a *Gazeta*, do Rio. O artigo tem mesmo o título geral: "Assuntos do dia", e o molde é sempre como o deste começo:

> Curiosíssimo o aspecto dos diversos centros políticos durante o dia de ontem!

---

9 *New York Daily News* foi um jornal diário fundado em Nova York e que circulou entre 1855 e 1906. Não confundir com a publicação de mesmo nome fundada em 1919.

10 *L' Écho de Paris* (1884-1944), quotidiano francês, fundado durante a Terceira República por Edmond Blanc (1856-1920).

> Nas primeiras horas, a impressão geral, filiada na leitura dos jornais da manhã, era de que o Sr. Beirão[11] fracassara nas suas diligências para organizar o ministério, não se demorando porquanto, em declinar esse encargo.
>
> Depois, correu como certo que tal não sucedera, antes pelo contrário, porquanto S. Ex.ª se assegurara do concurso do Sr. conde de Penha Garcia[12], que convidara, telegraficamente, para a pasta da fazenda, contando também com a adesão de outras individualidades para as restantes.

Esta nota intitula-se: Situação Política...

É que o redator-chefe, Brito Aranha[13], é um desses espíritos de firmeza e delicadeza, a organização completa que requer o jornalismo moderno, e, dirigindo o jornal de Coelho e de Cunha[14], soube, como mestre que é, rodear-se dessa legião de fortes no continuar, que são os heróis de todo o instante na vida contemporânea.

A cor política desses jornais? Jornais nessas condições não podem ser jornais de partido, são reflexo da vida, são como a própria vida do país. É impossível conceber *O Século* de um partido. *O Século* informa e age, quando bem lhe parece, a favor ou contra qualquer coisa. Eu gozei, como jornalista, prezando a informação, no dia em que, depois de ler um dos passeios de propaganda do incansável Bernardino Machado, por várias colunas afora, encontrei sob a rubrica: "Propaganda republicana" tudo quanto Machado fizera, resumido em duas colunas. Esses jornais têm de resto o anúncio, o anúncio que eles criaram e que ainda assim está muito por desenvolver, sendo o comércio, a dois passos de Paris e Londres, de um retraimento extraordinário.

---

11 Francisco Antônio da Veiga Beirão (1841-1916), político e jornalista português, ligado ao Partido Progressista. Presidente do Conselho de Ministros (1909-1910).

12 José Capelo Franco Frazão, 1.º conde de Penha Garcia (1872-1940), Ministro dos Negócios da Fazenda de Portugal (1905).

13 Pedro Wenceslau de Brito Aranha ((1833-1914), escritor, jornalista, bibliógrafo português, assumiu a redação do *Diário de Notícias*, em 1889, após o falecimento de José Eduardo Coelho.

14 Alfredo Carneiro da Cunha (1863-1942) tornou-se proprietário do *Diário de Notícias*, depois do falecimento do sogro, José Eduardo Coelho.

Mas para o povo, *O Século* e *Diário de Notícias*, este e o *Diário Popular*[15] bastam para a informação e o desejo de sentir o país, não tão mal como se pensa. O povo lê os outros, e com exceção do *Diário Ilustrado*[16], com uma tiragem de oito mil exemplares, jornal elegante e mundano, todos os outros ardem de política da primeira à última linha.

O Mundo é o terceiro jornal em tiragem, é um belo edifício próprio, de aparência bela com o hemisfério azul a arder nas sacadas. Lá dentro tem-se a impressão de que é um campo de batalha, fora, parece à gente, tanta gente o lê e gente do povo, que o país se republicanizou. Lendo-o, fica-se no bom tempo do jornalismo de ideias, do jornalismo de campanha, a 1848. Aqueles rapazes estão ali como num posto de sacrifício, à espera dos guardas para alguns meses de cadeia, o que a vários tem acontecido. O ambiente é de uma nevrose quase lírica. A primeira vez que lá fui, era perto de uma da madrugada. O meu companheiro indagou à porta:

– Se não te comprometes, podes subir.

Subimos nas pontas dos pés, como para uma conjuração. Num gabinete encontrei a conferenciar Bernardino Machado, que vinha, não sei de onde e partia para o Norte, pela manhã, a realizar comícios. Chamou-me de patrício (o chefe republicano nasceu no Brasil) e foi de uma gentileza quase menineira, apesar das suas veneráveis barbas de prata. Entramos na redação e derreado por sobre o papel, estava o redator de plantão a escrever o artigo de fundo. Não me viu bem. Não me falou bem. Não lhe guardei o nome, como não guardou o meu. Indagou de coisas políticas:

– E o Beirão? Ah! ele não organizou ministério. Está difícil. Estou a dar-lhe a conta.

Saí convencido de que a República era para o outro dia, e de manhã cedo abri *O Mundo*, ansioso. Que artigo! Aquele rapaz, em

---

15 *Diário Popular* (Lisboa, 1866-1896), fundado e dirigido pelo jornalista e político português Mariano Cirilo de Carvalho (1836-1905).

16 *Diário Ilustrado* (Lisboa, 1872-1911) era impresso na tipografia de Joaquim Germano de Sousa Neves (1872-1910).

mangas de camisa, pálido, sonolento, tirara da alma um relho, e era com esse relho, cheio de sangue e de esperança, que zurzia o manipanço dos partidos políticos, inclemente e feroz. Depois do artigo, porém, a política continuava, só política, só coisas de política até o anúncio, num interminável loiefullerismo de eco, noticiário, inquérito, informação, mas quase sempre no fundo, o artigo de fundo.

E assim é como *A Época*[17], as *Novidades*, o *Portugal*[18], *O País*[19], *A República*[20], o *Notícias*[21], a *Vanguarda*[22], o *Correio da Noite*[23], *A Luta*, com todos. Cada um tem o seu partido, obedece a um diretor que é um general. As redações são atalaias. É um estraçalhar mútuo, um ranger de dentes contínuo, a batalha permanente. Os jornais começam assim como este começo de artigo da *Vanguarda*:

> Sem governo ainda, à hora a que escrevemos!
>
> Sem governo, e a essa crise de natureza política há a acrescentar o agravamento das diferentes crises, que apavoram no âmbito das finanças e da economia da nação.
>
> Às dificuldades quase insuperáveis, em que se debate o comércio; às complicações que se desdobram em nossas possessões de Oriente; à carência de recursos indispensáveis; à falta de crédito no estrangeiro; à crise agrícola que mais pobres nos torna; aos duros sacrifícios do contribuinte; à desmoralização dos partidos monárquicos que todo o país procuram corromper pela influência do mando; à desorganização, enfim, dos serviços públicos – respondem-nos as instituições com esse espetáculo indecoroso de processos de regedoria!
>
> Sem governo, ainda à hora em que escrevemos!

---

17 Possível referência ao jornal *A Época* (1906-1909), fundado por Zeferino Candido.
18 *Portugal.* Diário Católico (Lisboa, 1907-1910), órgão oficioso da Igreja Católica e do Partido Nacionalista.
19 *O País*, jornal republicano da tarde (Lisboa, 1905-1921), dirigido por Meira e Sousa.
20 *A República* (Lisboa, 1908-1909), dirigido por Artur Leitão.
21 *Notícia de Lisboa (Lisboa,* 1905-1910, jornal de tendência monarquista, órgão do Partido Regenerador.
22 *Vanguarda* (Lisboa, 1891-1911), de tendência republicana.
23 *Correio da Noite* (1881-1910), jornal de tendência monárquica, órgão oficioso do Partido Progressista.

É um discurso de *meeting* inflamável. Depois segue-se uma seção de *sueltos*, que em cada jornal tem um nome diverso, mas persiste em todos e serve para o ataque, a piada sangrenta. Dirão que a fúria da linguagem é só dos republicanos onde, aliás, estão cérebros de alto valor? Não. No mesmo dia em que a *Vanguarda* nos tais *sueltos* descompõe o ministro por ter dado um vintém a um garoto deita-gatos, as *Novidades*, do Sr. Melo Barreto[24], fatalmente ministro próximo futuro em idênticos *sueltos* glosa em verso ter o Sr. Veiga Beirão entrado em casa pela madrugada, da seguinte maneira:

Na "lufa-lufa" em que andou
O senhor Veiga Beirão,
Até parece que armou
Em Argus da Instrução.
A tal hora, e com tais penas,
Só mostrou à pátria amada,
Numa rusga andar apenas
À gente de vida airada.

É o momento, a crise a impor tal virulência. Os interesses chocam-se. O povo não pode estar contente com os ministérios, as ambições surgem, os interesses debatem-se, e fora dessas lutas, de que nós temos alguns exemplos típicos mais abundantes do que era preciso, talvez, verifica-se que no jornalismo da capital portuguesa, há, a par de três ou quatro jornais de feitura moderna, contemporânea da Quinta Avenida e do *Boulevard*, um jornalismo irmão do tempo em que Girardin[25] vivia, Hugo sacudia os céus no exílio e Paris começava a ser chamada de cidade radiante, ou se quiserem, filho direto de Rochefort, do *Intransigeant*[26],

24 João Carlos de Melo Barreto (1873-1935), jornalista, político, tradutor, diplomata português, substituiu Emídio Navarro na direção do jornal *Novidades*.
25 Émile de Girardin (1806-1881), jornalista francês, redator do jornal *La Presse* (1836-1952), que obteve muito sucesso com a publicação de romances-folhetim.
26 *L'Intransigeant* (1880-1948), quotidiano francês, dirigido por Benjamin-Charles--Eugène Mayer (1843-1909), e no qual Victor Henri Rochefort (1831-1913) exerceu a função de redator-chefe.

mas nascido num meio em que o coração faz amar a retórica e em que a palavra tudo domina.

E esse jornalismo, na sua feição aparente, tem, como todas as coisas o seu lado bom: os jornais são criados para defender partidos, para impor homens, senão sistemas de governo, gritam, atacam, trazem o povo na zoada de uma Câmara inteira a gritar, talvez não imponham coisa alguma, mas não se vê nas entrelinhas o que pitorescamente o Rio chama "cavações", não se vê a imprensa ao serviço de elogios pagos, não se veem reles interesses de dinheiro. Entrar num desses jornais e perguntar quanto custa a inserção de qualquer coisa, a não ser o anúncio, é uma ofensa, e para louvar os que a política não acomete cada qual é mais gentil e mais lhano. Não só. Ninguém ao ler essas folhas, escritas apressadamente e sem conforto, em andares da Alta e da Baixa, imaginará que aí, torcida sim, machucada, sangrando às vezes, e triste, e dolorosa, vibra a alma de Portugal, a alma mais intensa e visceralmente poeta da terra, a verde alma sempre jovem, que não pode falar de gládios sem falar de estrelas e de lágrimas, sem lembrar os pássaros. Um desses redatores, está, decerto, na dúvida de que o povo acredite? Talvez seja de um pequeno partido. Os dedicados – porque imprensa de tal gênero tem dedicados – estão convencidos. E, depois de escrever sobre qualquer figura da política, escreve com a alma na mesma mesa, como Mayer Garção[27], ao povo:

Tu lutas como luta a natureza, ungida
numa grande missão,
Ela tem que criar este milagre; a vida,
e tu o de acabar com a tua escravidão.
Derrue a natureza os montes na sua lida.
Pois bem! ó humanidade aflita e oprimida,
- não cumpre o seu dever quem sofre a servidão!
Germinal! Germinal! – Eis a lição dos sóis
ao povo e à natureza.

27 Francisco Mayer Garção (1872-1930), jornalista português, figura incontornável do movimento republicano e cultor do apelo à contestação social. Colaborou em *Os Vermelhos, O Mundo, A Capital, Manhã, O País, A Lanterna* e *O Inferno*.

O que ela aos homens diz não diz aos rouxinóis
que, mais livres que nós, têm maior grandeza.
Cante um Virgílio[28] doce a campestre beleza...
- É p'ra Rouget de Lisle[29] a musa dos heróis,
pois a égloga do povo é esta: a Marselhesa.

E o povo, que sente e chora comovido, a sugestão da palavra, fica bem como os pastores de Virgílio, quiçá não tão esperto, diante do escachoar de marselhesas em todos os tons, que são os jornais desdobrados na rua...

28 Virgílio (70 a.C.-19 a.C.), poeta romano clássico, autor das obras Éclogas (ou *Bucólicas*), *Geórgicas*, e a *Eneida*.
29 Claude Joseph Rouget de Lisle (1760-1836), poeta e dramaturgo, autor de *La Marseillaise*.

O JORNALISMO POR DENTRO[1]

COMO COMPREENDER O JORNALISMO. — LITERATOS E JORNALISTAS. — A SOCIEDADE E O JORNALISMO. — UMA ANEDOTA DE PAULO OSÓRIO. — VENCIMENTOS. — MISÉRIAS E ESPLENDORES. — A INTELIGÊNCIA E O DINHEIRO. — O REFLEXO DA REFORMA IMINENTE. — PORTUGAL RESISTENTE.

A impressão exterior dos jornais não me bastava, porém. *O Século*, cheio de informações, batendo etapas de reclame, o *Diário*, grave e completo de noticiário, *O Mundo,* da primeira à última linha a gritar pela República – os outros diários, crispantes de política, e mais as folhas de propaganda no grande estilo romântico, inundavam as ruas de Lisboa, faziam-me ledor, comentador, mas nunca o conhecedor dos jornalistas, do mecanismo interno do jornal. O jornalismo atual é a mais bela das belas artes e cada vez mais um sério problema social. Na nossa língua esse quarto estado e talvez segundo poder foi a custo considerado uma profissão. A princípio, o jornal era o redator-chefe, que por sua vez era um homenzinho político. O homenzinho continuava os seus discursos, os seus ódios, através da folha. O resto do pessoal, era a massa anônima, enfeitada por um ou outro poeta importante, encarregado de trazer o seu displicente concurso ao mourejar dos servos da gleba tipográfica.

– V. Exa. é jornalista?

– Não; o meu amigo é deputado e escreve nos jornais.

Esta era a norma do Brasil – durante algum tempo. Depois, a influência da América, onde um presidente de República deixou o poder para redigir um jornal, a sugestão do *boulevard*, em que os poetas e os *conteurs* eram todos cronistas, modernizaram a noção do jornalismo. Hoje, o repórter impõe a sua profissão, o homem de letras pede ao jornal a conservação de seu nome na esquecida

1 Inicialmente publicado, a 12 de maio de 1909, em *Gazeta de Notícias*, n.º 132, p. 1.

memória das populações, e tudo converge e tudo parte do jornal. Os ordenados são maus? De acordo. O jornalista é um pobre diabo sem descanso? Perfeitamente. Mas é também o poder social permanente, o civilizador, o semeador de ideias, de nomes, de triunfos, de desastres, e só há que notar no moderníssimo aparelhamento do periodismo brasileiro muita gente com pretensão a ser jornalista, talvez mais do que com pretensões a bacharel, a médico e a professor.

Estaria o jornalismo português, que é o mais vivo reflexo do povo, nas mesmas condições?

A minha primeira impressão foi ver que os homens de letras procuravam acentuar a diferença que os separava dos fazedores de folhas. Em Portugal, ser escritor, ainda hoje, é uma coisa um tanto diversa de ser jornalista. Os escritores solicitam a publicação de trabalhos seus, ou têm mesmo, quando grandes nomes, a solicitação para colaborar. Dão-se com o redator-chefe, dão-se com o secretário, dão-se com os cronistas, mas há entre eles o fatal abismo. Um modesto escrevinhador de romances ilegíveis ou de fantasias insulsas, um poeta autor de vários sonetos, sem nada de notáveis, pode dizer, cheio de importância, a propósito do grande Fialho, autor de muitas páginas imortais em estilo e ideias espalhadas nas gazetas:

– Não tem um livro; o jornalismo estragou-o.

Como, aliás, diz do fulgurante e delicioso Malheiro Dias:

– Esse rapaz com o jornalismo não faz mais nada!

E Fialho, na sua bonomia irônica de lavrador alentejano desiludido, e Malheiro Dias, com o seu elegante espírito, em que se casam a petulância de Espanha e a graça de Paris, dizem, em horas de intimidade, o mal que o jornalismo lhes fez. A notícia do artigo acha-se separada pela classe. Alguns jornais ainda dão críticas literárias. A notícia é do jornal; a crítica, do escritor. A crítica de teatros, amabilíssima sempre, ou quase sempre, é feita por escritores, alguns brilhantes, como Henrique de Vasconcelos, no *Dia*[2], o excelente

2 *O Dia* (Lisboa, 1887-1926), dirigido por Antônio Eanes (1848-1901) e Adrião de Seixas; *O Dia*: suplemento ilustrado (Lisboa, 1896), dirigido por Henrique Pinto do Amaral, que também foi redator e gerente de *Os Teatros*: jornal de crítica ilustrado (Lisboa, 1895-1897).

Manuel de Sousa Pinto, na *Luta*. Esses escritores vão aos jornais apenas nos dias de primeiras.

O preparo, o reclamo das peças, aliás muito bem feito, é dos jornalistas. Assim para tudo mais.

Esta separação, este vinco, apenas acentuado, mais forte se nota na distinção social. A sociedade de Lisboa é conservadora, apesar de republicana, segundo as eleições da câmara. A alta sociedade ainda mais. Um conde ou um barão, com condecorações, receberá em sua casa, para ornamentá-la em dias de festa, um ou outro homem de letras, dos que não escrevem inconveniências, receberá os redatores-chefes dos partidos políticos, deputados, chefes políticos, conselheiros, esperanças de conselheiros, mas não lhes passa pela imaginação receber um fazedor de jornal. A afoiteza americana, o convívio íntimo do repórter com os ministros do Brasil, a importância a que tem direito o periodista, são desconhecidos. A grande reportagem como é ela feita em Norte América, em Paris, na Itália, entre nós, é por essas razões não usada senão por um ou outro homem de letras – Carlos Malheiro Dias, por exemplo a entrevistar o rei de Espanha. A rainha D. Amélia pode ir mostrar os seus hospitais a Mme. Adam[3]; o rei D. Carlos deu uma entrevista fatal a uma representante do *Temps*[4]. Em hipótese alguma, soberanos democratas lembrar-se-iam de fazer o mesmo com os jornalistas portugueses. Daí, a maioria das informações serem passadas aos amigos políticos e aos redatores-chefes e aos homens de letras adidos, e o repórter ter a função de mero trazedor de notícias. Cada repórter no Brasil é uma influência tremenda. Em Paris, dois ou três repórteres, cujos vencimentos são precários, mostraram-me desde o *restaurant* à Câmara como a reportagem *c'est quelque chose*. Um repórter em Portugal, vendo-me em conflito com um guarda, por explorar uma pobre mulher, desvelou-se em ir salvar-me mais à mulher, e ao chegar à esquadra,

3 Juliette Adam (1836-1936), anfitriã de salões literários, diretora de jornal, ativista em prol da República e da Pátria, teve atuação de destaque na vida política francesa da segunda metade do século XIX.

4 *Le Temps* (1861-1942), jornal diário fundado por Auguste Nefftzer (1820-1876), foi um dos mais importantes periódicos da Terceira República, destinado às elites.

eu saí porque era um estrangeiro, e se quis que a coitada, em pranto, lá não dormisse pelo mal de ser maltratada pelo valdevinos, tive simplesmente de pagar-lhe a multa.

Também foi esse o único repórter que conheci, apenas repórter, e a quem falei. Os outros eram mais ou menos homens de letras, quando se aproximavam, e quando isso não eram escondiam-se na sua humildade irritada. Eu vira em Paris os repórteres políticos, verdadeiros elegantes, conhecia o quase dandismo desse gênero de reportagem no Brasil. Dias antes de partir, indo no elevador da Glória com amigos, ouvi de um para certo cavalheiro envolto num paletó gasto, com a barba por fazer:

– Então? Novidades políticas?

O cavalheiro respondeu soturno qualquer coisa, que, coitado, ia a cuidar de filho e mais da mulher.

– Quem é?

Era um *reporter* político.

Ora, talvez estivesse errado no sistema de impressões. Resolvi interrogar, e uma noite, a jantar com Paulo Osório, um dos mais brilhantes talentos da geração nova, que fora redator-chefe de um jornal do conselheiro João Franco, dei de interrogá-lo[5]:

– E *reporters*? indaguei.

– Procura-os? Eles não aparecem?Ah! meu caro. Já disso dei explicação, em crônica, hoje a figurar no volume *Lisboa*[6]. A vida dos *reporters*, tão curtos são os seus honorários, é uma verdadeira tragédia. Sem meios para aparecer dignamente, não aparecem, no que fazem muito bem. E não conhecem nem os políticos mais conhecidos. Sério! Repito-lhe uma anedota, por interessante. Em certas exéquias andava um *reporter* tomando nomes, até que na sua tarefa acercou-se de um homem de sobrecasaca, muito grave e severo. – "V. Exa. diz-me o seu nome,

5 Na *Gazeta de Notícias,* lê-se: "resolvi interrogá-lo".

6 Referência ao livro de crônicas de Paulo Osório, *Lisboa*, publicado em 1908, no Porto, pela Empresa Literária e Tipográfica-Editora. A crônica mencionada na entrevista a João do Rio intitula-se "Jornalistas".

faz favor?" – "Hintze Ribeiro"[7]. O *reporter* cobriu-se, e desconfiado: – "O senhor está a mangar comigo..."

O desgraçado nunca imaginara[8] que um grande homem fosse assim.

– Oh!

– Você admira-se? Pois quando a minha crônica foi publicada acharam que o meu propósito era ser desagradável ao Hintze Ribeiro...

Tudo isto vem de resto da míngua dos ordenados. A vida de Lisboa, salvo casa e criadagem, é relativamente aos recursos de cada um, que não seja rico, caríssima. Um sobretudo comprado no Grandella por 10$ desfaz-se em um mês; mesmo comendo lá em cima no *Tacão*, preciso é gastar pelo menos 300 réis em cada refeição. Isso é infinitamente ínfimo, é paupérrimo. Ora, o jornalismo lisboeta não corresponde em vencimento à despesa que cada homem é obrigado a ter. Na lista de ouro dos grandes vencimentos figurou nos últimos anos como o *nec plus ultra*, o Sr. Cunha e Costa, fazendo com os *en-tête* do *Século* creio que 300$ fortes. Agora, quem realiza monetariamente o *record* é esse notável jornalista João Chagas, com um trabalho esfalfante, tremendo, e que não se pode dizer que seja de jornal, pois João Chagas tira lucros com as *Cartas*[9], de que é autor, impressor, vendedor, distribuidor. Só uma organização fortíssima pode resistir a tamanho labor.

De fato, no jornal os redatores aparecem quando têm renda em outros empregos. Um ordenado máximo na redação de qualquer jornal não chega a 150$ fortes, o que vem a ser no fraco dinheiro brasileiro 460$. Mas isso parece que não existe. A crônica, paga a 10$, é um alto *chic* de Silva Graça. Em geral a colaboração é paga a 3$ ou por 1 libra.

---

7 Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (1849-1907), político português, líder do Partido Regenerador. Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria (1881-1883), Ministro da Fazenda (1883-1886), Ministro dos Negócios Estrangeiros (1890), Presidente do Conselho de Ministros (1893-1897, 1900-1904, 1906).

8 No livro: imaginará.

9 Referência à obra de João Pinheiro Chagas, *Cartas políticas* (1908-1909), em cinco volumes, publicada em Lisboa, pela Oficina Bayard.

Em certos jornais, o redator-secretário, o maior ordenado, não excede de 30$. Os *reporters*, em geral, ganham 15$. Paulo Osório, que aliás ganhava os 30$ com um trabalho insano, ao lado de João Franco, escreve num desabafo de coleguismo, pois tem renda e vive bem:

> – Sejamos justos. Certa imprensa, em Lisboa, é mal feita, porque, em Lisboa, o jornalista é mal pago. Há jornais em que o maior ordenado não excede à importância de trinta mil réis, em cada mês e, por menos da metade, já se não exige um mero *reporter* sem responsabilidades de redação, da categoria menor dentre o seu gênero, mas, ainda um homem de letras, que tenha forma, fantasia e essa ciência extensa, embora superficial, que é indispensável a quem queira fazer, com certo brilho, da vida de jornal o seu mister.
>
> Certas folhas, posso garanti-lo, pagam aos seus *reporters* um ordenado que qualquer dos nossos criados daqui rejeitaria. Por quatro ou cinco mil réis mensais, um pobre diabo tem de correr Lisboa de ponta a ponta, em cata do caso sensacional, do crime, do roubo, da chegada real, da sessão solene, da crise do sinistro, ou do ministro. E tem de colher, com uma paciência infinita, essa minúcia de detalhe que suprirá no seu trabalho o forte e sugestivo poder de descrição que as minguadas qualidades de prosador lhe não consentem.
>
> Por quinze mil réis, uma gazeta que não seja de grande informação já não pede somente a habilidade, já não pede apenas a onisciência, pede alguma coisa de mais alto e de mais raro: – o Gênio. Por esse preço exige-se todo um completo trabalho de gramatização da eloquência parlamentar, por esse preço reclamam-se entrevistas em vários idiomas, com preciosas descrições de cenários e indumentária, por esse preço impõe-se a fatura de um romance histórico em folhetins[10].

O trabalho é realmente enorme. Nos grandes jornais da manhã deve-se trabalhar umas quatorze horas por dia; nos jornais da tarde e da noite é o *fervet opus*. Nunca entrei no *Século* que não encontrasse

10 O fragmento transcrito foi retirado da crônica "Jornalistas", publicada no livro *Lisboa*, de Paulo Osório.

Tito Martins[11], o querido e o incansável Tito, sem tempo para um bocado de conversa, e às 2 da manhã, para lá telefonando, tinha a certeza de encontrá-lo. Assim os outros, assim os *reporters*, assim os redatores. Foi nos jornais da noite, lembra-me que no dia da minha chegada, encontrando às quatro da tarde um representante do[12] *Novidades*, e trocando com ele três ou quatro palavras, vi às seis e meia uma coluna e meia de entrevista em que vinham fielmente uma frase de Olavo Bilac e as minhas quatro palavras.

Quanto aos jornais republicanos, é de imaginar a dedicação desses rapazes. Há jornalismo e há propaganda. O jornalismo não dá, e o pouco que dá a propaganda restringe em virtude de uma hostilidade muito natural. Mas é provável que essa legião anônima esteja satisfeita trabalhando altruisticamente. Não arriscam só o pão, arriscam a vida às vezes e arriscam sempre a prisão. Há alguns mesmo, pelos quais a polícia tem uma especial predileção, e uma vez, no *Mundo* mostraram-me um rapaz a escrever, que já não se comove e parte para o calabouço, quando há qualquer motim, nos quais aliás não está, com a calma e a tranquilidade de quem vai para o teatro.

E entretanto, apesar de vida tão dura, não há quem não queira ser jornalista. É tal qual como no Brasil – o que talvez retarde a fixação profissional. Quando um sujeito não tem mais que fazer é jornalista ou ator, escolhe ou o papel de crítico ou o papel de artista e segue avante e triunfal.

Mas certo os jornalistas terão as considerações monetárias que em toda a parte têm, menos no Brasil, dirão: os 20% em todas as compras, os convites, as comissões...[13]

---

11 José Augusto Tito Gonçalves Martins (1868-1946), jornalista, dramaturgo, cronista português, diretor de *O Intervalo* (Lisb*oa,* 1896) e colaborador de *O Micróbio:* semanário de caricaturas (1871-1904) e *O Ocidente*: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro (1877-1915), entre outros periódicos.

12 No jornal: "Das".

13 No livro, p. 133, lê-se: Mas certo os jornalistas terão as considerações monetárias que em toda parte têm, menos no Brasil, dirão; 20% em todas as compras, os convites, as comissões?... Optou-se pela versão do jornal por ser mais condizente com o sentido da frase.

Não, nem sempre. Têm, quando são importantes apenas.

Assim, o jornalismo em Portugal, servindo aos políticos e aos que trepam na política, de ponto de apoio, servindo à mundanice das damas, somando ideais e ideias, desejos e entusiasmos, desde os grandes diários às folhas feitas em família, como os jornais republicanos, é um posto de sacrifício para o tipógrafo e o linotipista cuja mão de obra é baratíssima, para o *reporter*, para os redatores. Conversados esses homens são inteligentíssimos, irônicos, alegres, esfuziantes, troçando com ironia um tanto amarga os acontecimentos. E, quer de clava em punho, como Brito Camacho, quer de um *humour* de *boulevardier*, como Manuel Penteado, a par do que se passou anteontem em Paris e há cinco dias em Londres. Mas os jornais que aliás se vendem como não se vendem os nossos, numa população cinco vezes menor; os jornais retardam no movimento moderno e parecem, como a sociedade, como a multidão, prestes a uma reforma que já está anunciada, ultimando os últimos números da fase antiga.

Por quê? Não há nisso ilogismo. Em primeiro lugar há inteligência, mas falta o dinheiro. O eterno problema. Depois em Portugal na hora atual, em Portugal, nesse delicioso canto da terra, a que um poeta chamou, talvez no seu melhor momento de estro, jardim da Europa à beira-mar plantado, em Portugal, só não estão na iminência de uma transformação – a natureza, sonho cristalizado de um paraíso de delícias e o homem do campo, bom e doce, ingênuo e resistente, belo de corpo como belo de alma, porque nos seus olhos se revela a inocência permanente de seu coração. Tudo o mais agita-se. Os preconceitos, os costumes, as tradições, em que assentam várias artimanhas, as ideias das classes parecem dizer tais coisas. No exército, ou com os garotos, nas cidades, na literatura ou nos salões, nos cafés, ou nas livrarias, evidente, palpável, sente-se o aproximar de peça nova.

Dessa mistura química de instintos que se defendem, de instintos que atacam e de almas que sentem os olhos abertos apenas para ver mais o que não viam na doce quietude de obedecer, surgirá o futuro. O jornalismo é assim de sacrifício na sua base, sendo reflexo

da sociedade agitada nos seus múltiplos apertos de atraso, de adiantamento, de excesso de ideal, de visão prática, de poesia, de rancor, de entusiasmo, de desânimo, de ironia, algumas vezes atrasadíssimo, de outras tão bom como em qualquer outra parte do mundo, e no seu extremo fora do tempo, ideal capaz de condensar hiperestisadas todas as características da raça.

Ao ler tarda hora da noite todas as folhas do dia publicadas em Lisboa, do alto da minha janela muita vez indaguei com romantismo, olhando a rua como à espera de alguma coisa:

– De que gênero será a crise?

Mas, ao pensar na vida desse povo cuja qualidade fundamental é a resistência, e que se conservou através dos séculos, o povo mais são da Europa, - sentia bem que para bem seria a crise, porque para lá das cidades, meigo e forte, sem jornais, sem nevroses, sem as misérias, e os esplendores urbanos, um outro Portugal espera esse momento, talvez inconscientemente, resignado e simples, a amanhar a terra, a pascer rebanhos como na Bíblia, como em Hesíodo[14], como no *Ramayana* os povos puros, que desceram a descobrir mundos e a criar civilizações...

14 Hesíodo, poeta grego da Antiguidade, autor das obras *Teogonia* e *Os trabalhos e os dias.*

O TEATRO[1]

I

AS CASAS DE DIVERSÃO. DESILUSÃO. — UM JARDIM DE INVERNO... ALGUNS TEATROS NA CAIXA. — O PÚBLICO, A DISCIPLINA. — REGULAMENTO INTERNO. — EMPRESÁRIOS E ORDENADOS. A PROFISSÃO DE DIRETOR. — O APETITE DO BRASIL. — A FUSÃO.

Há alguns anos atrás, no nosso chamado inverno, eu sentia uma tristeza patriótica. O patriotismo é sentimento complexo e de difícil definir, pelo multiformismo das suas feições. Não raro mesmo é ver dois patriotas prestes a se engalfinharem por patriotismo, pois tanto ama a pátria o militarista como o antimilitarista, o que acha sempre o seu país o melhor do mundo, e o que deseja vê-lo um pouco mais para diante. O meu patriotismo era humilhado, envergonhado e teatral, não na parte dos artistas propriamente, mas na materialíssima feição das caixas, das plateias, do conforto interno. As companhias que chegavam mostravam cólera e piedade, fúria e dó pelas caixas, pelos camarins.

– Que horror! Isso um camarim?

Os artistas, com os nomes em letras gordas, tinham dares de ombros que me deixavam arrasado e, mesmo as meninas coristas, algumas respeitavelmente idosas, pertencentes às *troupes* do Águia de Ouro[2], do Carlos Alberto[3], do Príncipe Real[4] ou

---

1 Inicialmente publicado, a 14 de maio de 1909, em *Gazeta de Notícias*, n.º 134, p. 1.

2 O teatro Águia de Ouro, inaugurado em 17 de junho de 1899, funcionava num edifício localizado na Praça da Batalha, no Porto, onde existia o Café Águia d'Ouro, aberto em 1839. Em 1908, a casa abriu-se também ao cinema.

3 Por iniciativa do empresário Manuel da Silva Neves, foi inaugurado, em 14 de outubro de 1897, no Porto, o Teatro Carlos Alberto, em homenagem ao rei da Sardenha que morreu exilado na cidade portuguesa.

4 O Teatro Príncipe Real, de propriedade de Francisco Viana Ruas, foi inaugurado em 1866, em Lisboa, em homenagem ao rei D. Carlos I, passando a se chamar Teatro Apolo com a queda da monarquia.

do Avenida[5] mostravam cólera dos deuses que deixam o céu por escuras betesgas de velhas cidades. Senhor! Ali, tão perto, em Portugal, caixas admiráveis, e nós, país novo, capital nova com verdadeiras pocilgas! Uma vez o sentimento da minha inferioridade chegou ao auge a conversar com o elegante Cristiano de Sousa[6] e Cristiano de Sousa dissera apenas uma frase para sempre indelével na minha mente americana e brasileira.

– Antes de partir, a conversar com o visconde, no jardim de inverno do D. Amélia[7]...

O visconde! o D. Amélia! Um jardim de inverno! E a imaginar um desses *halls* envidraçados, com plantas raras e flores renovadas e tapetes caros, onde ondulariam lindas mulheres, por entre viscondes e talvez duques e marqueses, o meu coração patriota sangrava por não termos jardins de inverno, nem de verão, nem mesmo jardins de espécie alguma nas infames barracas nacionais.

Assim, quando comecei a ver os teatros, de Lisboa, tive uma decepção. Precisamente comecei pelo D. Amélia, teatro de aparência externa muito parecida com o Scala[8], no *boulevard* de Estrasburgo – simpático, mas sem a menor sombra de luxo ou mesmo de conforto. Era uma primeira, no intervalo entre o segundo e o terceiro ato. Havia movimento numa espécie de pátio coberto, do lado esquerdo, com um apagado cenário ao fundo e algumas mesas, talvez mal servidas por *garçons* nada estilizados.

– Onde está o famoso jardim de inverno?

– Homem, é este, estás nele!

– Este?

---

5 O Teatro Avenida, de Lisboa, construído por Miguel Ângelo Lambertini, funcionou entre 11 de fevereiro de 1888 a 13 de dezembro de 1967, ano em que foi totalmente destruído por um incêndio.

6 Cristiano de Sousa (1862-1935), ator e empresário português, trabalhou na Companhia Rosas & Brazão entre 1894 e 1904, além de outras.

7 O Teatro Dona Amélia, atual Teatro Municipal São Luís, foi inaugurado em 22 de maio de 1894, por iniciativa do ator Guilherme da Silveira, e contou com investimentos de Luís de Braga Júnior, 1.º Visconde de São Luís de Braga (1850-1918), o principal impulsionador do teatro.

8 Célebre music-hall fundado em 1874, em Paris, o teatro La Scala foi reconstruído e reaberto em 2018.

Firmei-me, olhei bem. Lá perdia eu uma das ilusões da minha existência. Mas como muito mau é na vida observar com ideias preconcebidas, varri da memória as frases sobre os nossos camarins e atirei-me a este estudo de edifícios, plateias, caixas e camarins. Lisboa, salvo o Coliseu dos Recreios[9], que é um grande *music-hall* à moderna, enorme, colossal, abundantemente iluminado, com capacidade para milhares de pessoas, pista, palco, na rua de Santo Antão, só tem como construção o D. Maria II[10], no Rossio, muito parecido com o nosso São Pedro[11], o São Carlos[12], e esse mesmo D. Amélia. As salas, quer a do São Carlos, quer a do D. Maria são razoáveis de conforto, mas sem luxo de arte. Os lugares abertos ao público pareceram-me desoladores no D. Maria e encantadores no São Carlos, certo porque o primeiro estava sempre sinistramente vazio. Na caixa, os camarins não são com certeza nem os do teatro Réjan[13], em Paris, nem os da *Comédie*[14], nem como os esplêndidos *appartements* do nosso Teatro Municipal[15] e de vários teatros ingleses e alemães. O D. Amélia tem a mais simpática sala de teatro de Lisboa. Está suja, com os dourados escuros, uma impressão geral de sombra em virtude desse dourado a morrer num fundo escuro, mas é, no seu feitio, no seu aconchego, agradabilíssima.

---

9 O Coliseu dos Recreios, casa de espetáculos de Lisboa, foi inaugurado em 14 de agosto de 1890, com a opereta *Boccacio*, de Franz von Suppé (1819-1895).

10 O Teatro Nacional D. Maria II abriu suas portas a 13 de abril de 1846, durante as comemorações do 27.º Aniversário de D. Maria II (1819-1853).

11 Incendiado em 25 de março de 1824, o Real Teatro de São João deu lugar ao Imperial Teatro de São Pedro de Alcântara, inaugurado em 1826, por iniciativa de Fernando José de Almeida (? - 1829). A partir de 1831, a casa de espetáculos passou a chamar-se Teatro Constitucional Fluminense.

12 Teatro Nacional de São Carlos foi inaugurado em 30 de junho de 1793, pelo regente D. João V (1706-1750), para substituir o Teatro Ópera do Tejo, destruído pelo terremoto de Lisboa de 1755.

13 Inaugurado em 1891, o *Théâtre de Paris* era chamado de *Théâtre Réjane*, entre 1906-1919, em homenagem à atriz Gabrielle Réjane (1856-1920).

14 Possível referência à *Comédie-Française*, ou *Théâtre-Français*, fundado em 1680.

15 O Teatro Municipal do Rio de Janeiro, inaugurado em 1909, pelo prefeito Francisco Pereira Passos (1836-1913), fazia parte do projeto de modernização da capital do Brasil.

Os camarins são tal qual os nossos do teatro Apolo.[16] Fui cumprimentar a sempre trêfega Ângela[17], num corredor, aliás mobiliado por ela, com tenções elegantes de *modern style* britânico. Ela, o seu vestido, a sua criada, o toucador, eu, a cauda do vestido e duas cadeiras estávamos apertadíssimos. E era no fundo. Deixando Ângela para ver Augusto Rosa[18], no meu fraco entender talvez o primeiro ator brilhante da língua portuguesa, esperei dez minutos por trás de um pano, fui metido para um outro camarim – cinco palmos, não mais – onde fiquei a conversar com Garrido[19] e João Soller, ambos na porta, por não haver possibilidade de entrada.

Essa caixa, porém, é esplêndida, à vista das outras. No Avenida, cuja sala é tão vasta e alegre, o palco, sustentado por um vigoroso sistema de andaimes, fica por cima de um estreito corredor com cochicholos, para os primeiros artistas, corredor que dá para um porão forrado de cimento, onde se amontoam camarins, com ares de barracas de banho velhas. No Príncipe Real, teatro onde, graças a um movimento forte do Eduardo Vitorino[20], estavam reunidas várias glórias teatrais e onde toda a noite paravam as glórias da dramaturgia, desde o solene Henrique Lopes de Mendonça[21] ao álacre e juvenil tenente André Brun[22], a sala, como me dizia um francês de

---

16 Edificado por iniciativa do ator Guilherme da Silveira, o Teatro Apolo do Rio de Janeiro foi inaugurado em 1890, funcionando até 1916, quando da morte de seu proprietário Celestino da Silva (1853-1916).

17 Ângela Pinto (1869-1925), atriz portuguesa, estreou em 29 de outubro de 1889, em Lisboa, no Teatro da Rua dos Condes, na opereta *Lobos marinhos*, apresentada em conjunto com a comédia *Saltos e sobressaltos*.

18 Augusto Rosa (1852-1918), ator português, especializado nas áreas do drama moderno e da comédia, fundador, juntamente com o irmão João Anastácio Rosa Júnior (1843-1910) e Eduardo Joaquim Brazão (1851-1925), da companhia teatral Rosas & Brazão.

19 Eduardo Garrido (1842-1912), teatrólogo português, autor de *O mártir do Calvário*, drama sacro em 5 atos e 16 quadros, que estreou no Rio de Janeiro, em 1902.

20 Eduardo Vitorino (1869-1949), empresário, dramaturgo tradutor português, professor de arte de representar na Escola Municipal no Rio de Janeiro.

21 Henrique Lopes de Mendonça (1856-1931), militar, historiador, professor, dramaturgo e romancista português, autor da letra *A Portuguesa* (1890) que se tornou hino nacional de Portugal em 1911.

22 André Francisco Brun (1881-1926), cronista, dramaturgo e escritor português, lutou na Primeira Guerra Mundial e escreveu *A malta das trincheiras*, reeditado em 2016.

passagem: *datait*. Quanto à caixa, a entrada ao lado era indizível, o chão de cimento e os camarins pequeníssimos. Pequenos e baixos, tão baixos que no ocupado pelo escritório de Vitorino, Brazão[23] só entrava curvando a cabeça e não se podia estar, de chapéu, senão sentado. Assim o Ginásio[24], assim o Trindade[25], aliás um dos melhores, posto que menos frequentado, graças à teimosia lírica do empresário, assim o teatro popularíssimo da rua dos Condes[26]. Qualquer das meninas que vêm para o Apolo e para o Carlos Gomes[27], ou para o Recreio, está melhor ou, pelo menos, tal qual como lá.

Mas também é esse o único ponto de comparação. Livrem-me os deuses de acentuar superioridades com má vontade contra essa pilhéria do teatro brasileiro. Nós podemos ter não um mas dez teatros como o Municipal. É uma questão de dinheiro. O que não podemos ter é, já, um teatro nacional e normal, perfeitamente comparável a qualquer outro. Diante da moxinifada arrogante a que os escrivinhadores de ouvido, os amadores dramaturgos e os artistas sem estudo reduziram uma leve indicação de tentativa de arte entre nós, diante da convicção com que eles se querem fazer Comédia Nacional, lembro-me sempre de um menino de dez anos que teimasse em fazer o que faz um de vinte e ficasse muito desgostoso por ser impossível. Antes da *Comédie* havia Molière[28].

---

23 Eduardo Brazão (1851-1925), desde a década de 1860 destacado ator português, fundador da Companhia Rosas & Brazão.

24 Especializado em peças cômicas, o Teatro Ginásio de Lisboa abre suas portas em 1846, sendo remodelado em 1852, e reconstruído em 1921, quando um incêndio o consome completamente.

25 Um dos mais antigos teatros lisboetas ainda em funcionamento, o Teatro Trindade foi inaugurado em 1867, por iniciativa do escritor e dramaturgo Francisco José Pereira Palha Faria de Lacerda (1826-1890).

26 Teatro da Rua dos Condes foi construído entre 1756 e 1770, sendo, no início, voltado para a ópera, e, a partir de 1800, apenas ao teatro declamado. Foi demolido em 1882 por questões de segurança.

27 O Teatro Carlos Gomes do Rio de Janeiro foi inaugurado em 1872, quando se chamava Casino Franc-Brésilien ou Teatro Franco-Brasileiro, mais tarde, Teatro Santana e, finalmente, a atual denominação, em homenagem ao maestro brasileiro.

28 Jean-Baptiste Poquelin, mais conhecido como Molière (1622-1673), dramaturgo francês, mestre da comédia satírica.

Vários séculos antes de Júlio Dantas houve Gil Vicente[29] e houve Sá de Miranda[30].

O teatro não foi senão de tempo em tempo a manifestação por excelência do gênio português, mas nesse país, apesar de falarem agora de decadência, há teatro, isto é, havia teatro quando eu chegava do Brasil e continuava a haver ao voltar eu de Londres e de Paris – o que é importantíssimo para o meu próprio conceito.

Em Lisboa há teatro a começar pelo público. O público enche as casas de espetáculo todas as noites e há público para todos os gêneros desde a Tetralogia de Wagner[31], no São Carlos, até os maxixes parisienses dos Geraldos[32] no Coliseu. O público é inteligente e sabe diferençar e sabe estar e aplaude a Duse[33], e aplaude a Bartet[34], e aplaude o Augusto Rosa ou o Brazão de um modo diferente do que aplaude o Joaquim de Almeida[35], o José Ricardo[36] ou o Vale[37]. Uma primeira representação, seja de comédia fina ou de revista reles, é um acontecimento. Discute-se, briga-se, vaia-se sem respeitar cara nacional e sem a tolice inferior de julgar sempre ótimo o que vem do estrangeiro. Há opinião, há interesse, há respeito, e há principalmente, a preocupação de obrigar os artistas a respeitar a plateia.

---

29 Gil Vicente (1465-1536) é considerado o primeiro grande dramaturgo português, autor *de Auto da visitação* (1502), *Auto da barca do inferno* (1516) e *Farsa de Inês Pereira* (1523).

30 Francisco de Sá de Miranda (1481-1558), poeta português, introdutor do soneto e do *Dolce stil nuovo*.

31 As óperas que compõem o ciclo *Der ringdes Nibelungen* (*O anel de Nibelungo*) de Richard Wagner (1813-1883) são, em ordem cronológica do enredo: *Das rheingold* (*O ouro do Reno*), *Die walküre* (*A valquíria*), *Sigfried* e *Götterdämmerung* (*O crepúsculo dos deuses*).

32 Possível referência à dupla de cançonetistas Geraldo Magalhães (1878-1970) e Nina Teixeira (1880-1940), que fez muito sucesso no Rio de Janeiro, Lisboa e Paris, como intérpretes de apimentados maxixes.

33 Eleonora Duse (1858-1924), atriz italiana.

34 Jeanne Julia Bartet (1854-1941), comediante francesa, estreou no teatro aos 18 anos.

35 Joaquim de Almeida (1838-1921), ator português, estreou no teatro em 1858.

36 José Ricardo (1860-1925), ator português, começou a atuar aos quatro anos de idade.

37 José Antônio do Vale (1845-1912), ator português, estreou com a comédia de costumes *Um pároco virtuoso*, em 1863.

Julgam por acaso o Brazão intangível? O Brazão ou o Ferreira da Silva[38], este ou Augusto Rosa? Absolutamente. O público quando não lhe agrada o trabalho di-lo francamente. Quando o ator quer estender um pouco a colaboração com o autor logo da plateia há a advertência. Lembro-me de ter assistido a um espetáculo de teatro popular da rua dos Condes. Era uma revista para povo, escrita pelo ponto. Como *clou* havia o Joaquim de Almeida, um excelente cômico, gozando de uma simpatia imensa. Pois o Joaquim deu para engrolar palavras na noite e estava nesse exercício havia dois minutos quando um sujeito da primeira fila bateu a bengala e disse:

– Que é isso, Joaquim?

Não foi preciso mais. No Brasil quanto mais o ator cômico vira palhaço e deturpa os autores mais aplausos tem da plateia sem noção de arte.

Ora, essa atitude do público conserva a linha dos artistas, fá-los estudar, trabalhar. Um contrato é coisa séria. Para viver é preciso dinheiro. Durante a época, os grandes artistas sem contrato ganham por cachês[39] de 10$ fortes. O contrato vai a 120$[40]. Mas o ator ou a atriz é de primeira ordem quando percebe 80$, 90$ ou 70$[41]. Na opereta e na revista os preços são mesmo daí para baixo. Há artistas de 20$, aliás bem razoáveis, quer no drama quer no trololó, e as coristas ganham por noite de trabalho 500 réis quando não ganham 300 ou mesmo coisa alguma, contentes apenas por figurar.

Os empresários por sua vez estão na trepidação nervosa da novidade para manter a concorrência – porque quando o público implica está tudo acabado. Por determinadas proteções deram o D. Maria para explorar durante a época, a um senhor que vendia porcos. Foi um acontecimento nacional tão importante como a eterna queda

38 Alfredo Ferreira da Silva (1859-1923), ator português, estreou no Teatro D. Maria, onde permaneceu até 1897.

39 Na *Gazeta de Notícias*, utilizou-se o termo em francês, *cachet.*

40 Na *Gazeta de Notícias* está grafado "120$000".

41 Na *Gazeta de Notícias* está grafado "70$000".

dos ministérios. Não havia peças novas, os artistas trabalhavam de má vontade; os que não são notáveis como Luís Pinto arriscavam-se a fazer lá dramas frenéticos como o *João José*[42], o público passava pela porta e não entrava, e Júlio Dantas, fiscal do governo, com aquele seu ar suavemente maneiroso, disse-me certa vez em que estávamos num deserto salão de iluminação triste:

– É preciso esperar para acabar com isso! Estamos fartos!

Empresário teatral é lá uma profissão trabalhosa e não exploração pascácia contra um público ainda mais pascácio. Eduardo Vitorino que foi dignificar o Príncipe Real e acabou por fazê-lo ninho de águias, montou em seis meses vinte e sete peças, deu originais portugueses, inaugurou conferências, montou o repertório do Brazão e do Silva, representou desde o dramalhão até a comédia clássica. Luís Galhardo[43] vivia no teatro, a dar ordens pelo telefone, e talvez lá morasse semanas mesmo porque após o espetáculo há ensaios, tanto em Lisboa como no Porto, e uma companhia é uma espécie de torrente perpétua. Braga Júnior, o amabilíssimo visconde de São Luís de Braga é nessas coisas o mestre parisiense à cata da novidade, reformando o cartaz, o gênero, os artistas, as companhias, fazendo do D. Amélia, o perpétuo centro das atrações onde é possível bater palmas ao *Chá das cinco*[44] de Augusto Castro como à última peça de êxito em Paris, como aos gênios viajantes, como até às castanholas das zarzuelas e ao muito equívoco estrela de café cantante Mayol[45].

Quando não há essa nevrose, o teatro está morto. Os próprios atores cheios de necessidades procuram deixar a companhia:

– Não se trabalha, não se faz nada de novo...

---

42 *João José*, drama em três atos, do dramaturgo e poeta espanhol Joaquín Dicenta (1862-1917), representado no Teatro Nacional de D. Maria II em 1896.

43 Luís Galhardo (1874-1929), militar, jornalista, dramaturgo e empresário teatral português.

44 *Chá das cinco*, comédia em três atos, representada em 1909, no Teatro D. Maria.

45 Félix Antoine Henri Mayol (1872-1941), cantor francês de cafés-concerto, conheceu seu primeiro grande sucesso em 1896 com a canção *La paimpolaise* de Jean-Baptiste-Théodore-Marie Botrel (1868-1925).

E, entretanto, esses empresários têm regulamentos para manter a disciplina e para se garantirem que no Brasil seriam inconcebíveis e o são para a própria gente de teatro português seis meses depois de atravessar a linha e cair nos contos de réis e no "sempre bom" do Rio de Janeiro. O artista está absolutamente preso ao teatro. Minutos que passe da hora marcada pelo ensaiador paga multa e paga multa por tudo e ainda alguma coisa mais. No Taveira[46] as coristas até têm repreensões e multas por fixar na plateia, com insistência que se perceba, algum apaixonado. O ponto sopra o poema e fiscaliza as coristas.

– Como é possível que não seja assim? explicava-me o empresário. O teatro é uma grande empresa industrial, uma fábrica de diversões. O empresário é o diretor da fábrica tendo de pensar em tudo e certo de que, se não tiver lucro, não só dá às algibeiras próprias um tiro como prejudica uma porção de gente. Há a pensar de manhã à noite, em cenários, em mobiliários, em vestuários que vêm de Paris, em ensaios, em leitura de peças, nos artistas e no público, principalmente no público que não é de brincadeiras. Se não houver a disciplina das grandes usinas e dos batalhões está tudo perdido porque um pouco de liberdade é para o pessoal inferior logo a calaçaria e a pândega. Assim o regulamento previne. Elas insistem, vem a multa, e com dinheiro não se brinca.

– Aqui.

– É pior na América do Norte, em Londres.

– E em Paris, também, meu caro. Mas no Brasil...

– Ah! no Brasil, fez ele amabilíssimo, é outra coisa. Vocês têm muito dinheiro e são de bom coração.

– De bom coração?

– Sim. Não acham nada mau e seriam incapazes de vaiar uma primeira, como na Itália, filho, mesmo com d'Annunzio, como aqui mesmo com o Júlio Dantas... Lá não influi nada o desagrado. Aqui é o desastre, é a luta.

---

46 O empresário teatral Afonso Taveira (? - 1916) dirigiu o Teatro Trindade, entre 1901 a 1916.

– E a vida do teatro, a animação...

– Certo.

O temor do público não é, entretanto, pelos grandes lucros de uma temporada, e eu digo isso do ponto de vista brasileiro. Os teatros são baratíssimos. Tem-se em alguns uma cadeira por 500 réis, e no D. Maria, uma frisa, por 3.500[47]. No fim da época os lucros nada têm de colossais. Nem de grandes. Nem de razoáveis. Um outro empresário de teatro alegre dizia-me:

– Tive o ano passado, uma excelente época.

– Lucros liquidos?

– Cerca de dois contos.

Por sua vez os artistas com os ordenados e com os benefícios – porque o "tic" brasileiro do benefício, ataca Lisboa, e só numa semana tive o prazer de contar três, um dos quais era não de artista, mas do camaroteiro do D. Maria – prezando o seu nome não podem guardar muito, e os dramaturgos, os revisteiros, estão nas mesmas condições, pois o autor de uma aplaudidíssima revista, após dois centenários, fazendo comigo as contas de lucros de autor, verificou ter feito, para aí um conto e quatrocentos com várias peças de êxito.

Dessa situação vem o desejo das *tournées*, principalmente ao Brasil. Pensa-se todo o ano em vir ao Brasil. Há momentos de inverno em Lisboa em que consta virem todos os teatros. As principais figuras, com certeza de agradar, pedem somas enormes. Lucília Simões[48] não tem vindo por essa aliás justa exigência monetária. Brazão vem e ganha vinte contos fortes; as outras estrelas pesam do mesmo modo sobre os empresários. E enquanto os maiorais pedem tanto, chovem empenhos para os pequenos: há verdadeiros combates para o lugar de coristas por exemplo, porque uma dessas meninas passa de 13$ fortes a 250$ fracos – o que é sempre muitíssimo mais forte, fora o benefício geral, fora as passagens, fora naturalmente o que se não diz e que é o melhor...

---

47 "3$500" no jornal.

48 Lucília Cândida Simões Furtado Coelho, mais conhecida como Lucília Simões (1879-1962), atriz empresária e ensaiadora brasileira, contracenou com os principais atores portugueses do fim do século XIX e início do século XX.

Ao mesmo tempo, porém, que as companhias portuguesas partem apenas com o desejo de lucro, a fazer concorrência no Brasil, não ao teatro brasileiro inexistente, mas às companhias de outros países, conservando assim, prestando assim o serviço de manter o teatro na nossa língua (porque brevemente é preciso frequentar os cursos de Berlitz para fazer o inverno no Rio) – ao mesmo tempo que isso fazem, acolhem os nossos melhores artistas, dão-lhes lugares de honra (lugares e ordenados), pedem e representam originais de escritores brasileiros, agem no sentido da fusão, em que o Brasil entra com o vigor, a mocidade, a riqueza, e Portugal com a disciplina, a cultura, a vontade artística de quatro séculos de arte. Assim tivessem bem tão nitidamente duplo as nossas relações comerciais... E o fato é que a opinião do Rio influi fatal no contrato próximo para os artistas, agita músicos e escritores, preocupa a generalidade.

Uma vez que trocando amabilidades e um pouco de coração com certo escritor, conversava a respeito de teatro, e citava os iconoclastas e francamente notava a vida discreta, mas real do teatro português, ele pôs-se a elogiar com calor e talento das gentes do Brasil e a sua assombrosa capacidade receptiva.

– Mas que diabo, estamos demais! fiz a rir.

– Oh! não, disse ele. Estamos de menos. É preciso que cada um se convença de que cada vez somos mais irmãos e mais irmãos devemos ficar. Essa é a opinião intelectual, apenas em Portugal, onde nem mesmo o governo tem tais sentimentos fraternos. Mas o teatro é um grande vinculador, e tanto as peças de lá devem ser representadas aqui como as daqui lá, para que não desapareça na confusão geral, a língua em que escreveu Camões e fez rir Gil Vicente.

E eu, já sem rir, dei-lhe razão.

O TEATRO[1]

II

O MEIO PEQUENO. — OS ARTISTAS NOTÁVEIS. — O GRUPO DE ESCRITORES. — AS TRADUÇÕES. — O MOVIMENTO DE PROGRESSO. — A CRÍTICA. — EXEMPLOS DE "INDEPENDENTES". — O TEATRO LIGEIRO E O PÚBLICO. — A NOVIDADE DO MAXIXE. — AINDA ASSIM.

– O meio não é grande. O público vem ao teatro, há muito bicho careta com vontade de ser artista, mas o meio é estreito, limitado.

– Há harmonia ou desavença?

– Convivo camarário e tesoura na ausência. Dizia um cronista espanhol que entre artistas e escritores é de praxe falar mal dos ausentes e com razão, pois quando menos o mereçam sempre cometeram o grande crime de não estar presentes.

O meio dos profissionais do teatro é realmente pequeno. No palco os gênios custam a aparecer, e por mais que se diga os empresários armam menos celebridades falsas que em Paris e na América. Os rapazes custam mesmo a criar posição, carecendo da mão das três ou quatro notabilidades efetivas além de talento para vencer e conquistar uma posição definitiva.

Portugal tinha um teatro normal, onde os gênios sem contestação viviam. Os gênios mudaram-se; o teatro decaiu, e do que lá houve só ficaram dois ou três rapazes inteligentes e a pretensão balofa de Comedia Nacional à força. Esse teatro é o D. Maria, hoje quase abandonado do público. Quem quisesse aferir do estado dramático lusitano e resolvesse fazer uma temporada no casarão solene do Rossio ouvindo os *Beijos por lágrimas*[2] e os remontes fatigantes teria a triste impressão de uma decadência.

---

1 Inicialmente publicado, a 17 de maio de 1909, em *Gazeta de Notícias*, n.º 137, p. 1-2.

2 *Beijos por lágrimas*, drama histórico em cinco atos de Faustino da Fonseca (1871-1918), publicado em forma de folhetim no periódico *A luta* (Lisboa, 1906-1935). A peça foi apresentada no teatro de D. Maria II em 1908.

Mas não. Há pouco, há o que houve e pouca coisa de novo. Mas decadência, não no meio artístico. Quais são os atores célebres? Augusto Rosa, Brazão, Ferreira da Silva em primeiro lugar, Cristiano, Inácio[3], cujos progressos são crescentes, Henrique Alves[4], nas peças do repertório de arte, e mais Antônio Pinheiro[5], com a especialidade de ensaiador, e mais alguns perfeitamente de conjunto.

Há quanto tempo é celebre Brazão? Há quanto tempo corre em língua portuguesa a fama de Rosa? A geração atual ouviu falar deles ao nascer. Depois da sagrada trilogia houve apenas a figura aguda e portuguesa do talento de Ferreira da Silva, e os três ou quatro que se impuseram no último decênio do século passado ou no primeiro lustro do século atual. Assim com os atores cômicos. O Taborda[6] morreu quase centenário, com grande pena, pois amava a vida, mas se já não representava era a cada instante citado. Os notáveis nesse gênero são o Valle, o José Ricardo, o Joaquim de Almeida. E há quanto tempo? Há pelo menos vinte anos!

Com as atrizes dá-se o mesmo fato. Os luzeiros têm grande tempo de brilho e não há estrelas a surgir todos os dias. Lucinda Simões[7], um dos cérebros femininos mais bem organizados que me foi dado conhecer e admirar na vida, fulgura e continua a brilhar em Lucília, tão combatida e hoje a primeira dama galã sem contestações dos palcos lusos. Notem Adelina Abranches[8], um temperamento, Virgínia[9] cujo prestígio permanece. Ângela Pinto, a sempre

---

3 Inácio Peixoto (1869-1920), ator e figura de proa no meio teatral português, cuja carreira iniciou-se em 1887.

4 Henrique Alves (1872-1934), ator português, figura constante nos teatros de Lisboa e do Porto.

5 Antônio Pinheiro (1867-1943), ator português que desfrutou de grande reconhecimento entre os anos finais do século XIX e os primeiros da centúria seguinte.

6 Francisco Alves da Silva Taborda (1824-1909), ator português cuja carreira teve início em 1846.

7 Lucinda Augusta da Silva Borges, conhecida como Lucinda Simões (1850-1928), atriz portuguesa que estreou nos palcos aos 17 anos.

8 Margarida Adelina Abranches (1866-1945), também conhecida como Adelina Ruas, atriz portuguesa que atuou desde os quatro anos de idade.

9 Virgínia Dias da Silva (1850-1922), atriz portuguesa que iniciou a carreira aos 16 anos, casou-se com o ator Alfredo Ferreira da Silva (1859-1923).

esquisita e curiosa Ângela, e limitamos o destaque das celebridades. As outras formam os conjuntos, são inteligentes, representam às vezes bem, mas não podem ter o nome em montra, certo porque o público não as admitiria como tal.

– É um teatro em família, dizia-me um ironista.

Mas um delicioso teatro. Cada figura célebre faz da arte de representar um verdadeiro culto. Há estudo, observação, o permanente desejo de melhorar, temperamentos em plena floração, alguns genuinamente portugueses, como Ferreira Silva, outros em que a alma de Paris vive como Augusto e Cristiano de Sousa[10].

Mas devo ser absolutamente franco[11].

Augusto Rosa é um grande sedutor na sua arte, é o único ator na nossa língua que me encanta e que admiro sem restrições. É gênio? É igual a outro qualquer? Não sei. Apenas sei que, indo uma vez ao D. Amélia, muitíssimo prevenido aliás, saí seduzido para voltar.

Que fizera esse homem? Esse homem representara em Lisboa como só em Paris representa o Guitry[12], quando não faz o *Chantecler*[13], esse homem era um dominador que transformava

10 O seguinte trecho, publicado na *Gazeta de Notícias*, não foi mantido na edição em livro: Ver representar o Augusto é ter diante dos olhos um perfeito e brilhante ator parisiense. Esse homem aburguesado fora de cena, mais velho que moço, gordo – e em cena o regalo, a sedução, o encanto, e a representar com ele tudo se afina e intelectualiza. Assisti no D, Amélia a representação de peças do *boulevard* quase tão bom como nos teatros para onde tinham sido escritas. O efeito dessas representações é tão educador para o lisboeta, aliás pouco patriota em coisas de arte, que as *tournées* de celebridades estrangeiras não são espantos e antes, muita vez escolhos quando as celebridades são de brilho montana. Alguns gênios chorosos aclamados no Rio, a providência das mediocridades, tem caído redondamente diante do público alfacinha. O repertório é de resto quase todo francês. As peças de êxito em Paris são logo compradas pelo visconde e montadas com a preocupação de fazer tal qual. E o grupo de notabilidades e as figuras do conjunto batidas de ensaios dão no dia da primeira a sensação de que se trata a valer de uma coisa séria.

11 Os parágrafos que se seguem, relativos a Augusto Rosa, não foram publicados na *Gazeta de Notícias*.

12 Lucien Guitry (1860-1925), comediante francês que estreou nos teatros na década de 1870.

13 *Chantecler*, peça escrita pelo francês Edmond Rostand (1868-1918), apresentada pela primeira vez no teatro La Porte-Saint-Martin, em 1910.

artistas já por mim vistos sem disciplina, antes de jogar cenas com ele, esse homem sentia a vida, o espírito das frases, era de uma justeza, de uma proporção de efeitos, de um recurso de harmonias, que deixava a um canto quantos gênios toscos nós somos obrigados mais ou menos a aturar.

Enquanto estive em Lisboa, vi-o sempre, sem que a admiração diminuísse, e de volta de Paris, onde aliás vira peças por ele representadas em Portugal, de novo fui ao teatro, desejando uma decepção. Augusto Rosa foi o único, o único ator que na nossa língua, me deu a impressão de ser igual àqueles artistas que eu mais prezo, mesmo ao primeiro artista contemporâneo – Lucien Guitry.

Rosa deve ter mais de cinquenta anos. É um tipo gordo e alto. Parece fisicamente com Guitry, menos a maldade irônica da fisionomia deste. Mas gordo e alto, é em cena o sujeito que quer ser desde o mendigo ao rei, desde o menino ao velho. Uma vez disse-lhe:

– Você não representa.

Ele riu.

– Então que faço eu?

– Que faz você? Mas você acaba com a tremenda arte de representar!

E, precisamente, na evolução da cena, Augusto Rosa encarna a compreensão mais acabada, mais moderna do teatro. Não é uma vocação impulsiva; é um mental; não é um ator, é um artista; não é o fazedor de cenas, é o criador de mundos artificiais, mundos que ele anima de uma vida irradiante.

Os que gostam de teatro frenético, dos urros italianos, das vozes em trêmulo, dos grandes gestos pantafaçudos, não o vão ver. É o mesmo que pedir aos admiradores de oleografias que apreciem grandes pintores. É o mesmo que dar a apreciar a um glutão o prato de um refinado. Augusto Rosa é a exceção, e, na falada decadência do teatro português – aquele criador de um canto de arte que ao parisiense lembra a arte sutil do *Renaissance*[14].

Vemo-lo em cena. É Augusto Rosa? Não. É o herói do *Sansão*[15],

---

14 *Théâtre de la Renaissance*, localizado em Paris e inaugurado em 8 de março de 1873.
15 Referência à peça *Sansão* (1907), do dramaturgo francês Henry Bernstein (1876-1953).

é o herói do *Roi*[16], é o marido do *Ladrão*[17], e aquela empolgante figura do *Regente*,[18] é, de cada vez um homem. Habituou-se ao tipo, ao seu caráter, habituou-se ao ambiente, vivendo entre os objetos, os menores objetos que apareceram em cena, vivendo muito em ensaios com cada um dos artistas que o acompanham acabam dominados pela sua inteligência. Sacrificar a vida de um dos seus personagens, com o gesto que arranca palmas? Nunca! Rosa representa como é a vida, como devia ser a vida de cada um daqueles tipos que interpreta. E então, depois de acompanhar o seu formidável labor anual, em que cria cinco, seis peças modernas, não se tem a impressão de um ator no seu repertório, essa coisa secante do ator com os "seus cavalinhos de pau", como se diz em gíria de bastidor, essa nevralgia do artista que passeia lustros e lustros a mesma galeria, – tem-se a intensa visão do homem moderno, do que somos nós agora, com as nossas raivas, os nossos rancores, a maneira por que nos contemos ou agimos, as nossas elegâncias ou as nossas angústias, os nossos amores ou as nossas covardias.

Há em Paris um homem que isso faz. É Guitry. Há na língua portuguesa outro. É Augusto Rosa. Guitry era um romântico desordenado. Foi à Rússia e voltou de lá transformado, tendo modificado toda a sua arte. Rosa, em Portugal, não foi a parte alguma. Apenas é o homem de inteligência que não compreende a vida sem a perpétua transformação e que, quando lhe bastaria viver da glória e reproduzir papeis antigos, ama a sua arte, e sofre e pena e se angustia no trabalho criador, enriquecendo sem cessar a sua estupenda exposição de almas contemporâneas.

Para se avaliar do grande ator, para ver o que é viver um caráter, basta o 3.º ato do *Ladrão*, onde aliás ele fala pouco. Para admirá-lo conheçam-no no *Sansão*, no *Regente* ou no elegante *Rei da Gafanha*[19].

---

16 Referência à peça de Gaston Armand de Caillavet (1869-1915), Robert de Flers (1872-1927) e Emmanuel Arène (1856-1908), representada pela primeira vez em 1908 em Paris.

17 *O Ladrão*, peça apresentada pela Companhia Dramática Portuguesa do Teatro D. Amélia de Lisboa, em 1908, a partir do original *Le voleur* (1907), de Henry Bernstein.

18 Drama histórico em três atos, datado de 1897, do autor português Marcelino Antônio da Silva Mesquita (1856-1919).

19 Título que a peça *Le Roi* recebeu na tradução portuguesa. Representada pela primeira vez em Lisboa no teatro D. Amélia, em dezembro de 1908.

Mas assisti no D. Amélia à representação de peças do *boulevard* quase tão bom como nos teatros para onde tinham sido escritas. O efeito dessas representações é tão educador para o lisboeta, aliás pouco patriota em coisas de arte, que as *tournées* de celebridades estrangeiras não são espantos e antes, muita vez escolhos quando as celebridades são de brilho montana. Alguns gênios chorosos aclamados no Rio, a providência das mediocridades, tem caído redondamente diante do público alfacinha. O repertório é de resto quase todo francês. As peças de êxito em Paris são logo compradas pelo visconde e montadas com a preocupação de fazer tal qual. E o grupo de notabilidades e as figuras do conjunto batidas de ensaios dão no dia da primeira a sensação de que se trata a valer de uma coisa séria[20].

– É a decadência, porque abafamos de traduções! assegurava-me um revolucionário.

Mas seria erro concordar com ele. Não há teatro no ocidente que não sinta a influência prodigiosa do teatro francês. Na Itália, na Inglaterra, em que aliás há um acentuado número de dramaturgos, na Alemanha, em Espanha, o teatro francês domina. Em Portugal, o seu império é tão grande como na Itália – apenas um pouco mais bem tratado. Depois seria impossível manter o repertório exclusivamente nacional. O número de escritores é reduzido. Há Henrique Lopes de Mendonça, o decano, tão português de alma como de espírito, cuja obra permanecerá como o primeiro marco do renovamento do teatro português em fins do século dezenove, há Marcelino de Mesquita, o precioso autor dos *Peraltas e s*écias[21] e o amargurado psicólogo da crise sexual da sua idade no *Envelhecer*,[22] tipo de *frondeur*, um D'Artagnan[23] que fosse D. Juan[24] e tivesse a palestrar a fúria

20 A partir desse parágrafo, novamente há correspondência entre o texto publicado na *Gazeta* e a edição em livro.

21 *Peraltas e sécias* (1899), comédia em três atos, ambientada no século XVIII.

22 *Envelhecer* (1909), peça de Marcelino de Mesquita.

23 Charles de Batz-Castelmore, conde de Artagnan (1611-1673), militar francês que serviu ao rei Luís XIV como capitão dos Mosqueteiros da Guarda.

24 Don Juan, personagem da literatura espanhola, criado por Tirso de Molina (1579-1648).

derrubadora de Rivarol, [25] Augusto de Castro, talento fino e penetrante, e Júlio Dantas, o falado, o discutido Júlio Dantas que ocupa incontestavelmente no espírito público o maior lugar. Esses são os primeiros, os citáveis, como no Brasil ainda o ano passado só eram citáveis três ou quatro. Certo há muitos escrevinhadores dramáticos e muitos jovens com talento. Júlio Dantas, contando-me só seus dissabores de fiscal do governo junto ao D. Maria falou-me das peças recebidas, da leitura das peças e, apesar do seu ar magoado e daquela voz de *abbé* melancólico em confidências com duquesas que é o seu aspecto de sempre passei uma hora de riso, à descrição de entrechos e de frases dos dramas, uns trezentos recebidos... Eram, porém, irrepresentáveis pois os que de longe dão esperanças são logo aceites e na época que eu assistia também representados por Eduardo Vitorino.

Sendo apenas cinco ou seis de primeira plana, entretanto, ainda assim trabalham vigorosamente, e num inverno vi que o D. Maria representava dois originais, e D. Amélia montava o *Chá das cinco*, de Augusto de Castro, e *Os Postiços*, do alegre Schwalbach[26], o Príncipe Real três ou quatro peças portuguesas entre as quais o *Envelhecer*, de Marcelino. Como de pletora artística se falaria no Brasil se tivéssemos cada ano metade desse esforço!

Enfim, sendo o meio pequeno, acontece o normal mesmo nos grandes. Em torno dos artistas e dos atores grupam-se os críticos. Os críticos são na sua maioria noticiaristas desenvolvidos, alguns dos quais vão tão de vento em popa, que talvez acabem ministros. Esses noticiaristas são benevolentes; uns, de grande justeza de verdade, forçando o respeito, como Manuel de Sousa Pinto; outros, apenas aproveitando o motivo para serem amáveis com brilho.

– É que, assegurava-me o revolucionário, não se pode dizer mal pelos interesses. Cada um desses donos da crítica têm uma peça a

25 Antoine de Rivarol (1753-1801), escritor francês, autor de *Petit dictionnaire des grands hommes de la Révolution* (1790).

26 Eduardo Schwalbach Lucci (1860-1946), dramaturgo português, autor da peça *Os postiços* (1909), apresentada pela Companhia Dramática do Teatro D. Amélia, em Lisboa. Colaborou com o matutino *Gazeta de Notícias*, para o qual remetia crônicas a respeito da cena lisboeta, publicadas na seção "Carta de Portugal".

impingir ou está à coca de uma tradução – porque o Cunha e Costa ainda deixa peças para os outros traduzirem. Daí essa pelintrice de expressão, e tudo bem, bravo, bravíssimo, e todos admiráveis do empresário ao último varredor. Não se acredita, é impossível acreditar, no que dizem os jornais. O crítico não devia ter a menor ligação com as empresas...

– E em Paris onde houve um momento no inverno passado, em que todos os críticos tinham peças em cena?

– Ah! isso é em Paris, um grande meio...

De resto, para satisfazer o meu revolucionário, há também os chamados independentes. Esse julgamento literário independente é uma deliciosa pilhéria – porque o crítico pode ser uma fera libérrima (com o que nada adianta), mas jamais se furta à amizade, ao amor, ao coração. Ao demais o independente é sempre o novo que quer fazer parte do plenário com direito de voto, e por consequência, muito aberto à simpatia através da cólera aparente ou o "fruto seco" roído de despeito, vencido de oleografia de que ninguém mais lê insultos e fúrias. Talentos juvenis, que julgam independência descompor os que escrevem, Portugal tem em grande cópia, não só no teatro como em todos os outros gêneros da arte. Como exemplo de crítico com talento independente – preso aliás a uma série de laços de amizade que o fazem ver gênios em mediocridades, aí está o livro de Joaquim Madureira[27], cujo prefácio começa assim:

> Nesta bendita terra de sol e mosca, de talentos e compadres, a crítica teatral, afogada no noticiarismo reles de facadas e reformas constitucionais, não é nem uma ciência que se venere e se professe, como na Alemanha, nem uma arte que se cultive e se ame, como na França: – florido galho da reportagem inculta, bisbilhoteira e velhaca, dos órgãos de informação e das trombetas dos partidos, a crítica lusitana oscila, elogia-

27 Joaquim Madureira (1874-1954), escritor e crítico português, conhecido por seus textos para a imprensa e que se valia do pseudônimo Braz Burity. Autor de vários volumes, entre os quais *Caras amigas, gente limpa* (1909), *Caras lavadas:* Machado Santos (1911), *Na fermosa estrivaria:* notas dum diário subversivo (1912), *A forja da lei:* a Assembleia Constituinte a notas a lápis (1915), dentre vários outros.

tiva ou depreciadora, entre o soalheiro de senhoras vizinhas e um modo de vida, entre um ralho de comadres e um processo de matar pulgas.

O crítico não estuda, não investiga, não analisa, não comenta, não discute, não confronta, não julga, e, sendo, por via de regra e contingência de ofício, um sujeito, que não paga os seus bilhetes e rabisca nas folhas, que tuteja[28] os atores e ceia com as atrizes, a sua ação limita-se a namorar ou a fazer pela vida, a requerer em termos ou a gozar à bruta.

Além dos ideais comuns a todo cidadão português – desde um nicho regalado nos próprios nacionais até á sorte grande de Espanha – o crítico, que muitas vezes não tem gramática definida e só, de longe em longe, se permite a extravagância de ter ideias originais, tem, sempre e invariavelmente, a norteá-lo, e a dirigi-lo um ideal superior e lúcido: – o meter uma peça no cartaz ou dormir uma noite com a segunda dama.

Fazer direitos ou fazer amor.

Daí, haver a crítica amoruda e a crítica videira, os críticos lamechas e os críticos arranjistas: os que manejam as grandes cóleras para intimidar um empresário e os que brandem as grandes ternuras para conquistar uma tronga.

Dirão os cérebros calmos:

– Mas isso que se diz dos críticos de Portugal é o que se pode dizer, salvo o insulto pessoal à ignorância, à crítica francesa, à crítica de todos os países latinos...

– Não há dúvida. Apenas, ingenuamente para produzir o seu efeito iconoclasta, cita-se a França. Parece que estamos no Rio de Janeiro.

Parecerá muito mais, se encontrarmos os sem talento, os sempre novos porque sempre à espera de vencer, resolvidos a descompor céus e terras. Encontrei um desses exemplares, certa noite em que passeava com o ator Inácio no Bairro Alto. Era um homenzinho de barba inculta, fato sujo, cabeleira por pentear, olhar amargo. Chamou ao Inácio e debateu-se em gestos na sombra da rua. A empresa suspendera-lhe a cadeira. Queixara-se aos jornais. Os jornais com um coleguismo que não se usa entre os fraldinheiros de outros jornais escritos em português para os lados da Amé-

28 Termo derivado do francês, *tutoyer*, indicativo de intimidade.

rica, protestaram. A empresa logo mostrara que fora erro de um empregado já demitido. O crítico triunfava. Mas que tinha dito ele? Que o Brazão era uma besta! E era! Apresentou-mo Inácio nesse momento glorioso. O crítico indagou logo:

– Que acha? O Brazão está decadente. Precisamos derrubá-lo. E a Lucinda está velha. Tudo uma choldra! O teatro precisa da independência dos críticos, para que os empresários não nos julguem simples caixeiros de notícias. Não é a sua opinião?

– Quanto ao Brazão besta, propriamente... Veja vossência como a França respeita os seus gênios, Coquelin[29], Sarah[30]...

– Então, não acha?

– Peço permissão para não concordar.

O homenzinho deitou-me um fulminante olhar e não mais me falou. Dias depois, soube no teatro, que mandara propor a venda de um original, com a seguinte nota:

– A peça é boa, vale, dará um dinheirão. Se não houver quem faça o primeiro papel, vou eu fazê-lo grátis...

Ao lado do grande teatro, e desse movimento artístico que é de progresso, porque nunca foi maior, há o sintoma alarmante do alastramento da bambochata, da pilhéria, do teatro de gaiatice que muita gente toma por prenúncio de decadência. Se o público deixasse o D. Amélia e o Príncipe, para assistir apenas às revistas, talvez. Mas enchendo esses teatros também, notar decadência, seria o mesmo que acentuar o fim da arte em Paris, porque há vinte *vaudevilles* cada inverno e uma centena de revistas estúpidas. A mim, parece exatamente o contrário, o acentuador de que as camadas mais baixas mostram um certo prazer pelo teatro, o que já é um levantamento de nível mental.

Certo, neste ponto, o ponto do teatro alegre, Portugal tem muitíssimas falhas, a começar pelo bom gosto e a acabar pela falta de artistas do gênero. É esse precisamente o teatro conhecido no Brasil. Entre os artistas, mesmo querendo procurar os novos, não há um de nota real, de talento, individual. Esforçam-se, estudam, aturam-se,

---

29 Benoît-Constant Coquelin (1841-1909), renomado ator francês.

30 Sarah Bernhardt (1844-1923), atriz francesa mundialmente conhecida e festejada.

mas não passam disso. As estrelas, carregadas no Rio, em delírio, estão longe de valer qualquer das meninas que regalam o Parisiana[31], o Scala, o El-Dorado[32], ou a Cigale.[33] A montagem, os recursos, o luxo e a propriedade da montagem, atrasados pelo menos vinte anos. E o próprio molde das peças. Principalmente o molde das peças.

Para preparar uma revista que agrade a Portugal, a receita existe há muito: alusões políticas, o guarda municipal, a sopeira, o fado, dois compadres estúpidos, a pilhéria do dia: – adeus ó viroscas! olha esse candeeiro! A nove! – algumas mais imorais mesmo, um personagem socialista romântico, quase sempre em verso, capaz de fazer chorar as calçadas, e a repartir uma infinidade de quadros insulsos, apoteoses em que as meninas, firmadas nos tacões e com péssima dicção, deitam patriotismo em tom grave. Quanto às mágicas, os gastos de maquinismos fazem recuar os empresários para o ramerrão habitual (com os maquinismos de uma grande mágica, montam-se quarenta *megatheriums* idênticos). Quanto às operetas, com a escassez de vozes, as estrangeiras quase nunca pegam, mesmo quando são a *Geisha*[34], e as portuguesas, são como no Brasil as burletas depois da *Capital Federal*[35], remodelações, mastigações de *Testamento da velha*[36] e do *Solar dos Barrigas*[37].

Os empresários ganham dinheiro, querem fazer melhor, mas têm a certeza de que a sua arte é menos do que devia ser – porque

---

31 Parisiana, café-concerto situado no boulevard Poissonnière n.º 27, em atividade entre 1884 e 1908.

32 Teatro El-Dorado, localizado em Madri, funcionou de 1897 a 1903.

33 La Cigale, teatro da cidade de Paris, construído em 1887.

34 *Geisha* (1895), ópera-cômica de James Sidney Jones (1861-1946), com libreto de Owen Hall (1853-1907), apresentada em São Paulo em 1909, no Teatro São José (1864), então recém-inaugurado. O edifício original foi destruído por um incêndio em 1898.

35 *Capital Federal*, ópera-cômica escrita em 1897 por Artur Azevedo (1855-1908) e musicada por Nicolino Milano (1875-?).

36 *O Testamento da velha* (1899?), opereta em três atos, escrita por Gervásio Lobato (1850-1895) e D. João da Câmara (1852-1908) e musicada por Ciríaco de Cardoso (1846-1900).

37 *O solar dos Barrigas* (1892), ópera-cômica escrita por Gervásio Lobato e D. João da Câmara e musicada por Ciríaco de Cardoso.

neste último decênio, só um tempero novo agitou e revolucionou o teatro alegre português: o maxixe. O maxixe indispensável, o maxixe real introdutor dos artistas brasileiros, o maxixe que convulsiona as plateias, o maxixe obrigatório, como as americanas e as *girls* dançarinas nos *music-halls* de Paris, o maxixe apetite que todos querem aprender e dançar, a marca do Brasil, tão avassaladora, meus amigos, tão dominadora agora em Portugal, que fora do teatro, nas ruas do Porto, e em sítios equívocos de fadistas de Lisboa, já muita guitarra esquece inconscientemente o fado, para tentar essa música oleosa e apimentada, ardente e libidinosa, em que há saudades do fado e zumbidos de cantárida, desmaios de luxúria e fogo dos trópicos. A moral de Lisboa é uma, a do Porto é outra, mas o maxixe domina do sul ao norte, no país da triste canção e na região das alegres cantatas.

– Ó homem vem daí. Olha que tem um maxixe!

E ouvir um português dizer isso em Portugal, é senti-lo com uma gula estranha diante de um pitéu, de que não se servia há muito tempo por timidez, mas de que agora toma um fartão...

– Assim, as suas impressões, diziam-me no D. Amélia, alguns pretenciosos rapazes do pano do fundo, dias depois da minha estadia, – não são desagradáveis?

– Ao contrário. O teatro português nunca foi melhor de que é hoje. Hoje, talvez a arte esteja em família. Mas é uma família que trabalha espantosamente. Em torno ao núcleo, em que como atores há um Augusto Rosa, um Ferreira da Silva, como escritores-talentos como o delicioso Júlio Dantas, e empresários como Eduardo Vitorino e o amável visconde S. Luís de Braga[38], e críticos como Manuel de Sousa Pinto e atrizes como Lucília e Lucinda, e Ângela, e Adelina – cresce o desdobramento das diversões em teatros alegres. Esses estão em atraso, mas ainda assim, são exemplo de adiantamento, pois, com a concorrência mostram o crescente amor da turba, do

38 São Luís Braga Júnior (1850-1918), brasileiro, filho de pais portugueses, jornalista e, sobretudo, hábil empresário do meio teatral. Pouco depois de proclamada a República, mudou-se para Lisboa, onde continuou sua atuação, alcançando considerável sucesso econômico. Próximo do rei D. Carlos I, em 1891 foi agraciado com título de nobreza.

povo pelo teatro, amor capaz de fazer sacrificar cem ou duzentos réis a operários pobres, para ir ao teatro da rua dos Condes, ouvir o Cacharolette[39] ou outra coisa idêntica.

– Otimista!

– Homem que vê bem!

E assim dizendo, intimamente achava que nunca tão longe avançara no caminho da observação verdadeira...

39 Provável referência a uma canção do teatro de revista.

NOTAS E SENSAÇÕES[1]

A VIDA CARA EM LISBOA. — *GARÇONS* E CRIADOS DE *RESTAURANT*.

Sempre que se falava de Portugal, não havia quem não me desse informações sobre a barateza da vida em Lisboa. Eram verdadeiras fantasias cômicas. Um homem que comprara dois tostões de figos, começara a ver entrar pelo hotel moços de frete com cestos à cabeça. Eram dez cestos de figos. Uma senhora com cem mil réis reformara por completo o guarda-roupa, e admiravelmente bem instalado não havia quem não estivesse por dez tostões diários. Era lindo mas não passava de uma refinada mentira.

Lisboa tem uma vida angustiosamente cara, porque sendo uma cidade onde a noção do dinheiro é europeia, isto é, a valorização da moeda é um fato gravíssimo, qualquer cavalheiro para viver a vida que vive numa capital americana tem que despender a mesma quantia, dada as diferenças de câmbio – o que vem a ser duas vezes mais do que em qualquer cidade do Brasil, além do câmbio.

Logo à chegada, desde que as libras se transformaram em dinheiro forte, fiquei com a ideia de que era um sujeito fortissimamente forte. Mas era engano. O dinheiro forte corria não como a libra e o franco, mas como o nosso fraco papel. Depois de percorrer vários hotéis no automóvel em que tão gentilmente nos conduzia Oscar de Tefé ficamos, num hotel sem vislumbre de luxo, com os quartos montados como os do terceiro edifício dos Estrangeiros, e onde, sem comida tínhamos de pagar dois e quinhentos fortes. Esta soma vezes três dá em moeda fraca perto de oito mil réis, a diária com comida de excelentes hotéis do Rio. Mas como aqui o dinheiro vale mais economicamente, estes dois e quinhentos eram de fato doze mil réis nossos. No dia seguinte fomos a jantar no Tavares, restaurante real, extra elegante em Lisboa. Éramos três, pagamos três

---

1 Inicialmente publicado, a 22 e 23 de janeiro de 1909, em *A Notícia*, n.º 19, p. 3 e a 5 e 6 de fevereiro de 1909, no n.º 31, p. 3 do mesmo periódico.

libras, jantando o que comumente jantamos aí no Rio, em restaurantes como o Sul América[2], por vinte mil réis fracos. Ora, como as libras estão a cinco e quinhentos, multipliquemos a soma mesmo por três e pasmemos da barateza.

Nesse mesmo dia, tirando o meu coco da chapeleira, meio amassado fui a comprar um coco e paguei por um inferior aos borsalinos quatro e quinhentos. A princípio pensei que era por ser brasileiro, forasteiro. Fiz ainda várias compras, com o interesse do documento: uma dúzia de colarinhos por três mil e seiscentos, um par de botas grossas por seis mil réis, e dei para desenvolver o meu instinto indagador, desconfiado de que me enganavam.

– Belo chapéu. Por quanto o compraste?

– Homem, filho, quatro e quinhentos.

Era exatamente a mesma coisa que no Rio. Daí passei aos restaurantes que tem os preços marcados, e qual não foi a minha admiração lendo uma conta de jantar em que havia pão, três vinténs; azeitona, dois vinténs; manteiga, sessenta réis e uma maçã cem réis. Nervosamente mandei buscar a lista, e lá vi realmente, escrito pela manhã, sem contar com a minha visita os preços alarmantes. Em Portugal uma maçã cem réis! Em Portugal as azeitonas de um serviço de mesa que é aí no Rio englobado na conta geral, dois vinténs, isto é um tostão da nossa moeda! Era o mesmo que pedir no Brasil quinhentos réis por uma banana e quatro tostões por uma xícara de café.

Ainda assim eu desconfiava: os preços dos teatros, os preços dos *tramways* elétricos, os preços das moradias, a loucura do preço das joias verdadeiramente desvairante davam-me a impressão de que era uma grande pilhéria organizada. Não! não era possível. Então atirei me a acentuar em conversa o meu pasmo.

– Então que tal acha a vida de Lisboa?

– Terrivelmente cara!

E esperava um protesto. Mas ao contrário, uniformemente toda a gente concordava comigo.

---

2 Restaurante Sul América, de Honório Ribeiro & Fontana, localizado no Rio de Janeiro, Rua 7 de Setembro, n.º 86.

– A quem o diz!

Em Lisboa só há ainda em conta: as casas, em cujas rendas os alugatários pagam também as décimas, e os criados, felizes por terem a garantia de comer bem sem gastar. A corrida de uma tipoia, correspondente aos nossos tílburis é seiscentos réis, mais caro do que aí, quase o dobro em dinheiro fraco; na alimentação, por menos que se gaste, querendo almoçar e jantar – não se faz isso por menos de dez tostões diários, mais caro do que qualquer cavalheiro come em fartas pensões e em hotéis muito bem postos a preço fixo na rua do Ouvidor. Frequentei os hotéis de ordem secundária, as tascas, os botequins, pasmando de que uma dose de vinho do Porto fosse em dinheiro fraco o mesmo que aí, e os vinhos franceses se cobrassem escandalosamente mais caros em qualquer botequim do Rossio do que nas aladroadas *pensions d'artistes* inventadas pelo cavalheiro de mérito agrícola Suzanne Castera[3], no Rio de Janeiro.

Ah! meu caro senhor, dizia-me a esposa de um diplomata, certo ainda não faz bem a ideia – porque não está instalado. Mas um diplomata brasileiro que esteve no Palace-Hotel[4] tinha dias de gastar sessenta mil réis fortes, sem aliás o desejo rastaquero de dar na vista.

E uma outra senhora, esposa de um homem de letras, na casa do qual jantava, desculpando os hotéis, indagou:

– Sabe V. quanto custa o quilo da carne em Lisboa?

– É difícil.

– Custa 800 réis fortes, isto é 2.500 da vossa moeda!

O admirável nesta evidente angústia é que os lisboetas frequentam os teatros com entusiasmo, passeiam de carro, fazem quase como em Madrid da noite dia e não ganham em proporção para tamanho gasto, principalmente na classe média, que tem de aparentar em todos os países mais do que possui. Um jornalista ganha por

3 Referência à atriz francesa Suzanne Castera, que chegou ao Rio de Janeiro na década de 1870 para atuar no Alcazar Lírico (1859). Além de atriz festejada, tornou-se cortesã célebre e atuou em favor da abolição da escravatura. Foi também proprietária de vinhedos na França.

4 Avenida Palace-Hotel, construído entre 1890 e 1892 pela Real Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, localizado nas proximidades da Estação Ferroviária do Rossio.

crônica nos jornais três mil réis ou vinte e cinto réis a linha, as coristas não recebem mais de quinze mil réis mensais, um empregado de um banco, já nele há quatro anos, faz doze mil réis por mês, um soldado da tropa tem um pataco por dia, as edições dos livros pagam-se a cem mil réis, e tudo obedece a esse aperto monetário.

– Aí tem V. a razão porque os homens aqui têm muitos empregos, alguns dos quais não dão trabalho. É preciso equilibrar o orçamento e o governo que nos criva de impostos, naturalmente favorece esses empregos que dão lustre e brilho à sociedade.

– Esses são do governo. Mas nem todos o são.

– Dê V. a explicação que quiser aos outros.

E não dei, precisamente porque era impossível dá-la. A vida do rico é em qualquer parte deliciosa. Há em Lisboa casas montadas com um esplendor de arte magnífico e os proprietários desses solares têm vilas admiráveis em Sintra e habitações encantadoras no elegante Estoril e na poética Cascais. A vida do pobre, estamos nós fartos de saber o que ela é em qualquer parte do mundo. A miséria que é grande em Lisboa, tem entretanto dos ricos um contínuo movimento de atenção, e a duquesa de Palmela, a grande Senhora e a grande Artista, cujos palácios são maravilhas, protege mesmo o desenvolvimento das "cozinhas econômicas" fundadas pelas irmãs de caridade com o asseio habitual e onde se janta por setenta réis – quando o pobre arranja os cinco réis por esmola tão fabulosa quantia. O tipo médio, porém, o que tem de andar de sobretudo e luva, de colarinho e gravata e realmente ganha alguma coisa fixa por mês, esse é que deve sofrer. A alguns em tais casos senti o desejo de ocultar o *deficit* pessoal com um esforço titânico, e indo perder-me, uma noite de chuva pelo Bairro Alto, a visitar uma série de tascas, onde aliás há champanhe, um amigo explicou.

– É impossível V. querer explicar esse fenômeno econômico de Lisboa. Para tal precisaria viver aqui muito tempo e compreender que em Lisboa, apesar da carestia que é um fato, vive-se com qualquer soma e mesmo sem dinheiro algum. Há faces rosadas que não almoçam e jantam pão e vinho, e há também tabernas como o Tacão por exemplo, onde V. pede um bife, meio bife, um quarto bife, o

mínimo ou o máximo, conforme as posses. Em todos esses restaurantes onde pela lista paga-se uma fortuna, há o almoço ou o jantar da casa a preço fixo e uma ceia no Silva, que é com criados estilados um centro *chic*, se V. paga dez ou paga um. Discutamos o dinheiro que nos custa a ganhar e está pronto.

– Nem por isso Lisboa tem uma vida barata.

– Não digo isso.

– Ao contrário. É caríssima e eu acentuo isso, precisamente porque na minha terra a mania dos estrangeiros é dizer que vivemos caro.

– Mas é uma cidade de que se gosta?

– Lá isso, parece que daqui não saio mais, apesar da carestia.

Com isto, abancamos numa bodega lôbrega. Eram 3 da manhã e estava gente a cear, com o ar fresco de quem está almoçando. Gulosamente, atacamos os pratos feitos com amor, sedentamente emborcamos copos de Bucelas e copos de Colares. Às 4 horas, mandando vir a nota, estávamos quase a concordar que em Lisboa se comia muito em conta... Mas o amigo quis provar-mo e deparou com uns ovos mexidos que mais pareciam mexidos a pratas. Interpelou o marçano que servia.

– Safa, que é carito!

– Palavra a V. Ex. que não!

– É questão dos ovos.

– Os ovos estão caros.

– A quanto a dúzia?

– Saberá Vossência que a seiscentos réis.

Uma dúzia de ovos em Lisboa custa mil e oitocentos da nossa moeda. Haverá vida mais barata?

***

Foi a senhora de um diplomata que me disse um dia, depois de um concerto histórico:

– Lisboa, meu caro, ainda não tem uma crise atroz: a crise dos criados...

E realmente. No Rio, o criado é o grande problema doméstico; em Paris o criado está cada vez mais insuportável; em Londres e em Berlim já têm sociedades de defesa. Mas eu, homem só, que tenho um criado só – para educá-lo no trabalho de não ter o que fazer – limito-me, nas cidades por onde passo, a encarar a face externa do sério problema: o criado do hotel e o criado de *restaurant*. Os criados de *restaurant* têm no Rio uma situação privilegiada, cujo único defeito é o excessivo número de horas de trabalho. Esses rapazes trabalham dezesseis horas, mas ganham dos hoteleiros e contando (e não contanto) com a pouca importância que o brasileiro dá ao dinheiro, têm sempre uma gorjeta maior do que os dez por cento quase legais do mundo. Mas o criado do *restaurant*, no Rio, é absolutamente importante, além do mais. Nem cumprimentos nem excessos de gentileza para com os fregueses. Um homem não se rebaixa, e rebaixar é bem servir e interessar-se pela dispepsia dos frequentadores. Arrastando uma lamentável falta de apetite pelos *restaurants* cariocas, eu fazia prodígios para tornar meus amigos íntimos alguns *garçons*:

– Então, como tem passado V.; bem? E a senhora?

E ficava radiante quando amável o *garçon* contando-me a sua vida, trazia-me uma costeleta comível, ou, numa ceia mais demorada, continuava de cara alegre a partir de uma hora da manhã.

Logo que comecei a viajar senti a gorjeta grande dominadora, porque todos esses criados pagam para obter o lugar e pagam ao patrão, mensalmente, para continuar. A gorjeta fica então como o regulador. Se o freguês dá dez por cento, Paris fixa um simples *merci*, que se traduz assim secamente em todas as línguas. Se dá um pouco mais já ouve um: *merci bien*; e se dá muito tem um desvanecedor: *merci beaucoup*. Mas como esses criados são amáveis e são estilizados como sente uma pessoa vontade de falar mal dos criados do Rio, e em Lisboa, quando eles se curvam, encasacados e solenes perguntando o que deseja vossência ninguém imagina que dando pouco é chamado *uhurro como um fento* ou se der muito é ridicularizado com o título de *colladero*. Nos *restaurants* de primeira ordem essa elegância é tal que se come insensivelmente só para ver evoluir os *garçons*; nos

restaurants de segunda ordem a elegância descamba num ar de carinho familiar e há casas de comida onde se come maravilhosamente bem e desde o patrão até o cozinheiro todos parecem alegres com a nossa presença como se fôssemos o filho pródigo de volta ao lar.

Esse carinho permanente dos criados de hotéis e *restaurants* em Lisboa, acostuma bem um pobre carioca e eu, continuando a conversar com a senhora do diplomata, meu amigo, dizia:

– Ah! minha senhora. Esse problema pelo seu lado externo foi resolvido pela civilização europeia. E tenho a certeza de não encontrar mais no mundo *garçons* iguais aos do Rio.

Dois dias depois partia para o Porto, e como chovesse desabridamente meti-me num trem e gritei ao batedor que me deixasse no hotel mais próximo – mais próximo e de primeira ordem. Poucos minutos depois parava no Hotel Francfort,[5] saltava, entrava para uma saleta envernizada e encontrava uma porção de senhores de face aborrecida. Eram hóspedes com certeza, hóspedes que não tinham podido ir ao teatro.

Dirigi-me a um:

– Poder-se-ia obter um quarto aqui?

– Pois, certo.

– Com quem falo.

– Comigo mesmo. Venha daí: tem malas?

– Tenho. Mas espero o gerente.

– Obrigado...

– Ora venha daí. Eu sou da copa, e levo-o.

Não era hóspede, era *garçon*. Subi respeitoso, e o homem deu-me um quarto enorme, bem posto, exatamente quando traziam as malas...

– Quanto é este quarto?

– Não sei, veremos depois. Não se sabe.

---

5 Hotel Francfort, localizado na cidade do Porto, situado entre as ruas do Laranjal e D. Pedro, adquiriu fama entre o final do século XIX e início do XX. Foi demolido por volta de 1917.

Obedeci, abri as malas, e estava a lavar as mãos. Quando me apareceu um outro cavalheiro:

– Então o patrãozinho vai demorar aqui?

– Conforme.

– E hoje que pretende fazer?

– Nem sei...

– O melhor que tem é ir cear fora. E batendo-me no ombro: vá, vá dar o seu passeio que eu preciso cear e não quero ser interrompido com chamados!

Era o criado do quarto. Varado de medo, tomei da capa e degringolei pelas escadas, até à porta da rua. Aí encontrei firme e grave um senhor de boné que devia ser o porteiro. Com todo respeito, murmurei:

– Aqui, a que horas se entra, Sr. porteiro?

– A qualquer hora. Mas não venha muito tarde, que eu preciso dormir.

Consultei o relógio: era meia noite do dia de Natal. Oh! Súbita saudade do ruidoso Rio dessa noite... E trêmulo, como um colegial:

– Posso vir às 2 horas Sr. porteiro?

– Vá lá.

Era a amostra, meus amigos, a pálida amostra. Esses *garçons* e criados do Porto são bem os pais dos nossos. Que digo eu? Se no Porto, e em todo o Norte de Portugal, a cada passo nós vemos a tradição do Brasil, nas casas, nos costumes, nos usos e nos tipos, nos tais *garçons* e criados sente-se que os nossos degeneraram. Não é possível uma análise. Eles são desnorteantes. O criado de quarto, que me forçara a sair para cear à vontade, foi desde o dia seguinte um amigo; contou-me a sua vida. Como rejeitasse o leite-água, que me trazia pela manhã, exclamou:

– Pode ser lá isso! Tem que tomar o rico leitinho.

– Mas se tem água, homem de deus!

– Qual! Tome.

E sentou-se para palestrar. A criada era uma velha feia de ar lamuriento. Embarafustou pelo quarto e encontrou-me a vestir.

Logo cruzou os braços sobre o peito e disse:

– Triste situação a de servir num hotel! Nunca vi tanta pouca vergonha. Uma mulher nem pode andar nos quartos sem encontrar homens em menores!

Mas esses eram simples, bons no fundo, e já no segundo dia estavam com receito que eu apanhasse uma constipação. Os *garçons* dos *restaurants* é que eram integralmente inéditos. Nos *restaurants* de primeira ordem, como o Lisbonense, o Porto Club, o Internacional, o *garçon* é na sua maioria um sujeito entre os quarenta e os cinquenta anos, de grossa bigodeira e um ar de coronel reformado. Não usa avental, ou farda ou qualquer símbolo que o indique ao freguês. E também não se indica. O freguês chega, batido de frio, de sobretudo, *cache-nez*, guarda-chuva. Olha para todos os lados. Há alguns homens em cabelo, encostados aos balções, a limpar as unhas ou a ler os jornais, que examinam o recém-vindo com indiferença e desprezo. Desanimado, o freguês despe o sobretudo, tira o *cache-nez*, dependura o chapéu, senta-se a uma das mesas. Ninguém se move. Então, num rasgo, o freguês bate na mesa. Três ou quatro dos coronéis reformados falam baixo, e, ao fim de certo tempo, um deles decide-se, vem até ao freguês:

– Que quer?

– Jantar.

Quinze minutos depois, posta a toalha, o coronel atira como um grande favor a lista, e, parado algum tempo, pergunta seco e áspero.

– Então que quer?

E o freguês escolha e não reclame, porque a coisa será séria. Três ou quatro dias de permanência no Porto, a curiosa cidade que tanto me lembrava o Rio, a gozar o imprevisto dos seus panoramas, ou o ambiente intelectual dos seus homens de letras, grato ao carinho hospitaleiro da gente, tratado com uma bondade desvanecedora, nunca bem farto de admirar a beleza das mulheres – que são as mais belas de Portugal – eu tinha entretanto a fobia desses *garçons*, e aceitava os oferecimentos de jantares em casas de família como uma salvação porque no Francfort, o latagão chefe não me servia,

ordenava-me o que eu havia de comer, e nos outros restaurantes eu estava a recear um conflito...

Afinal, na última noite de estadia na cidade por tanto títulos agradável, às 8 da noite senti fome, e comecei a rodar aflito pelos *restaurants* a ver se encontrava um em que houvesse o esboço de um gesto amável por parte dos *garçons*. Às 10, já desesperado, entrei pelo Lisbonense, indaguei:

– Onde se lava as mãos?

– Vá por aí.

Dei numa pia, com uma toalha molhadíssima, tal qual acontece ainda hoje em alguns hotéis de primeira ordem do nosso Rocio.

– Mas isto está molhado!

– É o que há, regougou um dos coronéis aposentados.

Sentei-me resignado, e esperei, tornei a esperar. Afinal, o homem trouxe a lista.

– Escolha, ordenou.

Eu tomei um ar doce.

– Diga-me, que tem de melhor?

– Ora bolas! Tudo é de primeira.

– Não é isso. Como já passa das 10, talvez algum desses pratos...

– Ora escolha...

Com um nó na garganta – nó de raiva – ergui-me.

– Pois meu camarada, escolho ir embora. Servir assim, palavra que é a primeira vez que vejo.

– Pois!

– Nem em Lisboa, nem em Paris, nem no Rio...

– Ah! Perdão, doutor, fez o cidadão, no Rio, perdão! Venho de lá e foi lá que aprendi a servir...

E eu saí embatucado – porque na velha e invicta Porto tão parecida com o Rio em costumes e usos nem todos os *garçons* eram mestres dos nossos, mas alguns já discípulos...

A MULHER PORTUGUESA[1]

UMA CONVERSA. — INCOMPARÁVEL PORQUE NÃO MUDOU. — AS CARACTERÍSTICAS. — O AMOR AO HOMEM. — A ALEGRIA APENAS DE AMAR. — EXEMPLO TÍPICO. O NAMORO. — A POESIA AMOROSA E O PLATONISMO. — A BELEZA FÍSICA E BELEZA MORAL.

– Acha-as formosas? Sério?

– Palavra, e de uma beleza como não há.

– Como não há, simplesmente?

– Como não há outra igual.

– Está a caçoar.

– E Paris?

– É outra coisa.

– E o Brasil?

– Ah! Não me fale das mulheres do Brasil, exclama um jovem: que olhos! que porte! que carinho! ... Era num salão, onde entrava pela primeira vez. Parte da recepção passara com os homens a dizer coisas insignificantes, porque com os homens só é possível dizer inconsequências ou tolices, e, para o fim da noite, quando o criado de casaca trouxera o chá, os bombons, os bolos, essas senhoras tinham tido a bondade de perguntar-me impressões: a moda, a elegância da Bartet, os versos do Sr. conde de Monsaraz, a mulher... E logo eu me sentira à vontade, com desejo de não deixar mais a tepidez do pequeno *hall*. Havia uma dama idosa, de cabelos de prata; havia uma linda senhora, no verão da vida, a dona do lar; havia uma menina, a primavera, a rosa em botão; e as três que, com o seu riso e a sua bondade simbolizavam as três idades da mulher, eram genuinamente portuguesas.

– Há belezas e belezas, como a respeito das mulheres têm se fartado de emitir opiniões e opiniões os escritores de todo o mundo.

---

1 Inicialmente publicado, a 4 de junho de 1909, em *Gazeta de Notícias*, n.º 155, p. 2.

Para a maioria, a mulher é um bichinho doméstico, cuja alma tem por base a perversidade. Ou são filhas de Lílith,[2] diretamente diaba, ou filhas de Eva, que ao homem perdeu por sugestões diabólicas. Os poetas, os artistas, os simples mortais têm constantemente diante dos olhos essa terrível esfinge-bugiganga que Wilde[3] dizia sem segredo e para a qual todos nós trabalhamos e lutamos e sofremos. De fato, pensando bem, a mulher não tem um julgamento favorável, sem restrições. São mais ou menos diabólicas e em cada país, em cada cidade, esse diabolismo surge com uma nova modalidade. A perversidade tentadora da francesa é uma bem e diversa da fúria cruel da espanhola. A paixão da italiana é outra que não a ardentia da brasileira. A portuguesa...

– A portuguesa?

– A portuguesa é única, pois confunde o desejo e o coração de tal sorte, ama com tanta alma, tão sinceramente, tão toda, que a vida para ela é o amor em todas as suas gamas e em Portugal só ao homem fica o mau papel.

– Lisonjeiro!

– Isto é dizer amavelmente que a mulher de Portugal não evoluiu. Até parece o folhetim de Pinheiro Chagas[4] sobre a *Viagem de Adão*, cujos olhos, após não terem reconhecido um só canto da terra, viram Portugal e o reconheceram tal qual o haviam deixado.

– Porque Portugal é o paraíso.

– No Rossio?

– No Minho, na Maia, na Beira...

– Incorrigível.

Esta conversa fez-me pensar um pouco, ao sair, na ironia da

---

2 Lílith, deusa adorada na Mesopotâmia e na Babilônia, associada aos ventos e tempestades, então considerados portadores de enfermidades e morte. Na tradição judaica era associada ao demônio, visão que cedeu espaço, na literatura e nas artes, para a apreensão romântica, que enfatizou aspectos associados à sedução e à sexualidade.

3 Oscar Fingal O'Flahertie Wills Wilde (1854-1900), escritor, poeta e dramaturgo britânico de origem irlandesa, autor, entre outros, de *O retrato de Dorian Gray* (1890).

4 Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895), escritor, jornalista e político português, autor de vasta obra, dentre elas *História alegre de Portugal* (1880) e *A joia do vice-rei* (1890).

viagem de Adão e no que ligeiramente havia dito, e descendo a rua deserta, num trem evidentemente mau, fui a pensar em desenvolver a verdade de tais palavras.

Sim! Dizemos: a portuguesa, a parisiense, a brasileira, de um modo geral, emprestando-lhes qualidades definidas, como se as mulheres fossem feitas segundo receitas fixas, como os doces bons. A verdade é que são de fato. Variam em detalhes, segundo as classes a que pertencem, a sociedade em que vivem. Mas como há o tipo físico, há o tipo moral. E eu que tenho três partes do meu coração presas na admiração pela beleza lusitana, tenho a restante para admirar o tipo moral que é complemento do físico. Esse sentimento é em mim instintivo, irreprimível. As afinidades eletivas de que falava Goethe[5] são fulminantes entre essas criaturas e o meu ser. Portugal é o país da ternura. Não da ternura que, herdada pela nossa terra, pode ser considerada a luxúria, mas da ternura, traço de bondade, traço de carinho, beijo inocente, suave harpejo da alma. A mulher portuguesa é a urna perfeita dessa ternura; é a musa rústica daquele luminoso sonho de paisagem, boa, doce, resignada, companheira, amorosa, florindo a existência da terra, enchendo inconscientemente de beleza cada canto.

O jovem que me contradizia citara o folhetim trocista de Pinheiro Chagas. Ainda bem. Quanto à mulher, graças aos deuses, nada mais verdadeiro. Com efeito. Hoje, onde se vá, sente-se a evolução da mulher. Na Europa, enchem as universidades, discutem, fazem-se doutoras ou arruínam os homens na escravidão da beleza. Aqui, João Chagas pasmou, principalmente do respeito sensual, da religião tímida e voraz do homem pela mulher. Cada dia, elas vão conquistando o seu lugar, como se diz sem verdade. São as pobres nos balcões, são as remediadas a posar de escritoras, e há advogadas, e há pintoras, e há médicas, e a conquistar quer o divórcio, o amor livre, o voto feminino. A mulher rica fica bonita, airosa, conserva-se, enfim. A do povo é rude, escalavrada, feia, dentro de pouco tempo.

---

5 Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), célebre escritor e estadista alemão, autor, entre outras, da obra *Os sofrimentos do jovem Werther* (1774).

Mesmo que disso não se apercebam, vibra em tais criaturas a crise social. Elas adotaram todos os defeitos dos homens e ficaram com os próprios retorcidos e manietados. Conversar com uma grande *cocote* é conversar com uma mistura em que há cinco partes de artista célebre vaidoso, cinco de banqueiro usurário, dez de vigarista disfarçado e um insignificante resto de mulher. Passar pelo meio burguês de muita cidade europeia é encontrar condenados presos à mesma polé, inimigos fabricantes de filhos legítimos, algumas vezes ele inteiramente sacrificado, outras o casal a trabalhar em comum. Na alta sociedade, as senhoras tratam dos seus casos sentimentais, enquanto os maridos fazem outro tanto. O respeito entre os sexos desfez-se numa contrariedade, na qual cedo um quer enganar o outro. Nada mais desagradável do que percorrer os centros operários da França. O amor perdeu por inteiro toda a sua poesia.

A mulher de Portugal, onde o sentimento do amor é natural como nas éclogas de Virgílio e nos carmens de Horácio[6], não mudou. Hoje, alguns tipos históricos e algumas reproduções literárias podem representar a síntese das suas modalidades. Nem a padeira Brites[7] foi exceção, nem D. Júlia de Vilhena[8], reproduzindo a história romana, o seria hoje, nem a rainha Isabel,[9] por ser rainha será um caso único. E Garret e Júlio Dinis[10] e o feroz Camilo,[11] que

6 Quinto Horácio Flaco (65-8 a.C.), filósofo e poeta lírico e satírico romano, autor de *Sátiras*, *Odes*, *Epístolas* e *Epodos*.

7 Brites de Almeida, padeira de Aljubarrota, lendária heroína portuguesa pela atuação contra os castelhanos na batalha de Aljubarrota (1385).

8 Provável referência a D. Filipa de Vilhena (c. 1585-1651), nobre portuguesa que enviou seus filhos para lutar em prol da independência de Portugal contra o julgo da Espanha. Garrett dedicou-lhe um drama, intitulado *D. Filipa de Vilhena*, que contribuiu para sua idealização como símbolo de patriotismo.

9 Isabel de Portugal (1470-1498), rainha consorte de Portugal (1497-1498), casada com o rei D. Manuel I.

10 Joaquim Guilherme Gomes Coelho (1839-1871), conhecido pelo pseudônimo Júlio Dinis, médico e escritor português, autor de *Os fidalgos da Casa Mourisca* (1871, obra póstuma).

11 Camilo Ferreira Botelho Castelo Branco (1825-1890), romancista, dramaturgo, poeta, jornalista, tradutor, figura de destaque do romantismo português, autor de vasta obra, dentre as quais o romance *Amor de perdição* (1862), um de seus livros mais conhecidos.

só era doce quando delas falava, não fizeram mais do que reproduzir a vida e tipos comuns.

– E os tipos do Eça? indagaram.

Eça viu Portugal muito através de Paris. Quando as encontrou, logo sentiu ser impossível senão louvar essas criaturas de sólido amor, que Deus pôs no mundo, como caso único. Certo há exceções, certo haverá esposas mais sogras que esposas, certo nas cidades acontece o que em geral em todas as cidades acontece. Cada mulher portuguesa está ainda fora da crise mundial e é bem o heptacórdio do amor. Ama francamente, e respeita o homem. O seu ideal é amar o "seu homem" (essa expressão habitual tem um cunho absolutamente incompreensível para várias sociedades pelo que de terno, de submisso, de cioso e de forte encerra), dedica-se-lhe inteiramente, para sempre. E é ainda no amor do seu homem que se faz mãe cheia de doçura, avó cheia de carinho. O amor pelo escolhido é bem ao mesmo tempo paixão física, e bem querer. É ela que aceita o sacrifício na existência a dois. Com sacrifício e dor é mãe. Com sacrifício ajuda o seu homem no trabalho, com sacrifício sofre-lhe as grosserias e as brutalidades, com sacrifício e um altruísmo cheio de bom senso vai até a resignação de ver-se traída.

Em breves excursões pelos campos, na Beira, nos arredores de Coimbra, ou do Porto ou de Lisboa, lembra-me de ter visto mulheres ao lado dos homens no amanho da terra, enquanto as crianças lindas já cuidavam dos rebanhos. Era quase bíblico. No Porto mesmo, na Foz, encontrei só mulheres a trabalhar, e num dia de chuva e vento, como visse uma que era linda, com um balde à cabeça, toda enlameada, indaguei:

– E o teu homem, rapariga?

– Está em casa, com tosse.

– E quantos filhos tens?

– Três.

– E sustentas a todos?

– Com a ajuda de Deus...

Estava entretanto contente. Livre de más ideias, sabendo que devia resumir tudo no seu escolhido, ria à vida alegremente.

Talvez por isso, ao contrário da Inglaterra, ao contrário de quase todos os países do Norte, o tipo do campo, o tipo do povo, é em Portugal de uma beleza perturbadora e esplendente. Nas cidades mesmo, minadas de republicanismo, a beleza persiste e persiste como ensinamento geral o respeito da mulher ao homem. A interrogar crianças colecionei uma série de frases características de orgulho por parte dos rapazes, de satisfação por parte das meninas. Uma mesmo, caso excepcional de precocidade genial, filha de um pequeno funcionário republicano, que encontrei a recitar versos republicanos nos corredores da caixa do Avenida[12], deixou-me fixado. Essa pequena tem seis anos. Ia com a mãe a fazer comissões insignificantes de bastidores. A conversar valia a maioria dos jornalistas e escritores com que tenho palestrado. Vivo espírito de réplica, natural ironia, graça, princípios políticos, entusiasmo. Bernardino Machado tinha-a em muita conta. Encontrei-a certa vez a recitar os tais versos:

E o valente Afonso Costa [13]
Bradando contra a canalha...

– Então a menina acredita na República?

– O país acredita e eu também.

– Mas para se fazer a República é preciso sangue. A menina foge ao primeiro tiro...

– Eu fico ao lado do pai.

– A mamãe foge então.

– Não, senhor. A mãe fica, que o lugar da mulher é ao lado do marido.

– E feita a República, que vai ser?

– Quero ser advogada.

– É boa! As advogadas não casam.

---

12 Possível referência ao Teatro Avenida, na cidade de Lisboa.

13 Afonso Augusto da Costa (1871-1937), advogado, professor universitário, político republicano e estadista português; foi um dos principais obreiros da implantação da República.

– Não minta.

– Juro. Pergunte à mamãe.

A pequena olhou a mãe que sorria, e pensou.

– Vou perguntar ao pai. Se assim for, não quero a advocacia, que a mulher deve estar ao lado do marido.

Era a exceção intelectual mas no fundo a Maria da Fonte[14] aos seis anos, o tipo da portuguesa: dedicada, corajosa, boa, caritativa, simplesmente amante, beijo da vida à própria vida.

Por isso, Portugal, salvo meia dúzia de artificiais e de *snobs*, é um país que não conhece o *flirt*, e namora, namora docemente nas cidades, nas aldeias, nos campos. Nas aldeias e nos campos, principalmente no Norte, o namoro é conversar, que namorar já significa ter possuído antes de casar. Nas cidades é pura e simplesmente o gargarejo para o terceiro andar, as cartas jogadas de cima ou a subir presas por uma linha, o encontro de olhos nas festas, um espalhar de amor a que não se pode ficar indiferente. Que pensam essas meninas a namorar? Goncourt[15] já velho, fez um livro, a *Chérie*, das confidências de uma menina púbere, livro de ingenuidade na eclosão do desejo. Eu era muito jovem para perguntar às raparigas coisas tão misteriosas. As mulheres sentem tanto aquilo que custamos a compreender! Mas no Porto e em Lisboa, como essas meninas são tão simples, tão despidas de hipocrisia, tão puras naquilo que é a lei da vida, e o fim bom, ousei perguntar, com brinco e pilhéria a algumas, o que sentiram no primeiro namoro. Não era com gente do povo apenas instintiva, na sua poesia. Era na mediania, meninas que sabiam francês e já liam modas. A do Porto confessou-me ao lado da avó, senhora de grande respeito:

– Eu fiquei muito contente. Era alguém que me queria bem de fora.

– E nunca imaginara um tipo de namorado como nos contos?

– Ah! O tipo é aquele que quer bem.

---

14 Referência à personagem Maria da Fonte, associada à Revolta do Minho, contestação popular ocorrida na primavera de 1846.

15 Edmond de Goncourt (1822-1896), escritor francês, autor de *Chérie* (1884).

A de Lisboa riu muito antes de confessar. Estava ao lado da tia.

– Que ideia!

– Mas só eu não sei.

– E a tia?

– Eu já esqueci.

– Pois a primeira vez que senti estar sendo namorada, fiquei muito corada, muito vermelha, muito envergonhada...

– Por quê?

– Sei lá! E não dormi toda a noite pensando...

O alma... Mas o amor não tem, não permite pessimismos em Portugal, nem mesmo outra preocupação. Ama-se do sul ao norte. Há corações a bater e olhos em alvo no Algarve, há bocas entreabertas pedindo beijos no Minho. Por isso a mais rica poesia amorosa do mundo é a de Portugal. Leite de Vasconcelos[16], com a sua habitual circunspecção, escreve mesmo:

> Parece que o povo não ama para constituir família, propagar a espécie, e sim unicamente para satisfazer o vácuo da sua alma, ou as impulsões momentâneas do ser físico; ama para amar, não tem outra ambição.
>
> Habituado a ver o seu "eu" em toda a parte, e a julgar o exterior por si, o povo personifica a Natureza a cada passo nas cantigas: invoca os astros, os rios, os montes, os vales; atribui às flores uma vida como a dele, identifica com elas a pessoa amada, e conta-lhes os sofrimentos e segredos próprios; convive com os animais, chama pelos peixes, fala familiarmente aos bois, e às horas mortas da noite dirige-se assim ao rouxinol:
>
> *Rouxinol das penas de ouro,*
> *Deixa a baga do loureiro,*
> *Deixa dormir a menina*
> *Que está no sono primeiro*
>
> A natureza toda é um grande cenário de que ele se aproveita quando precisa.

16 José Leite de Vasconcelos Cardoso Pereira de Melo (1858-1941), linguista, filólogo, arqueólogo e etnógrafo português.

A mulher portuguesa vive nesse delicioso cenário que é a sua terra, feito para sugestões de amor. No campo, no povo, é rude de primeiro trato. Demorai a conversa. No seu coração só a bondade vive e nos seus olhos ridentes, esplêndidos como sois na noite, há a lágrima da saudade, a lágrima do amor que conserva e persiste, nos seus lábios sadios que cheiram a rosa palavras de carinho tão da alma, tão dos sentidos, dos sentimentos e do coração, que assim nunca outra mulher no mundo soube dizer. Na sociedade é franca, é meiga, acolhe honesta e simples e o seu pensar é para o amor conservador da vida como o coração se faz de cuidados e encantos para os entes queridos. Assim, subindo de uma grosseira mulher do povo a vender coisas na rua, a uma ilustre dama de raça pura e educação esmerada, as características de bondade, de dedicação persistem, integralmente excepcionais e inconfundíveis, doces e inesquecíveis.

– Em tudo?

– Sim, em tudo. As grandes damas são grandes em tudo. E em cada estalão social a Mulher erige-se tão doce e tão especial que o homem moderno ao vê-las no seu país visa a ter por elas um irredutível e perpétuo afeto, misto de respeito, de carinho, de desejo de amor.

Mesmo porque a todas, o amor sem artificialismo parece ter criado, mesmo porque são todas belas, belas no norte, belas no sul, belas e sadias, belas da beleza espontânea de Vênus na onda, tão belas, de beleza tão penetrante, que é para ter a ambição de desaparecer a olhá-las, a sentir as chamas desses olhos que luzem sinceramente como as estrelas, que é para sonhar e desfazer-se a gente no *pathos* criador e, partícula da atmosfera, sentir multiplamente, mirioniamente a carícia do andar e a doçura do gesto e a sua alma reta e simples e assim, infinitamente pequeno, externar por elas e para elas toda a cambiante do Amor, amor respeito, amor dedicação, amor desejo, fator do paraíso, dono da Vida...

NOTAS E SENSAÇÕES[1]

O COMÉRCIO. — ATRASADO CINQUENTA ANOS NO MODO DE VENDER. — ANEDOTAS TÍPICAS. — O PROBLEMA NEGRO: AFRICANISTAS E A ABUNDÂNCIA DE PRETOS EM LISBOA. — ESPÍRITO DE SENHORAS. — AS IGREJAS. — O PROBLEMA RELIGIOSO. — O DOMÍNIO DOS PADRES E O ÓDIO AO JESUÍTA. — COMO ESTÃO AS COISAS.

– O nosso comércio está realmente atrasado. Uns vinte anos?

– Cinquenta, pelo menos.

Em Lisboa, de vez em quando, falam de transformar os moldes do comércio. Agora, por exemplo, há uma discreta batalha nesse sentido. Pois Lisboa, a trinta horas de Paris, tem ainda esses processos apagados, ou melhor, essa falta de processos de venda? E realmente. Afora algumas casas modernas, da que são tipo o Grandella[2] e os Grandes Armazéns[3], o comércio é retrógrado. O Grandella republicano sofre e arrosta com todas as consequências desse ideal político, em excesso de impostos e outras coisas mais. A última foi obrigá-lo a ter um guarda-livros para cada *rayon* obrigando-o às taxas correspondentes. Nos Grandes Armazéns que têm caixeiros amáveis – os caixeiros estiveram no Brasil. Nas outras casas falha por completo essa gentileza, que obriga o freguês a comprar mais do que pode, a ser burlado e a agradecer ainda por cima. Num armazém ou numa casa elegante de Paris, no *Doucet*[4], camiseiro, ou no *Bon Marché* [5], o freguês é preso no encanto da amabilidade. Se volta dias depois tem

---

1 Inicialmente publicado, a 14 de junho de 1909, em *Gazeta de Notícias*, n.º 165, p. 2. Na *Gazeta de Notícias*, tal como no livro, o excerto intitula-se Notas e Sensações, e foi usado em três oportunidades na versão editada por Garnier.

2 Em 1891 iniciou-se a construção dos armazéns *Grandella*, inspirados em congêneres de Paris e Londres. Foram projetados pelo industrial e comerciante português Francisco de Almeida Grandella (1853-1934).

3 Referência aos Grandes Armazéns do Chiado, responsáveis pelo comércio cosmopolita em Lisboa, abertos em 1894.

4 Famosa casa de alta costura parisiense, fundada por Jacques Doucet (1853-1929).

5 *Le Bon Marché*, loja de departamento parisiense, que abriu as portas em 1838.

a agradável surpresa de ser reconhecido. O comércio, no Rio, tem essa tendência e está, sem comparação, muitíssimo mais adiantado que o lisboeta.

Em Lisboa, o negociante parece não ter a ambição de fazer rapidamente fortuna. Os empregados fazem longo tempo de prática, inteiramente grátis e ganham pouco também. Nunca entrei num destes estabelecimentos, que alguém viesse perguntar o que desejava. Afinal, já fazia propositalmente. Entrava, passeava de um lado para outro, olhava os caixeiros, os fregueses e saia. Nem uma palavra. Certa vez entrei num luveiro do Chiado, aconselhado pela Legação por ter excelentes luvas inglesas. Encontrei apenas dois cavalheiros de chapéu coco e sobretudo. Os dois cavalheiros conversavam. O mais velho parecia ter grande intimidade na loja, porque remexia as caixinhas. De empregados, nem sombra. Ao cabo de uns cinco minutos, o cavalheiro mais novo, disse:

– Então, dentro de oito dias?

– Pode vir buscar.

– Adeus.

Apertaram as mãos, e o velho ficou.

Então, eu:

– Faça-me o obséquio, quem vende aqui?

Severamente o velho dardejou o olhar.

– Que quer?

– Luvas.

– Letra? ... fez, passando para o balcão.

Foi só aí que descobri: era o proprietário único vendedor.

Assim, nos chapeleiros, nos sapateiros. Não fazem o menor empenho. Num chapeleiro, o melhor de Lisboa, em que teimei comprar, passei a relógio, vinte minutos de espera, porque havendo dois empregados, um passava a ferro um chapéu alto e o outro discutia coisas graves com certo freguês.

Em tais condições de orgulho, o reclamo está ainda por fazer, em plena infância. Se disserem a um desses negociantes a necessidade de um artigo nos jornais, falando da sua casa, começarão por acentuar que o seu estabelecimento "está bastante acreditado"

e acabarão por não dar. E como, relativamente à Europa, tudo é caro, muito caro mesmo, tanto o nacional, como o estrangeiro, em virtude dos direitos, segue-se que quem pode vai a Paris comprar.

É um comércio familiar, dizia-me um jornalista irônico, lembra no romance de Zola[6], sobre os grandes armazéns, as casas anteriores ao *Bonheur des dames*. Esta gente está contente com o que faz e não quer mais. À noite aparecem frequentadores para o cavaco.

– Que me diz.

– Sim; há tempo para palestras... E a esse respeito lembra-me uma anedota passada com o marquês de... que tem o costume de parar numa das casas da rua Augusta. Certa vez, numa festa pública, o marquês vê-se saudado por um rapazola que lhe estende a mão. A sua fidalguia revolta-se. Põe a luneta, examina o rapaz.

– Sou eu, Sr. Marquês, então, não me conhece? Continua de mão estendida o caixeirito. Mas vossência vê-me todo o dia, na rua Augusta.

– Ah! Sim! ... agora reconheço. Compreendo. Como até agora via-o só de cintura para cima, no balcão, não o reconheci no momento.

E, apesar da ironia, apertou a mão que lhe estendiam. Ora, aqui tem você, salva exceções, que todos nós desejávamos fosse regra, o espírito do comércio de agora em Lisboa. Sem tirar nem pôr, o vender modas de hoje, contemporâneo do começo do segundo império francês...

****

Logo no primeiro dia da minha estadia em Lisboa, muito tarde da noite encontrei atirada para um banco da Avenida[7] sob as palmas de um coqueiro africano, uma velha negra. Era em dezembro, com frio, e eu romanticamente deplorei aquele trapo de raça perdido

6 Émile Éduard Charles Antoine Zola (1840-1902), escritor francês, um dos mais expressivos representantes do Naturalismo, autor, entre vários outros, do romance *Au bonheur des dames* (1883).

7 Avenida da Liberdade, uma das principais vias de Lisboa, inaugurada em 1886.

num exemplar único no solo europeu. No dia seguinte, logo pela manhã, vejo no Rossio, de chapéu, de braço dado com um senhor bem posto, outra negra. Feia, preta, mas elegante. Dias depois entrando numa casa de chá, do Chiado, duas pretas, uma das quais, de óculos, comiam bolos com todo o *chic*, e na rua do Ouro, quando saí, encontrei um jovem preto elegante, e enluvado. Vira, entretanto, apenas, indícios do que se pode qualificar de problema negro, – para Lisboa, um problema sem aparências graves.

Dia a dia aumentam os negros, na capital lusitana. Não são negros para o serviço, como nos tempos de Gil Vicente, são pretos chamados "africanistas", pretos ricos das ilhas, proprietários de plantações em São Tomé. Os meninos e as meninas dos "africanistas" estudam nos colégios de Lisboa. Os "africanistas", quando juntam grossa fortuna, vêm morar para Lisboa. Há casas e casas, nas avenidas novas, que são de pretos, pretos ricos, com lacaios brancos, que têm carruagem, cavalos, andam à moda, vão ao concerto, ao teatro. Em Portugal, como aliás em quase todas as cidades da Europa, não há ódio ao negro, nem o princípio estabelecido de que não devem ser tratados como gente. Essas ideias só se encontram nos países onde houve a servidão negra. Daí encontrar pretos e pretas em vários misteres. Pretas até hetairas, de grossos negociantes, idos do Brasil.

Os dotes obrigam muita vez o cruzamento. De outras, é a atração que antes e depois de Baudelaire[8] várias e numerosas criaturas têm tido sem as razões de bizarria do poeta e sem a franqueza de Camões.

– É o problema negro! Exclamava eu.

E as pessoas a que eu isso dizia, riam tranquilamente. Só encontrei, indignado com o caso, um jovem e brilhante militar de família ilustre, e com campanhas em África. Quando lhe dei conta das minhas observações, deu um salto.

---

8 Charles Baudelaire (1821-1867), célebre poeta francês, autor, entre outros, de *As flores do mal* (1857).

– Muita razão tem vossência! É indecente. Os pretos tomam conta de tudo. É o dinheiro! E acredita vossência que meninas brancas aceitam essa corte encardida e até casam? Daí a insolência de alguns elegantes de piche, que dirigem gracejos às senhoras, perseguem damas, metem o cavalo nos transeuntes. Eu cá já fui obrigado a meter o chicote num.

– Por quê?

– Por pilhérias dessas.

Deixei o militar, e alguém da roda, em segredo:

– Imagina que ele ama a prima, imagina que o pretinho, aliás riquíssimo, pediu a mesma prima em casamento, e conclui...

Não conclui.

***

As senhoras da alta sociedade, vestem-se em Paris. Terão o *chic* de Paris? Não. Têm uma elegância muito pessoal, meio hierática, meio solene. Usam talvez joias demais. Dão a mão a beijar como se sempre estivessem na corte e fazem o aperto de mão com uma efusão *yankee*. Gostam de versos e gostam de música – sem *bas-bleuismo*[9]. A franqueza é uma das suas características. Mesmo as meninas têm esse ar atraente, naturalmente, superiores, sem esforço. Quando a conversa generaliza-se num salão, porém, dá-me a impressão de uma peça de Dumas[10], a que por acaso traduzisse o Júlio Dantas. Trago de uma dessas reuniões a frase espirituosa de uma ilustre fidalga.

– Os homens são sempre ruins.

– Todos, excelência?

– Está bem de ver que não falo dos outros...

---

9 *Bas-bleuisme*: expressão datada do século XIX, relativa à mulher de letras e que ganhou conotação pejorativa.

10 Não é possível precisar se a referência deve ser creditada a Alexandre Dumas, pai (1802-1870) ou Alexandre Dumas, filho (1824-1895), autores franceses que escreveram romances e peças de teatro que alcançaram grande sucesso na época.

***

No último andar de uma casa da Avenida, dominando um maravilhoso panorama, Eurico Seabra[11] e Albino Forjaz de Sampaio tecem paradoxos. Eurico de Seabra é o agasalhador, o anfitrião. Albino com os seus nervos e um grosso charuto, diz coisas excessivas. É de tarde. Morre o sol, um sol muito parecido com o nosso, sobre o casaredo também com o nosso parecido. Dentro de um século essa arquitetura, essa construção atroz talvez não exista mais nas grandes cidades do Brasil. A Lisboa nova, a surgir da Avenida, já a aboliu. No conjunto, vista assim de cima, a sedutora cidade desdobrava-se num cenário empolgante, pela lombada dos montes que a constituem.

– Como Roma, Lisboa é a cidade dos montes.

– Dos 7 montes que são: São Vicente de Fora, Santo André, Castelo, Santana, São Roque, Chagas e Santa Catarina.

– Frei Vicente Justiniano[12], geral da Ordem de São Bento, dizia com exagero: *Vidimus orbem in urbe*, vimos o mundo numa cidade. Eu vejo o vigor do catolicismo pelo número de igrejas.

Era realmente diante dos nossos olhos um desdobrar das igrejas. Com a distância pareciam juntas, furando o azul do céu as suas torres. Algumas têm vários séculos. Outras são de data mais recente. É possível encontrar em certas maravilhas de arquitetura. A maioria não tem isso com brilho. E uma mesmo, a de Santa Engrácia[13], está por concluir há centenas de anos. Mas as igrejas são atestados do passado, de uma crença que morre positivamente na irreverência das cidades. Hoje é possível encontrar no campo a fé. Na gente simples também.

---

11 Eurico de Couto Nogueira Seabra (1871-1937), professor e escritor português, autor de *A Igreja e o Estado* (1907) e *Tristes amores* (1907), peça em um ato.

12 Há registro da visita a Portugal, em 1566, do Cardeal Vicente Justiniano, mestre geral da Ordem de São Domingos, e não dos beneditinos, que teria proferido tais palavras a respeito de Lisboa.

13 Santa Engrácia, igreja em Lisboa, hoje Panteão Nacional, localizada na atual freguesia de São Vicente. A sua construção iniciou-se em 1682 e só foi concluída, definitivamente, em 1966; deste fato advém a expressão popular "obras de Santa Engrácia", para designar algo que nunca foi terminado ou a sua conclusão demorou muito tempo.

Mas a fé meio pagã e fé fatalista em suma, a fé do fado, que permite com os santos e os milagre, e o diabo, as bruxas, o mau olhado, a praga, e o destino como o maior dos deuses. Nas cidades, só as mulheres são católicas, verdadeiramente, – as mulheres em Portugal, os espíritos conservadores. Os homens são irreverentes. Os políticos dominantes aceitam a religião como fazendo parte da política, e não porque acreditem. O povo odeia os padres. Odeia-os de tal modo, que eles não se atrevem a andar com as suas vestes. Um belga em Lisboa teria motivo para de cinco em cinco minutos benzer-se horrorizado. Alguém que venha de Bruxelas, dessa catolicíssima feroz, pensará cair em pleno domínio herético, com três dias da capital portuguesa. Uma das razões porque D. Amélia a rainha, se faz menos estimada nas cidades, é a sua crença ardente. O brasileiro e o português do Brasil têm uma espécie de respeito sagrado e êxtase admirativo pela soberana do povo português. Se sai com tais sentimentos para o convívio propriamente do povo urbano de Portugal, tem a grande desilusão de ver-se interrompido a cada instante.

– Sim, sim... mas sempre com os padres. Este país está perdido por causa dos padres.

Os boatos chegam a exagerar, a torcer, a caluniar. Três dias antes de ver D. Manuel, o Formoso, pela primeira vez, asseguraram-me.

– Sabem quem está a delirar nas Necessidades?

– Quem?

– D. Manuel. Delírio religioso. Os padres obrigam-no a confessar-se todos os dias. O resto do tempo passa a rezar por obediência à mãe. Coitadito! Já nem ri.

D. Manuel entretanto ri. O seu riso de adolescente lindo é o mais sedutor riso da terra, misto de alegria divina e de vaga melancolia. Só o seu riso de predestinado seria a vitória, se estivéssemos no tempo de respeitar a beleza como um supremo dom celeste. Os padres, porém, se não o obrigam a confessar diariamente – e confessar o quê? – cercam o poder. À subida de um novo presidente de conselho, é curioso ir estacionar à sua porta a ver quem entra, pois certo é ver entrarem bispos e mais bispos e mais autoridades eclesiásticas.

Do poder da batina, da autoridade serôdia da igreja, e da revolta do espírito das cidades, vem a grande crise moral. A um patriota português é intolerável a ideia de ser governado por padres, com a influência de padres, sob a tutela disfarçada da igreja. A alavanca destruidora não pensa apenas em derrubar o sistema político, cujo estado de putrefação é evidente. Não pode, não quer tolerar o domínio da igreja. O espírito do marquês de Pombal vive em cada cérebro.

– Nós precisamos de um Pombal! é a frase habitual.

Pombal pela reação. Pombal pela iniciativa. Pombal por tudo. E como não aparece o tipo encarnador e representativo, é o povo em massa que se transforma. Há muitos lustros, o catolicismo era uma espécie de costume. Portugal é conservador, custa a mudar. O catolicismo hoje só encontra a sustentá-lo a mulher; e essa mesmo atende à corrente geral. Quantas crianças encontrei em que não sabiam o padre-nosso e deitavam-se sem rezar! As esposas dos republicanos começam por isso. Em pleno centro, em pleno Rossio, encontrei petizes e petizas que me diziam:

– Não, senhor, não sei rezar.

– E no deitar que faz?

– Beijo meu pai e minha mãe.

– Só?

– Só, para ser gente e pensar no bem da minha pátria.

Aquelas igrejas... Aquelas igrejas que os meus olhos viam, enchendo Lisboa, eram o sepulcro de um passado domínio e que hoje de fato existe, sem as almas. Contra elas levanta-se a cidade, levanta-se o ideal, levanta-se o próprio espírito da raça imaginando a reação que fará Portugal retomar o seu lugar. Portugal, terra de ternura, país de gente bela e de gente boa.

O MOMENTO POLÍTICO[1]

IMPRESSÕES. – O MAL DE PORTUGAL. – O ESPÍRITO DAS CIDADES E O ESPÍRITO DOS CAMPOS. – POLITIQUICE E MAIS POLÍTICA EM GERAL. – O QUE DIZEM DA COLÔNIA PORTUGUESA NO BRASIL. – A INCONSISTÊNCIA DE GOVERNO E AS OPINIÕES. – OS PARTIDOS DEPOIS DO SISTEMA ROTATIVO. – A ORGANIZAÇÃO DOS REPUBLICANOS. – QUAL O CHEFE? – COMO NO BRASIL. – POR D. MANUEL.

– Então quando cai o ministério?

– Talvez esta semana.

– E quem virá?

– É difícil dizer. Já não temos mais homens. Depois que acabou o medo, há várias correntes. Note a rainha D. Amélia com os jesuítas a intervir, observe a confusão em que todas as ambições procuram subir, vir à tona nem que seja por um instante, veja o receio dos luminares clássicos em agir, e aí tem V. em linhas gerais o grave momento que atravessa a pátria portuguesa, período perturbado e angustioso. Cada vez será mais difícil organizar um gabinete; e o povo viverá com a sua administração às cabeçadas nas mãos de uns hoje para cair noutras amanhã.

Era num *restaurant* e o homem falava alto. Ao pavor de tempo de João Franco sucedeu, como era natural num país meridional, o desejo de gritar as suas opiniões. Fala-se alto, gesticula-se, agride-se moralmente os conselheiros prováveis ministros, é de fato uma situação de *meeting* permanente. Mundanos e pobres, homens sem ocupação e burocratas, os que vão nos trens, os que param nos cafés, os que andam a pé no horizonte limitado das suas ocupações, os que em quartos sem ar desfibram o organismo para iludir a fome, os que são o operariado e são o povo, todos só têm uma preocupação: – a política. Cada qual pensa de um modo, cada qual encara o monstro à sua maneira.

---

1 Inicalmente publicado, a 26 de maio de 1909, em *Gazeta de Notícias*, n.º 146, p. 2.

O monstro aí está a devorar as atenções como nas lendas antigas: ou decifra-me ou devoro-te. Uns pensam decifrá-lo aproveitando-lhe os corcovos e as acrobacias, e são os políticos militantes, a roda dos apanhadores de propinas, a rabadilha dos lambe-situações, os incitadores de povo.

Duas ou três semanas depois de estar em Portugal tem-se a impressão de que o único mal de Portugal, mal debilitante, mal terrível – é a política, ou antes, desde que nada se comenta ou resolve numa calma e sã atmosfera – a politicagem, politicagem envenenadora, que estabelece um círculo vicioso meio rábido, cujo fim é fatalmente estalar. Há situações que não podem durar eternamente: ou o país acaba com elas ou elas com o país, e, dada a prodigiosa e legendária força de resistência de Portugal, é a nação que acabará por desfazê-las. No momento atual reina a confusão. Ninguém sabe positivamente o que quer; e se fugirmos aos programas dos políticos profissionais interrogando o povo, vemos o empregado dos caminhos de ferro, o operário, o negociante, o burocrata a hesitar ante a solução mantendo por consequência a assustadora atmosfera da inconsistência política.

Essa inconsistência irradia principalmente de Lisboa, centro de agitações vãs, de tagarelice, de prosa oca e de atitudes teatrais. O lisboeta sacrifica tudo a um gesto de efeito, um gesto bonito, e eu não mentiria se a dissesse integralmente republicana.

Não. Lisboa é republicana e mais essencialmente é politiqueira. Quando lá cheguei pensei encontrar uma cidade convalescente de fatal desastre, ou uma cidade inteiramente pela República. Abstive-me de falar aos ministros sobre política, exatamente por isso. Mas enganei-me. Há uma grande maioria de republicanos, principalmente entre os operários que sabem ler, entre os espirituais, mesmo porque os republicanos chefes de partido são todos homens de grande talento. Mas em compensação encontrei muitos regeneradores, muitos regeneradores – liberais, muitos alpoinistas[2],

2 Referência ao político José Maria de Alpoim Cerqueira Borges Cabral (1858-1916), membro do Partido Progressista Português e que aderiu ao republicanismo. Assumiu papel de relevo durante a primeira fase da República portuguesa.

muitos absolutistas, alguns anarquistas, e até no contrário do que me diziam, – franquistas.

Sim! Nos primeiros oito dias ouvi pilhérias e frases irritadas contra a atitude da colônia portuguesa no Brasil no ministério de João Franco. A denominação de talassas[3] era tão corrente no Chiado como nas ruas do Rio. Cavalheiros diziam-me:

– Mas os portugueses do Brasil não tinham o direito de intervir.

– Por quê?

– Porque não estavam a par dos acontecimentos porque têm uma pátria nova.

– Sabem vocês que é fácil confundir. Ao português do Brasil, parece-me, duas pátrias o têm. Lá Portugal é intangível para eles. Aqui, o Brasil está nas mesmas condições. Eu acho isso lindo.

– É. Mas para nós o João Franco foi tudo quanto há de mais tangível. Sem conhecimento dos detalhes, sem a leitura da prepotência, da tirania, do terror normal exercido por esse homem cruel, eles acreditam que o João Franco veio moralizar. Moralizar o quê? Era um temperamento neroniano apenas.

A julgar que em Lisboa não houvesse um só franquista, acumulando narrativas sobre pedaços da vida agitada do homem formidável, estava entretanto em erro. À parte um político que representa oficialmente o seu partido, encontrei vários lisboetas que me diziam:

– Isto o que precisa é de um homem como o João Franco!

E ainda outros que tranquilamente me asseguravam:

– Quando o João Franco voltar...

Essa cambiante de opiniões e de partidos numa cidade capital é a certeza do desvario político, a demonstração de que Lisboa, republicana na sua maioria mesmo porque os jornais republicanos se vendem muito, tem um prazer especial na confusão na discussão política e na vã agitação.

Se sairmos de Lisboa, entretanto as coisas mudam. Está em cima o Porto, capital de gente do norte, gente prática, industrial, altiva e que só muda de opinião para contrariar Lisboa; está depois

3 Talasso: partidário de João Franco Castelo Branco no seu último governo monárquico.

Coimbra, a poética, onde a opinião política é feita da mentalidade subordinada ao coração, terra de coisas passadas, ruína onde floresce a alma jovem e lavada de impurezas. E deixando as cidades, pelo campo, longe das ambições, depara a gente frente a frente com uma coisa muito séria e muito grave: – o coração de Portugal. É a população que se esbofa na canícula do Alentejo para fazer produzir a terra ingrata, é a população do norte, que morre alegre e sem pão na superprodução dos vinhedos, num mar de vinho desvalorizado. Ora, essa gente que deve todos os seus males à política, à falta de tino administrativo das cidades, não de hoje mas de muitos anos atrás, porque os governos conseguiram extinguir as indústrias florescentes, complicando relações com o estrangeiro e dando-lhe passagem franca sem fomentar a atividade nacional – essa gente é absolutamente sem política, leal no princípio divino do Rei. Diante de um homem do campo português, e eu não digo os simples lavradores, só muito depois da República é que os compreendo a dizer com o respeito devido:

– O presidente da República!

E isso precisamente porque são o próprio respeito e têm a noção milenar da realeza fazendo por obediência ao rei as maiores loucuras guerreiras, desde as vitórias até às derrotas, como a de Alcácer-Quibir, sofrendo tudo com infinita e admirável capacidade de resistência e pondo acima da causa dos seus males a pessoa real. Esses, se sabem que caiu o Sr. Campos Henriques, ou outro qualquer chefe político, é para ter a esperança doce de que talvez venham a melhorar e para louvar o rei. E, salvo o engano de observação superficial de um ser grandemente superficial, quando ouvem os discursos dos republicanos nos comícios e batem palmas e se inflamam, é atacando os homens do governo, – mas incapazes de compreender que de súbito o ideal de Dr. Bernardino Machado venha a estabelecer-se no país.

Entretanto, a fatalidade manda que as cidades façam as reformas e principalmente em Portugal é preciso convir que a grande massa só em último caso será capaz de agir – com coragem indômita, furiosamente, torrente invencível mas só em último caso, como tem aliás acontecido sempre através dos séculos. Daí a certeza de

que se o campo fica tranquilo no momento, apesar da sua dolorosa situação, o país está numa convulsão tremenda de que é resumo a sedutora e doidivanas Lisboa.

Por Lisboa, encarando os fatos diários, tem-se a impressão de que atualmente, sob o olhar triste do mais formoso dos reis, Portugal político é uma espécie de pau de sebo em que a cada instante cavalheiros chamados chefes tentam chegar ao tope acompanhados de grupos já hoje ocasionais, não chegam lá, caem, e são vaiados pelo povo. É a situação.

Quando estava em Lisboa da primeira vez, caía Ferreira de Amaral e as conferências se sucediam a ver se o Sr. Campos Henriques com o eternamente poderoso Sr. José Luciano organizavam um novo gabinete paliativo como todos os posteriores, e ainda menos forte do que os fora o antecedente, caído sem que houvesse causa real para isso.

João Chagas, que por esse tempo iniciava as *Cartas políticas* com êxito, explicou o caso, profetizando o fim da Monarquia para 1909 – profecia de que aliás se arrependeu em carta subsequente. E João Chagas com o seu evidente talento, dizia:

> Estes monárquicos fazem um governo, dizem eles para salvar a Monarquia. Feito o governo qual é o seu pensamento? Derrubá-lo! O pensamento da salvação das instituições monárquicas não faz calar um instante as suas ambições. Uma semana depois do Amaral subir ao poder tramava-se a sua queda.
>
> A instabilidade ministerial é sempre uma causa de inquietação na sociedade. É o poder sempre vago, é a ausência de unidade na obra da administração, é uma sobreexcitação permanente de paixões, são as instituições abaladas por incessantes conflitos. Para as nossas instituições moribundas, instabilidade ministerial quer dizer – morte. Ministério novo, perigo novo.
>
> Pois bem! Os políticos da Monarquia promovem o advento de tantos ministérios quantos sejam necessários para que eles governem, e não esperam um dia, não esperam uma hora, nem mesmo que essas sejam o último dia e a última hora das instituições. O poder em mãos alheiras é ideia que não suportam e ambicionam-no, disputam-no ainda que não seja senão para receber o seu último alento...

Nada mais verdadeiro. Mas, talvez fosse a opinião apenas dos republicanos? Não; é a opinião geral, a opinião de bom senso. Os republicanos nesses momentos limitam-se ao comentário enquanto os jornais conservadores põem a mão na cabeça, e os diários partidários se digladiam, derrubando respectivamente os chefes, com uma fúria canibalesca. Alguns mesmo são francos. A questão é entrar na organização e como tipo desse processo guardei o final do artigo do *Novidades*, de violento ataque ao Sr. Beirão:

> Ao passo que a Bélgica, quando se constituiu o ministério Trooz[4], esteve sem governo durante dezoito dias, para que esse ministério pudesse 'refletir' todas as 'nuances' políticas da câmara dos deputados, em Portugal acaba de perder-se quase uma semana em tentativas estéreis para organizar um 'ministério partidário' que, pela sua própria natureza, não poderia, conciliar em seu favor as várias correntes políticas do parlamento, antes uma, apenas moveria em função de apoio: – a sua. A nação que julgue; – porque não há julgador mais justo e imparcial do que a nação.

Um ministério com todas as nuances, isto é, contentando todos os partidos. Mas quantos partidos há em Portugal? Há uma série deles! A crise foi mesmo a acentuar-se por um aumentar de partidos que representavam dissidências. O governo estava nas mãos de dois partidos que resolviam o sistema rotativo: – os regeneradores e os progressistas. Quando os regeneradores acabavam vinham os progressistas e vice-versa, lindamente, tranquilamente. Veio o Sr. João Franco e quis fazer o partido seu. Rebentou, houve a grande comoção, e rebentou também o rotativo. Hoje é possível contar os regeneradores simples, os regeneradores progressistas, os regeneradores liberais, a dissidência dos progressistas, os absolutistas, os anarquistas, que sei eu? Os regeneradores liberais têm homens

4 Jules Henri Ghislain Marie, Barão de Trooz (1857-1907), político, primeiro Ministro da Bélgica entre maio e dezembro de 1907.

do valor de Martins de Carvalho[5], Vasconcelos Porto[6], Malheiros Reimão[7]. Carvalho foi mesmo antes anarquista. Os absolutistas têm como chefes o conde de Samodães[8], Jacinto Cândido[9], os regeneradores, Júlio de Vilhena[10], Venceslau de Lima[11], Teixeira de Sousa[12], Campos Henriques, do qual alguns já formam a dissidência, que na crescente desmoralização dos partidos teve um avanço para o liberalismo do notável Alpoim, de João Pedro dos Santos[13] e dos seus amigos; os progressistas mostram como figuras principais Espregueira[14], Antônio Cabral[15], Beirão e o grande chefe José Luciano, que doente, em casa, continua a mandar na politicagem, a entravar uns, a fazer

5 Referência a Fernando Augusto de Miranda Martins de Carvalho (1872-1947), advogado, jornalista e escritor, filiou-se ao Partido Republicano, mas pouco depois aderiu ao Partido Regenerador Liberal de João Franco. Por breve período ocupou o cargo de Ministro dos Negócios da Fazenda (maio de 1907 a fevereiro de 1908). Com a proclamação da República, exilou-se no Brasil e regressou a Portugal em 1915.

6 Antônio Carlos Coelho de Vasconcelos Porto (1855-1924), político português, Ministro de Guerra (1906-1908), deputado em dois mandatos (1908 e 1910).

7 José Malheiro Reimão Teles de Meneses e Sá, conhecido como José Malheiro Reimão (1860-1951), político português, Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria (1906-1908).

8 Francisco de Azeredo Teixeira de Aguilar (1828-1918), 2.º Visconde e 2.º Conde de Samodães, professor, escritor, engenheiro civil e militar e político português.

9 Jacinto Cândido da Silva (1857-1926), político e escritor português, Ministro da Marinha Ultramar (1895-1897).

10 Júlio Marques de Vilhena (1846-1928), político e escritor português, deputado (1875-1878, 1879, 1880-1881, 1882-1884), Ministro da Marinha e Ultramar (1881), Ministro da Justiça (1881-1883), Ministro da Marinha e Ultramar (1890, 1891-1892).

11 Venceslau de Sousa Pereira de Lima (1858-1919), político português, Ministro dos Negócios Estrangeiros (1903-1904, 1906, 1908, 1908-1909), Presidente do Conselho de Ministros (1909).

12 Antônio Teixeira de Sousa (1857-1917), político e escritor português, Ministro da Marinha e Ultramar (1900-1903), Ministro da Fazenda (1903-1904, 1906), Presidente do Conselho de Ministros (1910).

13 João Pedro dos Santos (1874-?), político português, dirigiu o jornal *Avante*, fundado em 1927.

14 Manuel Afonso Espregueira (1835-1917), político e engenheiro português, Ministro da Fazenda (1898-1900, 1904-1905, 1908).

15 Antônio Ferreira Cabral Pais do Amaral, conhecido como Antônio Cabral (1863-1956), político português, Ministro das Obras Públicas (1905-1906), Ministro da Marinha e Ultramar (1908-1909).

subir outros, senhor de todos os cordelins, e com todos do lar, até os fâmulos, educados, e espertos nas tricas políticas mais do que muito ministro incipiente.

As ambições tornam-se cada vez maiores; insensivelmente o carroção político tende para o rotativo, ao passo que uma série de sentimentos que vão do desejo de mando ao receio dificultam essa marcha.

De modo que em último recurso são chamadas a formar gabinete pessoas que não estavam em destaque e as dissidências se acentuam numa confusão geral.

E os republicanos?

Enquanto isso, os republicanos organizam-se muito bem. Está tudo direito. Um deles dizia-me:

– Se amanhã for proclamada a República, o país não sente nada na administração, porque já cuidamos disso.

E com efeito. Há um diretório central, uma comissão executiva, comissões municipais e paroquiais, tudo obedecendo ao diretório, que ordena, forma, estende a sua ação e tem representantes oficiais em todo Portugal, que se renovam ou ratificam os cargos solenemente como ainda há pouco no congresso de Setúbal. Apenas se há essa brilhante organização – o que demonstra como tem tempo para fazer o movimento, entre os próprios republicanos onde há pares de reino como Augusto José da Cunha[16], ex-presidente da Câmara dos Pares e uma plêiade de homens de talento, como Alexandre Braga[17], Basílio Teles, Brito Camacho, diretor de *A Luta*. Magalhães Lima[18], redator-chefe da *Vanguarda* – também a dissidência surge quanto aos processos da realização do ideal, e quanto à chefia porque se o assustadoramente esforçado Bernardino Machado (que é pela evolução natural) passa como chefe supremo, o Sr. Afonso Costa, cérebro

---

16 Augusto José da Cunha (1834-1919), político português, Ministro da Fazenda (1889-1890), Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria (1897-1898).

17 Alexandre Braga, filho (1868/1871 -1921), político e orador português.

18 Sebastião de Magalhães Lima (1850-1928), advogado, jornalista, político e escritor português, integrante da chamada Geração de 1870, fundador do importante cotidiano lisboeta *O Século* (1880-1977).

fulgurante, não vê essa supremacia, senão para a sua pessoa e muita vez elogiando um republicano a outro republicano, sente-se como uma ducha a resposta!

– Sim, sim razoável...

O próprio Guerra Junqueiro – porque a república é do escol cerebral de Portugal a começar no gênio Junqueiro e a finalizar em Teófilo Braga, o primeiro filósofo lusitano – dizia-me uma noite no Porto:

– A República? É fatal. Mas os republicanos ficam e eu vou além, muito para além.

É assim, em pálido esboço, em traço geral, a situação política do grande e doce povo que não se pode ver sem muito querer. Tudo pede uma solução, tudo anseia, tudo exige o definitivo que é em política um pequeno repouso para o país haurir novas forças. Alguns diziam-me:

– V. é brasileiro. São brasileiros alguns chefes de movimento republicano, como o Bernardino, o João Chagas. Temos os olhos voltados para o Brasil. A República far-se-á aqui como lá, docemente.

E era para mim consolo saber desse desejo de doçura. Porque no meio do delirante *maelstron*, na fúria dos redemoinhos politiqueiros – mal, único mal de um país de que se espera, a todo instante à força de expelir o vibrião aniquilador, surgiu, sem querer, dependente dessa bondade, lavado de culpa pela mocidade, um ser tímido e puro como um lírio, o mais jovem da terra, cujo riso era a alegria, e hoje é a melancolia – D. Manuel, o Formoso...

AINDA O MOMENTO POLÍTICO

CLAMAM TODOS, ATÉ OS PADRES. — PRECISAMOS ACABAR! — É PRECISO ADMINISTRAÇÃO. — O QUE DIZEM OS MONARQUISTAS. — A QUESTÃO VINÍCOLA, A DOS CEREAIS, A DAS COLÔNIAS. — A CRISE FINANCEIRA. — O QUE RESPONDEM OS REPUBLICANOS. — UM HISTÓRICO BREVE A PASSEAR. — *A PORTUGUESA*[1] DE KIEL.

Mas a agitação é tal que o menos prevenido vê logo e claramente que estamos num fim em que surgirá um novo estado de coisas. Não é possível mais. Até os padres fazendo discursos. O reverendo Chouzal[2], diante dos túmulos do rei e do príncipe, um ano depois do crime do Terreiro do Paço, exclama numa peroração formidável, em que se encapelam todas as angústias:

> Portugueses!
>
> É necessário contraminar a corrupção que alastra e empolga todos os ramos da atividade nacional; é necessário arrancar muitos homens do sono da indiferença para as lutas da vida; é necessário dizer a muitos outros que vivem no erro e andam transviados pelos ínvios do mal, que é chegada a ocasião de se renderem ao fulgor da verdade e de se afirmarem nas cruzadas do bem.
>
> Acordemos, acordemos; é a pátria que nos chama: levantemo-nos; é o dever que nos manda: trabalhemos; é a sociedade que o exige e o futuro que o impõe.
>
> Somos cúmplices nos males que sofremos? sejamos também solidários num esforço decidido e heróico que os debele.
>
> É necessário fomentar, desenvolver e aproveitar todas as fontes da pública riqueza, governar com honestidade e ciência, administrar com proveito e economia.

---

1 *A Portuguesa* (1890), letra de Henrique Lopes de Mendonça (1856-1931) e música do compositor, pintor, poeta, arqueólogo e colecionador Alfredo Keil (1850-1907) que remonta a 1890. Em 1911, tornou-se hino nacional de Portugal.

2 Bernardo José Álvares Chouzal (1873-1935), cônego, jornalista e político português.

> É necessário abrandar dissídios odientos entre partidos e políticos, compor essas discórdias que só uma ambição desregrada justifica e congregar bem todos os elementos que, embora sejam de partidos diversos e até de regimes diferentes, devem primeiro ser da pátria.

– Precisamos acabar! Precisamos acabar! É o grito geral.

Os políticos do antigo regime, mesmo os mais talentosos, parecem não mais servir, e tanto assim que um ministério português neste ano da graça de 1909 é positivamente a menos certa das coisas. Entretanto, se algum tivesse a alucinada ideia de ir interrogar todos os chefes dos numerosos partidos, verificaria que, além da feição partidária aliás adelgada em quase todos, – não há chefe que não ache necessária uma série de reformas.

A questão agrária, isto é o estado lamentável a que chegaram os agricultores graças ao governo – e só essa questão básica tem dado volumes de descritiva histórica cheios de horrores; a questão das colônias, dessas colônias em que, quase inutilmente se verifica o heroísmo dos soldados portugueses, a questão industrial que muitas indústrias desapareceram de Portugal por culpa dos governos, estão no terreno em que se exige uma solução. Subitamente D. Manuel, educado religiosamente demais por D. Amélia, e D. Amélia cada vez mais religiosa veem-se a braços com essas dificuldades tremendas. E os políticos falam sempre e todos querem muito sinceramente salvar a pátria.

O senhor conselheiro Vasconcelos Porto, por exemplo, chefe do partido regenerador liberal dizia ao senhor Fernando Reis[3], ao traçar o seu programa de libertar da tutela política os diversos poderes da nação:

> – À inércia dos portugueses tem correspondido, naturalmente, a tutela do Estado. Deve ter reparado que a propósito, de qualquer contrariedade casual, os agricultores, os comerciantes, os industriais, os operários, todas as classes enfim, da sociedade, vão reclamar do Estado de

3 Interlocutor que, mais à frente, será chamado de Fernão Reis.

proteção, sem pensarem que melhor fariam tirando-se eles próprios do mal, pelo seu esforço. O Estado protege-os, assim, tão diretamente que lhes embota a energia. Foi, desta sorte, que a proteção estadual se foi estendendo, sem limites, podendo, hoje, considerar-se uma civilização estadística, a nossa. Aí tem, também, a razão, a meu ver, da empregomania por conta do Estado patrono, e isso nos levou a um desequilíbrio econômico, enormíssimo, obrigando a nação a contrair empréstimos sobre empréstimos, acumulando-se os juros da dívida, levando o crédito do país a um conceito, nem sempre favorável, lá fora.

E depois de assegurar que, se continuassem assim o país estaria perdido, continua:

No país há produtos que valem bom dinheiro, contribuindo assim para equilibrar as finanças. O que se necessita é abrir-lhes mercados, como, por exemplo, ao nosso vinho. É certo que as colônias sobrecarregam o Tesouro com um *deficit* grande; mas, das mesmas colônias tenho a certeza que há de vir o nosso maior bem-estar.

Urge, apenas, incitá-los ao progresso, fomentando-lhes as valiosas riquezas que contêm. Não temos, é verdade, capitais disponíveis para isso; porém, sabe toda a gente, que o capital não tem pátria. Preciso é acautelar com leis sábias e justas a absorção desses capitais, a fim de evitar a desnacionalização das nossas colônias.

Pode, em todas elas, mormente em Angola que tem condições para ser um novo Brasil, imperar o capital estrangeiro, mas isso não quer dizer que a sua ação dominadora não seja, de certa maneira, regulada e prevenida para o efeito dos nossos direitos de soberania. No entanto, para tal se conseguir, eficazmente, ainda mais uma vez avoluma a necessidade de restringir a ação direta do Estado paterno sobre a vitalidade dessa colônia importantíssima, estimulando-lhe a energia para seu proveito. Tem Moçambique uma autonomia administrativa decretada pelo Sr. Aires Ornelas[4] que foi ministro da Marinha e Ultramar do governo do Conselheiro João Franco, e essa autonomia, digam o que disserem, há de ficar porque não se volta, facilmente, para trás. Depois, em face do problema da

4 Aires Ornelas e Vasconcelos (1866-1930), militar, escritor e político português, Ministro da Marinha e Ultramar (1906-1908), deputado monárquico (1918, 1922-1925), autor de *Um ano de guerra:* agosto de 1914 a agosto de 1915, livro publicado em 1916.

projetada federação dos Estados Unidos da África do Sul, onde entrarão as colônias inglesas, que papel faria a província de Moçambique manietada ao jugo do poder central da metrópole? Seria isso possível? Não. Nesse caso, a autonomia das nossas colônias africanas é além duma necessidade para elas, um benefício para a própria metrópole, pois que descentralizando, autonomizando poderes, se lhes vai dar uma força nova, em harmonia com as leis da moderna civilização. Eu sei que há quem afirme que não somos colonizadores e que fomos apenas, aventureiros, talhando pelo *élan* de gloriosos feitos militares pela conquista das armas, um império colonial vastíssimo. Seja um pouco assim. Não resta dúvida, porém, que também somos colonizadores, hoje em dia, e a prova está em São Tomé que é uma colônia modelo, esplêndida, famosa, e riquíssima. Não; o que nós precisamos é seguir, sem desalentos nem tergiversações pelo caminho que encetamos, finalmente, conjugando esforços, boas vontades, aptidões e energia vitais. De tudo isto advirá o equilíbrio econômico de Portugal, e a sua prosperidade financeira. Ao mesmo tempo, é justo e necessário não esquecer a importante colônia portuguesa que vive no Brasil, estreitando, quanto possível, os laços de sangue que a todos nos unem, e interessando-a enfim, pelo ressurgimento da mãe pátria...

Mesmo o último presidente do Conselho, conselheiro Campos Henriques, com uma grande prudência, mostrava que mais um empréstimo bem aceito era uma prova de confiança e da solução da crise econômica. O peso das colônias era causado apenas pelas guerras com o gentio. E por que se mostrava assim ingênuo?

Porque a sua única preocupação era a República. Ao excelente Fernão Reis ele disse logo:

A Monarquia não é incompatível com o progresso, com a liberdade, e com o bem-estar da nação.

O que é necessário é encaminhar a governação do país num sentido liberal conducente a reformas úteis e imprescindíveis ao progresso.

A República Francesa não dá ao povo francês mais liberdade do que uma Monarquia pode dar, senão veja-se, por exemplo, a monárquica Inglaterra onde a liberdade não é uma palavra vã, mas um fato incontestado. Pois bem; o essencial é tornar o regime que nos governa, em Portugal, regime tradicional e liberal, apto para aceitar, praticamente, as modernas soluções de política, sem ofensa de direitos e deveres. Para isso, é indispensável ponderação, prudência e firmeza.

E o que respondem os republicanos a esse como que pavor dos monarquistas, a essa trepidação moral de que acusaram Amaral, de que acusam todos, mesmo o régulo, o grande cacique, o velho José Luciano? Não se pergunte a Afonso Costa que é um estofo de político terrível, fatalmente destinado a grandes coisas; nem a João Chagas, nem a Bombarda[5], nem a outros muitos que escrevem – e agem diariamente. Pergunte-se a Bernardino Machado, que se fez uma espécie de porta-voz da propaganda.

E Bernardino, patriarca no lar, e talvez por isso dado mais a diplomacia e a contemporizações, é positivo. Ao mesmo Rei ele disse, depois de mostrar que era impossível acreditar mais nos monárquicos:

> O público comenta tudo isto, e não pode ter confiança neles, – nem nuns nem noutros. Por essa razão, nem economia, nem finanças, nem reformas, nem liberdades, nem nada de útil, a esses partidos importará, pondo o interesse das clientelas acima do resto. No poder está uma criança, e o regime flutua como o espírito dessa criança. Quero dizer, não há orientação governativa eficaz, há caprichos, há interesses pessoais, há conveniências de confraria.
>
> Pois o povo vendo que as suas finanças são desprezadas acudirá, antes que o estrangeiro intervenha, e para evitar isso mesmo. Em Lourenço Marques já pisa, até sobre nós a ameaça dessa intervenção. Tudo se acumula, portanto, para um desfecho rápido. A própria sanha dos reacionários é lenha que entra na fogueira. Será tanto quanto possível pacífico esse desfecho? Ou será sanguinolento? A opinião pública o dirá. Se continuarem muitos indiferentes sem dar força aos que lutam pela salvação nacional, as consequências não podem deixar de ser desastrosas; é, porém, de prever, que o conflito obtenha uma solução razoável, sobrevindo, logo, o restabelecimento da ordem para o que o partido republicano se acha admiravelmente organizado em todo o país, onde, já ao lado de autoridades oficiais sem prestígio, existem verdadeiras autoridades nossas com todo o prestígio moral, constituídas pelas comissões republicanas locais.

5 Miguel Augusto Bombarda (1851-1910), médico e escritor português, autor de *A consciência e o livre-arbítrio* (1896) e *A ciência e o jesuitismo* (1900).

Largamente, dizendo o que será a República e achando impossível a solução do problema financeiro, continua:

> – É certo que a nossa economia não é boa; mas, a verdade é que fechamos, anualmente, as nossas contas com o estrangeiro sem devermos nada, particularmente. O Estado é que deve.
>
> À custa de quantos sacrifícios isto se consegue? Imensos, decerto, e bom seria evitá-los. Porém, isto serve para demonstrar que o país tem recursos próprios; o que não tem tido é uma administração boa. Deve o Estado receber, apenas, o supérfluo do trabalho, e não o necessário à vida, como entre nós se faz. Por isso o povo não pode juntar. Os impostos são exorbitantes, tanto os de consumo, como os diretos. Eles levam as economias populares que os governos vão, depois, entregar à agiotagem desenfreada. Olhe, na Inglaterra, por exemplo, o governo apresentou, há pouco, um projeto de lei criando um imposto sobre o rendimento, para reunião duma quantia alta, com o fim de tal receita servir para reforma de operários. No nosso regime financeiro, sucede o contrário.
>
> Quanto mais se tem, mais se obtém do Estado. Assim, o Estado sem recursos para as suas necessidades, vale-se de empréstimos que recebe da agiotagem, por transações onerosas.
>
> Necessita-se, pois, como vê, suprimir os impostos de consumo, fomentar a agricultura, e as indústrias dela derivadas, e fazer converter para o trabalho nacional a soma avultada que a agiotagem recebe, anualmente, dos governos portugueses, pelos seus maus ofícios de arranjar dinheiro caríssimo.
>
> Ao mesmo tempo, atender às colônias ultramarinas, concedendo-se-lhes autonomia, a fim de as tornar aptas a desenvolverem as suas próprias riquezas, sobre a orientação superior do poder central. Depois, harmonizar as desinteligências de hoje entre consumidores e industriais, fazendo por que a indústria nacional prospere sem detrimento do consumidor. Numa palavra, é preciso reformar tudo, atender a tudo, eficazmente.

E sobre as questões vitais para a agricultura – a dos vinhos e a dos cereais, depois de acentuar que já fizera muito quando ministro para a dos cereais:

> Pois, agora, havia a fazer o mesmo, e persistir nesse intento. Uma cultura intensiva, de cereais, é que está indicada como o melhor meio de solucionar no nosso país, o problema cerealífero. Quanto aos vinhos, bastam os tratados comercias com o estrangeiro, realizados em condições

vantajosas para nós, no tocante à entrada dos nossos vinhos nos países estrangeiros; e, conjuntamente, a criação e conservação de bons tipos comerciais do vinho de pasto, porquanto os outros estão bem acreditados, lá fora. Em seguida, uma propaganda tenaz e bem orientada, da excelência dos nossos produtos vinícolas, completariam a ação benéfica do governo. No entanto, para tudo isto se realizar, necessário é haver tino administrativo e austeridade. Sem isso é que nada se consegue.

– Administração! Administração! clamam todos.

Para os que chegam, esse torvelinho, essa excitação geral dos ânimos assusta. Que foi isso? Então, Portugal, tão bom, tão calmo, o "jardim da Europa à beira-mar plantado"[6] assim rugindo, numa crise súbita? Infelizmente, essa crise era o resultado de um erro secular. Um amigo de grande talento explicou-me num lento passeio.

– Ah! meu caro, dizia ele. Quem não conhece a evolução da política em Portugal terá todas as surpresas. Minado pelos partidos, que desejam o poder como meio de domínio e como veículo para adquirirem favores e empresas e um prestígio difícil entre um povo que se sente mal, Portugal ficou terreno movediço para o poder constituído.

Os partidos monárquicos, ligados por velhos interesses, anquilosados em formas governativas arcaicas, querendo fugir da corrente avassaladora de progresso que se fazia em todo o reino, falharam às suas promessas e não administram – fazem política e política de reputações.

Nesse combate de personalidades era de crer que o regime fosse aos poucos perdendo o secular prestígio que o impunha às multidões.

Que quer o povo português?

Administração.

Senhor de um adorável recanto da Europa, onde o clima é brando e suave, onde o céu é eternamente azul, onde as paisagens são maravilhas imprevistas, onde o povo laborioso se agarrava à terra para lhe gozar a sua fecundante riqueza, o povo português viu-se aos poucos sugado pelo fisco, viu a sua riqueza perdida porque o que a terra dava não lhe compensava as fadigas que ele tinha em arroteá-la.

Era a crise agrícola.

Portugal, essencialmente agrícola, profundamente vinhateiro,

6 Verso do poema "A Portugal", do livro *D. Jaime* (1862), de autoria de Tomas Ribeiro (1831-1901).

tirando da terra conquistada palmo a palmo pelos seus maiores tudo quanto ela tinha de bom, viu que ela perdia aos poucos o seu valor, viu que ela não dava.

E começou a emigração em massa.

A cada nova crise que empolgava os lavradores, os navios se enchiam de homens que iam para outros céus buscar a fortuna.

Continuava a vida de aventuras, mas sem a glória radiante de Pedro Alvares Cabral[7] e de Vasco da Gama.

Os governos monárquicos tiveram esse grave erro: não administraram.

Esqueceram a base rural de Portugal e criaram uma burocracia numerosa e inútil.

Aumentaram a guarda nacional, a cada novo rebate revolucionário que fazia estremecer a turba ululante, e fecharam as escolas.

A província do Alentejo ficou despovoada. É uma província fertilíssima, entregue às manadas de cervos, que os reis costumavam caçar em ócios felizes.

O Minho, a risonha e linda província do norte, despovoa-se aos poucos.

O Douro, com as suas encostas semeadas pela maravilhosa cepa que dá o dourado vinho do Porto, sofreu uma série de rudes crises que o levaram quase ao abandono.

Enquanto essa crise angustiosa talava Portugal de ponta a ponta, os governos, ociosa e criminosamente, criavam monopólios odiosos que eram novos motivos de miséria, alagando as indústrias florescentes.

Com a criação dos monopólios, os governos criavam, angustiados por uma dívida que crescia sempre, novos e tremendos impostos.

Em Portugal paga-se imposto de cidade para cidade e sustenta-se uma guarda aduaneira que custa ao governo centenares de contos de reis.

Que faziam os partidos?

Faziam política.

Durante o longo governo de el rei D. Carlos, aparte um ou outro governo de conciliação, composto de vários elementos conservadores desagregados, o governo dividiu-se entre os dois partidos de maior vulto – os progressistas e o regeneradores.

Um monopólio, o dos tabacos, levantando uma violenta campanha em todo o reino, dividiu o partido progressista quando, no

7 Pedro Álvares Cabral (1467/68? -1520), fidalgo, comandante militar, navegador e explorador português.

governo, procurava fechar o negócio desse monopólio: o conselheiro José de Alpoim, como ministro da fazenda, retirou-se do governo, desabrigando o seu partido.

O partido caiu e desabrigou a figura do rei. Soube-se então em Portugal que quem queria o monopólio não era o governo, era o rei.

O escândalo estalou num movimento tremendo de oposição.

O trono, aflitivamente, apelou para o conselheiro João Franco, que então estava organizando um novo partido, o regenerador-liberal, a fim de aproveitar o movimento de suspeita que se fazia em torno dos dois partidos históricos – o progressista e o regenerador.

O próprio conselheiro João Franco apareceu em política guiado pelo partido regenerador. Representava por isso uma velha dissidência, sem eco, daquele partido.

No poder, o conselheiro João Franco, para fazer o seu partido, não recuou ante o caminho a seguir.

Ele, que tinha feito, quando ministro da justiça do conselheiro Hintze Ribeiro, uma lei liberticida, a lei de 13 de fevereiro, lei de exceção para a imprensa, dando poder a um juiz singular de remeter para os presídios de Timor, por uma sentença, os jornalistas que fossem suspeitos de revolucionários – conselheiro João Franco, dizíamos, para fazer o seu partido, não recuou em abrir campanha contra os partidos históricos.

E que campanha!

Foi eloquente e esmagadora. Assentava em fatos. Os partidos históricos, quando no governo, não governaram: esbanjaram. E veio à baila o grande escândalo dos adiantamentos ilegais à família real.

Eram milhares de contos!

Se os escandalosos até então tinham encontrado no espírito público um veemente desejo de mudar, depois desse último o desejo tornou-se ideia fixa, mais arraigada ainda depois que o conselheiro João Franco, temendo as consequências da sua campanha, liquidou às pressas, por um decreto, os adiantamentos, fechando o parlamento.

Desse ato do conselheiro João Franco nasceu a revolução, abafada ao nascer, de 17 de janeiro de 1908. Logo depois, a 2 de fevereiro, a sangrenta, a estúpida tragédia do Terreiro do Paço, que tão fundo feriu o coração dos portugueses e de todo o mundo.

O advento de Sua Majestade el-rei D. Manuel ao trono foi feito entre algumas esperanças.

A figura simpática de el-rei, moço e inocente na série de acusações que se atiravam às instituições, manteve, pelo sentimentalismo, tão profundo na alma portuguesa, a onda que há largos anos se avolumava.

Mas o governo voltou a cair, pela própria classe de interesse em que gravitava, nas mãos dos partidos históricos.

Enquanto os governos eram formados por elementos tirados de todos os partidos monárquicos, a administração foi seguindo, perramente, mas foi seguindo.

Logo que dele tomou conta o partido progressista, com a direção do conselheiro Veiga Beirão, estalaram novos escândalos.

Foi o caso Hinton,[8] em que a produção sacarina da ilha da Madeira, isto é, a vida de toda a população da ilha, estava entregue, por um monopólio, nas mãos do industrial Hinton que, para obrigar o governo a fazer-lhe novos favores, resolveu fazer apodrecer nos campos toda a cana-de-açúcar.

Era a ruína da Madeira.

E outros, e outros...

Enquanto os partidos monárquicos, ambicionando o poder, se digladiam, divididos e rancorosos, os chefes do partido republicano, conquistando dia a dia novos elementos da inteligência e de atividade, atiçam a propaganda, que é formidável.

O partido republicano português é modelar.

Composto desde a junta paroquial, indo à junta distrital, termina, num remate de governo embrionário, no *comité* central do partido.

Todos os anos o partido faz o seu grande Congresso. Esses congressos são a nata do partido. A eles comparecem os delegados de todos os pontos do país que se interessam pela propaganda.

Enquanto isso, a cada novo movimento político, o partido move-se de norte a sul, em propaganda pela palavra.

Os seus chefes percorrem cidades e vilas em constantes *meeting*s partidários, que são sempre atopetados de ouvintes.

Os partidos monárquicos temeram a campanha intensa republicana e criaram a Liga Monárquica, a fim de defender a Monarquia pela palavra.

---

8 O caso Hilton foi uma disputa entre o governo português e a empresa britânica Hilton a propósito da exploração da cana-de-açúcar na Ilha da Madeira, que se estendeu de 1895 a 1909. A questão forneceu munição para a imprensa republicana atacar os políticos monarquistas.

Nas escolas móveis João de Deus os republicanos levavam a semente do seu credo, com a instrução gratuita que ministram, às recônditas aldeias portuguesas.

Os seus jornais, intensos e vibrantes, esgotam-se entre a multidão que diariamente os lê.

E com a Câmara Municipal de Lisboa, republicana, os republicanos já mostraram o que serão administrando...

– Como assim? interrompi eu que já ouvira o contrário.

– Mas claro. Em pouco tempo pagaram as dívidas da antiga e já tem dinheiro em caixa.

– Então...

– Então, meu caro, é fatal.

– Ouvi dizer que conspiram...

– Toda gente.

– E a polícia?

– A polícia sabe um pouco, disse ele a rir.

– E o que faz?

– A princípio tentou fazer alguma coisa, mas viu que tinha de operar de tal forma que estaria de fato perdida.

– Mas é impossível o que me dizes.

– Não; é a verdade. Pois se está, como te digo, toda gente de Lisboa?

– Então a polícia monarquista é conivente.

– Não; apenas não tem forças para se contrapor à corrente, e tem medo de um desastre. Vai contemporizando e prendendo de tempo em tempo algum conspirador... Olha, proibiram por exemplo que se cante *A Portuguesa* do Keil, com os versos do Lopes de Mendonça, como republicana.

E o meu amigo, rapaz, depois de olhar para os lados, cantou baixinho alguns versos dessa admirável marcha em que se funde a alma de Portugal:

Heróis do mar, nobre povo,
Nação valente, imortal,
Levantai hoje de novo
O esplendor de Portugal.

Entre as brumas da memória
Oh! pátria sente-se a voz
Dos teus egrégios avós
Que há de guiar-te à vitória!

Desfralda a invicta bandeira
À luz viva do teu céu,
Brade a Europa, a terra inteira:
Portugal não pereceu!

E, rindo:
– Basta que a proíbam, para que todos a saibam de cor!

No Porto

NO PORTO[1]

A PROGENITORA DO RIO. — TAL QUAL. — O TEMPERAMENTO DOS PORTUENSES. — A HOSPITALIDADE. — ASPECTOS E COISAS. — OS ARREDORES E O SONHO VIRGILIANO.

Dois dias depois de chegar ao Porto, um brasileiro autêntico que miraculosamente lá encontrara caiu nos meus braços, de súbito, ao sair eu da Livraria Chardron[2].

– Tu, aqui?

– Realmente, aqui, em carne, osso e espírito.

– Eu venho da Espanha, sabes![3] Deixei-me ficar neste pedaço do Rio antigo, por curiosidade filial. Mas, no meu hotel, perco a sensação de que estou na Europa.

– Ora esta! Por quê?

– Porque há lá vários negociantes do Rio a falar de contos de réis, de bolsa brasileira, de café. É como se estivéssemos na Saúde[4].

– Mas se te desagrada, filho, marcha-te daqui. É simples.

– Ao contrário. Mudo de hotel mas fico. Fico pela extraordinária festa da natureza, nos arredores, por essa pompa, esse alalá triunfal. Depois, se os homens aqui são feios, se os da cidade têm esse ar gingante que os põe menos interessantes que os de Lisboa, há as mulheres. Já viste em alguma parte de mundo mulheres mais sãs, mais bonitas que as do norte de Portugal? A gente pede-lhe beijos para o revigoramento da saúde. Não são mulheres, são fontes de vida!

---

1 Inicialmente publicado, a 14 de julho de 1909, em *Gazeta de Notícias*, n.º 195, p. 3.

2 Livraria Lello, conhecida também como Livraria Lello & Irmão e Livraria Chardron, localizada na cidade do Porto, foi fundada em 1869 pelo francês Ernesto Chardron (1840-1885).

3 Na *Gazeta de Notícias* utiliza-se ponto de interrogação.

4 Saúde, bairro do Rio de Janeiro, localizado na zona central às margens da baía de Guanabara.

Esse rapaz brasileiro que, depois encontrei pela manhã, a ver as leiteiras ou nos mercados do Anjo e do Bolhão[5], ora em concertos de aumento, comparando algumas juvenis regateiras a Ceres[6] fecunda, Juno[7] severa e outras deusas pagãs, tinha de fato, para mim, apanhado a fisionomia atual do Porto.

O Porto é uma cidade integralmente diversa de Lisboa em usos, aspectos, costumes, mas imensamente parecida com o Rio antigo. Basta lá passar uma semana para se ter certeza de que foi a gente do norte de Portugal que formou as nossas cidades e que ainda hoje fornece ao nosso movimento maior contingente. As ruas são, na maioria, de subida? Que tem isso? Há momentos que parecem ruas do Rio, quer no centro comercial, quer nas ruas de morada. Descobri ruas evidentemente mães da antiga rua da Carioca, da rua Correia Dutra e, em arrabaldes, na estação da Boavista, por exemplo, não sabia bem se estava no Porto se no *boulevard* de Vila Isabel ou na estação final da rua Voluntários da Pátria. Numa tarde de sol ou numa noite de chuva, a impressão é a mesma, porque o aspecto dos edifícios, a maneira das montras, o ar das casas comerciais, o tom dos cafés são agitados por uma multidão também excessivamente parecida. Nada daquela mistura morena de porto de mar da cortesã. Lisboa, ansiando entre a tradição cheia de baldaquins e vícios, e o modernismo do confortável e do vício. É uma gente forte, pesada, com um alto conceito da própria energia, prudente com aparência de gabarola, exagerando os pequenos fatos, honesta, acolhedora e de um sentimentalismo à flor da pele, que se demonstra ou em explosões de cólera ou em excessos de carinho.

Numa casa de família, em Lisboa temos o jantar à francesa servido por um criado de casaca e peitilho reluzente. O criado ganha seis mil réis com obrigação do peitilho e da casaca; há muita linha e conversam de coisas fúteis, sem intimidade. Numa casa de família

---

5 Mercado do Anjo (1839-1952) e do Bolhão (1839-), antigos mercados da cidade do Porto.

6 Na mitologia romana Ceres era a deusa das plantas produtoras de grãos.

7 Juno, rainha dos deuses na mitologia romana, esposa de Júpiter.

do Porto, o jantar é copioso, a dona da casa é quem serve os convidados e há criadas, em vez de criados, servindo não de casaca, mas com um desaso, uma atrapalhação comovedora. Em compensação em Lisboa, como em todas as cidades de civilização à *outrance*, civilização que sempre valoriza a economia, a visita só aparece outra vez quando é convidada; e no Porto a dona da casa oferece a sua mesa e o dono agarra uma pessoa na rua para jantar com ele, mesmo sem mudar de fato.

– Ande daí; venha jantar.

E ao chegar à casa:

– Trago o Sr. Fulano. A comidinha chegará?

O portuense não é um mãos-largas, é um sujeito que faz questão de tratar bem aos outros e, apesar de todas as crises, um tostão de Lisboa deve valer um vintém na cidade do Douro. Nos carros elétricos da capital da Extremadura não via homens dependurados dos estribos, como no Rio. Na invicta vi, como no Rio, homens pingentes, nos carros elétricos, mas vi que também, como no Rio, havia quem disputasse pagar a passagem do companheiro. As chamadas "contas do Porto" pareciam-me ter o inverso da significação que lhe atribuem. Esse ar generoso de grão-senhor é no portuense acompanhado de uma compreensão quase absurda das suas magníficas qualidades de julgamento, de capacidade industrial, de gênio poético, de independência política. De independência política a história realmente conta a sua fama azougada e heróica, em que não só os homens como as mulheres são valentes. A *civitas virginis* foi muito bem denominada pelo Sr. D. Pedro, duque de Bragança: – Antiga, muito nobre e sempre leal e invicta cidade. De gênio poético, brotando nos domínios da canção, o Porto orgulha-se justamente de grandes espíritos, desde Júlio Dinis até a geração atual, que, evidentemente, é muito superior à de Lisboa e de Coimbra. Essa geração de intelectuais impõe-se desde o poema ao jornal – porque o Porto tem um jornalismo tão bem feito como o de Lisboa. De liberdade de opiniões, o timbre é estar em contradição com Lisboa. Ulisseia[8] vaia Sua Majestade?

8 Designação lendária de Lisboa, relacionada com a atribuição a Ulisses da fundação da cidade.

O Porto recebe-o numa apoteose. Lisboa quer ser republicaníssima? O Porto, apesar das suas tradições, quase volta atrás só para a contrariar... Faz coisas destas na política, no teatro, nas simpatias públicas, em tudo. Quanto à sua capacidade industrial, apesar do progresso ser muito lento, no decorrer dos anos, no aumentar da cidade e das fábricas, a mim disse-me um portuense, com a máxima convicção, sem pensar que talvez exagerasse:

– O Porto é em Portugal uma espécie de Manchester...

E, num domingo, tivemos de esperar no Palácio de Cristal[9] alguns negociantes, a aproveitar o dia para liquidar uma companhia que outras grandes cidades não têm e que o Porto, com o seu pequeno movimento, não poderia comportar: uma companhia geral de automóveis...

À primeira vista essa faculdade de sonho de grandeza dará ao analista uma ideia de sonhadores em desvairados negócios, arruinando-se, e ao americano a convicção plena de que esses homens são capazes dos maiores tentâmens, sem refletir. Tal, porém, se não dá. A indústria portuguesa, as artes liberais têm realmente no Porto o seu foco mais intenso e foram mesmo mais prósperas. Ver uma fábrica em Portugal é pensar no complicado problema de um governo que incrementou a indústria para fracamente levar a matá-la até bem pouco tempo, matando de companhia todos os resultados das forças produtivas do país. Mas se o investigador, depois de passear à rua de São Jerônimo, por exemplo, onde há tantas fábricas, resolve conversar com um industrial, sente logo o conservador refletido, pausado, incapaz de arriscar capitais sem a plena certeza do lucro, com uma prudência que chega a ser timidez.

– O homem do norte é forte trabalhador prudente, com a alma alegre, entusiasta, e realizando o ideal de sonhar sem perturbar a pacatez do seu violento labor, dizia-me alguém.

E realmente. Nessa cidade, todos trabalham. Trabalham homens, trabalham mulheres, trabalham crianças. Não se vê numa rua do Porto gente parada, sem o que fazer, salvo em alguns cafés

9 Palácio de Cristal (1865-1951), edifício que existiu no antigo campo da Torre da Marca, na freguesia de Massarelos, onde atualmente encontra-se o Pavilhão Rosa Mota.

da praça D. Pedro, onde se reúnem os vistosos elegantes urbanos. A população inteira, sem cessar, moureja. Desde pela manhã cedo vê-se o movimento inicial do trabalho, nos carros de bois, nas leiteiras de pés nus, e bem cedo é como nas cidades laboriosas o caminhar para as oficinas, as casas comerciais, desse comércio curioso em que um rapaz trabalha grátis um ano para perceber uma quantia insignificante. Depois, há pelas ruas um largo hiato de trânsito, que só recomeça à tarde, para morrer cedo na noite – porque cada um precisa acordar cedo. Após os teatros, a cidade inteira dormita. Os mais afamados restaurantes da noite, que, aliás, são detestáveis, fecham à 1 hora e fazem, para servir uma ceia, dificuldades inumeráveis. Só há um lugar público de *noce*[10]: a *Étoile*, para lá da ponte D. Luís.

– Vamos à *Étoile*? indaga-se num arranco.

Essa *Étoile*, que vai do alto do monte até o Douro barrento, é um hotel como alguns de Santa Teresa, na aparência.

No *restaurant*, os *hommes à femmes* do Porto, de um trajar vistoso, conversam e riem com *cocottes* de várias procedências, que lá mesmo moram. O mobiliário é paupérrimo, e aquele vício detona como uma excrescência da cidade austera. Daí ser o domingo o bom dia alegre da cidade do Douro, o dia em que se vai à missa, em que se passa em casa ou a passear com a mulher e os filhos. Nas ruas é um movimento de procissão; os carros elétricos partem cheios, os comboios para os arredores despejam gente. Em alguns as senhoras vão de pé, por falta de lugar. O domingo é a grande interjeição de descanso alegre da cidade. E é exatamente quando a cidade, sobrecarregada de pesadas tradições históricas retoma o sabor do campo, esse hino de alegria, essa geórgica infindável – pois o Porto é como o presepe dos cuidados da ubérrima região do riso, dessa jucunda região dos trigais loiros e da vinha fecunda, tão fecunda que mata em torrentes de vinho espumoso as economias das populações rurais.

---

10 Em francês, a palavra refere-se ao casamento e às festividades que se seguem à cerimônia. Em linguagem familiar, diz-se de uma festa regada a muita bebida. Já o termo *femme de noce* é sinônimo de prostituta.

Então, a gente remediada, a gente pobre, mesmo os pobretões e os malandros que se encafuam em casebres e tascas por trás da Sé e junto do Aljube Velho, ou vão para as praias, como a Foz, e Leça, e Matosinhos, ou ficam pelos jardins urbanos, como o da Cordoaria, o São Lázaro, a Aguardente, ou partem para os arrabaldes, como Antas e São Mamede em Festa, ou ainda lá se atiram para a Serra do Pilar, Vila Nova de Gaia, Areinho. Cada um desses cantos daquele trecho paradisíaco tem uma festa clássica em que a fé, a superstição e o amor se entrelaçam violenta e ingenuamente numa ânsia de consolações. O povo são dos campos é inocente, é puro, é belo. As mulheres talhadas perfeitas em mármore perfeito, os homens toscos e rudes, mas ressumando saúde. A ambição do ouro não lhes mancha a alma; o desvario dos gozos não lhes desorganiza os sentidos, na plenitude animal de uma vida cheia de labor que dá a rijeza e de calma alegria amorosa que os faz, cantando e sem a preocupação do futuro, desdobrarem-se em proles copiosas, até os setenta anos, idade em que já raros chegam, nas cidades, viris e vigorosos.

Que se faz no campo? Come-se, canta-se, ama-se, bebe-se. Come-se muito, bebe-se bastante, que o vinho é como água vigorosa da terra cultivada. As violas tangem, há bailaricos e descantes. O que para nós pareceria o cúmulo da imoralidade, os campônios não o sentem assim, e nenhum deles, toda a vida, seria capaz de fazer o que nós pensamos, sensualmente, no espaço de um segundo. O desejo tece no ar aromal a ânsia saudável dos instintos. E como o mundo enfeita de poesia a própria poesia e nesta terra de Portugal tudo é florido, sem absolutamente ter precisão de cantar e de fazer versos, campônios e campônias cantam e fazem versos em desafios que se eternizam pela noite pontilhada de estrelas:

O amor é forte e não quebra.
O riso corre e não cansa,
Quem me dera adivinhar
Se me trazes na lembrança...

E quando é já tarde toca a voltar das quintas distantes onde portugueses idos do Brasil têm instalações magníficas para o repouso bem ganho.

É esse o aspecto geral de uma cidade que é ainda bem a progenitora do Rio, e onde fui encontrar as meninas a namorar, como na minha terra, o comércio como na minha terra, os homens, as coisas, o ar de tudo fazendo com que mais respeitasse naquele ponto de Portugal o Ancestral venerando...

A OBRA DOS EDITORES[1]

O INTERCÂMBIO MENTAL. — O QUE AS CLASSES CULTAS PENSAM DO BRASIL. — EXEMPLOS. — A OBRA DOS EDITORES. — EDITORES, EDITADOS E O NOSSO MERCADO. — O PROBLEMA CAPITAL DA CONSERVAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA. — A CAMPANHA IRMANADA DOS REPRESENTANTES DAS DUAS LITERATURAS.

– E o intercâmbio mental? Precisamos fazer o que se chama o intercâmbio do espírito. Afinal, vocês conhecem-nos um pouco; mas nós, escandalosamente, quase nada a vocês. É impossível a completa aproximação dos dois países sem que os espíritos se entrelacem e estreitem...

Estas frases, ditas com evidente sinceridade, sempre as ouvi como a base de um infindável número de variações literárias, e foi-me fácil verificar que nas classes cultas de Portugal, até bem pouco inteiramente despreocupadas do que pudesse ser em cultura e civilização um país para o qual partiam levas de compatriotas aldeões, há hoje um interesse inquieto. E isso por motivos morais, motivos de inteligência, motivos econômicos.

Os brasileiros têm uma ideia muito vaga e um pouco irônica do que é a beleza de Portugal e do que são a sua sociedade, a sua arte, a sua cultura. Em compensação, os homens de letras portugueses e os homens de governo e os jornalistas, tinham do Brasil uma ideia nublada, nebulosa, vaga e fantástica de um país, onde ao pé de uma árvore de ouro, havia enganadoramente amarela a febre atroz, que mata em poucas horas. Os portugueses que voltam pouco próprios são para dizer com verdade o que é o Brasil. Tornam-se de alma mista, dada ao exagero. Vão espantar com o dinheiro e matar saudades, já com saudades dessa imensa liberdade democrática. Se narram, narram como os antigos viajantes, para fantasiar. E, voltados para

1 Inicialmente publicado, a 10 de julho de 1909, em *Gazeta de Notícias*, n.º 191, p. 3.

Paris, fazendo a sua cultura através de Paris, os portugueses a ver se reformam os costumes, os brasileiros vertiginosamente em progresso, presos pelo sangue, presos pela corrente imigratória, que é força latente de energia para nós, e força econômica para eles, mais ligados do que quaisquer outros países, tendo o dever glorioso de manter viva uma língua admirável, tanto os brasileiros como os portugueses não se veem, não se conhecem, não se leem.

– Como somos nós o país que precisa conservar, porque tem tradições, é de Portugal, meu amigo, que deve partir o movimento de fusão literária. Dentro de duzentos anos, se continuarmos assim, o Brasil terá quase uma língua sua e não se lerá mais livros portugueses na sua formosa terra. A questão é agir.

Isto dizia-nos um ilustre escritor. Mas agir como? Os escritores da passada geração literária, pode-se dizer que viviam de escrever para o Brasil, tendo o seu meio no Brasil e o seu maior mercado aqui. Nem por isso demonstraram conhecer o Brasil. Eça de Queirós, quando se fez a República, indagava aflito:

– E o Machado de Assis? Que faz o Machado?

Como se Machado de Assis tivesse alguma coisa com a política. Os outros, Oliveira Martins[2], Ramalho Ortigão[3], Bento Moreno, têm "pontos de vista parcelados", na frase do ironista. Só Junqueiro apanhava e apanha o Brasil, não porque o tenha estudado em detalhe, mas porque é gênio e gênio possuidor de um espírito de síntese extraordinário.

A última geração literária – para nós quase inteiramente desconhecida, posto que brilhantíssima – tinha do Brasil a noção simples de um país para o qual são enviadas correspondências. Ainda hoje há muitos com esta ideia. Acresce que o fundo da raça é a sentimentalidade. Todas as semanas partem para o Brasil centenas de portugue-

2 Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894), historiador, político e cientista social português, autor, entre outras obras, de *História de Portugal* (1879) e *Os filhos de D. João I* (1891).

3 José Duarte Ramalho Ortigão (1836-1915), jornalista e escritor português, autor de *O mistério da Estrada de Sintra* (romance, 1870), *As farpas* (folhetos, 1871), em parceria com Eça de Queirós, além de várias outras obras.

ses. As famílias desses rapazolas corados e sadios despedem-se deles como se fizessem os derradeiros adeuses a um morto que vão enterrar. Na sua doce simplicidade rústica o Brasil é o mau lugar – onde se morre. E quando os rapazolas voltam, homens, com corrente de ouro, anéis e o ar pachola do Brasil, as mesmas famílias soluçam estrepitosamente, como se o encontrassem ressuscitado.

Os poetas e os artistas, numa esfera de arte superior, reproduzem as ideias do povo dos campos e das cidades. A sentimentalidade é fácil. Poetas verdadeiramente superiores, como Afonso Lopes Vieira, escrevem, numa convulsão de soluços sobre a decadência de Portugal, coisas como estas:

Faz uma trouxa, diz adeus à mãe e ao pai,
Abraça-os a chorar... Larga o paquete... E vai!

E vai, e morre! E outros vão, e vão ficando!
Febre amarela, que é ceifeira vai ceifando...

Ó *Portugueses que partis, ó Emigrados*[4]*,*
Das amuradas dos navios debruçados!
Ó vós que perseguis a fortuna, o Dinheiro,
Nostálgicos olhando através do nevoeiro...

Pobres! que acarinhais ao peito, sonhos vãos.
Emigrados, sabei! sois os nossos irmãos!

Porque cada um de nós, certo dia, na Vida
Se foi à cata da fortuna prometida!

E não ouviu leais avisos, bons conselhos,
Que a nós nos davam, como a vós, os homens velhos!

E deixou casa, pais velhinhos que choravam,
Pelas visões que dentre a névoa nos chamavam...

4 No livro: É Portugueses.

E partiu como vós, porque também sonhou
Algum Brasil, que nunca! nunca! nunca achou!

E embarcou para lá por um dia de mágoas
E foi cortando o doido vento, as verdes águas,

À procura... de quê? E cheinhos de dor,
Morremos lá, ou se voltamos, é pior...

Verdade é que os coitadinhos vinham pela miséria. Quando li esses versos, o poder de emoção era tão forte que quase chorei. Mas, por pura literatura, porque era uma grande mentira.

Assim como Afonso, uma série de poetas, de *conteurs*, de sonhadores. Conhecer a nossa literatura, as nossas coisas, a nossa vida. Quem lhes disse? Se os políticos não a conhecem? Se os jornalistas não a conhecem? Se é uma especialidade nos jornais o homem que conhece o Brasil, como nos jornais de Paris o encarregado da América do Sul ou da política otomana? Por isso o Brasil tem qualquer coisa de lendário, de inverossímil. Um brasileiro autêntico faz mais efeito que um persa príncipe.

– E somos irmãos, e falamos a mesma língua, quase!

Como pensar em intercâmbio, na grande obra de conservação evolutiva? Foram os editores, com fins inteiramente industriais, que em tal pensaram. O grande mercado dos livreiros portugueses é o Brasil. Ora, alguns, como M. Teixeira, da praça dos Restauradores, já até no Brasil foram estabelecidos. Outros, como os Lello[5], a multiplicar negócios, ou vieram ao Brasil, ou tomaram informações práticas, no desejo de aumentar ou defender interesses. Para a concorrência sensível, a concorrência localizada, era necessário o estreitamento das relações. Há uns cinco ou seis anos começaram a remessa de livros aos jornais, com dedicatórias dos autores. Depois, deu-se o meio de facilitar edições aos brasileiros, tratados com uma

5 José Pinto de Sousa Lello (1861-1925), importante editor português estabelecido na cidade do Porto, juntamente com seu irmão Antônio Lello. Em 1894 adquiriu a Livraria Chardron e todo seu espólio.

gentileza enternecedora pela imprensa. Só, porém, na escolha desses livros vê-se a desorientação, ou antes, a falta de conhecimento exato da literatura brasileira, porque durante tempo esses editores imprimiram – é verdade que gratuitamente – uma série de escritores invendáveis aqui.

Foram os Lello, do Porto, que puseram em moda em Portugal o Brasil mental. Esses Lello são duas criaturas encantadoras. Bons, meigos, honrados à antiga portuguesa, têm o precioso respeito, a veneração pelo talento. Quando tiveram suficiente dinheiro, reformaram as oficinas de impressão à moderna e resolveram construir a sede geral da livraria na rua das Carmelitas, à maneira de um templo manuelino. Nesse templo do espírito há nichos com os santos da casa, e os santos são Herculano,[6] Eça, o grande Camilo. É um preito de emoção estética. Qual o editor capaz de fazer tal coisa? E o fato é que se está bem nesse centro de edições, no aluvião de livros, no movimento da venda, vendo entre as estantes, na nave da livraria, esculpidas em madeira as fisionomias dos grandes escritores da língua portuguesa.

Ora, foram os Lello que tiveram a ideia de editar, ou antes, reeditar, o grande Coelho Neto, foram os Lello a receber no Porto, a pôr em contato com os espíritos literários dessa cidade, Sílvio Romero[7], o gênio crítico do Brasil; foram os Lello a editar o livro da paz entre o formidável autor da *Literatura brasileira* e Portugal. Os livros de Coelho Neto e de Sílvio Romero, lidos pelo grande povo e pelos artistas, causaram a impressão de um arrancar de cortinas. Portugal teve a sensação de que via uma literatura e é indizível o êxito alcançado por esse livro magistral *O sertão*[8].

---

6 Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo (1810-1877), escritor, historiador, jornalista, um dos principais autores do romantismo português.

7 Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero (1851-1914), jornalista, crítico literário, historiador da literatura, folclorista, polemista, autor de extensa obra, em que se destacam *Cantos populares do Brasil* (1883), *História da literatura brasileira* (1885), *Machado de Assis: estudo comparativo de literatura brasileira* (1897).

8 Referência à obra *Sertão* (1897), de Coelho Neto.

Mas, vendo uma literatura em três ou quatro escritores capitais, ainda viam pouco. Nos Lello, muita vez, eles, mostrando-me volumes que só poderiam sair dentro de dois anos, indagavam-me:

– Conhece esse escritor?

– Não.

– Foi-nos recomendado.

– Talvez seja bom.

– Ah! se nós tivéssemos as edições dos escritores conhecidos, verdadeiramente conhecidos no Brasil.

Era um desejo natural. A aceitar tudo quanto lhes remetem com proteção, não fazem a escolha por falta de conhecimento exato do meio, mas dão como resultado um fenômeno curioso: fazer por intermédio de Portugal, as edições da literatura jovem dos Estados do Brasil. Essa literatura nem sempre representa o Brasil. Um pobre escrevinhador[9] por exemplo, com a sua admiração pelo notável Abel Botelho, elevada ao cúmulo de deixar de imitá-lo para meter nas suas obras períodos inteiros do autor do *Livro de Alda*, não parecerá muito típico da verdadeira literatura brasileira. Mas os livros são editados.

Certo, nem os Lello, nem o muito amável Teixeira, nem a livraria Bertrand[10] se arruínam com essas edições. A maioria dos editores portugueses ou brasileiros é editada grátis. Como veem, é pouco. É mesmo pouco demais. Há ainda muitos do Brasil que pagam para que as livrarias lancem os seus trabalhos – o que não é novo, porque em toda a parte assim se faz. Mas os grandes escritores também não são bem pagos. Foi um acontecimento único Guerra Junqueiro tirar dez contos fracos com esse estupendo poema da "Pátria"[11]. Em geral as edições são pagas a 100$ e 200$ fortes. Qualquer dos

9 Na *Gazeta de Notícias*, identifica-se o "pobre escrevinhador" como Sr. Almachio Dinis. Trata-se de Almachio Dinis Gonçalves (1880-1937), advogado, jurista, professor, escritor e poeta brasileiro, autor de *Questões atuais de filosofia e direito* (1909).

10 Livraria Bertrand, a mais antiga livraria de Portugal, fundada em 1732 por Pedro Faure (?-1753).

11 "Pátria", referência a poema escrito em 1896 por Guerra Junqueiro.

nossos livreiros, o Alves[12], o Garnier[13] não ofereceriam tais quantias a um escritor considerado. E eu hei de lembrar sempre, uma vez em que Fialho de Almeida, o mestre da escrita artística, me dizia desiludido:

– Para que escrever? Em todos os meus livros talvez fizesse 600$ fortes...

Os editores respondem às queixas dos escritores dizendo:

– Mas aqui não se leem livros. Não é possível dar mais porque teríamos prejuízo. O nosso grande mercado é o Brasil. No Brasil é que se lê! Pagar mais é ter prejuízo!

E citam cifras, mostram balanços. Os escritores novos são então forçadas a ver esse Brasil onde, segundo os editores portugueses, há leitores. Leem os escritores brasileiros, folheiam os jornais e alguns, como Manuel de Sousa Pinto, um dos mais luminosos talentos da geração nova, vem mesmo ao Brasil, ver de perto a terra da promissão.

Mas há da parte dos escritores o exagero da defesa. Apesar da falta de unidade no lançar dos livros, apesar da indiferença da imprensa que nem já anuncia o aparecimento dos livros e há muito que não faz crítica, Portugal é, relativamente à sua população, o país que mais edita. Não sei se porque a mão de obra é baratíssima; o fato é que, diariamente, as montras das livrarias apresentam livros novos, não só originais portugueses, mas traduções de tudo quanto se publica fora, desde o romance de pacotilha ao livro de ciência. A facilidade com que recebem originais do Brasil tem também esta causa: a de arranjar trabalho, a da necessidade de imprimir. É um trabalho febril, constante e enorme. E nada mais lógico do que julgar impossível que eles editem apenas por prazer ou para satisfazer

---

12 Francisco Alves de Oliveira (1848-1917), importante livreiro luso-brasileiro fundador da Livraria Francisco Alves, sucessora e continuadora da Livraria Clássica (1845), fundada pelo seu tio imigrante português no Brasil. Lançou as bases da edição escolar moderna no país, chegando a ser conhecido como o "Rei dos Livros".

13 Baptiste-Louis Garnier (1823-1893), editor francês, proprietário de livraria homônima, localizada no Rio de Janeiro, que funcionou entre 1844 e 1934 e que se constituiu em importante espaço de sociabilidade intelectual.

a voracidade de leitura do Brasil, aliás com editores como Garnier e Alves, que fornecem o nosso mercado com abundância.

– É que vendem e sempre dá lucro mesmo a vender pouco. Se nos dão uma ninharia!

Dão uma ninharia e editam os livros lindamente. As edições baratíssimas são melhores que as nossas melhores. E o primacial livreiro Lello, o Teixeira, a livraria impressora dos *Serões*[14], dão-nos edições que são verdadeiras belezas de cuidado e de impressão, colocando Portugal entre os primeiros países desse gênero de trabalho.

Entretanto com a explosão de simpatia pelo Brasil, e para recuperar o tempo perdido, os editores indagam:

– Como fazer para definitivamente irmanar as duas literaturas?

Isso também perguntam os escritores novos de lá, e tão grave é o problema, tão necessário, que para ele se devem voltar impetuosamente todos quantos amam a língua portuguesa. Portugal tem uma literatura com forças e brilho. Dez ou doze escritores consagrados são verdadeiramente notáveis, e a geração nova é das mais promissoras com uma leva de talentos magníficos na crítica, no conto, no verso. Citar, seria citar quase todos, desde a admirável sensibilidade de Júlio Brandão e da ironia pagã de João Grave[15], ao grande perturbador de almas, o poeta impetuoso feito de raios e de estrelas que é João de Barros. Esses têm a obrigação, o dever de conservar a grande obra das gerações, a língua que é o espelho das raças...

Nós somos os herdeiros moços de Portugal. Dele recebemos a energia, a bondade, o espírito e o patrimônio da língua. Mas Portugal é pequeno e mais e mais de migradores. Há portugueses em todos os pontos da terra, esquecidos da língua. E o Brasil é o colosso aberto para o seu progresso, a imigração de todas as raças, sem ter organizado ainda a defesa da língua que é a característica primordial dos povos feitos.

---

14 Possível referência à revista *Os Serões* (1901-1911), editada desde 1905 pela Livraria Ferreira e Oliveira, que se valia da publicação para divulgar o seu catálogo.

15 João Grave (1872-1934), escritor e jornalista português, colaborou nos periódicos *Revista Nova* (Lisboa, 1901-1902), *Os serões* (Lisboa, 1901-1911) e *Brasil-Portugal* (Lisboa, 1899-1914), autor de *O último fauno* (1906) e *Os vivos e os mortos* (1925).

Quando Novelli[16] esteve em São Paulo da primeira vez, encontrou Mário Cattaruzza[17], o querido e incomparável Mário, a escrever artigos em português.

– Mas com um ano de Brasil, já escreves em português?

– Sim, interrompeu Filinto de Almeida[18], escreve no português clássico de São Paulo dentro de trinta anos...

É na defesa do patrimônio comum, para o conhecimento mútuo dos meios de defesa, que os escritores do Brasil e de Portugal devem juntar os seus esforços. Os de Portugal sempre descuraram disso. Os editores lançaram as bases econômicas para o interesse.

Há agora o movimento. Dias antes de embarcar contei cinco ou seis homens de letras com desejo de visitar o Brasil, fazer conferências num país a respeito do outro e vice-versa. No próprio dia em que deixava Lisboa, um jornalista dizia-me:

– Nós é que devemos fazer a propaganda do Brasil em Portugal; isto é a nossa própria propaganda. O Brasil é o desdobramento pujante do velho reino. É preciso que aqui todos saibam que jornais são os vossos, que cidades são as vossas, que cultura e que literatura são a desse país. Se não fizermos isso, há mais quem faça para outras raças. E só conseguiremos perder a nossa maior glória viva.

Essa verdade reflete-se nos sintomas alarmantes da colonização. Nada mais sensato do que os escritores de ambos os países tornarem realidade o intercâmbio mental e trabalharem juntos para a conservação da língua, que é por enquanto, a falada no Brasil por vinte e cinco milhões de habitantes.

---

16 Ermete Novelli (1851-1919), ator italiano, mestre na arte dramática.

17 Mario Cattaruzza (1867-1908), italiano que viveu por longos anos no Brasil e colaborou em vários órgãos da imprensa do Rio de Janeiro, São Paulo e Pará, tendo sido redator do jornal *O Estado de S. Paulo* (SP, 1875) e do *Correio da Manhã* (RJ, 1901-1909).

18 Francisco Filinto de Almeida (1857-1945), poeta e dramaturgo luso-brasileiro, autor de *O beijo* (1907) e *Cantos e cantigas* (1915).

NOTAS E SENSAÇÕES

A CRENDICE E AS BRUXAS. — AS OPERÁRIAS. — AS LAVADEIRAS. — A QUESTÃO DO ENSINO.

Dias depois de estar no Porto, perguntam-me com algum mistério, se não quero ir a uma bruxa.

– E você acredita?

– Pois então?

Seria idiota para um homem do Rio espantar-se com tais coisas. O Rio é a cidade que mais cartomantes, e bruxos, e bruxas, e mãos-santas, e adivinhos, tem no mundo inteiro. Há de resto com o desenvolvimento da civilização e do vício, um desenvolvimento lateral da crendice e do fetichismo. Penteu[1] não acreditava no adivinho Tirésias[2] e por isso mesmo foi estraçalhado em plena bacanal...

Mas há a crendice das cidades como Paris, como Lisboa e há a deliciosa e angelical crendice dos que estão mais portugueses que a sempre alegre cortesã do Tejo. Não é que homens idosos e sérios acreditam no lobisomem? Pois sim senhor. Não há nos arredores lugar onde um cavalheiro não se transforme em bicho, quando vem a noite. É um infeliz predestinado que vai pela estrada a farejar.

Fareja, fareja e afinal encontrando a dejeção de algum animal, cheira-a e logo se transforma em símile desse animal. Continua a correr e a cheirar. E, se encontra a dejeção de outro animal, toma a mudar de forma. Assim, durante a noite, é bode, é cavalo, é touro, é lobo... Os homens armam-se de um pau para escorraçá-lo, porque o infeliz avança e morde e mata, possuído pelo diabo.

Apenas dos vivos, apesar dos lobisomens fazerem a *noce* toda noite, ainda ninguém os viu.

– É que passam de raspão... O avô, porém, contava...

---

1 Penteu, na mitologia grega, foi um semideus que reinou sobre Tebas.

2 Tirésias, na mitologia grega, profeta cego de Tebas, que passou sete anos transformado em mulher.

Sim, porque na aldeia, o avô de cada um nunca deixou de ver o lobisomem. E esse avô é um avô geral...

Essas crendices dão às bruxas uma grande autoridade. Certo, os garotos, os garotos portugueses são as mais belas formas que Deus pôs no mundo, fazendo-os de fagulhas de sol – certos esses diabretes enervam as velhas, vaiando-as às vezes. Mas a maioria teme-as. E elas exercem uma espécie de comércio parecido com o dos negros no Rio, vendendo o feitiço, a boa sorte, a praga, e outras coisas graves.

Fui ver uma dessas bruxas, numa rua do Porto velho, desse Porto que se devia mostrar como uma relíquia, Porto muito mais pitoresco que a Gênova dos Doria[3] e a Nápoles antiga, Porto curioso e estranho, onde, se não fosse a beleza da gente e a limpeza, teríamos sensações da Idade Média.

Era uma velha que se chamava Ana. Vivia numa sala escura. Pareceu-me sincera. Deu-me um filtro[4] de amor, oh! sim, ainda um filtro.

E eu tinha a sensação de que representava um quadro de mágica arranjado pelo Garrido. Pobre velha! Ou talvez não. Quem sabe?

– Muitas desse gênero? indaguei do meu guia.

– Assim! fez ele juntando os dedos.

***

Pela manhã e à tarde, o Porto venerável é a alegre cidade das costureiras. Quem tenha visto Turim sabe que aí a *sartine* é o único elemento de alegria. Elas são já porém muito *cocottes-cocottes* sem dinheiro, *poverine*! Quem tenha estado em Paris, só e jovem, já pagou de certo um breve almoço para esses pássaros bridos que são as *midinettes*. Mas mesmo viajado, mesmo conhecedor, a impressão das pequenas operárias do Porto é indelével.

Elas todas têm um xale preto, o xale das venezianas e das espanholas. Vão aos bandos. Os tacões dos sapatos batem forte no lajeado. Os bandos conversam. Mas talvez riam de menos. A cidade anima-se com elas.

---

3 Dória, família nobre e importante da Itália, originária de Gênova.

4 No livro: Deu-me num filtro.

A mulher é, sempre foi, a música das cidades. Há algumas que são sinfonias, há as que são romances, há as que são árias perdidas. O Porto tem para cada hora a predominância de um tipo musical de mulher. É pela manhã o acordar das leiteiras, das matinas dos mercados, das Quermesses aurorais. Queiram os deuses que os meus olhos tornem a ver o esplendor, o vigor, dessas carnações magníficas! Depois vem a marcha triunfal das pequenas operárias. Depois os tipos musicais diversos. A noite os noturnos, as agonias dos noturnos, que não forem esquecer a marcha vesperal das operárias que voltam... Como elas são belas! Como em cada uma vive esse *charme* profundo e doce da portuguesa! E como são pobres, as avezitas graciosas e ternas. Vede-as[5] que se separam. Acompanhai aquela ou aquela outra. Sobem rapidamente as escadas das ruas estreitas como funis. Lá vão. Onde estão? Sumiram-se numa porta baixa.

Às vezes sustentam a família. Os amorosos andam à caça. As cidades fizeram dos homens caçadores urbanos. Quantos as enganam na superioridade que os homens em Portugal tem sobre as mulheres? Mas será tão triste enganá-las, quando os seus olhos sorriem de juventude e de eternidade...

– Sim, sim, fazem elas tremendo, sim...

Os candeeiros vão abrindo os olhos, e já a noite vem descendo os seus negros véus úmidos... É tão bom.

***

A passear os arredores do Porto, de automóvel, estamos em Matosinhos, embebidos na delícia do campo, depois de passar pelo negro cais comercial.

E de repente, numa curva, surge o rio, e no rio um bando de mulheres.

São as lavadeiras, as celebradas lavadeiras de Matosinhos que andam em cartão postal como as de Nice. Mas o cartão postal é en-

5 No livro: Vede-os.

ganador, e infelizmente já não há mais Rubens[6]... No céu muito azul, esplende um sol loiro. O rio corre saltando nas pedras. E surgindo da água, como divindades pagãs essas extraordinárias mulheres riem ao sol o esplendor da sua beleza ardente. O homem da cidade, cheio de literatura lembra versos latinos e quadros de galerias celebradas. A carne palpita. E elas riem, riem na boca rubra, onde os dentes riem, riem nos olhos tão abertos e tão doces que lembra a gente os qualificativos de Homero, riem erguendo os braços torneados feitos de marfim e rosas, riem na curva palpitante do seio branco... Lavadeiras? Não. O canto de Nausícaa[7] na epopeia grega...

Certo, nenhum de nós vai ter a pretensão de conquistá-las. Oh! não! Elas são ainda a natureza, são inconscientemente divinas. Tomarão tudo do primeiro e não darão nada. É preciso tempo talvez, e talvez elas prefiram os *beau gars* do campo, quase tão belos, porque nessas paragens as mulheres são Dafnes[8] e os homens Bacos[9] jovens. Mas já é um gozo e uma exaltação olhá-las.

E elas riem, e falam, e tornam a rir e dão-se apelidos e riem ingenuamente e dizem ruído, com a voz de veludo das mulheres de Portugal:

– Meu senhor...

A inebriante[10], a dionisíaca alegria de rir[11], o riso da vida ao sol...

Na cidade conto e meu entusiasmo. Olham-me muito admirado. Se eu dissesse a minha paixão por uma condessa, ou um *beguin* por alguma das espanholas da Étoile ninguém se admiraria. Decididamente as cidades e os preconceitos ignoram a beleza estonteante...

---

6 Peter Paul Rubens (1577-1640), importante pintor flamengo, mestre do barroco, autor de *A descida da cruz* (1612-1614), entre várias outras obras.

7 Na mitologia grega, Nausícaa era filha do rei Alcino dos feácios. Na *Odisseia*, é ela que encontra o náufrago Ulisses.

8 Dafne, na mitologia grega, era uma ninfa, filha do rei Peneu.

9 Baco, deus da natureza, do vinho, da ebriedade e dos excessos, especialmente sexuais.

10 No livro: embriante.

11 No livro: vir.

***

Saem os meninos e as meninas de um colégio. Vão os petizes muito sérios. Na primeira esquina começam as correrias e as brincadeiras. Há pequenitos de menos de oito anos e há rapagões de peito largo, adolescentes magníficos. A questão do ensino é a mais urgente, a que mais se faz necessário resolver. Portugal tem várias crises, – oh!, infelizmente: a rural, a econômica, a industrial. Não há país no mundo, onde a política exclusivista, onde os políticos decidindo de tudo tenham feito uma tão grande obra de atraso e de mal. Todos esses sujeitos respeitabilíssimos e conselheiros, que vão ser ministros ou já foram, ou tornarão a ser fazem parte de uma espécie de matadouros morais, devido à sua falta de senso patriótico e à sua desmedida ambição.

Quem conhece um pouco a história de Portugal não apenas pela série de heroísmos e de batalhas, mas no que o povo tinha conseguido da terra e das indústrias, – e sabe e vê, e olha os documentos de que tudo isso desapareceu quase por causa dos governos, não pode deixar de sentir qualquer coisa de agressivo contra essa gente.

Mas, se a política é assim contra Portugal sempre, o seu maior crime é a balbúrdia, o atraso, o atraso, o descuido pela instrução. Os jornais em todos os tons, desde o galhofeiro ao solene, dizem diariamente o analfabetismo do povo. É uma espécie de *leitmotif*. Não há obrigatória idade de ensino, não há escolas, e de todos os novos métodos pedagógicos creio mesmo que nem uma pratica. O ensino é mais uma fonte de rendas para os apaniguados políticos, as verbas vão-se com os felizes. Como no Brasil – a maior renda dos livreiros é vender para as escolas. Os livros adotados e depois mudam para que se comprem outros.

Um professor encontrei em Lisboa de volta do Rio, onde tinha ido por causa da Exposição Nacional – exposição exclusiva do progresso do Brasil em que Portugal tinha dois pavilhões. O professor estava pasmado, *pour de bon* do nosso adiantamento. A nossa situação pedagógica é entretanto quase tão grave como a de Portugal – com as mesmas reformas contínuas, a mesma incúria dos professores,

os mesmos editores a enriquecer, o ensino confuso. Apenas é o novo que tenta logo o novo e onde, de repente, depois da República há sempre falta de escolas porque todos querem saber ler.

Lisboa tem mais letras que o Porto? Deve haver um número menor de analfabetos? Lisboa é mais sabida e lê muitos jornais, muitos artigos de fundo, muitas descomposturas. Os artistas que elevam o nome de Portugal nas letras são na maioria do norte, e vejo mais animadas as escolas do Porto.

Os meninos iam a rir. Diabo! Eram o futuro. E espantoso parecia que os responsáveis e os políticos não pensassem no futuro da pátria, que só assim os poderia respeitar um dia...

GUERRA JUNQUEIRO[1]

O GÊNIO PORTUGUÊS. — UMA LONGA PALESTRA. — UM DOS MAIORES PENSADORES DA RAÇA. — A UNIDADE DO SER.

– Irá ao Brasil Guerra Junqueiro?

Quando fazia essa pergunta nas rodas intelectuais de Lisboa, nunca obtinha uma resposta segura. Em compensação cada cavalheiro sentia-se no dever de entornar sobre mim uma série de anedotas, que todas bem frisavam o pasmo geral diante da fase filosófica do grande poeta. – Se lhe falar, verá v. como é curioso! – Uma vez, na rua, recitou-me todo o livro da transformação do mundo. – Oh! o aspecto mais interessante de Junqueiro era quando passeava Portugal e Espanha, de óculos azuis, mercadejando móveis antigos! – Ganhou, uma fortuna com isso[2].

– Por falar em fortuna, quando repartirá ela Barca d'Alva pelos campônios? Só a filosofia não variou...

E as frases continuavam aciduladas algumas, admirativas outras, geralmente assoberbadas com a grande figura, todas. É que Junqueiro conseguiu com a sua estranha mentalidade e a sua irrequieta alma de visionário e de vidente, ser no mundo latino a figura de um Tolstói[3] por assim dizer mais completo, varrendo dos espíritos a indiferença e preocupando como um problema. Bom? Mau? Ninguém sabe, ninguém o resolveu, nem mesmo o Poeta! Mas decerto o formidável problema de uma nova visão da suprema felicidade...

– É possível falar-lhe?

---

1 Inicialmente publicado, a 23 de janeiro de 1909, na *Gazeta de Notícias*, n.º 23, p. 1, fora da seção "Portugal d'Agora" e com o título "Duas horas com Guerra Junqueiro. Quando o poeta irá ao Brasil".

2 Na versão publicada no jornal *Gazeta de Notícias*, não há separação entre este parágrafo e os dois subsequentes.

3 Liev Nikoláievich Tolstói (1828-1910), importante escritor russo, autor, entre outras obras, de *Guerra e paz* (1869) e *Anna Karenina* (1877).

– Conforme. Junqueiro deu para profeta; vive solitário em Barca d'Alva.

– E indo lá?

– Talvez.

Dois dias depois tomava, às cinco e meia da tarde, no Rossio, o rápido do Porto e chegava à capital da energia portuguesa, numa noite de chuva atroz, sem esperança de falar ao admirável cantor do *Finis Patriae*[4]. Sem esperança, e, por que não dizer? *a priori* mal disposto com o gênio que se fizera apóstolo e se acastelava na sua quinta, desejoso de não ser incomodado com perguntas indiscretas[5]. No dia seguinte, logo depois do almoço, parti para os Clérigos, para a livraria Chardron, a conversar com os livreiros Lello e Irmão. Essa livraria é a grande livraria de Portugal e a sua casa centraliza o que a nação portuguesa tem produzido de mais intelectual. Basta, porém, uma hora na atmosfera de carinho da casa, basta conversar com os proprietários, duas figuras bem portuguesas na hospitalidade e no trato, para compreender como a Livraria Chardron é hoje o centro dos grandes escritores e a editora das maiores mentalidades da língua portuguesa, desde Eça e Junqueiro até Coelho Neto.

Na casa dos Lello cultiva-se de resto o respeito pelo grande poeta. Foi o mais velho dos Lello, quem, espontaneamente, depois de mostrar-me o prédio, indagou:

– E já viu o sr. Junqueiro?

– Não; dizem que é tão difícil.

– Ora esta!

– Palavra!

– Pois o Sr. Junqueiro está agora aqui no Porto. Vou mandar preveni-lo da sua chegada, e logo mais, à noite, dar-lhe-ei a resposta.

À noite recebi um cartão: "O grande poeta espera-o às quatro

---

4 *Finis patriae*, obra que reúne um conjunto de poemas de Guerra Junqueiro, publicada em 1891.

5 A partir desta frase, foi introduzido um novo parágrafo na versão publicada na *Gazeta de Notícias*.

horas, amanhã. Um dos Lello irá buscá-lo"[6]. O dia seguinte era domingo, um dia ainda de menor movimento que o habitual na invicta cidade do Norte. Em compensação, fazia um sol maravilhoso e o céu parecia tecido de gaze azul[7]. Esperei ansioso. Que diria o poeta? Seria amável? Seria ríspido? E quando a tipoia que nos conduzia, a mim e a José Lello, parou à porta daquela casa da sossegadíssima rua da Alegria e duas vezes ressoou o ferro, estava realmente comovido e olhava o céu frio, onde já aparecia o crescente luar, na tarde trespassantemente álgida.

– Que deseja?

– O Sr. doutor? Dê-lhe este cartão.

A criadita tornou a fechar a porta, demorou bem cinco minutos, voltou, fez-nos entrar. O Porto é uma cidade como o Rio, no hábito de cada um ocupar um prédio inteiro. Junqueiro ocupa uma casa cor-de-rosa, a primeira de uma série construída pelo barão Haussmann portuense, e que se parece muito com as construções brasileiras de há quinze anos. Há dois pavimentos, o primeiro assobradado, o segundo sobrado. No primeiro está a sala de visitas, no segundo mora propriamente, Junqueiro a sua vida física e mental, quando está no Porto. Os pavimentos não são nem atapetados, nem encerados – são lavados, e isso não deixou de impressionar, dada a riqueza da arte em pintura, gravura e escultura, que enchem os aposentos. Eu estava mesmo a admirar uma gravura medieva, quando ouvimos passos.

– O Sr. Junqueiro, disse Lello.

Voltei-me. Diante de mim, a esfregar as mãos com muito frio, estava um homenzinho. Tinha um grande sobretudo, um gorro e uma barba fluvial. Na face acentuava-se a curva do nariz e brilhavam dois olhitos ironicamente. Lembrou-me a Alemanha do

6 Na *Gazeta de Notícias* a frase "Um dos Lello irá buscá-lo", sem uso de aspas, inicia um novo parágrafo.

7 Na versão publicada na *Gazeta de Notícias*, introduziu-se um novo parágrafo a partir deste ponto.

século XV, Mogúncia, Londres no tempo de Shakespeare[8], Espinosa[9], o Shylock[10]. Junqueiro dava-me a impressão de um velho israelita lendário, no fundo da sua casa. Curvei-me.

– Mestre, desejei ter a honra de apertar-lhe a mão, e peço desculpa de vir incomodá-lo. A admiração por Junqueiro é molecular em cada brasileiro, e o mestre bem o deve saber, pois ainda agora as academias...

Enquanto eu falava, os olhitos do velho inquisitorialmente devassavam-me. Era a análise. Sem despegar os olhos da minha face, chegou mesmo a mandar-me sentar. Mas, de repente, disse:

– Está aqui muito frio. Se subíssemos?

Deixamos o salão, subimos uma escada. Vinha do interior da casa um agradável cheiro de sopa. Junqueiro abriu um dos aposentos, cheio de uma variada série de madonas e mobilado com um senso de arte superfino. Lello sorria, e eu percebi no sorriso que o velho iconoclasta com face judaica, fazendo-me subir, demonstrara não lhe ter desagradado a minha face. Então sentei-me. Junqueiro sentou-se a meu lado. Estava pobremente vestido e as suas barbas tinham um vago brilho de azeviche.

– Mestre, quando vai ao Brasil?

– Devo partir para Barca d'Alva passado amanhã para escrever aos acadêmicos. Estou muito grato ao convite. O Rio tem sido muito visitado agora por grandes figuras europeias?

---

8 Wiliam Shakespeare (1564-1616), poeta e dramaturgo inglês, autor das peças *Romeu e Julieta* (1597), *Hamlet* (1599-1601), *Otelo, o mouro de Veneza* (1604), entre muitas outras.
9 Baruch de Espinosa (1632-1677), racionalista, expoente da filosofia moderna, autor de *Ética* (1675).
10 Shylock, personagem da peça *O mercador de Veneza* (1596-1598), de Shakespeare.

– Realmente. Ferrero[11], Ferri[12], Dumas[13], Richet[14].

– E como se portou Richet?

– Perfeitamente.

– Eu conheci Richet em Paris, quando ele começava a acreditar nas ciências ocultas. Lembro-me de que uma vez mostrou-me uma pequena medalha, dizendo: "Está a ver isto, Junqueiro? É um *opert*". Sabe o Sr. que é um *opert*? Pois bem, aquele sábio acreditava que a medalhinha lhe tinha vindo da Índia desassociada, atravessara as paredes da sua casa e tornara a ligar os átomos na primitiva forma para por ele ser encontrada na sua mesa de trabalho. Eu disse logo: Esse Richet vai dar que falar e prejudicar a sua justa fama. Pouco tempo depois Richet dava publicidade às suas experiências.

Então como eu mostrasse ter algum conhecimento das ciências ocultas e do movimento atual, Junqueiro fez-me algumas perguntas sobre o desenvolvimento do espiritismo no Brasil, e pôs-se a discorrer, algumas vezes mesmo sem ouvir as minhas respostas. Por momentos um sorriso de ironia alegrava o seu semblante, e eu sentia-me preso ao conversador prestigioso. Oh! a conversa de Junqueiro! Todo o movimento ocultista dos últimos trinta anos ele o conhece admiravelmente, tendo mesmo, em alguns casos, atuado com as suas experiências. O paradoxo cintila na sua palavra com a luminosidade de um sol e várias vezes, a contar desastres de ocultismo, a que o levou essa fantasia indomável, parece uma criança maravilhada com o fogo de artifício por ela própria aceso na noite densa.

---

11 Guglielmo Ferrero (1871-1942), historiador, jornalista e novelista italiano, autor de *L'Europa giovane* (1897) e *La democrazia in Italia* (1925).

12 Enrico Ferri (1856-1929), jurista, político, jornalista, sociólogo italiano, autor de *A escola positiva de criminologia* (1883), *Socialismo e criminalidade* (1883) e *Sociologia criminal* (1892).

13 Provável referência ao médico francês e professor da Sorbonne, Georges Dumas (1877-1946), que esteve no Rio de Janeiro no início do século XX e fundou a Aliança Universitária Franco-Latina.

14 Charles Robert Richet (1850-1935), médico fisiologista francês, ganhador do prêmio Nobel de Fisiologia ou Medicina em 1913, autor de *O tratado de metapsíquica* (1922).

E como eu lhe falo de Jules Bois[15], de Baradouck[16], Junqueiro conta a sua entrevista com o sábio que descobrira o aparelho para marcar as variações das almas e a sua ideia de fazer experiências não só com pessoas mas também com flores, entrando pela casa de Baradouck com uma porção de tulipas para se anotar a variação da alma das tulipas.

– E deram resultado as experiências?

– Magnífico. Baradouck estava entusiasmadíssimo. Vim de Paris com cinco aparelhos e pus-me a estudar só. Acordava alta noite para fazer experiências, e acabei verificando que o aparelho acentuava apenas as variações térmicas...

Depois, inteiramente atirado ao problema, Junqueiro, que admite em casos raríssimos a aparição das almas, mas que combate essas corporificações fotografadas por Croock[17], Richet e outros – porque impossível é alguma coisa surgir do nada e voltar ao nada – definiu o *medium*, o *medium*, que para ele é o anormal, o doente, vítima de uma moléstia, sabendo-se inferior, mas posando de superior, usando as qualidades de desperdício de força nervosa bem cedo e acabando na farsa, quando está esgotado. Eu já esquecera quase a pergunta que me levara à presença do grande homem. Aproveitei-me de uma pausa, e indaguei, então:

– E quando vai ao Brasil?

– Como já lhe disse, vou escrever a resposta aos acadêmicos. Tenho uma grande vontade de ir ao Brasil, mas preciso acabar a minha obra antes, refazer minha saúde debilitada, na Suíça, de modo que só irei em maio de 1910. Irei para fazer uma série de conferências gratuitas, com entrada franca para toda a gente.

---

15 Jules Bois (1868-1943), poeta, romancista, ensaísta e jornalista francês, autor de *L'éternelle poupée* (1894), *Le satanisme et la magie* (1895), *Le mystère et la volupté* (1901) e *Le nouveau Faublas* (1908).

16 Provável referência a Hippolyte Ferdinand Baraduc (1850-1909), médico e parapsicólogo francês, famoso por suas fotografias do pensamento.

17 Possível referência a William Crookes (1832-1919), químico e físico britânico, também conhecido pelo seu envolvimento com experiências mediúnicas.

Nessas conferências sobre vários assuntos desenvolverei então os pontos da religião do Bem e da Suprema Bondade.

– O mestre termina essa obra agora?

– Há dezessete anos que a medito. Um dia deu-se no meu espírito a dúvida, e eu quis saber. Interrompi a minha obra estética para pensar no grande problema. Tanto os teólogos como os cientistas e os filósofos têm a verdade dispersa, mas não completa, porque restringem a visão do universo ou querem sujeitar todas as coisas aos seus princípios. É preciso integrar a vida, mostrar a unidade do ser, sintetizar a verdade esparsa a partir da ciência.

– Comte, mestre, fez mais ou menos isso?

–Comte era um bom burguês intelectual. Nós lhe devemos a sistematização das ciências, mas o fato é que ele arranjou e coordenou um belo jardim, cercando-o de um alto muro, para que ninguém visse o céu e tivesse vontade de viajar pelo infinito, que é cheio de precipícios... Eu achei a lei assente que liga e harmoniza todas as coisas, o fio que junta as contas para formar o rosário, a religião da bondade, indo da física à moral.

E, de repente, depois de ouvir o analista, eu comecei a ouvir o evangelista, o profeta, um estranho São Francisco das Chagas[18], esteta, teólogo, casuísta, sábio. Não era mais a figura pequena de um judeu arguto, não era mais o sutil analista irônico; era um ser de onde irradiava qualquer coisa de supremamente bom e formoso. Do seu bigode espesso fluía a esperança, nos seus olhitos vivia o amor, e a sua face era bem portuguesa, bem a de um velho portuguesito do Norte, desses varões tão nobres e tão cheios de bondade ingênua, que vontade tem a gente de beijá-los com respeito. Certo, o grande homem viu o quanto havia de carinhosa admiração no meu atento silêncio, porque, bruscamente, ergueu-se.

– Venha daí ao meu quarto de trabalho. Vou mostrar-lhe o meu livro.

Entramos nesse quarto, cheio de janelas envidraçadas e de livros.

---

18 São Francisco das Chagas, também conhecido como São Francisco de Assis (1182-1226), frade católico italiano.

Numa tosca mesa de pinho, larga e vasta, estavam, coordenados, os trabalhos do Poeta, deixando apenas um pequeno espaço para escrever.

– Está a ver todo esse papel? A minha obra agora será reduzida a trezentas páginas de síntese – a *Unidade do ser*[19]. Publicarei ao mesmo tempo os estudos preparatórios e a estética. Só depois continuarei a minha obra de poesia, interrompida por esta preocupação. E não se conteve. Leu-me a princípio alguns estudos: *A psicologia do verbo cantar*[20], *O elogio da neblina*[21], coisas de gênio, num estilo de diamante. Depois abriu a *Unidade do ser*, leu-me as leis fundamentais.

Pela vidraçaria, sem cortinas eu vi a suave paisagem do norte de Portugal, tão suave e tão meiga, que por certo, se os anjos existem, já por lá muita vez passaram. Era um ondear macio de montes e vales da cor do verde gaio, tendo como fundo um luminoso céu, azul como o oceano. A noite parecia cair definitivamente. Algumas estrelas de ouro pestanejavam na safira colossal do infinito. Toda a melancolia do dia expirante envolvia o salão, parecia encostar-se às vidraças para ouvir o poeta, e o poeta era às vezes terrivelmente profético como São João em Patmos[22], era de outras a harpa do amor universal, o Ser que no mundo de era em era realiza a vontade de Deus – Platão[23], Çakya-Mouni[24], Jesus... A sua voz cantava o amor, cantava Deus, o seu Deus que vive em tudo e em tudo irradia, ele-

19 *A unidade do ser*, obra manuscrita de Guerra Junqueiro que não foi publicada.

20 Não foi possível localizar o texto intitulado *A psicologia do verbo cantar*. Já *O verbo cantar* foi reunido, juntamente com *Que é a Terra?* e *Que é a vida?*, em volume publicado em Lisboa pela Livraria Editora Empresa Literária Universal, sem indicação de data. A introdução crítica ficou a cargo de Júlio de Souza Brandão (1869-1947). Na revista *Atlântida*, vol. V, n.º 19, p. 517-520, 15/05/1917, encontra-se o texto *O verbo cantar*, seguido da informação de que o autor o escreveu em Barca d'Alva, no ano de 1902.

21 Não há registros de *O elogio da neblina* na produção conhecida de Guerra Junqueiro.

22 São João, autor de um dos Evangelhos e do Apocalipse, livros que integram o *Novo Testamento*, exilou-se na Ilha de Patmos devido à perseguição que as autoridades romanas impunham aos cristãos.

23 Platão (428/427-348/347 a.C.), filósofo e matemático do período clássico da Grécia Antiga, autor de *O banquete*, *A república* e *A alegoria da caverna*.

24 Bouddha-Çakya-Mouni, grafia francesa de Sidarta Gautama, fundador do Budismo.

mento ligador do mundo, formidável amplexo da vida universal, o Deus que está nos pães e está nas estrelas; e para mim que o ouvia, a vida se despegava das maldades terrestres para ser a fascinação espiritual do Alto e de Bem. Quanto tempo falou? Não sei! Só despertei do êxtase, quando José Lello disse:

– E se nós fôssemos jantar?

O velhinho, glória de uma raça, disse, bondosamente, recaindo na vida:

– É verdade, vamos jantar.

Tomou de um chapeuzinho mole, de um *cache-nez*, desceu aconselhando cuidado com o frio e partimos os três no carro, sob a algidez hibernal da noite, eu admirado, Lello respeitoso e o Vate já outra vez para além das estrelas, falando no Bem que irá pregar no Brasil – gênio perfeito misto de poeta e de santo.

GUERRA JUNQUEIRO SONHANDO O BRASIL[1]

UMA PALESTRA NA NOITE. — O BRASIL E O PROBLEMA DO POVOAMENTO DO SOLO ENCARADO PELO GRANDE POETA. — A UNIDADE DO TIPO BRASILEIRO. — A SELEÇÃO E A HARMONIA. — QUEM VÊ NA ETERNIDADE.

Dois dias antes de embarcar para o Brasil; Guerra Junqueiro, com a sua solenidade de gênio redentor, dizia-me:

– E até 1910, no Rio...

– Definitivamente?

– Em maio. Não lhe pergunto como serei recebido.

– Como um grande homem que uma pátria culta respeita e ama.

Era de noite. Nós íamos pelas ruas silenciosas da venerável Porto e tínhamos chegado ao largo dominado pela alta torre dos Clérigos. No céu as estrelas luziam com faiscações de diamantes. O ar era frio e cortante. Junqueiro tinha o seu sobretudo cor de café, um *cache-cou* vasto, o chapelito mole enterrado na cabeça, e de vez em quando para discorrer, punha o pau, que trazia à guisa de bengala, debaixo do braço. Ficara-me das nossas primeiras relações um profundo respeito pelo seu coração, que já pelo seu espírito era o meu cativo. Quase sempre eu o via duas vezes ao dia, e – fenômeno interessante! – nunca esse homem disse uma frase desagradável contra alguém em todas as palestras em que era mestre e eu ouvinte, porque quando trovejava e na sua voz passavam relâmpagos e vendavais era de tal forma épico, que não podia deixar de recordar os grandes profetas e as definições de Cristo, que só dizia a verdade e chamava os adversários de *spiritus mendacia*[2].

Se Junqueiro fosse apenas o grande lírico e o Juvenal da língua portuguesa, se Junqueiro fosse apenas, como o definiu Eça, o Victor

---

1 Inicialmente publicado na *Gazeta de Notícias*, n.º 97, p. 1, de 7 de abril de 1909, fora da série "Portugal d'Agora" e com o título é "Guerra Junqueiro e o Brasil".

2 No livro: *espiritus mendacioe*.

Hugo de Portugal, eu talvez menos ligado a ele me acharia nessa excursão pelo país da poesia e do doce amor que é Portugal. Mas Junqueiro é mais, Junqueiro é um cérebro no encaminhamento do bem, é um caso de religiosidade luminosa e consciente, é o gênio que se faz completo na perfeição da bondade, é tão curioso ou mais que Tolstói para o mundo, por muito mais completo em saber e de maior sopro poético. Um país que tem homens de tão alta envergadura moral, de uma tão perturbadora palavra, de espiritualidade tal, é alguma coisa. E todo Portugal bem disso o sabe, porque desde a casa real ao último labrego não há quem o não respeite, digo mais, quem mesmo não seguindo as suas ideias, não se confesse um zelador carinhoso daquela Luz. A unção com que no Porto se diz: "o Sr. doutor!" Depois de umas conversas com os burgueses e com a gente do povo é preciso ir ver o grande poeta para não o acreditar um ser sobrenatural, misto de mistagogo e de santo caritativo. E naquela noite, próxima da minha partida, ainda eu o ouvia embevecidamente.

De repente, porém, Guerra Junqueiro parou.

– A sua terra é uma grande terra em formação cujo brilho futuro ninguém poderá saber qual seja tão enorme se anuncia. Ela se faz como se fez o sol para esplender. O momento é de ascensão. Pela sua extensão reúne os climas mais diversos e encerra as mais variadas espécies de cultura. Um tipo de brasileiro existe já mais ou menos caracterizado: coração generoso, entusiasmo intelectual mais que físico, atividade moral menor que a atividade do corpo, predomínio do sonho consciente, a arrastá-lo aos mais altos desígnios. Mas esse tipo vê-se em número restrito num território imenso, e tem o ímpeto sagrado de fazer e de imperar, sem esquecer que esse trabalho não pode ser feito sem auxílio. Transforma cidades, lança-se orgulhosamente ao estrangeiro, marca na América uma literatura, mas vê ser preciso desbravar o inculto para aumentar a riqueza e encher de gente a terra para centuplicá-la. É preciso povoar. Mesmo que não tivesse esse desejo e fosse egoísta, a sua inteligência logo veria que mais dia menos dia as correntes imigratórias se avolumariam.

Retardando as correntes, atrasar-se-ia, facilitando-as, instigando-as, apressa o progresso. Mas aí tem um dos seus problemas, o da

criação de uma verdadeira nacionalidade, de um povo que vibre e pense de acordo do norte ao sul, de uma alma inteiriça e inquebrável do Brasil.

– Não estará feita esta alma, mestre? Depois da minha viagem a Portugal, aprendendo a amar esta terra doce como uma carícia de pluma, formosa como um sonho, e na sua raiz sempre forte, é que eu verifiquei como o Brasil é integralmente filho de Portugal. Não pode haver mesmo filho mais parecido com o pai. Os portugueses deixaram a sua semente inconfundível. O brasileiro herdou a capacidade de resistência do português, herdou a sua honestidade ingênita.

– Mas devia ter o clima a transformá-lo, o meio, o ambiente. Qualidades que são modestas ou apenas acentuadas no temperamento português deviam ter se desenvolvido estranhamente: o entusiasmo, a imaginação, o empreendimento, o arroubo em vez da coragem tranquila, a ironia. Há pequenas influências, a do momento histórico da descoberta, a alma das cidades que primeiro para lá mandaram gente.

– Decerto.

– Depois não só Portugal influi à formação do tipo brasileiro. Houve o elemento índio.

– Quase nulo.

– O negro...

– Que se funde e desaparecerá dentro de um certo número de anos. Sabe o mestre que os positivistas consideram admirável a fusão das três raças para a formação do brasileiro?

– Sim, não há dúvida. O brasileiro não deixa de ser bem por isso o herdeiro jovem do português. Mas outras raças surgem na imigração a misturar o seu sangue: o elemento italiano, o elemento saxônio. São Paulo, descendente direto dos antigos bandeirantes, já deve ter esse tipo do brasileiro novo com as qualidades da península. E no sul, onde ao que me parece se fixaram polacos e alemães, haverá também a lenta infiltração do caráter germânico.

– Realmente.

– Daí o problema. O Brasil tem uma grande herança: a língua.

Não deve perdê-la nem abastardá-la. O Brasil deve pensar na sua hegemonia futura, no seu tipo definitivo do norte ao sul, preso em qualquer dos Estados por caracteres inconfundíveis. Neste momento, os governos podem e devem mesmo reter súbitas e vertiginosas eclosões de progresso, escolher, criar a sua feição própria, fazer a unidade do seu tipo. Se a imigração for de raças fracas, sem qualidades de resistência, no fim de certo número de lustros, o cruzamento mostrará as falhas, entibiando a fortaleza ingênita. Se a imigração não for suficientemente misturada e certas correntes se especializarem para certos Estados, que são na sua extensão geográfica maiores que várias potências europeias, o tipo se divide e num dado tempo há verdadeiras nações federadas, pensando de modo diverso, agindo, amando, sofrendo de diferente maneira.

Os brasileiros falam da alma do sul e da alma do norte. Alguns especializam já a literatura. Se essa diferença existe agora ainda é insignificante como na França, como em Portugal, e, indo mais longe, como entre Portugal e o Brasil, resultado do meio, do clima, de influências mesológicas. Basta raspar um pouco para conhecer a mesma raiz. Hoje, do norte ao sul, o Brasil parece-me brasileiro. Mas se avolumarem os imigrantes de raças vencidas, uma série de qualidades fracas se farão entibiadoras da alma brasileira, e se cada Estado fizer o seu progresso com a influência decisiva de um país, segue-se que os laços fraternos diminuem, e no território do Brasil, desaparecidos os legados de Portugal, passam a dominar vários países com a influência predominante da Alemanha, da Itália, da Áustria, da Turquia.

No mundo tudo é harmonia. Há harmonia em tudo porque Deus está em tudo divinizando a natureza. A harmonia é a unidade universal. O Brasil tem a vencer esse grave problema: criar a unidade do seu tipo, fundindo as raças, equilibrando as influências, igualando as possibilidades, aproveitando as diversas capacidades para o que se anuncia tão esplendidamente.

– O mestre tem um entusiasmo desvanecedor pelo Brasil.

– Porque é a terra moça, a terra da esperança, a terra onde todas as generosidades brotam sem esforço, onde a bondade pode

ser pregada; porque nessa imensa extensão colonial vive Portugal, e aumenta e cresce; porque nessa magia de luz desdobra-se e cresce a língua portuguesa; porque cada português vê no brasileiro vencedor o filho feliz coroado de louro na subida da apoteose.

Eu estava comovido porque ainda é uma das minhas qualidades de egoísmo amar a pátria. E Guerra Junqueiro falava simplesmente e as palavras pareciam no cairel da noite descer como gotas de luz da luminosa misericórdia das estrelas. Como devíamos recebê-lo bem, nós que puxamos o carro à Sarah e ao Ferramenta – o gênio da nossa raça, o doce e grande poeta de Portugal, aquele que possui o raio fulminador e o bálsamo do bem e todo ele é bem imaginando o sol, mesmo quando anda na treva.

Disse-lhe:

– Mestre, falou do Brasil como se lá tivesse estado.

E ele simples:

– Não estive ainda no Brasil, mas estou na eternidade e vejo.

Dois dias depois deixava o Porto. A última frase ficou-me para sempre na memória. E também a recordação daquela noite de frio e estrelas em que Junqueiro na eternidade via o Brasil[3].

3 O texto publicado na *Gazeta de Notícias* traz redação ligeiramente diversa: "Dois dias depois deixava o Porto. A última frase ficou-me para sempre na memória. Os telegramas chegados fizeram-me lembrar, agora que é certa a vinda de Junqueiro, aquela noite de frio e estrelas em que Junqueiro na eternidade via o Brasil".

RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS

UM ESTADO CURIOSO. — COMO SE IGNORA O BRASIL, COMO O BRASIL COMEÇA A IGNORAR PORTUGAL. — O EGOÍSMO DOS GOVERNOS LUSOS É A CAUSA. — OS QUE ABREM OS OLHOS. — CONSIGLIERI PEDROSO E A SUA PROPOSTA. — O LIVRO DE JOSÉ BARBOSA. — DADOS ESTATÍSTICOS. — A VERDADE. — O QUE DIZEM OS REPUBLICANOS. — O FUTURO.

Ao deixar Portugal, como resumo de variadíssimas impressões, impressões cheias de crença no futuro do pequeno país de bondade e beleza, vivia no meu espírito o problema da absoluta necessidade de uma verdadeira aproximação das duas nações que tem a conservar o patrimônio de uma língua esplêndida...

Se dissesse tais coisas no Brasil, em algumas cidades como o Rio, como o Pará haveria um dar de ombros.

– Ora que ideia! Países irmãos, ligadíssimos, que se conhecem, que se amam, para sempre ligados! O rei D. Carlos não ia ao Rio? Os principais republicanos não são até brasileiros? E o que os jornais dizem? Antes da tragédia do terreiro do Paço, os jornais do Brasil em certos dias pareciam mais de Portugal que os seus colegas portugueses... Ora adeus!...

Mas é preciso pensar um pouco. Os jornais do Brasil foram de fato assim no Rio por interesses locais desde que o grosso do comércio estava em mãos de portugueses. Os jornais dos Estados em que predominam outras colônias não têm esse excesso porque a língua é outra e eles preferem ter jornais no seu idioma, jornais que como o *Fanfulla*[1] em São Paulo vendem tanto ou mais que os grandes diários em português. No Rio a força era tanta de portugueses, que não se fizeram jornais da colônia dando-se o fenômeno de nunca um jornal nessas condições ter vida própria. E por quê?

1 *Fanfulla* (1893-2014), importante periódico em língua italiana, impresso na cidade de São Paulo.

Porque os outros satisfaziam amplamente o patriotismo lusitano do imigrante feliz.

Mas a maneira pela qual esse fogo sagrado é conservado satisfará? Não. Os jornais têm fórmulas, clichês, e não se preocupam nem com as correntes da política portuguesa nem com os fenômenos de interesse internacional no desejo de não melindrar ninguém. De modo que no Brasil, a partir da Bahia, para o sul pelo menos em grandes centros onde predominou o imigrante português, com a sua resistência, a sua força, a sua honestidade e a sua ampla beleza física há a mais absoluta ignorância das coisas de Portugal no momento presente. Os políticos conhecem quase com intimidade os políticos franceses, os estadistas ingleses, os tipos formadores do Japão moderno, os ideais da Austrália ou da China. Mas noventa e nove sobre cem, não conhecem senão vagamente, o movimento português. E assim em todas as outras manifestações da vida, exceção do teatro e da literatura livresca, de que as nossas livrarias vivem cheias, assim como os nossos jornais de cronistas lusitanos. Digamos sinceramente que apesar de, no fundo, o amor do Ancestral ser positivo, há um vago sorriso de superioridade do formidável país novo. Esse sorriso seria esplêndido se fosse conservado a respeito dos outros países. Na nossa sociedade que viaja cada vez mais, e como os americanos do Norte estão quase sempre nos transatlânticos entre o novo e o velho continente, nota-se bem o desinteresse jovial. Do Rio para o sul são raros os que saltam e ficam em Portugal algum tempo. Como explicar o fenômeno, sendo certo que o Brasil inteiro não pode deixar de ser o mais amigo dos países para Portugal?

Do modo mais simples! A nossa atitude é reflexo, é um resultado da atitude de Portugal para conosco.

Como a corrente de imigração para o Brasil começou com o feliz acaso de Pedro Álvares Cabral as populações do Norte continuam a embarcar para o Brasil em grandes levas. Mas os que ficam, ficam com a ignorância das nossas coisas, e os governos com a ignorância e um lamentável egoísmo, ainda, por contrapeso, egoísmo cego, que para não mudar, não sente que vai perdendo terreno num país novo onde as raças se dão combate a ver qual será a predominante...

Depois da aparição do João Franco, em que os portugueses do Brasil, felizes e satisfeitos julgaram dever seu intervir, com uns ares talvez sul-americanos, e que D. Carlos imaginava a sua viagem; depois do assassinato do rei, muito mais sentido no Brasil que na sua terra é que socialmente começou de existir o nosso país para a Arcada e para os elegantes do Chiado. Isso mesmo com o pasmo das perguntas:

– Por que esses felizes de lá querem meter o bedelho onde não foram chamados? Como o Brasil republicano permite tantos monarquistas no seu território?

Das muitas centenas de pessoas com as quais conversei, políticos, jornalistas, simples burgueses, gente do povo, nenhuma lembrou que afinal esses portugueses tinham o direito porque, além do amor à pátria, concorriam com um fator muito sério, o econômico. E que, se estavam errados ou ignorantes da verdade da crise era culpa dos portugueses do continente, dos portugueses que tinham ficado, aos quais acorria[2] a colônia do Brasil para o orçamento, como a mais ideal das colônias, a que não dava incômodos, a que não tinha Gungunhanas[3], a que mandava muito. Foi João Franco, uma figura de tirano interessantíssima, a que o tempo dará o seu verdadeiro valor – que descobriu o Brasil para a balança de Portugal, não como em um valor econômico apenas, mas como um fator moral.

Isso não quer dizer que João Franco se tivesse entregue a estudos especiais sobre o Brasil. Foi uma intuição – intuição que ainda os outros não têm. Ah! sim... Absolutamente! Desde que se salta, encontramos o fenômeno seguinte: o português boníssimo carinhoso para o brasileiro quase inconscientemente, como por uma espécie de força hereditária, mas sem o conhecer e ainda mais limitado pela ação do governo. As pequenas coisas indicam assaz.

---

2 No livro: ocorria.

3 Ngungunhane, Mdungazwe Ngungunyane Nxumalo, N'gungunhana, Gungunhana ou Reinaldo Frederico Gungunhana (c. 1850-1906) foi o último imperador do Império de Gaza, no território que atualmente é Moçambique, e o último monarca da dinastia Jamine.

É sabido, por exemplo, que nenhum país considera o Rio de Janeiro permanentemente um porto sujo. Até a Argentina está convencida de que não temos mais febre amarela. Em Lisboa, o Rio continua a ser porto de que se desconfia permanentemente. Com grande pasmo meu, dias depois de chegar, tive na alfândega, onde ia receber um amigo, a amostra do caso.

– Ah! o navio fica longe, porque vem de um porto sujo...

– Que porto, homem? Aquele navio vem de Buenos Aires, direto, só tendo tocado no Rio... É Buenos Aires talvez...

– Não; é por causa do Rio... As febres...

O desconhecimento da nossa extensão geográfica, dos nossos variados climas, das nossas múltiplas riquezas, do conforto admirável das nossas cidades americanas, é absoluto. Sabe-se apenas em bloco, que o *Brasil é muito rico e que o nosso dinheiro é muito fraco*. A nossa ação política interessou apenas num ponto aos republicanos: – o Brasil fez entre flores a República no dia em que nascia em Portugal D. Manuel...

São curiosas as perguntas e principalmente as frases, depois das informações.

– Com que então, assim, agora? Um milhão de habitantes? Lá o presidente só governa quatro anos?

Como a gente do Norte do Brasil é a que vai e para em Lisboa e os jovens literatos dessa parte do nosso território escrevem aos chefes das letras lusas, eles constantemente julgam o Brasil inteiro pelo Pará. Quanto às artes, à ação política, ao jornalismo o desconhecimento é total. Dirão que só as viagens dos portugueses ao nosso país bastariam para dar a Portugal uma impressão exata. É engano. Do comum, é impossível a eles ter um vislumbre da verdade como a nós da vida deles[4], se ao comum também fôssemos indagar. Dos viajantes homens de cultura, jornalistas, o curioso é que salvo raras exceções, têm sido já não digo lisonjeiros mas simplesmente verdadeiros. De um notável espírito que tem em Portugal,

4 No livro: da sua vida deles.

mesmo no mais acesso das campanhas, o Bom Senso francês, isto é, João Chagas tivemos um livro, *De bonde*[5], que é talvez para considerar um resultado do seu estado de nervos. Dos outros, é melhor não falar, para acentuar em compensação três que, estando entre nós, pelas relações dos dois países vivamente se interessarem: Martins José Barbosa[6], e Consiglieri Pedroso[7].

O tratado de comércio não se fez – porque o governo luso tinha ideias de uma extravagância tão ingênua, que são realmente para admirar; o tratado não se fará porque Portugal quer assegurar tudo para si, sem pensar nem por sombras que nós temos produtos. Mas Consiglieri Pedroso depois de *consideranda* solenes, viu o perigo e fez a seguinte proposta à Sociedade de Geografia, proposta de que tanto se falou, apesar de estar eivada de tantas impossibilidades materiais.

> 1.º – Estudar a forma mais adequada de se realizarem congressos periódicos luso-brasileiros, que devam, em prazos a fixar, reunir-se alternadamente em Lisboa ou Porto e no Rio de Janeiro ou outras cidades brasileiras com o intuito de discutir todos os assuntos de ordem intelectual e econômica que interessem em comum e exclusivamente às duas nações, e onde haja de fazer-se a propaganda das deliberações que pelos mesmos congressos e pelos governos dos dois países tenham de ser tomadas a benefício de ambos os povos, respeitando-se escrupulosamente a independência de cada um deles e evitando-se toda e qualquer interferência,

---

5 *De bonde: alguns aspectos da civilização brasileira* (1897), obra de João Pinheiro Chagas impressa pela Tipografia e Estereotipia Moderna em Lisboa.

6 José Barbosa (1869-1923), político e jornalista português, fundador do jornal *A pátria* (Lisboa, 1890-1891), correspondente de jornais brasileiros e secretário da redação do jornal *O Estado de S. Paulo* a partir de 1894, quando se mudou para o Brasil. Retornou a Portugal em 1908, tendo participado do movimento republicano. Autor da já citada *As relações luso-brasileiras: a imigração e a "desnacionalização" do Brasil* (1909), obra impressa pela Tipografia do Comércio em Lisboa. Disponível em: http://www.gutenberg.org/files/30424/30424-h/30424-h.htm. Acesso em março 2018. João do Rio refere-se ao autor como Martins José Barbosa.

7 Zófimo Consiglieri Pedroso Gomes da Silva (1851-1910), ensaísta, etnógrafo, escritor, professor e político português, autor de *Compêndio de história universal* (1881), *Compêndio de história dos povos orientais* (1896), *Contos populares portugueses* (1910).

por mínima que seja, na vida interna e no modo de ser dos dois países reciprocamente;
2.º – Estudar a forma de se negociar um tratado de incondicional arbitragem entre Portugal e as suas colônias de um lado e o Brasil do outro e de se realizar a conveniente cooperação das duas nações em assuntos de caráter internacional;
3.º – Estudar a forma de se ultimar, com a urgência que razões óbvias aconselham, um tratado de comércio, ou antes um largo entendimento comercial entre as duas nações procurando-se a maneira, até onde for possível vencer as dificuldades naturais inerentes ao assunto, de que uma à outra concedam respectivamente vantagens especiais que deixem de ser transmitidas aos outros Estados, não sendo, portanto, atingidas pela cláusula de nação mais favorecida, inscrita atualmente nos tratados já existentes tanto de Portugal como do Brasil com os países estrangeiros;
4.º – Promover a criação de uma linha de navegação luso-brasileira entre os dois países, sob o alto patrocínio de ambos os governos;
5.º – Promover a fundação em Lisboa de um entreposto central para o comércio do Brasil na Europa e de um entreposto central no Rio de Janeiro para o comércio português na América, podendo, no caso de isso ser conveniente, fundar-se outros dois entrepostos, um no Porto e outro no Recife, ou onde mais convenha ao Brasil;
6.º – Promover a construção de dois palácios, um em Lisboa e outro no Rio de Janeiro, destinados à exposição e venda permanente dos produtos nacionais de cada um dos dois países no outro;
7.º – Promover, sempre que for possível, a unificação ou pelo menos a harmonização da legislação civil ou comercial dos dois países;
8.º – Promover a aproximação intelectual – científica, literária e artística – dos dois países, dando aos professores e diplomados brasileiros em Portugal e aos professores e diplomados portugueses no Brasil os mesmos direitos com equivalência dos respectivos títulos de habilitação;
9.º – Promover visitas regulares de excursionistas e de estudo – de intelectuais, de artistas, de industriais e comerciantes portugueses ao Brasil e brasileiros a Portugal e às suas mais importantes colônias;
10.º – Estudar a maneira de se fundar em qualquer das duas capitais, ou simultaneamente em ambas, uma revista que seja o órgão para servir de intérprete permanente a este movimento de aproximação luso-brasileira;
11.º – Promover mais íntimas e continuadas relações entre a imprensa brasileira e a imprensa portuguesa pela troca de colaboração e pela instituição de reuniões periódicas dos editores de livros e dos representantes do jornalismo de ambas as nações;

12.º – Promover a inteligência entre si, respectivamente, das sociedades científicas, artísticas, de instrução, de beneficência, de ginástica, de tiro, de natação e outros desportos marítimos e terrestres, etc., pertencentes aos dois países, assim como das associações acadêmicas brasileiras e portuguesas, criando-se também bolsas de viagem para os estudantes de cada um dos dois países no outro;
13.º – Promover o movimento de aproximação luso-brasileira no Brasil, ou por intermédio de alguma das sociedades ali existentes, como a Sociedade de Geografia ou o Instituto Histórico Brasileiro, que, à semelhança da Sociedade de Geografia de Lisboa, queira no território da União pôr-se à frente deste movimento, ou contribuindo para a fundação no Rio de Janeiro de uma liga luso-brasileira, com os mesmos intuitos que os da comissão permanente cuja criação aqui se propõe;
14.º – Finalmente, estudar a maneira de se fazer da benemérita colônia portuguesa no Brasil a ativa intermediária da aproximação moral dos dois povos, aproximação que terá como símbolo da realidade da sua existência a formosa língua de Camões e Gonçalves Dias [8] a falar-se dos dois lados do Atlântico e a servir, em duas pátrias fraternalmente enlaçadas, de vínculo inquebrantável à raça luso-brasileira, cujo destino histórico, assim engrandecido, deverá, a bem da civilização, alargar-se triunfante pelas mais belas regiões do globo, às quais o imortal gênio latino, representado pela nossa comum nacionalidade, imprimirá, com o supremo encanto da forma, o estímulo da sua energia eternamente criadora[9].

É um belo sonho. Apenas o movimento propulsor da metade desses encantos dependia do governo lusitano – como aliás, mesmo sem proposta, quase tudo – de um pouco da sua boa vontade.

José Barbosa, atacou [n]um livro porém que todo português devia ler, e com argumentos de economista e com uma segurança magistral, o que me levou a passar um tempo em Portugal, o que me interessa em toda essa campanha que eu faço com impressões de crônicas fugazes e ele escreve gravemente.

---

8 Antônio Gonçalves Dias (1823-1864), poeta, dramaturgo, jornalista, expoente do romantismo brasileiro e da tradição literária indianista.

9 Trecho do primeiro capítulo "A proposta Consiglieri Pedroso", da obra de José Barbosa, *As relações luso-brasileiras*. O texto foi originalmente publicado no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa.* Lisboa: Tipografia Universal, n.º 11, série 27, p. 388, nov. 1909.

E o ponto único é: *As relações luso-brasileiras*. José Barbosa viveu largamente entre nós, dirigiu jornais, e ao seu patriotismo Portugal deve, além de muitos sacrifícios, esse belo livro franco que teve depois como um apoio no franco alarma do relatório do cônsul Salgado[10]. Diz ele no seu prefácio:

> Para o Brasil de hoje convergem todos os olhares. Deixou de ser a terra do ouro e dos diamantes para se transformar em vasta arena aberta às mais levantadas especulações da inteligência e às mais audazes e fecundas iniciativas materiais. O estudo e o trabalho congregam-se para o seu progresso. A liberdade e a paz social acolhem e protegem os deserdados que ali vão buscar pão e esperanças...
>
> As sociedades europeias, imbuídas de preconceitos e avassaladas pelos privilégios, trancam o futuro às classes trabalhadoras. Que lhes resta, senão o recurso da expatriação? O caminho é o Oceano; a Canaã é a América, a livre e igualitária América, onde o trabalho é toda a nobreza.
>
> Nós, os portugueses, acompanhamos o movimento geral. A nossa América consiste principalmente no Brasil. Nem podia deixar de ser assim. A raça e a língua são fatores decisivos na escolha do destino.
>
> Nenhuma raça revela maior resistência do que a nossa, nenhuma é mais sofredora e tenaz.
>
> Como, porém, estamos desaparelhados para a luta hodierna pela falta de difusão do ensino, só excepcionais qualidades étnicas explicam a posição que ainda cabe à nossa colônia no Brasil. Seria, no entanto, indigno ocultar, neste momento, que essa colônia se encontra seriamente ameaçada pelos nossos concorrentes. Está, aliás, na consciência de todos esta verdade, que uns calam para lisonjear a nossa colônia no Brasil e outros por não lhe verem solução diante da criminosa pertinácia com que os governos dão tudo às clientelas políticas e negam, por sistema, a esmola do ensino primário aos filhos do contribuinte faminto e esfarrapado!
>
> A obra da escola não se concilia com os interesses do regime, não há dúvida; mas recusem ao povo, forçado a emigrar para não morrer de fome, a instrução indispensável para competir com os outros estrangeiros no Brasil e esperem o resultado no volume das remessas de numerário com que acudimos ao nosso balanço econômico!

10 Referência a João Joaquim Salgado, Visconde de Salgado, diplomata português que exerceu as funções de Cônsul Geral de Portugal no Rio de Janeiro nos inícios do século XX e, posteriormente, em Casablanca.

> O recurso das remessas do Brasil e a exportação que para esse país fazemos tornaram-se essenciais à vida portuguesa. E, como nada se fez para dispensar tal dependência e nada se procurou para assegurar aquele estado de coisas, a nossa gente laboriosa, cônscia dos riscos que corremos, mas sem noção exata do problema, recebe com esperança e entusiasmo todas as ideias apresentadas por pessoas bem intencionadas[11].

Será assim mesmo? Se vier a República, que fatalmente é dentro em breve em Portugal, mesmo que depois torne a vir o trono – os correligionários de José Barbosa interessar-se-ão mais pelo problema que os estadistas monárquicos?

O seu livro, porém desbrava o terreno do doce engano.

Em primeiro lugar, José Barbosa mostrou claramente ao Sr. Consiglieri Pedroso, com um sonho cheio de cuidados, que o brasileiro é um tipo novo, que impõe a sua nacionalidade, sem receito de desnacionalizações. E isso com dados estatísticos irrefutáveis. Ele demonstrou que no Brasil há muito menos de 2.000.000 de portugueses, heróis simples que vão trabalhar pela pátria, com o seguinte período.

> Isto não diminui, senão que aumenta o benefício feito pelos portugueses domiciliados no Brasil à economia da sua pátria, visto que são menos a mandarem esses 18.000 contos de réis, que são, segundo o Sr. Anselmo de Andrade,[12] a nossa salvação, o 'dinheiro que melhor nos serve para saldar a parte do *deficit* geral em ouro que o dinheiro das outras proveniências deixa a descoberto'[13].

E depois de analisar as avultadas remessas que os colonos de todas as origens fazem, concluindo:

> É evidente que esta situação econômica é transitória. Um país em formação, como o Brasil, cujo povoamento se está fazendo com intensas

11 Trecho da Introdução da obra *As relações luso-brasileiras*.

12 Anselmo José Franco de Assis Andrade (1844-1928), economista, grande proprietário agrícola, investigador, escritor, jornalista e político português, Ministro dos Negócios da Fazenda (1900, 1910), autor de *Viagens na Espanha* (1885).

13 Trecho do capítulo VI, "A imigração portuguesa", da obra *As relações luso-brasileiras*.

> correntes imigratórias, tem de pensar em impedir este escoamento de ouro, que lhe sangra constantemente as energias. Quer por instituições legais tendentes a nacionalizar os estrangeiros, quer por medidas que fixem o colono à terra tornada sua, quer finalmente por providências de franca defesa, esse é o caminho de todos os povos para cujo rápido crescimento é aproveitado o excesso de população ou de pobreza de outros países[14].

Ele mostra, bem claramente, o erro, o egoísmo econômico, o atraso de percepção dos governos portugueses e é este o ponto principal, o ponto inicial do desencontro, do mal-estar dessa grande amizade luso-brasileira nas relações comerciais. Nós consumimos de Portugal quase a metade do que ele exporta, e ele, ao contrário, *para o desenvolvimento do seu império colonial* como muita vez ouvi dizer, fecha-nos as portas aos nossos produtos, mesmo quando tem de recorrer, para o consumo interno, às nações estrangeiras como acontece com o açúcar, o tabaco e o café.

E é interessantíssimo ver isso quando a gente lembra o interesse quase excessivamente lusitano que funcionários brasileiros tomam pela introdução dos vinhos portugueses...

José Barbosa firmado nas nossas estatísticas e em estudos comparativos diz, aliás com a costumada franqueza, acentuando que outros países vão sempre a vender mais nos nossos mercados:

> O Brasil é o melhor dos grandes fregueses da nossa produção exportável.
>
> Em 1906, ao passo que para a Inglaterra exportávamos 11.440 contos, para a Alemanha 6.651 e para a Espanha 6.290, mandávamos para o Brasil 5.961 contos.
>
> Mas, em compensação destas vendas, comprávamos ao Brasil só 1.965 contos que, com os gêneros em trânsito, baldeação e reexportação, ascendiam a 2.025 contos; e dos outros países recebíamos, em contos de réis:
>
> Inglaterra. 19.864
> Alemanha. 11.173
> Espanha. 5.948

14 Idem.

Da França importamos 6.836 contos contra uma exportação de 1.299, e dos Estados Unidos 4.260 contos contra 974 de exportação.

O Brasil foi, pois, então, o que tem sido o nosso melhor freguês[15].

E, noutro ponto, evidenciando que o sonho do Consiglieri Pedroso era de um egoísmo insustentável no tratado de comércio, clara e luminosamente escreve o que todos nós, ligados por tantos laços a Portugal, desejamos que se faça:

Aproximação sim! Amemo-nos; conheçamo-nos; abramos as nossas fronteiras intelectuais uns aos outros; firmemos tratados de arbitragem e de reconhecimento de títulos de habilitação profissional; promovamos congressos periódicos luso-brasileiros; fundemos uma linha nossa, luso-brasileira, de navegação; construamos palácios de exposição dos produtos de cada um dos dois países no outro; promovamos a fundação de revistas, o estreitamento dos laços que prendem a imprensa de um à do outro país; entendam-se as nossas sociedades científicas, artísticas, etc.; visitemo-nos; enlacemo-nos fraternalmente.

Quanto a negócios, porém, meditemos, porque o Brasil não os faz sem meditar. E é bom que se saiba que, se o Sr. Venceslau de Lima tem visto baldados todos os seus esforços no sentido da realização de um tratado de comércio com o Brasil, não é porque esse país nos hostilize, mas sim porque não tem reconhecido a conveniência, nem a utilidade desse tratado. Conveniência para os seus interesses, utilidade para os seus interesses – é claro.

Não procurou ainda o Brasil acordo conosco. Mas procurou-o, por exemplo, com os Estados Unidos – mercado de café e de borracha e seu fornecedor de muitos artigos, entre os quais figura o trigo.

Portugal é que deseja o tratado de comércio. Portugal é que precisa garantir o seu mercado no Brasil, como o Brasil precisava assegurar a clientela *yankee*.

Negócios tratam-se como negócios. O vendedor é que se esforça por trazer o consumidor satisfeito...

Esta é a verdade. De nada serve disfarçar os fatos[16].

15 Trecho do capítulo VIII, "A situação real", da obra *As relações luso-brasileiras*.
16 Trecho do capítulo X, "Medidas propostas", da obra *As relações luso-brasileiras*.

Com a sua cultura de publicista baseada em fatos e a sua visão superior do movimento universal, José Barbosa aproveita o seu livro para bater-se pelo seu ideal em Portugal, mostrando como a República transformou o Brasil, como o eixo da civilização se desloca para a América e como a influência nossa no país paterno reviveria as suas forças e faria lá a transformação do governo.

Ele deseja o que todos nós desejamos: os dois países unidos. É impossível que não seja assim e é o que alarma, o que assusta, porque precisamente diante do egoísmo, do ar superior e desinteressado dos homens de governo e da despreocupação do povo, cada vez parece se acentuar mais que não...

> Só a República, com a qual em breve há de ressurgir a energia viril da antiga e heróica pátria, saberá e poderá rei[r]manar as duas nacionalidades em que se fala a forte e rude, a doce e plangente língua em que, ou fosse sobre o túmulo da nacionalidade ou no arco triunfal da sua ressurreição, se teria de ler o episódio do Adamastor[17] e o episódio de Inês[18].

A verdade é que os fatos dizem que para essa aliança, a Monarquia não fará mais nada, como nunca fez, senão atitudes de mãe-metrópole. Mas os republicanos tomam sérios encargos, porque se realmente o governo futuro não começar desde logo esse trabalho, a simpatia do Brasil ficará suspensa, mas teremos a ação negativa da colônia portuguesa no nosso país, monarquista por tradição em grande parte e presa a esse gesto de João Franco que lhe deu, para a própria salvação e de súbito, o direito de interferência. As correntes do ouro não correrão decerto tão grossas.

Mas é possível isso? O forte, o bom e o nobre povo português é dos povos velhos o único povo inteiramente novo, não só pela feição de alma, pura apesar de tudo, como pela próprio erro monárquico de estreitá-lo, de lhe cortar o futuro para só lhe consentir o orgulho

---

17 Adamastor, gigante mítico, referido por Luís de Camões em *Os lusíadas*.

18 Inês de Castro (1320/1325?-1355), nobre galega, rainha póstuma de Portugal, casada com Pedro I, referida por Luís de Camões em *Os lusíadas*. O excerto citado é trecho da conclusão da obra *As relações luso-brasileiras*.

do passado. Na terra a vida nova está por fazer. E quando vemos países como a Itália que renascem, e quando sabemos a prodigiosa energia e o sentimento de Portugal, e quando sabemos essa segurança de afetos que nos une e que acabará influindo lá como cá, a esperança afirma um futuro em que, como entre os Estados Unidos e a Inglaterra, se faça de Portugal e do Brasil dois grandes povos definitivamente ligados na grande obra de Vida e de Força.

Os governos passam com as suas ignorâncias, as suas impertinências e os seus crimes. Ficam os países quando o povo é capaz...

De volta, no Oceano

POMBA DO MAR[1]

O velho vapor inglês vinha quase vazio. A primeira classe era uma desolação: a segunda refletia o desinteresse da primeira, e talvez só na última houvesse alegria porque os simples e os brutos resignam-se facilmente. Durante o dia, tão vasto e longo como o mar infinito, passavam os passageiros a fazer confidências desinteressantes por verdadeiras. O enervamento de bordo dava para matar o tempo contando a própria vida. As vidas dos que julgam ter vencido é um triste tecido de egoísmo e de sorte: as vidas dos que começam é um escancaramento tão violento de apetites, que as confidências deviam ser sempre mentirosas para que se pudesse amar os homens. Daí alguns esquivarem-se em silêncios contemplativos vendo ao longe o arfar das baleias, para não morrer de tédio jogando o bridge. À noite, no refeitório, sob a musicata nevrálgica de um trio alucinando, em que o rabequista perdia o arco sem breu para além do cavalete, o pianista espancava as teclas e o flautista assobiava guinchos de lancha em socorro, a dúzia de homens que éramos os passageiros, imaginava perder os miolos para chegar acordada até às onze, e era um esforço de anedotas e de conversinhas sem razão de ser.

– Quantas milhas fizemos?

– Dezesseis por hora.

– Mas o paquete faz mais.

– O comandante diz que chegamos antes do dia marcado.

– Bela noite, hein?

– Já faz calor, entretanto...

Era desolador. O velho paquete inglês vinha quase vazio, e todos nós voltávamos – o que é sempre recomeçar...

Afinal, um dia, depois de falar dos namoros da segunda classe e de algumas pessoas ausentes, quatro homens fartos de ociosidade resolveram ir ao *bar*, abancar e jogar uma bisca familiar até o sono.

---

1 Inicialmente publicado, a 2 e 3 de abril de 1909, em *A Notícia*, n.º 78, p. 5.

O *bar*, muito mal posto, não tinha tímpanos – era mesmo preciso gritar pelo *barman*. Mas naquele ambiente de sala de espera em hospedaria de quinta ordem, os quatro homens reviam-se crianças jogando a bisca, disputando os trunfos e querendo pegar a sete com o ás. Infantil, mas alegre. Foram assim até às onze e meia. Podiam ter ido até mais tarde se o fado quisesse. Não seria mau nem mesmo para os outros. O destino porém quis que no *bar* entrasse um criado a acariciar com as mãos grossas uma ave de cor castanha.

– Que é isso? indagou o menos curioso.

– Uma gaivota decerto? perguntou outro.

– Não, fez ele triste, é uma pomba do mar. Foi encontrada agora no cesto do mastro grande.

E entregou o bichinho ao que nada dissera. Houve em torno certa curiosidade piedosa – o que nunca deixa de acontecer quando se dá uma desgraça irremediável. Era uma pomba do mar de cor castanho cinza, bico recurvo, patas presas como a dos palmípedes. Não estava assustada. O coração batia-lhe calmo e não fazia um movimento para fugir. O que a tinha presa, soltou-a ao lado do baralho. Ela ficou quieta, o olho redondo e frio.

– Como podia ter vindo aqui parar? Estamos então perto de terra?

– Não, senhor. Estamos longe. Ela devia ter ficado no cesto em Lisboa ou em São Vicente.

– Tantos dias!

– Acontece quase sempre. Às vezes ficam bandos. Os navios chegam aos portos e elas pousam. Os navios seguem e elas vão ficando. Por fim perdem de vista a terra e resignam-se. Já uma vez tivemos doze a bordo.

– Coitadita! Mas é alimentá-las e soltá-las no primeiro porto.

– Ah! isso é difícil. Não se acostumam ao outro porto quando lá chegam, voltam para o navio sempre. Depois não comem nada senão o que lhes dá o mar nas costas. Temos dado várias vezes milho, arroz, alpiste, peixe. Não tentam sequer comer e fica a gente obrigada a vê-las morrer ou no mar ou de fome.

– Sério?

– Absolutamente. Esta não come desde que ficou no cesto. Tem que morrer e parece sabê-lo.

Houve um pequeno silêncio. Fixamos de novo a pomba. Estava quieta, o olho redondo e frio, deixando-se examinar. Os quatro homens já não pensavam em jogar. Certo iam pensar tristezas. O mais tagarela bocejou:

– E se fôssemos dormir?

– Aprovado.

– Ora coitadita, hein?

– Realmente...

Ergueram-se, saudaram-se. A pomba pulou da mesa para um banco, do banco para o chão, foi até o canto, e quedou-se lá, tranquila. O criado retirou os copos, fechou a eletricidade e ninguém disse mais nada.

No dia seguinte, muito cedo, ainda o céu virgem do sol, o que não falara subiu ao *bar* a ver a pobre ave, e lá encontrou o que falava muito. Olharam-se.

– Que pena, hein?

– Eu não dormi a pensar nela.

E durante três dias aqueles quatro homens, escondendo mutuamente os seus pensamentos, interessaram-se por aquela vida. A pombinha do mar continuava quieta, e o seu olhar redondo era frio, de um frio orgulho inconsciente.

– Oh! esta ave a bordo!

– Realmente! Que tragédia!

– Filho, é um símbolo.

E era. Era na sua fragilidade um desses grandes e negros símbolos que servem de remorso à curta alegria dos que na vida sonham. Os menos românticos, os mais práticos tinham ali um exemplo poético de um fim quietamente épico. Ela nascera num rochedo da praia pertencendo a um bando, e só podendo viver naquele sítio, com aquele bando, do alimento dos seus congêneres. O destino dera-lhe como dá a todas as coisas móveis o instinto de perdição que no homem é o ideal. Um materialista não o diria capaz de pensar. Aqueles quatro homens tinham a ilusão de que ela pensava.

E pensado viam a pobre pomba pousar no alto mastro o constante giro de asas sobre as ondas, pensando viam-na inebriada de oceano, deixar-se ir, afastar-se da costa; pensando sentiam-na em dado momento aperceber-se de que nem podia voltar nem podia viver na vasta extensão do ar pleno, pensando julgavam-na resignada a morrer. Era de uma atroz ironia. Que símbolo criado pelos homens mais doloroso existia? Prometeu[2] roubara o fogo sagrado e lamentava-se no Cáucaso sob as bicadas do abutre. Era um símbolo urrante de orgulho, de vanglória e de eternidade. Aquela avezita não. Deixara os que a ela se solidarizavam na vida pelo vago e o indefinido, sentia-se de repente sem a vida por esse instinto e ficava quieta, mansa, calma aturando sem uma revolta os afagos e os carinhos desconhecidos, incapaz de poder resistir e viver nesse país que era o seu sonho mas onde nem o alimento era o seu, nem a vida possível. Todos nós mais ou menos tínhamos sentido ou sentíamos a embriaguês de infinito daquela pobre palpitação de penas, todos nós, humanos, deixando o seguro, o certo, o bom, na esperança de voltar, de súbito roláramos com as pernas decepadas à agonia das misérias terrenas que são feitas por inteiro de soluços e de tristezas. O mundo era mesmo inteiro nos ciclos da sua civilização, nos grandes heroísmos das raças privilegiadas resumido naquela pobre ave – porque se alguma vez ou mesmo muita vez a Sorte consente em fazer voltar o ser com alguma coisa de novo é para dar-lhe mais ambição de ir mais longe e afinal perder-se, miserável e ínfimo diante do mistério.

Os quatro homens pensavam no animal, sem dó aliás, porque ele não tremia e parecia não sentir as suas carícias. Mas, movidos desencontradamente não acertavam se era um incentivo ou um aviso, uma força propulsora ou o anúncio de parada na sua aparição tão profunda de sugestionadoras verdades. Os que julgavam aviso tremiam; os que tinham esperança tentavam em vão alimentá-la. E a pomba do mar continuava impassível, quase a irritar a bondade inútil dos que tinha assustado. Era melhor morrer. O ideal é sempre

2 Segundo a mitologia grega, Prometeu é o titã que roubou o fogo de Héstia para entregá-lo aos mortais.

a perdição porque depois de arrancar-nos o coração, ou deixa-nos no vago ou vai dar, como o mastro grande do navio, noutro porto igual, onde apenas há como diferença a hostilidade do desconhecido. Ela era de um absoluto estoicismo, e em qualquer das hipóteses exemplar.

Cinco dias depois vimos costas ao longe e aves espalmando as rêmiges por sobre as águas. Era o porto. Outro porto. Talvez outras pombas do mar se deixassem ficar no mastro grande. Como o navio entrava de madrugada, os raros passageiros trepavam ao tombadilho. Fui ver a pomba, continuava viva. Por que não tentá-la? Talvez resistisse... Trouxe-a para a amurada, soltei-a. Bateu as asas, pareceu hesitar, fez um esforço violento, e, cortando o ar, voou direto ao cesto do mastro grande.

À noite o mesmo criado trouxe-a morta. Era uma pobre pomba do mar teimosa, e foi então desafogadamente, o assunto paradoxal da conversa pela noite toda.

Também o velho vapor inglês vinha quase vazio; a primeira classe era uma desolação. E quando pouca gente reunida sobre o oceano sente o vinco misterioso de um pequeno fato, os homens dizem tolices, com medo de chocar a sós a força desastrosa que os impele sempre, do certo para o incerto, do amor para a aventura e quase sempre da alegria para a dor, que é bem o cesto do mastro grande da vida, a engolir ilusões de porto em porto, a prender ideais e sonhos em agonias e amargores...[3]

3 As reticências não constam em na versão publicada na imprensa.

Índice Onomástico

Índice Onomástico

A
ABRANCHES, Margarida Adelina ver RUAS, Adelina, p. 155, 165
ADAM, Juliette (madame), p. 136
AGUILAR, Francisco de Azeredo Teixeira de (conde de Samodães), p. 200
ALBERTO, Carlos, p. 143
ALMEIDA, Antônio José de, p. 40
ALMEIDA, Brites, p. 180
ALMEIDA, Fernando José de, p. 145
ALMEIDA, Francisco Filinto de, p. 231
ALMEIDA, Joaquim de, p. 148, 149, 155
ALMEIDA, José Valentim Fialho de, p. 72, 113, 114, 115, 116, 119, 120, 121, 135, 230
ALVERCA, viscondes de, p. 103
ALVES, Francisco, ver OLIVEIRA, Francisco Alves de, p. 30, 229, 230
ALVES, Henrique, p. 155
AMARAL, Antônio Ferreira Cabral Pais do ver Cabral, Antônio, p. 200
AMARAL, Francisco Joaquim Ferreira do, p. 86, 198.
AMARAL, Henrique Pinto de, p. 135
AMBRÓSIO, Vitor, p. 6
ANDRADE, Anselmo José Franco de Assis, p. 260
ANDRADE, Luís, p. 27
ANTELO, Raúl, p. 28
ARAGÃO, Maria de, p.77
ARANHA, Pedro Wenceslau de Brito, p. 128
ARAÚJO, Alexandre Herculano de Carvalho e ver HERCULANO, Alexandre, p. 227
ARÈNE, Emmanuel, p. 87, 158
ARTAGNAN, conde de ver BATZ-CASTELMORE, Charles, p. 160
ASSECA, condes de, ver CÂMARA, Antônio Maria Correia de Sá Benevides Velasco da, p. 103
ASSIS, Joaquim Maria Machado de, p. 46, 224
ASSIS, São Francisco de ver CHAGAS, São Francisco das, p. 244
AZAMBUJA, Pradal de, p. 46
AZEVEDO, Artur, p. 164

B
BALZAC, Honoré de, p. 116
BARADUC, Hippolyte Ferdinand, p. 243
BARBOSA, José, p. 16, 26, 252, 256, 258, 259, 260, 261, 263
BARRETO, Florência dos Santos ver FLORÊNCIA, p. 28
BARRETO, João Carlos de Melo, p. 88, 131
BARRETO, João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho, ver RIO, João do, p. 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 44, 105, 137, 256
BARROS, João de, p. 27, 37, 116, 119, 230.
BARTET, Jeanne Julia, p. 148, 177
BATZ-CASTELMORE, Charles de ver ARTAGNAN, conde de, p. 160
BAUDELAIRE, Charles, p. 189
BEIRÃO, Francisco Antônio da Veiga, p. 128, 129, 131, 199, 200, 212
BERNARD, Paul ver BERNARD, Tristan, p. 58
BERNARD, Tristan ver BERNARD, Paul, p. 58
BERNHARDT, Sarah, p. 163, 251
BERNSTEIN, Henry, p. 157, 158
BILAC, Olavo Brás Martins dos Guimarães, p. 7, 115, 116, 140
BLANC, Edmond, p. 127
BOCAGE, Manuel Maria de Barbosa l'Hedois du, p. 29
BOIS, Jules, p. 243
BOMBARDA, Miguel Augusto, p. 207
BONAPARTE, Napoleão, p. 114
BORGES, Lucinda Augusta da Silva ver SIMÕES, Lucinda, p. 155, 163, 165
BOTELHO, Abel Acácio de Almeida, p. 113, 118, 120, 122, 228
BOTREL, Jean-Baptiste-Théodore-Marie, p.150
BOUÇAS, Edmundo, p. 6
BOUDDHA-ÇAKYA-MOUNI ver GAUTAMA, Sidarta, p. 245
BRAGA, Alexandre (filho), p. 201
BRAGA, Joaquim Teófilo Fernandes, p. 40, 202
BRAGA JÚNIOR, Luís de ver SÃO LUÍS DE BRAGA, visconde de, p. 144, 150, 165
BRAGANÇA, Afonso Henriques de ver PORTO, duque do, D. Afonso, p. 43, 103
BRAGANÇA, Miguel Januário de ver D. MIGUEL, p. 43.

BRANCO, Camilo Ferreira Botelho Castelo, p. 180, 227
BRANCO, João Ferreira Franco Pinto Castelo, ver FRANCO, João, p. 87, 137, 139, 194, 196, 199, 200, 205, 211, 254, 263
BRANDÃO, Júlio de Sousa, p. 121, 230, 245
BRAZÃO, Eduardo Joaquim, p. 146, 147, 148, 149, 150, 152, 155, 163.
BREGAROS, p. 103
BRIGUIET, Ferdinand, p. 30
BRUN, André Francisco, p. 146
BRUNO ver SAMPAIO, José Pereira de; SAMPAIO BRUNO, p. 43
BUÍÇA, Manuel dos Reis da Silva, p. 75
BURITY, Braz ver MADUREIRA, Joaquim, p. 161

C

CABRAL, Antônio ver AMARAL, Antônio Ferreira Cabral Pais do, p. 200
CABRAL, José Maria de Alpoim Cerqueira Borges, p. 195, 200, 211
CABRAL, Pedro Álvares, p. 210, 253
CAILLAVET, Gaston Armand, p. 87, 158
CAMACHO, Manuel de Brito, p. 41, 126, 141, 201
CÂMARA, Antônio Maria Correia de Sá Benevides Velasco da ver ASSECA, conde, p. 103
CÂMARA, D. João da, p. 9, 164
CAMILOTTI, Virginia Célia, p. 6, 26
CAMÕES, Luís Vaz de, p. 29, 65, 76, 77, 153, 189, 263
CANDIDO, Zeferino, p. 130
CARDOSO, Ciríaco de, p. 164
CARNEGIE, Andrew, p. 49
CARPONTER, p. 60
CARVALHO, Fernando Augusto de Miranda Martins de, p. 200
CARVALHO, Maria Amália Vaz de, p. 122
CARVALHO, Mariano Cirilo de, p. 129
CASTELO BRANCO, João Ferreira Franco Pinto ver FRANCO, JOÃO, p. 87, 137, 139, 194, 196, 199, 200, 205, 211, 254, 263
CASTELO MELHOR, marquês de, p. 103
CASTERA, Suzanne, p. 169
CASTRO, Augusto de ver CORTE-REAL, Augusto de Castro Sampaio, p. 118, 150, 160

CASTRO, D. Inês de ver D. Inês de, p. 263
CASTRO, D. João de, p. 125
CASTRO, José Luciano de, ver CORTE-REAL, José Luciano de Castro, p. 74, 93, 198, 200, 207
CASTRO, Zília Osório, p. 27
CATTARUZZA, Mario, p. 231
CHAGAS, João Pinheiro, p. 75, 138, 179, 198, 202, 207, 256
CHAGAS, Manuel Pinheiro, p. 178, 179
CHAGAS, São Francisco das ver Assis, São Francisco de, p. 244
CHARDRON, Ernesto, p. 216
CHOUZAL, Bernardo José Álvares, p. 203
COELHO, Joaquim Guilherme Gomes ver DINIS, Júlio, p. 180, 218
COELHO, José Batista ver FOCA, João, p. 7
COELHO, José Eduardo, p. 126, 128
COELHO, Lucília Cândida Simões Furtado ver SIMÕES, Lucília, p. 152, 155, 165
COELHO NETO, Henrique Maximiano, p. 115, 227, 239
COMTE, Isidore Auguste Marie François Xavier, p. 54, 244
COQUELIN, Bonoît-Constant, p. 163
CORREIA, José Sebastião Machado, p. 87
CORTE-REAL, Augusto de Castro Sampaio ver CASTRO, Augusto de, p. 118, 150, 160
CORTE-REAL, José Luciano de Castro Pereira ver CASTRO, José Luciano, p. 74, 93, 198, 200, 207
COSTA, Afonso Augusto da, p. 126, 182, 201, 207
COSTA, José Soares da Cunha e, p. 87, 138, 161
CROOKES, William, p. 243
CUNHA, Alfredo Carneiro da, p. 128
CUNHA, Augusto José da, p. 201

D

D. AFONSO ver BRAGANÇA, Afonso Henriques de, PORTO, duque de, p. 43, 103, 108
D. AFONSO I, p. 105,
D. AFONSO DE PORTUGAL, p. 77

D. AMÉLIA ver ORLEANS, Maria Amélia Luísa Helena de, p. 8, 42, 74, 136, 192, 194, 204
D. CARLOS II, p. 8, 9, 24, 42, 75, 88, 125, 136, 143, 165, 210, 252, 254
D. HENRIQUE I (cardeal), p. 77
D. INÊS DE CASTRO ver CASTRO, D. Inês de, p. 263
D. ISABEL DE PORTUGAL, p. 180
D. JOÃO III, p. 78
D. JOÃO V, p. 145
D. JOÃO VI, p. 9
D. LUÍS, p. 78
D. LUIS III, p. 78
D. LUÍS FILIPE, p. 8, 24, 75
D. MANUEL I, p. 67, 76, 77, 78, 180.
D. MANUEL II, p. 8, 42, 88, 192, 194, 202, 204, 211, 255
D. MARIA II, p. 145
D. MARIA PIA, p. 43
D. MIGUEL ver BRAGANÇA, Miguel Januário de, p. 43.
D. PEDRO I, p. 263
D. PEDRO IV, p. 73, 218
D'ANNUNZIO, Gabriele, p. 115, 151
D'AVILA, Cristiane, p. 6
DANTAS, Júlio, p. 113, 117, 118, 120, 148, 150, 151, 160, 165, 190
DEUS, João de ver RAMOS, João de Deus de Nogueira, p. 77, 213
DIAS, Antônio Gonçalves, p. 258
DIAS, Carlos Malheiro, p. 113, 115, 118, 120, 121, 127, 135, 136
DICENTA, Joaquín, p. 150
DICKENS, Charles, p. 29, 92
DINIS, Almachio ver GONÇALVES, Almachio Dinis, p. 228
DINIS, Júlio ver COELHO, Joaquim Guilherme Gomes, p. 180, 218
DOUCET, Jacques, p. 21, 186
DOYLE, Arthur Conan, p. 29
DUMAS, Alexandre (filho), p. 190
DUMAS, Alexandre (pai), p. 190
DUMAS, Georges, p. 242
DUSE, Eleonora, p. 148

DUTRA, Eliana de Freitas, p. 30
DUVAL, Paul Alexandre Martin ver LORRAIN, Jean, p. 121

E
EDWARDS, Alfred, p. 126
EANES, Antônio, p. 135
ENGRÁCIA, santa, p. 94
ESPINOSA, Baruch de, p. 241
ESPREGUEIRA, Manuel Afonso, p. 200

F
FAURE, Pedro, p. 228
FERRERO, Guglielmo, p. 242
FERRI, Enrico, p. 242
FLACO, Quinto Horácio ver HORÁCIO, p.180
FLAUBERT, Gustave, p. 115
FLERS, Robert de, p. 87, 158
FLORÊNCIA, p. 28 ver BARRETO, Florência dos Santos, p. 28
FOCA, João ver COELHO, José Batista, p. 7
FONSECA, Faustino da, p. 154
FONTE, Maria da, p. 183
FRANCE, Anatole, p. 31
FRANCO, João ver BRANCO, João Ferreira Franco Pinto Castelo, p. 87, 137, 139, 194, 196, 199, 200, 205, 211, 254, 263
FRAZÃO, José Capelo Franco ver PENHA GARCIA, conde de, p. 128
FREITAS, José Antônio de, p. 118

G
GALHARDO, Luís, p. 150
GAMA, Vasco da, p. 76, 77, 210
GARÇÃO, Francisco Mayer, p. 124, 132
GARNIER, Auguste P., p. 30
GARNIER, Baptiste-Louis, p. 29, 229
GARNIER, François-Hippolyte, p. 10, 20, 29
GARNIER, editor, p. 5, 29, 31, 32, 186, 230

GARRETT, João Batista da Silva Leitão de Almeida, p. 77, 94, 180
GARRIDO, Eduardo, p. 146, 233
GAUTAMA, Sidarta ver BOUDDHA-ÇAKYA-MOUNI, p. 245
GERALDOS, p. 148
GIRARDIN, Émile de, p. 131
GOETHE, Johann Wolfgang von, p. 179
GOLDSMITH, Oliver, p. 54
GONÇALVES, Almachio Dinis ver DINIS, Almachio, p. 228
GONCOURT, Edmond, p. 183
GOYA Y LUCIENTES, Francisco, p. 114
GRAÇA, José Joaquim da Silva, p. 126, 127, 138
GRANDELLA, Francisco de Almeida, p. 186
GRAVE, João, p. 230
GUIMARÃES, Alfredo, p. 103
GUIMARÃES, Bernardino Luís Machado, p. 40, 75, 128, 129, 182, 197, 201, 202, 207
GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal, p. 27
GUITRY, Lucien, p. 21, 156, 157, 158
GUNGUNHANA, Reinaldo Fonseca, p. 254

H

HADE, p. 60
HALL, Owen, p. 164
HALLEWELL, Laurence, p. 30, 31
HASTIE, p. 60
HAUSSMANN, Georges-Eugène, p. 240
HENRIQUES, Artur Alberto de Campos, p. 86, 197, 198, 200, 206
HERCULANO, Alexandre ver ARAÚJO, Alexandre Herculano de Carvalho, p. 227
HESÍODO, p. 142
HOLSTEIN, Maria Luísa de Sousa ver PALMELA, duquesa de, p. 90, 170
HOMERO, p. 65, 235
HOONHOLTZ, Oscar de Tefé von, ver TEFÉ, Oscar de, p. 69, 70, 167
HORÁCIO, ver FLACO, Quinto Horácio, p. 180
HUGO, Victor-Marie, p. 92, 126, 248

I
IGLESIAS, Agustina del Carmen Otero ver OTERO, Caroline, p. 99
IZARD, Émile, p. 30

J
JOE ver BARRETO, João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho, p. 5, 12, 46, 57
JONES, James Sidney, p. 164
JOSÉ ver BARRETO, João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho, p. 5
JOSÉ, Antônio ver BARRETO, João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho, p. 5
JOSÉ, Paulo ver BARRETO, João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho, p. 5
JUNQUEIRO, Abílio Manuel Guerra, p. 13, 16, 17, 18, 32, 71, 119, 120, 202, 224, 228, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 245, 247, 248, 251
JUSTINIANO, Vicente (cardeal), p. 191

K
KANITAT, p. 57, 58, 59, 60, 61
KEIL, Alfredo, p. 203, 213.

L
LACERDA, Francisco José Pereira Palha Faria de, p. 147
LAMBERTINI, Miguel Ângelo, p. 144
LANSAC, Julien, p. 29
LEAL JÚNIOR, José da Silva Mendes, p. 42
LEITÃO, Artur, p. 130
LELLO, Antônio, p. 226
LELLO, irmãos, p. 10, 227, 228, 230, 239
LELLO, José Pinto de Souza, p. 17, 226, 240, 241, 246
LIMA, Sebastião de Magalhães, p. 126, 201
LIMA, Venceslau de Sousa Pereira de, p. 200, 262
LISLE, Claude-Joseph Rouget de p. 133
LOBATO, Gervásio, p. 164
LORRAIN, Jean ver DUVAL, Paul Alexandre Martin, p. 121
LOUSADA, Maria Alexandre, p. 6
LUCCI, Eduardo Schwalbach, p. 160

M
MADUREIRA, Joaquim ver BURITY, Braz, p. 161
MAGALHÃES, Geraldo, p. 148
MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo, p. 9, 23
MARIE, Jules Henri Ghislain ver TROOZ, barão de, p. 199
MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira, p. 224
MARTINS, José Augusto Tito Gonçalves, p. 140
MAYER, Benjamin-Charles-Eugène, p. 131
MAYOL, Félix Antoine Henri, p. 150
MEIRA E SOUSA, p. 130
MELO, José Leite de Vasconcelos Cardoso Pereira de, p. 184
MELO, Sebastião José de Carvalho e ver POMBAL, marquês de, p. 107, 107, 193
MENDONÇA, Henrique Lopes de, p. 146, 159, 203
MENDONÇA, Jorge, p. 89
MÉRODE, Cléo/Cléopatre Diane de, p. 99
MESQUITA, Marcelino Antônio da Silva, p. 115, 122, 158, 159, 160
MILANO, Nicolino, p. 164
MINÈ, Elza, p. 9
MIRABEAU, conde de ver RIQUETI, Honoré Gabriel, p. 40
MIRANDA, Francisco de Sá de, p. 148
MOLIÈRE ver POQUELIN, Jean-Baptiste, p. 147
MOLINA, condessa de, p. 89
MOLINA, Tirso de, p. 160
MONSARAZ, conde de ver PAPANÇA, Antônio de Macedo, p. 113, 116, 177
MORENO, Bento ver QUEIRÓS, Francisco Teixeira de, p. 116, 224
MURTINHO, Joaquim Duarte, p. 46
MUSSET, Alfred Louis Charles de, p. 46

N
NAVARRO, Emídio Júlio, p. 88, 131
NEFFTZER, Auguste, p. 136
NEVES, Joaquim Germano de Sousa, p. 89, 129.
NEVES, Manuel da Silva, p. 143
NITRINI, Sandra, p. 8
NOVELLI, Ermete, p. 231

O
O'NELLY, p. 103
OLIVEIRA, Antônio Correia de, p. 121
OLIVEIRA, Francisco Alves de, ver Francisco Alves, p. 30, 229, 230
ORLEANS, Maria Amélia Luísa Helena de ver D. AMÉLIA, p. 8, 42, 74, 136, 192, 194, 204
ORTIGÃO, José Duarte Ramalho, p. 224
OSÓRIO, Paulo, p. 119, 121, 134, 137, 139
OTERO, Caroline ver IGLESIAS, Agustina del Carmen Otero, p. 99

P
PALMELA, duquesa de ver HOLSTEIN, Maria Luísa de Sousa, p. 90, 170
PAPANÇA, Antônio de Macedo ver MONSARAZ, conde de, p. 113, 116, 177
PASSOS, Francisco Pereira, p. 145
PATMOS, João de, p. 245
PATRÍCIO, Antônio, p. 121
PEIXOTO, Floriano Vieira, p. 9
PEIXOTO, Inácio, p. 155, 162
PENHA GARCIA, conde de ver FRAZÃO, José Capelo Franco, p, 128
PENTEADO, Manuel, p. 120, 121, 141
PEYRELONGUE, Manuel José de Arriaga Brum da Silveira e, p. 40
PINHEIRO, Antônio, p. 155
PINTO, Ângela, p. 146, 155, 156, 165
PINTO, Luís, p. 150
PINTO, Manuel de Sousa, p. 37, 109, 113, 119, 136, 161, 165, 229
PLATÃO, p. 245
POMBAL, marquês de ver MELO, Sebastião José de Carvalho, p. 106, 107, 193.
PONCIONI, Cláudia, p. 26
POQUELIN, Jean-Baptiste ver MOLIÈRE, p. 147
PORTO, Antônio Carlos Coelho de Vasconcelos, p. 200, 204
PORTO, duque do ver BRAGANÇA, Afonso Henriques de, D. Afonso, p. 43, 103, 108
PRADAL, Eduardo, p. 59, 61

Q
QUEIRÓS, Francisco Teixeira de ver MORENO, Bento, p. 116, 117, 224
QUEIRÓS, José Maria Eça de, p. 72, 117, 224, 227, 239, 247

R
RAMOS, João de Deus de Nogueira ver DEUS, João de, p. 77, 213
REGO, Edmundo, p. 29
REIMÃO, José Malheiro ver SÁ, José Malheiro Reimão Teles de Meneses e, p. 200
REIS, Fernando/Fernão, p. 204, 206
RÉJANE, Gabrielle, p. 145
RESENDE, Garcia de, p. 105
RIBEIRO, Ernesto Rodolfo Hintze, p. 87, 138, 211
RICARDO, José, p. 148, 155
RICHET, Charles Robert, p. 242, 243
RIO, João do ver BARRETO, João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho, p. 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 44, 105, 137, 256
RIO MAIOR, marquesa de ver SAINT-LÉGER, Maria de, p. 90
RIQUETI, Honoré Gabriel ver MIRABEAU, conde de, p. 40
RIVAROL, Antoine de, p. 160
ROCHEFORT, Victor Henri, p. 131
RODRIGUES, João Carlos, p. 8, 11, 28
RODRIGUES, Rita de Cássia Lamino Araújo, p. 9
ROMERO, Eduardo, p. 103
ROMERO, Silvio Vasconcelos da Silveira Ramos, p. 227
ROSA, Augusto, p. 21, 146, 148, 149, 155, 156, 157, 158, 165,
ROSA JÚNIOR, João Anastácio, p. 146
ROSTAND, Edmond, p. 156
RUAS, Adelina ver ABRANCHES, Margarida Adelina, p. 155
RUAS, Francisco Viana, p. 143
RUBENS, Peter Paul, p. 235

S
SÁ, José Malheiro Reimão Teles de Meneses e ver REIMÃO, José Malheiro, p. 200
SAINT-LÉGER, Maria de ver RIO MAIOR, marquesa de, p. 90
SALES, Manuel Ferraz de Campos, p. 46
SALGADO, João Joaquim (visconde de), p. 259.
SAMPAIO, Albino Maria Pereira Forjaz de, p. 117, 119, 191
SAMPAIO, José Pereira de ver BRUNO, p. 43
SAMPAIO BRUNO, p. 43 ver SAMPAIO, José Pereira ver BRUNO
SANTA ENGRÁCIA, p. 191
SANTA MARIA, p. 77
SANTOS, João Pedro dos, p. 200
SANTOS, Regina Maria Seixas dos, p. 9
SÃO JERÔNIMO, p. 77
SÃO JOÃO, p. 245
SÃO LUÍS DE BRAGA, visconde ver BRAGA JÚNIOR, Luís de, p. 144, 150, 165
SARAIVA, Arnaldo, p. 10
SCOTT, Walter, p. 29
SEABRA, Eurico de Couto Nogueira, p. 191
SEIXAS, Adrião de, p.135
SHAKESPEARE, Wiliam, p. 240, 241
SILVA, Alfredo Ferreira da, p. 149, 155, 156, 165
SILVA, Celestino da, p. 7, 146
SILVA, Jacinto Cândido da, p. 200
SILVA, Virgínia Dias da, p. 155
SILVA, Zófimo Consiglieri Pedroso Gomes da, p. 252, 256, 258, 260, 262
SILVEIRA, Guilherme da, p. 144, 146
SIMÕES, Lucília ver COELHO, Lucília Cândida Simões Furtado, p. 152, 155, 165
SIMÕES, Lucinda ver BORGES, Lucinda Augusta da Silva, p. 155, 163, 165
SOLLER, João, p. 146
SOUSA, Antônio Teixeira de, p. 200
SOUSA, Cristiano de, p. 144, 155, 156
SOUSA, Viviana, p. 26

SUNDERLAND, p. 60
SUPPÉ, Franz von, p. 145
SÜSSEKIND, Flora, p. 28

T
TABORDA, Francisco Alves da, p. 155
TAMPON, Jaime, p. 89
TANCREDO, p. 46, 47
TAVEIRA, Afonso, p. 151
TEFÉ, Oscar de ver HOONHOLTZ, Oscar de Tefé von, p. 69, 70, 167
TEIXEIRA, p. 113, 228, 230
TEIXEIRA, Antônio Maria, p. 113, 226
TEIXEIRA, José Joaquim, p. 113
TEIXEIRA, Nina, p. 148
TELES, Basílio, p. 75, 201
TIFFANY, Charles Lewis, p. 99.
TOLD, p. 60
TOLSTÓI, Liev Nikoláievich, p. 29, 238, 248
TRIGUEIROS, Luís Dantas Ricaldes da Silva Rodrigues, p. 89, 90
TROOZ, barão de ver MARIE, Jules Henri Ghislain, p. 199

V
VALE, José Antônio do, p. 148
VALENÇA, Rachel Teixeira, p. 28
VALLE, p. 155
VASCONCELOS, Aires Ornelas e, p. 205
VASCONCELOS, Henrique Vieira de, p. 119, 120, 121, 135
VEBER, p. 54
VERNE, Jules Gabriel, p. 48
VICENTE, Gil, p. 148, 153, 189
VIEIRA, Afonso Lopes, p. 105, 110, 120, 121, 225
VILHENA, D. Filipa de, p. 180
VILHENA, Júlia de, p. 180
VILHENA, Júlio Marques de, p. 200
VIRGÍLIO, p. 133, 180
VITORINO, Eduardo, p. 146, 147, 150, 160, 165

W
WAGNER, Richard, p. 148
WHECLER, p. 60
WILDE, Oscar Fingal O'Flahertie Wills, p. 178

Z
ZOLA, Émile Édouard Charles Antoine, p. 188

Coleção Brasil